SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 6ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

07/05/2025
QUARTA-FEIRA
às 10 horas

Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senadora Tereza Cristina

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 07/05/2025.

6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**MSF 1/2025** - Não Terminativo -	**SENADOR SERGIO MORO**	10
2	**MSF 5/2025** - Não Terminativo -	**SENADOR ASTRONAUTA MARCOS PONTES**	65
3	**MSF 6/2025** - Não Terminativo -	**SENADOR JAQUES WAGNER**	115
4	**MSF 7/2025** - Não Terminativo -	**SENADOR FERNANDO DUEIRE**	199
5	**MSF 8/2025** - Não Terminativo -	**SENADOR CHICO RODRIGUES**	291
6	**MSF 10/2025** - Não Terminativo -	**SENADOR CARLOS VIANA**	343

7	**MSF 12/2025** - Não Terminativo -	**SENADOR HAMILTON MOURÃO**	**404**

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**REQ 9/2025 - CRE** - Não Terminativo -		**449**
2	**REQ 10/2025 - CRE** - Não Terminativo -		**452**

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTES		
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)					
Renan Calheiros(MDB)(10)(1)	AL	3303-2261 / 2262 / 2265 / 2268	1 Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)	SC	3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(10)(1)	PE	3303-3522	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)(1)	TO	3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR	3303-6202	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(10)(3)	PB	3303-2252 / 2481
Efraim Filho(UNIÃO)(10)(3)	PB	3303-5934 / 5931	4 Alan Rick(UNIÃO)(10)(3)	AC	3303-6333
Carlos Viana(PODEMOS)(9)(10)(8)	MG	3303-3100 / 3116	5 Marcos do Val(PODEMOS)(9)(10)(8)	ES	3303-6747 / 6753
Tereza Cristina(PP)(10)	MS	3303-2431	6 VAGO(10)		
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)					
Nelsinho Trad(PSD)(4)	MS	3303-6767 / 6768	1 Daniella Ribeiro(PP)(4)	PB	3303-6788 / 6790
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP	3303-2191	2 Sérgio Petecão(PSD)(4)	AC	3303-4086 / 6708 / 6709
Rodrigo Pacheco(PSD)(4)	MG	3303-2794 / 2795	3 Irajá(PSD)(4)	TO	3303-6469 / 6474
Chico Rodrigues(PSB)(4)	RR	3303-2281	4 Cid Gomes(PSB)(4)	CE	3303-6460 / 6399
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)					
Astronauta Marcos Pontes(PL)(2)	SP	3303-1177 / 1797	1 Marcos Rogério(PL)(2)	RO	3303-6148
Wellington Fagundes(PL)(2)	MT	3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	2 Carlos Portinho(PL)(2)	RJ	3303-6640 / 6613
Jorge Seif(PL)(2)	SC	3303-3784 / 3756	3 Dr. Hiran(PP)(11)	RR	3303-6251
Magno Malta(PL)(2)	ES	3303-6370	4 VAGO		
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)					
Randolfe Rodrigues(PT)(6)	AP	3303-6777 / 6568	1 Jaques Wagner(PT)(6)	BA	3303-6390 / 6391
Humberto Costa(PT)(6)	PE	3303-6285 / 6286	2 Rogério Carvalho(PT)(6)	SE	3303-2201 / 2203
Fabiano Contarato(PT)(6)	ES	3303-9054 / 6743	3 Beto Faro(PT)(6)	PA	3303-5220
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)					
Esperidião Amin(PP)(5)	SC	3303-6446 / 6447 / 6454	1 Luis Carlos Heinze(PP)(5)	RS	3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(5)	RS	3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)	RR	3303-5291 / 5292

(1) Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).

(2) Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

(3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

(4) Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

(5) Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).

(6) Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).

(7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).

(8) Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).

(9) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

(10) Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).

(11) Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).

(12) Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
E-MAIL: cre@senado.leg.br
HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODCOL=54

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 7 de maio de 2025
(quarta-feira)
às 10h

PAUTA

6ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridades
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

Atualizações:
1. Inclusão da 2ª Parte - Deliberativa - 2 REQs (30/04/2025 13:21)
2. Inclusão de documentos: relatórios dos Itens 4, 6 e 7 (30/04/2025 18:44)
3. Inclusão de documento: relatório do Item 2 (05/05/2025 17:03)
4. Inclusão de documentos: relatórios dos Itens 1 e 6 (06/05/2025 20:04)

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 1, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CLARA DE ABREU RADA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 8, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 10, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 12, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PABLO DUARTE CARDOSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 9, DE 2025

Requer realização de Audiência Pública para Debater sobre a situação das comunidades brasileiras no exterior.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Textos da pauta:

Requerimento **(CRE)**

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 10, DE 2025

Requer realização de Audiência Pública Comércio Exterior

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Textos da pauta:

Requerimento **(CRE)**

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

1

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ***RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL***
CPF.: informações pessoais
ID.: 9314 MRE

informações p	Filho de informações pessoais e informações pessoais , nasce no informações pessoais , em informações pessoais .
Dados Acadêmicos:	
1986	Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1987	CPCD, IRBr
1996	Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília
1997	CAD, IRBr
2018	CAE, IRBr, tese sobre o sentido geoestratégico da cooperação Brasil-Cabo Verde no campo da defesa, no contexto sul-atlântico
Cargos:	
1987	Terceiro-secretário
1993	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário do Quadro Especial
2011	Conselheiro do Quadro Especial, por merecimento
2019	Ministro de segunda classe do Quadro Especial, por merecimento
Funções:	
1988	Divisão de Comunicações, assistente
1988-89	Divisão de Formação e Treinamento, assistente
1989-92	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1992-2009	Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente e chefe substituto
2009-12	Escritório de Representação em Ramala, primeiro-secretário comissionado conselheiro e primeiro-secretário comissionada ministro-conselheiro
2012-15	Embaixada no Vaticano, conselheiro
2015-18	Embaixada em Praia, conselheiro comissionado ministro-conselheiro
2018-21	Departamento de Oriente Médio, assessor técnico
2021-	Embaixada do Brasil em Londres, com exercício junto ao representante permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres, ministro-conselheiro
Publicações:	
2018	Capítulo sobre "Grande Guerra: navios brasileiros em Cabo Verde" incluído em ZÉTOLA, Bruno M. e ANDRADE, Monica (orgs.): Brasil - Cabo Verde: tópicos de relações culturais. Praia: Embaixada do Brasil em Cabo Verde, 2018.
2018	Versão reeditada do mesmo texto na Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, n. 105, 2018.
Condecorações:	
2017	Medalha "Amigo da Marinha"

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 1, DE 2025

(nº 1667/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 1.667

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de dezembro de 2024.

EM nº 00222/2024 MRE

Brasília, 13 de Dezembro de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1884/2024/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/12/2024, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6317962** e o código CRC **BD0A181D** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007674/2024-19 SEI nº 6317962

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial:	República Democrática de Timor-Leste
Gentílico:	Timorense

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TIMOR-LESTE







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2024

Capital:	Díli
Área:	14.609 km²
População (2023):	1,34 milhão
Línguas oficiais:	Português e Tétum
Principais religiões:	Catolicismo
Sistema de governo:	República parlamentarista
Poder Legislativo:	Unicameral (Parlamento Nacional, composto por 65 membros, eleitos para mandatos de 5 anos).
Chefe de estado:	José Ramos-Horta (desde maio de 2022)
Chefe de governo:	Kay Rala Xanana Gusmão (desde julho de 2023)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Bendito dos Santos Freitas (desde julho de 2023)
PIB nominal (2024, FMI):	USD 1,99 bilhão (Brasil: USD 2,33 trilhões)
PIB PPP (2024, FMI):	USD 6,44 bilhões (Brasil: USD 4,27 trilhões)
PIB *per capita* (2024, FMI):	USD 1.450 (Brasil: USD 11.350)
PIB *PPP per capita* (2024, FMI):	USD 4.700 (Brasil: USD 20.810)
Variação do PIB (FMI):	3% (est. 2024), 2,3% (2023); 4% (2022); 1,6% (2021); -7,2% (2020)
Inflação (2024)	2,8%
IDH (2022, PNUD)	0,607 (140ª posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2023)	USD 16,5 milhões (+20%)
Saldo da balança comercial (2023)	Superávit de USD 16,49 milhões para o Brasil (tradicionalmente superavitário)
Total exportações brasileiras (2023)	USD 16,1 milhões
Principais produtos exportados (2023)	Carnes de aves (44,8%); despojos comestíveis de carnes (30,3%); carne suína (17%).
Total importações brasileiras (2023)	USD 12 mil (0%)
Principais produtos importados	-
Ranking do Brasil no comércio exterior de Timor-Leste (2023)	10º fornecedor
Investimentos de Timor-Leste no Brasil	Não há registros de investimentos de Timor-Leste no Brasil.
Investimentos do Brasil em Timor-Leste	Não há registros de investimentos brasileiros em Timor-Leste.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há acordo comercial em vigor, tampouco diálogo exploratório.
Expectativa de vida (2022, PNUD):	68
Alfabetização (2019):	68,1%
Índice de desemprego (2022, OIT):	5,1%
Unidade monetária:	Dólar estadunidense
Embaixador em Brasília:	Maria Ângela Guterres Viegas Carrascalão (desde fev. de 2024)
Embaixador do Brasil em Díli	Vago (agrément para Ricardo José Lustosa Leal concedido em nov/2024)
Brasileiros no país (2023):	140 residentes (61 homens e 79 mulheres)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – TIMOR-LESTE (em USD milhares)

Brasil → Timor-Leste	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**[1]
Intercâmbio	4.940	6.221	6.631	10.698	7.935	6.704	7.161	10.711	13.763	16.582	15.995
Exportações	4.940	6.221	6.627	10.694	7.935	6.704	7.079	10.711	13.763	16.570	15.995
Importações	0	0,1	4,1	3,8	0,6	0	82,5	0	0,2	12,5	0
Saldo	4.940	6.221	6.623	10.690	7.935	6.704	6.998	10.771	13.763	16.557	15.995

[1] Dados até outubro/2024.

APRESENTAÇÃO

A República Democrática de Timor-Leste é um jovem país insular de 1,3 milhão de habitantes, localizado no Sudeste Asiático. Trata-se da única nação asiática que tem o português como língua oficial e, além das Filipinas, único outro estado predominantemente cristão naquela região.

O país divide a ilha de Timor com a Indonésia, com quem compartilha sua única fronteira terrestre. De seu território de 14.954 km² também fazem parte a ilha de Ataúro, o ilhéu de Jaco e o exclave de Oecussi, na parte indonésia da ilha. A capital, Díli, de 324 mil habitantes, situa-se na costa norte do país.

Colonizado por Portugal no século XVI, teve sua independência autoproclamada em 1975. No mesmo ano, contudo, foi invadido e anexado pela Indonésia. Após 24 anos de ocupação indonésia, os timorenses lograram sua autodeterminação em 1999, por meio de referendo patrocinado pelas Nações Unidas. Após período de administração transitória da ONU, liderada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello, Timor-Leste tornou-se, em 20 de maio de 2002, o primeiro novo Estado soberano do século XXI. Desde então, o país se consolidou como uma democracia pluripartidária.

Membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Timor-Leste é beneficiário de diversas iniciativas brasileiras de cooperação em áreas como educação, institucionalização dos órgãos de estado, justiça, defesa e formação profissional. Desde a independência, o Brasil implementou mais de 80 projetos de cooperação técnica no país.

Além da CPLP, o Timor-Leste está em processo de adesão à ASEAN desde 2022, uma das prioridades da atual política externa timorense. Apesar dos avanços obtidos na implementação do cronograma estabelecido pela ASEAN (“roadmap”), ainda não há data definida para sua adesão plena àquela Associação. Nesse processo, o país tem buscado capacitar membros da administração pública timorense em língua inglesa, internalizar os instrumentos jurídicos da ASEAN e criar capacidade institucional de acompanhar todas as centenas de reuniões setoriais anuais da ASEAN.

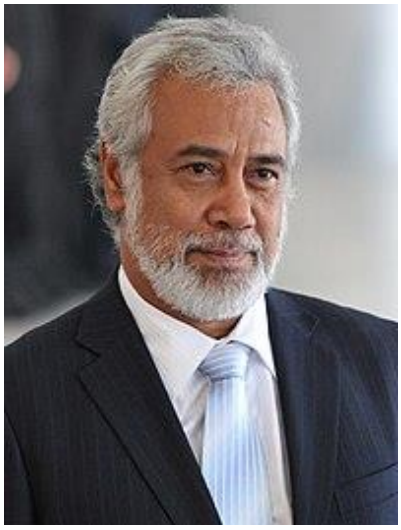
PERFIS BIOGRÁFICOS

JOSÉ MANUEL RAMOS-HORTA
Presidente



Nascido em Díli, em 1949. Dedicou-se, desde jovem, ao movimento pró-independência. Aos 25 anos de idade, ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Informação do governo autoproclamado em novembro de 1975. Com a invasão indonésia em dezembro de 1975, tornou-se representante permanente da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) nas Nações Unidas e porta-voz internacional da causa timorense. Formou-se em Direito Internacional na Academia de Direito Internacional da Haia, em 1983, e concluiu mestrado na Universidade de Antioch, nos Estados Unidos, em 1984. Partilhou o prêmio Nobel da Paz de 1996 com o também timorense e bispo, Carlos Filipe Ximenes Belo, pelos esforços em favor da autodeterminação de Timor-Leste. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros durante a Administração Transitória das Nações Unidas (2000-2002), cargo que manteve no primeiro governo constitucional timorense (2002-2006). Exerceu os cargos de primeiro-ministro (2006-2007) e de presidente da República (2007-2012). Foi novamente eleito presidente em 2022.

KAY RALA XANANA GUSMÃO
Primeiro-ministro



Nascido em 1946, Kay Rala Xanana Gusmão é um dos patriarcas da Independência timorense. Herói da resistência armada contra a ocupação indonésia, assumiu a liderança do movimento ao tornar-se comandante-em-chefe das Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), em 1981. Estabeleceu e presidiu, a partir de 1988, o Conselho Nacional da Resistência Timorense. Capturado em 1992 pelas forças indonésias, foi condenado à prisão perpétua. Em 1999, foi libertado na esteira do referendo em favor da independência de Timor-Leste, organizado pela ONU. Concluída a Administração Transitória das Nações Unidas e com a Restauração da Independência, em 20 maio de 2002, foi eleito o primeiro presidente da República de Timor-Leste (2002-2007). Exerceu também o cargo de primeiro-ministro entre 2007 e 2015. Em julho de 2023, assumiu, mais uma vez, o cargo de primeiro-ministro.

BENDITO DOS SANTOS FREITAS
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação



Formou-se em Literatura pelo Instituto de Filosofia e Teologia em Malang, na Indonésia, em 1993. É mestre em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos na Universidade de Lancaster, no Reino Unido (2000). Em 2002, foi nomeado presidente da Comissão Nacional da UNESCO em Timor-Leste. Exerceu os cargos de secretário de Estado para o Desenvolvimento Profissional (2007-2012) e de ministro da Educação (2012-2015). Foi embaixador de Timor-Leste na China (2015-2020). Em 2022, tornou-se chefe do Estado-Maior Civil (chefe da Casa Civil) do presidente José Ramos-Horta. Assumiu o cargo de chanceler em julho de 2023.

RELAÇÕES BILATERAIS

Panorama geral

As relações do Brasil com Timor-Leste são marcadas pela solidariedade decorrente da herança lusófona comum. O Brasil participou ativamente da criação e do fortalecimento das principais instituições nacionais do jovem país. Evidência dessa solidariedade tem sido o amplo programa de cooperação técnica bilateral prestado pelo Brasil, centrado em setores fundamentais à construção do estado timorense. A cooperação iniciou-se antes mesmo da independência de Timor-Leste, operacionalizada pelo Escritório de Representação do Brasil em Díli, estabelecido em abril de 2000. Entre 1999 e 2002, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello exerceu as funções de administrador transitório e representante especial do secretário-geral da ONU em Timor-Leste.

O estabelecimento das relações diplomáticas data de 20 de maio de 2002, dia da restauração da independência timorense, tendo sido o Brasil um dos primeiros países a reconhecê-la. O decreto que criou a embaixada brasileira foi publicado três dias antes da formalização da independência de Timor-Leste, em 17 de maio de 2002.

Os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva visitaram Díli em 2001 e 2008, respectivamente; José Ramos-Horta visitou o Brasil em 2004, como chanceler, à frente da delegação timorense à I Comissão Mista. Durante seu primeiro mandato como presidente, retornou ao Brasil em visita oficial, em 2008, e novamente, em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20. Em 2023, Ramos-Horta compareceu à posse do presidente Lula. O primeiro-ministro Xanana Gusmão visitou o Brasil em 2011. Do lado brasileiro, os então chanceleres Celso Amorim e Mauro Vieira visitaram Timor-Leste em dezembro de 2007 e julho de 2015, respectivamente. A visita de 2015 foi a última realizada por uma alta autoridade brasileira a Timor-Leste.

Mais recentemente, na qualidade de enviado especial do governo brasileiro, o ex-embaixador do Brasil em Díli, Aldemo Garcia, participou das cerimônias de posse do presidente José Ramos-Horta e das comemorações de vinte anos da restauração da Independência, em 19 e 20 de maio de 2022. Igualmente na condição de enviado especial, o embaixador do Brasil junto à ASEAN, Henrique Ferraro, participou das cerimônias comemorativas dos 25 anos do “Dia da Consulta Popular”, realizadas em 30 de agosto de 2024 em Díli.

Estão em vigor instrumentos de cooperação técnica nas áreas de cultura, defesa

e educação, bem como instrumentos relacionados a isenção parcial de vistos, sobre o exercício de atividades remuneradas por dependentes de diplomatas e sobre o direito do uso de terrenos para a construção de embaixadas. Em 2003, os dois países estabeleceram, ainda, comissão mista para tratar de temas da agenda bilateral.

Em 2024, visando relançar os mecanismos de diálogo e concertação política bilateral, Brasil e Timor-Leste negociaram um memorando de entendimento para a criação de mecanismo de consultas políticas. O texto aguarda ocasião para assinatura em futuro próximo.

O Brasil participou de todas as missões de observação eleitoral (MOE) da CPLP em Timor-Leste, sempre a convite das autoridades timorenses. A primeira MOE acompanhou o referendo sobre autodeterminação do país em agosto de 1999.

A cooperação do Brasil com Timor-Leste tem se desenvolvido ao longo do tempo também no plano multilateral, sob a égide da CPLP, em áreas diversas, como linguística, direito, administração pública e recursos hídricos. Timor-Leste também foi beneficiário de projeto financiado pelo Fundo IBAS de Alívio da Fome e da Pobreza na área de agricultura. O projeto buscou fortalecer a segurança alimentar e a sustentabilidade da produção de alimentos por meio da promoção de melhores práticas e gerenciamento comunitário de recursos marinhos e costeiros.

Timor-Leste apoia o pleito brasileiro a assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado. Tem respaldado o Brasil em diversos foros internacionais, especialmente nas candidaturas brasileiras a organismos do sistema ONU. Exemplo recente desse apoio ocorreu na postulação brasileira a assento não-permanente do CSNU, biênio 2022-2023, assim como na eleição do Professor Leonardo Caldeira Brant à vaga de juiz na Corte Internacional de Justiça em 2022. Mais recentemente, a convite do Brasil, Timor-Leste aderiu como membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada na Cúpula do G20, no Rio de Janeiro, em novembro de 2024.

Visita de Ramos-Horta ao Brasil (2023)

Em visita ao Brasil por ocasião da posse do presidente Lula, em 2023, Ramos-Horta manifestou apreço e reconhecimento à cooperação prestada pelo Brasil ao longo dos últimos anos e destacou as prioridades para o seu atual mandato, relacionadas ao apoio à agricultura familiar, ao programa nacional de alimentação escolar e à promoção da segurança alimentar e nutricional. Na visita, Ramos-Horta atuou em duas linhas principais: o encorajamento à cooperação bilateral, que espera ver adensada nos próximos anos, e a promoção da paz mundial, tema que lhe é caro e

para o qual dedica parte de sua agenda de estadista. Para as questões de cooperação, espera poder contar com a ajuda brasileira para o desenvolvimento de projetos nas áreas de educação, agricultura e justiça, assim como na possibilidade de implementação de um projeto industrial na área de fármacos.

Enchentes no Rio Grande do Sul

Em 22 de maio de 2024, o governo de Timor-Leste anunciou a decisão de doar 4 milhões de dólares ao Brasil, para apoio às vítimas e aos trabalhos de recuperação do estado do Rio Grande do Sul após os eventos climáticos extremos registrados entre abril e maio. Questões técnico-operacionais não permitiram que os recursos fossem depositados. Encerrada a fase emergencial de apoio imediato às vítimas das inundações, o governo brasileiro sugeriu que os recursos timorenses poderiam ser realocados a outras finalidades prioritárias para aquele país, inclusive a iniciativas de cooperação bilateral que julgar convenientes.

Cooperação para o desenvolvimento

As relações bilaterais têm na cooperação técnica sua principal vertente. Desde o ano 2000, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem coordenado missões e projetos de assistência em setores fundamentais à construção do estado timorense. Até hoje, 83 iniciativas bilaterais foram executadas sob a coordenação da ABC, com recursos da ordem de USD 10 milhões.

A cooperação técnica busca atender a demandas timorenses em campos considerados de excelência no Brasil: educação, justiça, defesa, formação profissional, administração pública, parlamento, inteligência, saúde, agricultura e apoio à preservação da memória nacional e institucional. As atividades de cooperação estão amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado em 20 de maio de 2002, dia da independência de Timor-Leste, e promulgado em 2005.

Entre as principais iniciativas já implementadas destacam-se: (i) o Centro de Formação Profissional, Capacitação Empresarial e Promoção Social de Becora (SENAI/Becora); (ii) o Programa de Formação de Professores (PROFORMAÇÃO); (iii) o Projeto “Apoio ao Fortalecimento das Escolas Agrotécnicas de Timor-Leste”; e (iv) o Projeto de “Fortalecimento do Setor de Justiça de Timor-Leste”.

A cooperação vem contando com a participação de inúmeras instituições brasileiras, federais e estaduais, órgãos do Poder Executivo (a exemplo dos Ministérios da Educação e da Saúde), do Poder Judiciário (STJ, STM, Tribunal de

Justiça de São Paulo), do Poder Legislativo (Senado, Câmara e o TCU), do Ministério Público de São Paulo, da Defensoria Pública da União, do SENAI, da Embrapa, da Fiocruz, entre outros.

Cooperação educacional

Na vertente educacional e de consolidação da língua portuguesa, a cooperação brasileira tem-se dado por meio do envio de professores brasileiros e pela vinda de estudantes bolsistas timorenses ao Brasil. Timor-Leste é conveniado no Programa de Estudante-Convênio Graduação (PEC-G) e no Programa GCUB de Mobilidade Internacional (GCUB-Mob), que tem substituído o PEC-PG desde 2019. Entre 2006 e 2023 (com ingresso em 2024), 86 estudantes timorenses foram aprovados no PEC-G. Entre 2005 e 2019, 72 estudantes foram selecionados para o PEC-PG, enquanto 58 tomaram parte no GCUB-Mob entre 2022 e 2024.

Desde 2008, timorenses têm participado do Curso de Formação do Instituto Rio Branco (já foram capacitados onze diplomatas).

O projeto "Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste: Consolidação do uso do Português na Gestão Estatal" (2013-2017) buscou ensinar português como segunda língua a funcionários públicos timorenses. Ao longo de sua duração, o projeto, executado em parceria com a UnB, capacitou, nos níveis básico, intermediário e avançado, cerca de 200 funcionários públicos em proficiência da língua portuguesa, assim como dez funcionários públicos como formadores-multiplicadores no ensino de português como segundo idioma.

Em outubro de 2022, a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e a Universidade Nacional Timor-Lorosa'e (UNTL), no âmbito do programa de cooperação, publicaram edital do processo seletivo para curso de pós-graduação *stricto sensu* intitulado Doutorado Interinstitucional Internacional em Letras. Trata-se do primeiro programa de doutorado presencial da história de Timor-Leste, em iniciativa homologada pela CAPES. O programa iniciou-se em julho de 2023 e conta atualmente com 13 estudantes.

Outra iniciativa em execução diz respeito à implementação de curso regular de Mestrado em Educação na UNTL. Está em andamento a implementação da primeira fase do programa, com a presença de professores vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. As atividades a serem realizadas durante a primeira fase são: (i) apoio e construção das bases documentais para implementação do programa de mestrado; (ii) curso de formação para professores timorenses que atuarão no mestrado/construção de grupos de pesquisa; e (iii) apoio na organização e

implementação das disciplinas do curso em co-docência. Planeja-se ampliar a iniciativa para futuro curso de doutorado em Educação na UNTL, também em parceria com a UFSC.

Em fevereiro de 2023, foi apresentada demanda formal timorense por um projeto de cooperação com o Brasil com vistas ao estabelecimento de uma Escola Superior de Educação voltada à formação universitária de professores para a rede pública de ensino de Timor-Leste. O novo projeto resgata a reconhecida colaboração do Brasil no campo da educação, como os programas: Alfabetização Comunitária (2001-2003), Proformação (2005-2012) e PQLP – Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa (2004-2015). O projeto piloto da formação de Professores do Programa Produtivo do Ensino Secundário Técnico-Vocacional (ESTV) está em processo de finalização e será avaliado em dezembro de 2024. O projeto piloto conta com 11 professores de Institutos Federais de diversas regiões do Brasil para capacitar 117 professores do ESTV timorense.

Além disso, o Brasil mantém programa do Leitorado Guimarães Rosa na UNTL. A iniciativa é importante para a projeção local da variante brasileira da língua portuguesa, assim como para a difusão da literatura e da cultura brasileiras em Timor-Leste.

Cooperação para Capacitação Profissional

Na área de capacitação profissional, funcionou, entre 2002 e 2014, o Centro de Formação Profissional, Capacitação Empresarial e Promoção Social de Becora, instalada pelo Brasil com apoio do SENAI. O centro capacitou 23 profissionais, entre professores e corpo administrativo, e mais de 3.000 alunos em onze áreas técnicas, tais como: carpintaria, marcenaria, panificação, informática, mecânica de refrigeração e mecânica de motos.

A pedido do governo timorense, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Itamaraty responsável pela cooperação humanitária internacional, e o SENAI iniciaram em dezembro de 2022 uma série de reuniões com o centro para o estabelecimento de um novo projeto de cooperação bilateral. A meta inicial do projeto é promover a capacitação técnica e pedagógica dos instrutores do centro, a fim de aprimorar os cursos de formação vocacional, seja pela inserção/adaptação a novas tecnologias, como também pela atualização das séries metodológicas dos manuais técnicos e didáticos. O projeto está em estágio de negociação.

Cooperação em Justiça

A área de justiça é um dos campos pioneiros da cooperação com Timor-Leste. Dezenas de juristas brasileiros participaram da criação do Judiciário timorense e do aperfeiçoamento das leis. Em 2005, teve início o programa de "Fortalecimento do Setor de Justiça de Timor-Leste", o maior projeto de cooperação atualmente em vigor, coordenado pela ABC e executado, pelo lado brasileiro, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e pela Defensoria Pública da União (DPU). O objetivo do projeto (que está atualmente em sua oitava fase) é apoiar a consolidação do setor da Justiça timorense por meio de treinamento, em serviço, de técnicos judiciários, defensores públicos, promotores e juízes locais. Desde 2005, o projeto já viabilizou a estada, por no mínimo de 12 meses, de cerca de 40 profissionais brasileiros em Timor-Leste.

Cooperação em Defesa

A cooperação bilateral no setor de defesa surgiu como um subproduto da participação das tropas brasileiras, entre 1999 e 2004, na Força Internacional para Timor-Leste (INTERFET). Desde 2005, equipes de instrutores brasileiros realizam, em Díli, a chamada "Missão Maubere", curso de capacitação dos novos contingentes da Unidade de Polícia Militar das Forças de Defesa de Timor-Leste (UPM/FDTL). Um capitão do Exército Brasileiro encontra-se permanentemente à disposição do comandante da UPM para organizar a instrução. A sétima edição da Missão Maubere foi concluída, em Díli, em novembro de 2023.

Uma segunda vertente da cooperação é a cessão pelo Ministério da Defesa brasileiro de oficiais das Forças Armadas como assessores de autoridades militares de Timor-Leste. Desde 2016, no âmbito do Programa de Assessores Militares, um coronel do Exército Brasileiro desempenha a função de assessor militar do ministro da Defesa; um capitão-de-mar-e-guerra da Marinha do Brasil desempenha a função de assessor militar para assuntos relacionados à implementação da autoridade marítima; e um capitão do Exército Brasileiro desempenha a função de assessor do comandante da Polícia Militar das F-FDTL.

Desde 2013, o Brasil conta com Adidância de Defesa não-residente. Atualmente, a Adidância na Austrália exerce essa cumulatividade.

Cooperação em Inteligência

Em 2019, foi concluída a última atividade do projeto "Apoio ao Fortalecimento do Serviço Nacional de Inteligência de Timor-Leste (SNI) – Fase II", por meio de coordenação entre a ABC, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o SNI

timorense. O projeto envolveu a capacitação para o planejamento e a execução de ações relativas à obtenção e análise de dados. Adicionalmente, buscou capacitar servidores timorenses com vistas à prevenção e repressão ao terrorismo, crime organizado, tráfico de drogas, falsificação e lavagem de dinheiro e tráfico de pessoas. Em sua segunda fase, o projeto apoiou a efetiva implantação do referido Serviço de Inteligência.

Cooperação parlamentar

A cooperação parlamentar é desenvolvida por meio do projeto "Apoio ao fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste", lançado em 2018 e conduzido, entre outros, por técnicos recrutados pela Associação Brasileira de Servidores de Câmaras Municipais (ABRASCAM) e pela Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), que realizam treinamentos semestrais dos funcionários do Parlamento Nacional timorense. Em 2024, foram implementadas atividades de capacitação nas áreas de cerimonial e protocolo, taquigrafia e tecnologia da informação (TI). Para o 1º semestre de 2025, planeja-se o envio de missão de avaliação final do projeto e negociação de nova fase da iniciativa, conforme interesse já demonstrado pelo Parlamento timorense.

Cooperação humanitária

Em dezembro de 2021, o Brasil efetuou doação humanitária de USD 120 mil, destinada ao melhoramento da produção de hortaliças e caprinos e demais atividades de subsistência das vítimas do Ciclone Tropical Seroja. Acordou-se a execução da ajuda brasileira através do Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Outros projetos em negociação/análise

Outros projetos em fase de negociação são: um programa de cooperação para o fortalecimento da administração pública de Timor-Leste por meio do ensino de língua portuguesa como língua não materna; a formação de educadores em práticas agroecológicas, e o fortalecimento do cooperativismo. Também está sob análise programa de capacitação de recursos humanos na área de gestão de políticas habitacionais.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Timor-Leste é estimada em 140 brasileiros, e a maior parte reside em Díli. O contingente é composto principalmente por adultos

jovens e de meia idade, com distribuição equilibrada de gênero. São majoritariamente profissionais que estão no país a trabalho, incluindo empresários, religiosos, professores e assessores. Emergências consulares são muito raras. Não há brasileiros presos em Timor-Leste.

POLÍTICA INTERNA

Histórico

Após longo domínio português, que remonta ao século XVI, Timor-Leste teve sua independência proclamada em 28 de novembro de 1975, na esteira da Revolução dos Cravos e da autodeterminação concedida por Lisboa às suas colônias. No mês seguinte, a Indonésia, então sob a "nova ordem" do Presidente Suharto, ocupou o país.

De1975 a 1999, Timor-Leste esteve sob ocupação indonésia. A resistência timorense logrou mobilizar a opinião pública internacional. Contribuíram à causa da independência a visita do Papa João Paulo II, em 1989, o fim da Guerra Fria e o crescente engajamento da diplomacia portuguesa, agora com o apoio da União Europeia. O movimento ganhou maior destaque quando o Bispo de Díli, dom Carlos Ximenes Belo, e José Ramos-Horta, porta-voz da resistência timorense no exílio, receberam o Prêmio Nobel da Paz, em 1996, em reconhecimento por seus esforços em favor da autodeterminação timorense.

Em 1999, em meio à crise econômica na Indonésia, que levou à queda do regime de Suharto, as Nações Unidas organizaram referendo, por meio do qual o povo timorense decidiu, por ampla maioria (78,5%), pela restauração da independência, formalizada em 20 de maio de 2002.

Entre 1999 e 2002, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello atuou como administrador transitório e representante especial do secretário-geral da ONU em Timor-Leste. Até hoje, a memória do brasileiro é reverenciada, em virtude da contribuição que prestou para a criação das bases do estado nacional timorense, orientadas por ideais de democracia e de inclusão social. A missão de Sérgio Vieira de Mello teve fim com a independência do país, em 20 de maio de 2002.

Sistema Político

A Constituição de Timor-Leste, de 2002, inspirada na carta portuguesa, estabeleceu quatro "órgãos de soberania": Presidente da República, Parlamento Nacional, Governo e Tribunais. O sistema é semipresidencialista, sendo o chefe de

Estado o presidente da República, eleito por sufrágio direto e universal para um mandato de cinco anos. Seu poder é principalmente cerimonial e representativo, embora possa exercer o direito de veto sobre a legislação, o que lhe garante significativa influência política. Cabe ainda ao presidente nomear o primeiro-ministro, que é indicado pelo partido ou aliança de partidos com maioria parlamentar. O primeiro-ministro, por sua vez, preside o governo. Em caso de crises institucionais, pode o presidente dissolver o Parlamento Nacional ou exonerar o primeiro-ministro, porém sem prescindir da participação dos Tribunais Superiores.

O Parlamento Nacional é a legislatura unicameral de Timor-Leste, composta por 65 deputados eleitos para mandatos de cinco anos. O primeiro-ministro lidera o Executivo do país, o Conselho de Ministros. Ministros não ocupam cargos no Parlamento durante o exercício de suas funções, o que reduz o papel dos parlamentares na governança cotidiana.

Trajetória política recente

Após a restauração da independência, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), que havia liderado a resistência contra a ocupação indonésia, e o Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), divergência interna liderada por Xanana Gusmão, alternam-se no poder, ocupando sucessivamente a presidência da República e a presidência do Conselho de Ministros.

O tema da transição política geracional tem ganhado premência no debate público do país. Desde a independência, a política institucional é dominada pela chamada "Geração de 1975", grupo que esteve diretamente envolvido na liderança contra a ocupação indonésia entre as décadas de 1970 e 1990. Os cinco principais expoentes da geração são José Ramos-Horta, Xanana Gusmão, Mari Alkatiri (primeiro-ministro de 2002 a 2006 e de 2017 a 2018), Taur Matan Ruak (presidente entre 2012 e 2017; primeiro-ministro entre 2018 e 2023) e Francisco "Lu-Olo" Guterres (presidente entre 2017 e 2022). Com exceção de Matan Ruak, nascido em 1956, todos os outros terão mais de 75 anos ao final de 2024.

As eleições presidenciais de 2022, realizadas em abril, foram novamente disputadas entre duas lideranças históricas do país. De um lado, filiado ao CNRT, candidatou-se o ex-presidente e ex-primeiro-ministro José Ramos-Horta; de outro, representando a FRETILIN, esteve o presidente Lu-Olo, candidato à reeleição. Com o apoio de Xanana Gusmão, Ramos-Horta sagrou-se vitorioso, com pouco mais de 62% dos votos no segundo turno. O novo chefe de Estado tomou posse em 20 de maio de 2022, data em que os timorenses comemoraram os vinte anos da restauração

de sua independência. Desde então, Ramos-Horta tem adotado tom conciliador e comprometido com a abertura ao diálogo e à inclusão.

Nas eleições legislativas realizadas em maio de 2023, o partido Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste (CNRT), de Xanana Gusmão, saiu-se vencedor, com 41,6% dos votos válidos, o que garantiu ao partido 31 das 65 cadeiras do Parlamento Nacional. A Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN), partido então na situação, obteve 25,7% dos votos, o pior resultado da história e elegeu 19 parlamentares, 4 a menos do que dispunha. O Partido Democrático (PD) foi o terceiro mais votado, com 9,3% do total, garantindo 6 assentos. Algumas semanas antes do pleito, o PD havia anunciado que estaria disposto a participar do próximo governo, caso convidado pelo CNRT.

Outros partidos com assento foram o Partido da Libertação Popular (PLP), que, encabeçado pelo primeiro-ministro Taur Matan Ruak, foi o maior derrotado no escrutínio. Com apenas 5,8% dos votos, perdeu metade das 8 cadeiras que detinha, mantendo somente 4. O partido Kmanek Haburas Unidade Nasional Timor Oan (KHUNTO) manteve sua bancada de 5 parlamentares. Já o recém-criado Partido Os Verdes de Timor (PVT) obteve 3,63% dos votos e, por pouco, não ultrapassou a cláusula de barreira de 4%.

O primeiro-ministro Xanana Gusmão considera prioridade de sua gestão restabelecer o planejamento estatal e a reformulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, concebido em seu primeiro mandato (2007-2015). O chefe de governo também demonstra preocupação com as dificuldades por que passa o setor agrícola.

Sobre o relacionamento com o Brasil, Gusmão já destacou a importância da colaboração na área da Educação, principalmente na formação de professores. Mencionou que, diante das limitações do sistema educacional timorense, todas as atividades de cooperação seriam bem-vindas. Ao mesmo tempo, o mandatário mostrou-se cético quanto ao futuro da língua portuguesa no país. A consolidação do idioma luso como a segunda língua oficial seria, a seu ver, um “compromisso com a CPLP”. Tratar-se-ia, porém, de uma meta distante, já que os professores timorenses continuam despreparados e sem condições de lecionar no idioma.

Questões sociais

De acordo com o censo populacional e habitacional, realizado em 2022, cerca de 36,8% dos timorenses (490 mil pessoas) residem em áreas urbanas e 63,2% (847 mil pessoas) em zona rural. A capital, Díli, é o município mais populoso, com 324

mil habitantes, seguida por Ermera (138 mil), Baucau (134 mil) e Bobonaro (107 mil).

Entre os desafios timorenses estão a garantia da segurança alimentar; a promoção de crescimento inclusivo e sustentável; o fortalecimento do desenvolvimento rural e da agricultura; o estímulo ao progresso do setor privado; os esforços para reduzir as disparidades entre as zonas urbanas e rurais; o apoio aos grupos vulneráveis; a regularização dos títulos de terra e propriedade; e a geração de novos empregos, especialmente para os jovens. Entre os programas sociais do governo, cabe destacar o "Bolsa da Mãe" e o "Cesta Básica", ambos inspirados em políticas brasileiras de inclusão social.

O país tem registrado melhora relativa nos índices sociais. As taxas de desnutrição, embora elevadas, reduziram-se na segunda década do século XXI. Houve avanços em relação à expectativa de vida (hoje de 68 anos, frente a 60 anos à época da independência) assim como no campo da saúde (vacinação de amplo número crianças; redução da mortalidade infantil e materna; erradicação quase completa da lepra) e da educação (aumento do índice de escolaridade da população em 20% ao longo de duas décadas, aumento considerável de matrículas escolares no ensino fundamental; e concessão de bolsas de estudo superior, no país e no exterior).

Ainda assim, alguns obstáculos persistem. A taxa de analfabetismo continua elevada (31,9%), segundo estimativas mais recentes. Cerca de 63% da população vive em situação de insegurança alimentar, sendo 27% em situação de grave insegurança alimentar. Estima-se que a prevalência de subnutrição maternal e infantil é de 40%.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa timorense concentra-se em quatro eixos prioritários: i) a integração à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); ii) a manutenção de um relacionamento pacífico e construtivo com a vizinha Indonésia; iii) a atração da ajuda dos chamados "parceiros do desenvolvimento" (China, Austrália, Portugal, entre outros); e iv) a interação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Organizações internacionais

Timor-Leste é membro de várias organizações internacionais, entre as quais o FMI, a OMS, a UNESCO, a UNCTAD, a FAO e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB).

Em 2024, o país concluiu seu processo de acessão à Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciado em 2016. A expectativa timorense é a de que a adesão do país à Organização impulsionará reformas econômicas internas. A acessão, acredita-se, promoverá ações voltadas ao melhoramento de infraestruturas, do capital humano e da capacidade administrativa para acelerar o crescimento econômico e a diversificação da economia.

A diplomacia timorense valoriza sua participação no grupo g7+, criado em 2010 em Díli (que se tornou sede da organização), para promover a construção da paz nos chamados "Estados-frágeis". O g7+ fornece uma plataforma para que seus 20 Estados membros expressem coletivamente a necessidade de diálogo nacional e reconciliação para resolver conflitos; defendam uma cooperação para o desenvolvimento eficaz e transparente; facilitem a partilha de experiências e de boas práticas de desenvolvimento. A iniciativa deu a Timor-Leste visibilidade e prestígio internacional, como exemplo de nação que superou rapidamente suas fragilidades e que se afirma como modelo para outros países em situação de pós-conflito. A Assembleia Geral da ONU concedeu o estatuto de observador ao g7+ em 2019.

Nas Nações Unidas, Timor-Leste apoia a expansão do Conselho de Segurança em ambas as categorias de assentos, permanentes e não permanentes. Como membro do grupo L.69, que congrega países em desenvolvimento favoráveis à reforma do CSNU, declarou apoio à aspiração do Brasil a assento permanente no Conselho em diversas ocasiões e endossou o projeto de resolução do G4 na Assembleia Geral da ONU.

ASEAN

A adesão do país à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é "prioridade absoluta", segundo afirmou o presidente José Ramos-Horta em seu discurso de posse, em maio de 2022. O bloco, de grande importância econômica e política na região, concentra 80% do comércio exterior timorense. O país aderiu, em 2007, ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) do Sudeste Asiático, e apresentou, em 2011, pleito para tornar-se membro pleno da Associação.

O processo de adesão à ASEAN consome parte considerável da energia do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC).

Em novembro de 2022, por ocasião da 41ª Cúpula da ASEAN, os líderes da Associação chegaram a um acordo de princípio para a admissão de Timor-Leste como o 11º estado-membro do agrupamento. A ASEAN concedeu a Timor-Leste o status de observador, o que permite a participação do país nas reuniões da Associação, inclusive nas plenárias das cúpulas. Os estados-membros da Associação comprometeram-se a oferecer apoio a Timor-Leste, a fim de que possa vir a se tornar membro pleno em curto prazo.

Em 2023, na 42ª Cúpula da ASEAN, foi acordado um "mapa do caminho" (*roadmap*) para a adesão do país à Associação, o que as lideranças timorenses esperam possa ocorrer já em 2025. Em abril de 2024, o secretário-geral da ASEAN, Dr. Kao Kim Hourn, em visita de trabalho a Díli, reafirmou a disposição do Secretariado da ASEAN em assistir os esforços de Timor-Leste para tornar-se membro pleno.

O agrupamento atualmente discute a possibilidade de flexibilizar certos requisitos estabelecidos no "roadmap", a exemplo dos prazos para a harmonização de legislação interna com as regras estabelecidas pelo bloco, com vistas a permitir a incorporação de Timor-Leste à ASEAN em curto prazo.

CPLP

Timor-Leste tornou-se membro da CPLP em 2002, tão logo independente. O país tem na CPLP uma plataforma de atuação internacional que lhe permite diversificar parcerias extrarregionais e, ao mesmo tempo, reafirmar, pela lusofonia, elementos da sua identidade nacional. O investimento político na CPLP confere prestígio à diplomacia timorense e ajuda a fortalecer sua imagem junto a seus vizinhos, à Austrália, à ASEAN e à China.

Austrália

Desde a sua atuação à frente da força internacional de estabilização de Timor-Leste, na virada do milênio, a Austrália tem sido o principal parceiro de desenvolvimento do país, com doações anuais da ordem de USD 100 milhões em projetos de cooperação nas mais diversas áreas. O principal irritante das relações bilaterais, o não reconhecimento pela Austrália da linha fronteiriça marítima, foi superado em 2018, com a assinatura de Tratado sobre Fronteiras Marítimas. O desafio atual é beneficiar em Timor-Leste o gás natural a ser explorado conjuntamente com a Austrália no mega campo de *Greater Sunrise*, iniciativa contestada pelos parceiros privados australianos do empreendimento.

Indonésia

Com a Indonésia, Timor-Leste tem procurado manter uma agenda positiva, após as mais de duas décadas de ocupação. Timor-Leste compartilha com a Indonésia não apenas a fronteira terrestre comum, mas também fortes laços históricos, culturais e econômicos. Díli logrou construir com o antigo ocupante uma agenda fundada em iniciativas de cooperação e de integração econômica. Cerca de 40% das importações timorenses vêm da Indonésia, país a que se destinam mais de 70% das exportações do país. Muitas empresas indonésias operam com investimentos diretos em Timor. O *bahasa* indonésio é idioma amplamente usado no comércio varejista em Díli.

As lideranças timorenses e indonésias insistem em imprimir perspectiva de futuro para o relacionamento, cientes de que os 24 anos da ocupação militar indonésia não devem ser rememorados. Díli manifestou apoio a um assento permanente da Indonésia em um Conselho de Segurança reformado e, de sua parte, o governo indonésio apoia a candidatura timorense a membro pleno da ASEAN. Bem encaminhadas as delimitações finais da fronteira terrestre, aguarda-se o início da demarcação das fronteiras marítimas, trabalhos de natureza essencialmente técnica.

China

A China desempenha papel importante de equilíbrio estratégico de Timor-Leste em suas relações com os vizinhos da ASEAN, a Austrália e os Estados Unidos. Desde a visita do então primeiro-ministro Xanana Gusmão a Pequim, em 2014, inúmeras frentes de cooperação foram abertas nas áreas de educação, saúde e, principalmente, de assistência financeira a projetos de infraestrutura e conectividade. Signatário desde 2017 da Iniciativa do Cinturão e Rota, Timor-Leste tem-se beneficiado da capacidade empreendedora chinesa, responsável pela construção, a título de doação, do Palácio Presidencial e do prédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, além do edifício-sede do Ministério da Defesa e do porto de Tibar, concluído de novembro de 2022. O presidente Ramos-Horta tem declarado que recorrerá à China, caso Timor-Leste não alcance um entendimento com a Austrália sobre o beneficiamento em território timorense do gás natural do mega campo *Greater Sunrise*.

Os laços entre China e Timor-Leste foram fortalecidos com as recentes visitas de Xanana Gusmão (2023) e Ramos-Horta (2024) à China. Na visita de Gusmão, os laços bilaterais foram elevados a “parceria estratégica abrangente”. O comunicado conjunto divulgado à época enfatiza quatro áreas prioritárias de cooperação:

revitalização industrial, infraestrutura, autossuficiência alimentar e melhoria de qualidade de vida. No encontro de Ramos-Horta com Xi Jinping, foram assinados atos que incluem plano de ação para implementar a Iniciativa Cinturão e Rota e acordos nas áreas de agricultura, desenvolvimento verde, economia digital e transportes aéreos.

Portugal

O relacionamento de Timor-Leste com sua antiga metrópole colonial é vigoroso. As relações são sólidas, há muito ancoradas nos laços históricos, culturais e linguísticos - estão presentes na formação da identidade nacional timorense. Em outubro de 2024, foi firmado o novo Programa Estratégico de Cooperação para o período 2024-2028, que prevê apoio financeiro de USD 82 milhões por meio de um conjunto de ações em cinco áreas prioritárias: desenvolvimento humano, estado de Direito e boa governança, administração pública e finanças públicas, juventude e emprego e oceanos, sustentabilidade e infraestrutura. Atualmente, a ajuda ao desenvolvimento portuguesa concentra-se nos setores da cooperação técnica e da educação, com transferências diretas ao Orçamento Geral do Estado timorense. Esse é o caso, por exemplo, do programa Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE), rede de 13 escolas de referência com professores portugueses que atendem a 11 mil alunos. O PM Xanana Gusmão, em seu discurso de posse, afirmou que pretende ampliar o CAFE para que esteja presente em todos os 65 postos administrativos de Timor-Leste.

Estados Unidos

Os Estados Unidos reconheceram a independência de Timor-Leste no mesmo dia de sua proclamação (20/05/2002). Desde então, aquele país tem desenvolvido programas de cooperação e assistência a Díli, com foco na boa governança, no respeito ao estado de direito e na construção de capacidade na área de saúde.

ECONOMIA

Indicadores econômicos

A moeda oficial de Timor-Leste é o dólar estadunidense.

A taxa média de crescimento do PIB no período entre 2002 e 2023 foi de aproximadamente 3% ao ano. Em 2023, o avanço foi de 2,3%, uma queda se comparado ao ano anterior (4%). Estima-se uma trajetória estável de crescimento

para os próximos anos dentro da média de 3% ao ano para 2024 e 3,2% para 2025.

Em termos fiscais, a principal fonte de renda do governo é o petróleo. Os recursos advindos da exploração petrolífera no país são destinados para o Fundo Petrolífero de Timor-Leste (FPTL), cuja criação inspirou-se no Fundo Petrolífero da Noruega. Segundo dados do Banco Central de Timor-Leste, o Fundo, que possui portfólio de investimentos conservador (baixo rendimento e alta liquidez) totalizava USD 18,2 bilhões em dezembro de 2023.

O governo timorense é recorrentemente deficitário: em 2023, o déficit foi de 41% do PIB, financiado em grande parte por saques no FPTL. A dívida pública é de 14% do PIB. Segundo o Banco Mundial, caso o país continue a fazer saques dessa magnitude, o FPTL poderá ser exaurido nos próximos dez anos.

Timor-Leste depende fortemente da importação de alimentos: 60% da alimentação do país provém do exterior. Por essa razão, os choques de oferta vinculados à pandemia e à eclosão do conflito Rússia-Ucrânia levaram ao aumento da inflação em anos recentes. Em 2022, a taxa de inflação foi de 7%, enquanto em 2023 alcançou 8,4%, maior valor em uma década. Para 2024, prevê-se melhoria no índice, estimado em 3,5%.

Dada a dependência do país em relação à exploração de suas reservas de petróleo, Timor-Leste tem buscado atrair investimentos estrangeiros e diversificar sua economia. Destacam-se, nesse sentido, iniciativas para ampliar o comércio exterior do país, a exemplo da criação de Zonas Econômicas Especiais, como a Zona Econômica Especial Social de Mercado (ZEESM), no exclave de Oecussi, voltada ao reprocessamento de exportações. No mesmo sentido, *royalties* do petróleo têm sido usados para constituir o "Fundo das Infraestruturas", o qual tem financiado projetos que incluem estradas e pontes, portos e aeroportos, saneamento, habitação social, edifícios governamentais, bem como infraestrutura específica para apoiar a exploração de gás e petróleo.

Uma das principais obras é a do "Porto multifuncional de Tibar", nos arredores de Díli, construído em etapas, com capacidade pretendida de 1 milhão de toneladas por ano. O porto está em operação desde 2022. Há a expectativa de que a infraestrutura venha a facilitar a interconexão de transporte de contêineres da Austrália, Timor Ocidental (parte leste da Indonésia), Papua Nova Guiné e ilhas do Pacífico.

Setor de petróleo e gás

Cerca de 90% da receita corrente do país é oriunda do setor de petróleo e gás.

Trata-se do principal responsável pelas exportações timorenses. O setor está em situação de declínio desde o esgotamento do campo de Bayu-Undan, principal do país, em fins de 2023.

Os projetos de Tasi Mane e da exploração dos campos de gás *Greater Sunrise*, umbilicalmente vinculados, são centrais para o futuro da economia de Timor-Leste. Trata-se da opção econômica crucial para que o país evite o "precipício fiscal", previsto para meados da próxima década, quando se esgotarão os recursos do Fundo Petrolífero.

Tasi Mane, que significa "Mar do Timor" em tétum, refere-se a um megaprojeto de infraestrutura destinado a prover a capacidade de refino de gás natural liquefeito (GNL) em território timorense e a transportar o gás dos campos de *Greater Sunrise* para a costa sul de Timor-Leste. O projeto foi originalmente apresentado durante o primeiro mandato de Xanana Gusmão como primeiro-ministro (2007-2015) e é um dos principais temas da agenda política local.

O *Greater Sunrise* está localizado a 150 quilômetros a sudeste de Timor-Leste e a 450 quilômetros de Darwin, na costa norte da Austrália. Suas reservas são estimadas em 5,1 trilhões de pés cúbicos de gás, com potencial valor de mercado entre USD 50 e 60 bilhões.

Parte do campo está na Zona Econômica Exclusiva de Timor-Leste e outra parte na da Austrália. Em 2018, com a assinatura do Tratado sobre Fronteiras Marítimas, abriu-se caminho para a exploração conjunta das reservas. Além dos limites, o tratado determina a adoção de um regime especial de partilha para a exploração das jazidas de *Greater Sunrise*.

O governo timorense também concluiu, em abril de 2019, a aquisição das cotas de participação de dois dos quatro membros do consórcio formado para a exploração dos campos *Greater Sunrise*: Shell (26,56% das ações) e ConocoPhillips (30% das ações), dando à Timor GAP, companhia petrolífera timorense, participação de 56,56% no projeto. Com a decisão, Díli passa a ser o sócio majoritário do consórcio. As demais empresas participantes são a australiana Woodside (33,44%) e a japonesa Osaka Gas (10%).

O início das operações do projeto continua pendente devido a um desacordo entre Timor-Leste e a Woodside quanto à localidade do beneficiamento do gás extraído dos campos. Díli insiste no processamento em território timorense, em Tasi Mane, em desenvolvimento, enquanto os australianos defendem que a atividade se desenvolva em Darwin, onde já há refinarias. Pelo acordo definitivo de 2018, caso o gás seja escoado para Tasi Mane, Timor-Leste ficaria com 70% das receitas totais da

exploração conjunta de *Greater Sunrise*. No caso de um gasoduto para Darwin, a fração timorense subiria a 80%.

O governo timorense espera que alcançará, até o final de 2024, desfecho positivo nas negociações com parceiros privados australianos em torno do modelo de exploração conjunta das jazidas de gás natural localizadas sob o Mar de Timor. Considerável avanço ocorreu em fevereiro de 2023 quando a sócia australiana, Woodside, que resistira à ideia de um gasoduto para Timor-Leste, anunciou estar disposta a acatar eventual decisão técnica nesse sentido. Para tanto, o consórcio assumiu um compromisso de empreender um programa de seleção do conceito de exploração de *Greater Sunrise* e contratou, em abril de 2024, um estudo sobre as viabilidades econômicas das várias opções de desenvolvimento do projeto.

As previsões mais otimistas são de que o campo comece a produzir gás em 2030.

Setor externo

Em 2023, o comércio exterior de Timor-Leste registrou, segundo estatísticas oficiais, USD 1,07 bilhão, sendo USD 160 milhões em exportações e USD 910 milhões em importações, com déficit comercial de USD 750 milhões, ou 41,7% do PIB. O desequilíbrio da balança comercial a partir de fins de 2023 resulta do esgotamento da produção corrente de petróleo e gás no país, com a desativação do campo de Bayu-Undan.

A segunda maior fonte de divisas externas de Timor-Leste são as transferências secundárias vindas do exterior (remessas individuais). O valor das remessas tem aumentado nos últimos anos conforme o número de timorenses trabalhando no exterior aumenta, em parte devido à limitação das oportunidades de emprego no país.

O café é uma mercadoria estratégica de exportação, uma vez que responde por 95% das vendas externas, excluído o setor petrolífero. Ainda assim, entre 2020 e 2023, as vendas de café somaram apenas 12% do valor obtido com remessas individuais.

Comércio exterior Brasil/Timor-Leste

O Brasil é o 10º maior fornecedor de bens para Timor-Leste. Em 2023, a corrente comercial totalizou USD 16,5 milhões, crescimento de 20% frente a 2022. A corrente é quase inteiramente composta de exportações brasileiras, uma vez que as exportações timorenses ao Brasil somaram apenas USD 12 mil. A pauta exportadora brasileira é composta, basicamente, de carnes de aves (44,8%), despojos comestíveis de carnes (30,3%) e carne suína (17%).

Em abril de 2024, Timor-Leste determinou, após a conclusão de duas missões de inspeção sanitária ao Brasil, a autorização de entrada no país de todos os produtos pecuários (carne bovina, suína e de frango) das empresas JBS, SEARA, BRF e MARFRIG.

Não há registro de investimentos recíprocos.

Em maio de 2023, o Conselho de Ministros de Timor-Leste autorizou a compra pelo Estado timorense da participação majoritária da empresa de telecomunicações brasileira Oi na Timor Telecom S.A. (TT), em uma operação avaliada em cerca de USD 21,1 milhões. A Oi herdou da Portugal Telecom o capital inicial que permitiu a criação, em 2002, da Timor Telecom.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1512	Chegada dos portugueses a Timor.
1556	Estabelecimento de frades dominicanos na ilha.
1702	O território torna-se uma colônia portuguesa.
1769	A capital é transferida de Lifau para Díli.
1859	O Tratado de Lisboa estabelece a fronteira entre as colônias portuguesa e holandesa na ilha de Timor.
1910–12	Revolta dos timorenses contra a dominação portuguesa, derrotada por tropas coloniais.
1941	A colônia é ocupada por tropas australianas e holandesas, no contexto da II Guerra Mundial.
1942	Tropas japonesas invadem o Timor e enfrentam resistência de tropas australianas ajudadas por nativos timorenses.
1945	Derrota japonesa e retorno do território ao domínio português.
1974	Revolução dos Cravos em Portugal dá início ao processo de descolonização.
1975	Primeiras eleições livres em Timor (março); a FRETILIN e a UDT emergem como principais partidos; tentativa de golpe da UDT (agosto); proclamação unilateral da independência pela FRETILIN (novembro); invasão indonésia (dezembro).
1976	Início da ocupação indonésia.

1991	Massacre de Santa Cruz: 250 timorenses assassinados durante manifestação contra a ocupação indonésia.
1996	Prêmio Nobel da Paz é concedido ao bispo de Díli, Dom Ximenes Belo, e a José Ramos-Horta.
1998	B.J. Habibie assume a presidência da Indonésia após a queda de Suharto e concorda com a realização de referendo sobre a autodeterminação de Timor.
1999	Referendo organizado pela ONU em agosto dá vitória aos independentistas; tropas e milícias indonésias devastam o país.
2000-2002	Timor Leste é administrado pela ONU, após retirada indonésia. Instaurada a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), chefiada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello.
2002	O país se torna formalmente independente (maio) e organiza as primeiras eleições parlamentares e presidenciais. Xanana Gusmão toma posse como primeiro presidente.
2006	Tumultos provocados por tropas rebeladas levam à demissão do primeiro-ministro Mari Alkatiri. José Ramos-Horta é nomeado primeiro-ministro.
2007	Eleições parlamentares e presidenciais. José Ramos-Horta assume a presidência da República. Xanana Gusmão é nomeado primeiro-ministro.
2012	Encerramento da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT). Eleições parlamentares e presidenciais. Taur Matan Ruak assume a presidência da República.
2017	Eleições parlamentares e presidenciais. Francisco Guterres Lu-Olo assume a presidência da República.
2018	Crise política leva à dissolução do Parlamento e novas eleições parlamentares. Taur Matan Ruak é nomeado primeiro-ministro.
2019	Entra em vigor o Tratado sobre Fronteiras Marítimas entre Timor-Leste e Austrália.
2020	Formada nova coalização governista no Parlamento de Timor-Leste.
2021	Passagem do Ciclone Tropical Seroja deixa rastro de destruição no Timor-Leste, com dezenas de vítimas fatais e mais de 14 mil desabrigados.
2022	Eleições presidenciais. José Ramos-Horta assume pela segunda vez a

	presidência da República.
2022	Os Estados-partes da ASEAN acordam, em princípio, a admissão de Timor-Leste como o décimo-primeiro membro da Associação.
2023	Aprovação do *roadmap* para adesão de Timor-Leste à ASEAN.
2023	Nas eleições legislativas, coalizão CNTR-PD atinge maioria absoluta no Parlamento e Xanana Gusmão é nomeado primeiro-ministro pela segunda vez.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1975-1999	O Brasil alinha-se às posições de princípio (não intervenção e integridade territorial) objeto de resoluções da AGNU e do CSNU sobre a invasão indonésia.
1999	Envio, pelo Brasil, de oficiais, observadores e peritos eleitorais para acompanhar o referendo sobre a independência (agosto).
1999	O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, encontra José Ramos-Horta e o chanceler da Indonésia, Ali Atalas, à margem da 53ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (setembro).
2000	Começa a operar o Escritório de Representação do Brasil em Díli (junho).
2001	Visita a Timor-Leste do presidente Fernando Henrique Cardoso (janeiro).
2002	Estabelecimento de relações diplomáticas e abertura da Embaixada em Díli (maio).
2002	Timor-Leste torna-se o oitavo membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (maio).
2004	Visita ao Brasil do chanceler José Ramos-Horta, para co-presidir a I Reunião da Comissão Mista (fevereiro).
2004	Decreto presidencial autoriza o envio de 50 professores brasileiros, no âmbito de programa de cooperação executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (novembro).
2005	Envio a Díli de servidor brasileiros para cooperar na formação judiciária de Timor-Leste (setembro).
2007	Visita a Timor-Leste do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (dezembro).
2008	Visita ao Brasil do presidente José Ramos-Horta (janeiro).
2008	Visita a Timor-Leste do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho).
2008	Primeira missão do Grupo Executivo de Cooperação a Díli (agosto).
2009	Visita ao Brasil do presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Fernando La Sama (setembro).
2011	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Xanana Gusmão.
2011	Visita ao Brasil do secretário-geral do Parlamento Nacional de Timor-

	Leste (outubro).
2013	Encontro entre o ministro da Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e seu homólogo José Guterres, em Viena, à margem do V Fórum da Aliança de Civilizações (fevereiro).
2013	Criação da Adidância de Defesa do Brasil para Timor-Leste, cumulativa, com residência em Tóquio, Japão, e, posteriormente, em Camberra (outubro).
2014	Visita dos diretores-gerais do Ministério de Agricultura e Pesca de Timor-Leste ao Paraná, com foco em agricultura de conservação (plantio direto), com apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (abril).
2015	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Constâncio da Conceição Pinto, para participar da cerimônia de posse da presidente da República (janeiro).
2015	Visita a Timor-Leste do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (julho).
2016	Encontro entre o presidente Michel Temer e o presidente Taur Matan Ruak, à margem da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
2018	Visita ao Brasil do diretor-geral de Água e Saneamento de Timor Leste, Gregório de Araújo, como chefe de delegação ao 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março).
2018	Visita a Timor-Leste de defensor público-geral federal brasileiro para monitoramento do projeto de apoio ao setor de justiça timorense.
2022	Brasil faz doação humanitária de USD 120 mil, destinada ao apoio a famílias agricultoras atingidas pelo Ciclone Tropical Seroja (janeiro).
2022	Participação do enviado especial do Brasil, ex-embaixador Aldemo Garcia, nas cerimônias de posse presidencial e de comemoração dos vinte anos da restauração da Independência de Timor-Leste (maio).
2023	Visita ao Brasil do presidente de Timor Leste, José Ramos-Horta, para participar da cerimônia de posse presidencial, em Brasília (janeiro).

2024	Chegada ao Brasil da atual embaixadora de Timor-Leste, Maria Ângela Carrascalão (fevereiro).
2024	Timor-Leste anuncia donativo de USD 4 milhões para auxílio às vítimas e reconstrução do estado do Rio Grande do Sul após enchentes naquele estado (maio)
2024	Encontro entre o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e seu homólogo timorense, Bendito Freitas, à margem da 29ª Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (julho)
2024	Participação do Embaixador junto à ASEAN, Henrique Ferraro, como enviado especial do Brasil nas celebrações do 25º aniversário do Dia da Consulta Popular de Timor-Leste (agosto)

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas	20/05/2002	20/05/2002	10/06/2002
Acordo Básico de Cooperação Técnica	20/05/2002	07/12/2004	20/01/2005
Acordo de Cooperação Educacional	20/05/2002	11/05/2004	11/05/2004
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista	29/10/2003	30/12/2003	30/12/2003
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Cultural	29/01/2008	01/02/2008	01/02/2008
Acordo entre o Brasil e o Timor-Leste sobre o Exercício de Atividade Remunerada, por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	09/01/2009	Em ratificação pela outra parte	Em ratificação pela outra parte
Acordo para a Formalização do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e Cessão de Uso de Terrenos, com Base na Reciprocidade, para as Embaixadas da República Federativa do Brasil e da República Democrática de Timor-Leste	31/07/2009	31/07/2009	22/09/2009

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM DÍLI, NO TIMOR-LESTE

Candidato: RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL

PERFIL DO CANDIDATO



Ministro de Segunda Classe Ricardo José Lustosa Leal

Nascido no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1959, filho de José Tarcísio Leal e Maria Júlia Lustosa Leal. É bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986) e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1996).

Cursou o Instituto Rio Branco na turma de 1986-1987. No Brasil, foi assistente da Divisão de Comunicações (1988), da Divisão de Formação e Treinamento (1989), da Divisão de Operações de Promoção Comercial (1989-1992) e da Divisão de Programas de Promoção Comercial (1992). Trabalhou, também, no Departamento de Oriente Médio (2018-2021).

No exterior, foi encarregado de negócios do Brasil em Daca, Trípoli, Lomé e Damasco. Foi também conselheiro e ministro-conselheiro no Escritório de Representação em Ramala (2009-2012), conselheiro na embaixada do Brasil no Vaticano (2012-2015), ministro-conselheiro na embaixada do Brasil em Praia (2015-2018) e, desde 2021, é ministro-conselheiro na Representação do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres, onde é titular para os assuntos da Comissão Internacional da Baleia (CIB).

Em 2018, foi aprovado no Curso de Altos Estudos (CAE) com tese sobre o sentido geoestratégico da cooperação Brasil-Cabo Verde no campo da defesa, no contexto sul-atlântico. Foi promovido a ministro de segunda classe em 2019.

SITUAÇÃO ATUAL DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E TIMOR-LESTE

I – Relações diplomáticas

- As relações do Brasil com Timor-Leste são marcadas pela solidariedade decorrente da herança lusófona comum. Tornando-se independente de Portugal em 1975, Timor-Leste foi, em seguida, ocupado pela Indonésia. A partir de então, foi palco de uma sangrenta luta de libertação que durou mais de duas décadas e encerrou-se com a restauração da independência em 2002. O Brasil esteve presente na Força Internacional para Timor-Leste (INTERFET), em 1999, e na Administração Transitória das Nações Unidas, tendo participado ativamente da criação e do fortalecimento das principais instituições nacionais do jovem Estado. Entre 1999 e 2002, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello exerceu as funções de administrador transitório e representante especial do secretário-geral da ONU em Timor-Leste.
- O estabelecimento das relações diplomáticas data de 20 de maio de 2002, dia da restauração da independência, tendo sido o Brasil um dos primeiros países a fazê-lo. O decreto que criou a Embaixada brasileira foi publicado três dias antes da formalização da independência, em 17 de maio de 2002. Naquele mesmo ano, foram assinados o Acordo Básico de Cooperação Técnica e o Acordo de Cooperação Educacional.
- Timor-Leste tem posições alinhadas ao Brasil em diversas instâncias e endossa sistematicamente candidaturas brasileiras em organismos internacionais. Manifestou apoio à aspiração do Brasil a assento permanente no CSNU em diversas ocasiões. O compartilhamento de valores como o compromisso com a paz e a defesa do estado democrático de direito contribui para a fluidez do relacionamento bilateral.
- O momento político é particularmente favorável. O presidente Ramos-Horta foi o único chefe de Estado asiático presente nas cerimônias de posse presidencial, em janeiro de 2023 e, em outubro de 2023, encaminhou carta convidando o Presidente Lula da Silva a voltar a Timor-Leste. O senhor presidente da República esteve no país durante seu segundo mandato, em 2008. Adicionalmente, o ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, manteve reunião com seu homólogo timorense, Bendito Freitas, à margem da 29ª Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em julho de 2024.
- Há a perspectiva de que Timor-Leste possa favorecer as interações políticas e comerciais do Brasil com a ASEAN, organização regional que reúne 10 países do Sudeste Asiático e da qual o Timor-Leste se prepara para se tornar o 11º membro pleno.

II - Relação econômico-comercial

- A economia de Timor-Leste é dependente da exploração de petróleo e gás, majoritariamente empreendida pela Austrália, que paga royalties ao governo timorense. Esses recursos são transferidos para o Fundo Petrolífero de Timor-Leste.

- O principal produto de exportação é o café. A capacidade limitada de exportação e a forte dependência de importações (inclusive de alimentos) resulta em sucessivos déficits na balança comercial. O país importa principalmente da Indonésia (70% do total), seguida de Austrália, China, Singapura, Malásia e Portugal.
- Segundo informações comerciais de Timor-Leste, o Brasil foi o 10º maior fornecedor de produtos importados pelo país asiático em 2023.
- O volume de intercâmbio comercial é limitado, embora tenha crescido ao longo da última década. Em 2013, o fluxo de comércio alcançava USD 2,8 milhões. Em 2023, o intercâmbio foi de USD 16,5 milhões, com a quase totalidade sendo composta por exportações brasileiras, principalmente de carnes de aves (45%), despojos comestíveis de carnes (37%) e suínos (17%).

III - Cooperação técnica

- A cooperação técnica oferecida pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ocupa posição central nas relações bilaterais. Atualmente, estão vigentes três projetos:
  a. Apoio ao Fortalecimento do Setor de Justiça de Timor-Leste: projeto mais antigo da cooperação bilateral, foi responsável pela criação da Defensoria Pública timorense (DPTL) nos moldes da brasileira. Em sua oitava etapa, pretende fortalecer a Inspetoria da DPTL e oferecer capacitação em direito penal e civil, além de oferecer assessoria ao Ministério da Justiça de Timor-Leste;
  b. Apoio ao Fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste: iniciado em 2011, na etapa atual contempla ações de capacitação e transferência de conhecimento técnico em tecnologia da informação, taquigrafia e protocolo;
  c. Apoio ao Fortalecimento do Serviço de Inteligência de Timor-Leste: atualmente na segunda fase, destina-se a capacitar funcionários do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) timorense para a produção de conhecimentos administrativos e de inteligência.
- Encontram-se em fase final de negociação quatro projetos:
  a. Formação de educadores em práticas ecológicas: tem como objetivo dotar o *Peace Center*/UNTL de competências para capacitar agentes comunitários no interior do país em práticas sustentáveis de agroecologia e agricultura familiar;
  b. Retomada da cooperação com o Centro Nacional de Formação Profissional, o "SENAI de Becora" (que contou com a cooperação brasileira desde a criação, em 2001, até 2015), com vistas à sua revitalização, atualização e aperfeiçoamento dos cursos;
  c. Ensino de português na administração pública, por meio do ensino de língua portuguesa como segunda língua;
  d. Fortalecimento do cooperativismo, demanda apresentada pela Secretaria de Estado de Cooperativas timorense, para capacitação de funcionários e agentes.

IV- Cooperação em educação

- A cooperação educacional brasileira tem tido papel relevante no fortalecimento da língua portuguesa em Timor-Leste (o português é a segunda língua oficial, ao lado do tétum, sendo este muito mais utilizado). Grandes projetos da cooperação brasileira do passado, entre eles o Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa-PQLP (2004-2015), são até hoje valorizados pelas autoridades timorenses.
- Em agosto de 2023, o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica criou o curso de Mestrado em Educação na Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Nacional Timor Lorosa (UNTL), em que professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) colaboram na criação das disciplinas, treinamento dos docentes e na própria formação dos mestrandos.
- Estudantes timorenses têm-se beneficiado, embora em números ainda modestos, do Programa de Estudante-Convênio Graduação (PEC-G), contemplados em sua grande maioria com bolsas de graduação pagas pelo Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH). A UNILAB, por sua vez, acolheu cerca de 60 alunos timorenses desde o início do programa, em 2011. Em nível de pós-graduação, pelo Programa GCUB-Mob, foram aprovadas 14 bolsas de mestrado para estudantes timorenses em 2022, 24 em 2023, e 20 em 2024.
- Está em fase final o projeto-piloto Formação de Professores do Ensino Secundário Técnico-Vocacional. Onze professores brasileiros dos Institutos Federais atuam na formação continuada de 117 docentes de escolas públicas timorenses do ensino médio técnico-vocacional em sete cidades diferentes. O projeto-piloto será avaliado em dezembro de 2024.
- A mais recente demanda timorense é a da revisão dos currículos da disciplina de língua portuguesa e de elaboração de material didático para o Ensino Básico do 3º ciclo, atualmente sob análise da parte brasileira.

V – Cooperação em defesa

- Militares brasileiros têm colaborado com as Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) desde 1999, quando integraram a INTERFET e posteriormente, até maio de 2005, período em que auxiliaram na segurança de autoridades e na manutenção da ordem.
- No âmbito do Programa de Assessores Militares, desde 2016, a cada seis meses, um coronel do Exército Brasileiro desempenha a função de assessor militar do ministro da Defesa de Timor-Leste; um capitão-de-mar-e-guerra da Marinha do Brasil desempenha a função de assessor militar para assuntos relacionados à implementação da autoridade marítima de Timor-Leste; e um capitão do Exército brasileiro desempenha a função de assessor do comandante da Polícia Militar das F-FDTL.
- Desde 2005, a pedido do Ministério da Defesa timorense, o Exército Brasileiro organiza atividades de instrução militar de curto prazo. A Missão Maubere, como é conhecida,

consiste no envio de equipe de 6 instrutores em cada missão, para treinamento da Polícia Militar das F-FDTL no modelo da Polícia do Exército (PE) brasileira. A sétima edição da Missão Maubere foi concluída, em Díli, em novembro de 2023.

VI – Temas culturais

- O primeiro Leitorado brasileiro junto à UNTL foi inaugurado em 2019 com a professora Renata Franck, que desempenhou as funções de leitora até julho de 2023, quando foi substituída pela professora Érica Marciano. Ambas contam com enorme reconhecimento de alunos, colegas e diretores da instituição e se esforçaram para ir além das atividades de docência, buscando, a despeito das limitações materiais, promover a cultura brasileira e a língua portuguesa como em atividades extracurriculares.

VII – Temas consulares

- A comunidade brasileira em Timor-Leste é estimada em cerca de 140 nacionais, entre professores, empresários, profissionais liberais, consultores internacionais, assessores, funcionários de ONGs e familiares. Embora concentrada em Díli, a comunidade está presente também em remotas regiões montanhosas do interior, onde missionários brasileiros, católicos e evangélicos, prestam relevante assistência social às populações carentes. Emergências consulares são raras. Não há brasileiros presos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em fase final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido como como órgão de excelência na promoção, defesa e representação dos interesses do Brasil e da sociedade brasileira em Timor-Leste, buscando gerar benefícios concretos para o desenvolvimento nacional e para os cidadãos brasileiros.

MISSÃO

Defender e promover os interesses internacionais do Brasil em suas relações com Timor-Leste, tanto com interlocutores governamentais quanto com o empresariado e a sociedade civil timorense; prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro em Timor-Leste; apoiar, promover e ampliar a cooperação Brasil-Timor-Leste, visando à geração de benefícios recíprocos.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar a coordenação e concertação político-diplomática entre Brasil e Timor-Leste nos planos bilateral e multilateral, com ênfase na promoção de benefícios recíprocos;
2. Apoiar as atividades de cooperação vigentes e fomentar novos projetos e frentes de cooperação que permitam elevar a presença do Brasil naquele país;
3. Promover a imagem e cultura brasileiras em Timor-Leste, com ênfase na herança compartilhada da lusofonia e na difusão da língua portuguesa;
4. Estreitar os vínculos na área educacional, promovendo e apoiando o intercâmbio e o aperfeiçoamento de professores, pesquisadores, estudantes e gestores educacionais;
5. Fomentar a expansão das exportações do Brasil para Timor-Leste e promover a inserção competitiva de produtos brasileiros no mercado local;
6. Buscar o apoio de Timor-Leste a candidaturas e posições brasileiras em organismos internacionais;
7. Acompanhar e apoiar o processo de integração de Timor-Leste à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em linha com o objetivo estratégico de aumentar a presença brasileira no Sudeste Asiático e adensar a “parceria de diálogo setorial” com aquela Associação;
8. Oferecer serviços consulares de qualidade e com agilidade ao público brasileiro e a estrangeiros que demandem serviços prestados pelo setor consular;

9. Dar início ao processo licitatório para a construção de sede definitiva da Embaixada do Brasil em Díli, em cumprimento ao Acordo para Formalização do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e Cessão de Uso de Terrenos para as Embaixadas da República Federativa do Brasil e da República Democrática de Timor-Leste, com vistas a superar desgaste diplomático decorrente da expectativa timorense, reiteradamente expressa, de aproveitamento do terreno cedido ao Brasil (e desocupado) desde 2009.
10. Aprimorar práticas de gestão e transparência da embaixada em Díli.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Metas prioritárias da gestão do candidato

- Promover o incremento e a diversificação do comércio bilateral;
- Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificar potenciais mercados para produtos brasileiros ainda sem inserção no país;
- Aprofundar o conhecimento do mercado local de proteína animal e dos padrões de importação timorenses visando à inserção competitiva da indústria brasileira de carne;
- Realizar gestões em favor de empresas brasileiras cuja exportação de produtos for eventualmente afetada por medidas restritivas;
- Identificar potenciais áreas e oportunidades de investimentos para empresas brasileiras em Timor-Leste, sobretudo nas áreas de petróleo, gás e infraestrutura;
- Identificar potenciais áreas e oportunidades comerciais para empresas brasileiras na esteira da recente adesão de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio;
- Promover, na jurisdição do Posto, produtos e serviços de empresas brasileiras.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de participações em eventos empresariais e/ou encontros com empresários, associações comerciais e outros interlocutores timorenses;
- Número de missões comerciais brasileiras realizadas ao país e apoiadas pela Embaixada;
- Número de gestões realizadas junto ao governo local para promover produtos e serviços de empresas brasileiras;
- Número de telegramas e outros expedientes sobre evolução da economia de Timor-Leste, de seu comércio exterior e da balança comercial com o Brasil;
- Número de telegramas com dados e oportunidades do mercado local e potencial de inserção para produtos e investimentos brasileiros.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

Metas prioritárias da gestão do candidato

- Inaugurar o mecanismo de consultas políticas entre Brasil e Timor-Leste, promovendo a realização regular de reuniões;
- Intensificar o diálogo e interação com o Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste e com outros atores governamentais relevantes;
- Realizar gestões para negociação de propostas de novos instrumentos bilaterais;
- Estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras a Timor-Leste, bem como de autoridades timorenses ao Brasil;
- Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional, com a chancelaria timorense;
- Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa de Timor-Leste, tendo como baliza os interesses da política externa do Brasil para Timor-Leste;
- Acompanhar, relatar e analisar o processo de adesão plena de Timor-Leste à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Assinatura de memorando de entendimento sobre o estabelecimento de mecanismo de consulta políticas entre Brasil e Timor-Leste;
- Número de reuniões de consultas políticas realizadas durante a gestão do Posto;
- Número de notas verbais enviadas e recebidas da chancelaria timorense;
- Número de gestões e reuniões presenciais realizadas junto a atores governamentais de Timor-Leste;
- Número de instrumentos bilaterais assinados;
- Número de visitas de autoridades de Timor-Leste ao Brasil;
- Número de visitas de autoridades do Brasil a Timor-Leste;
- Número de telegramas contendo relato e análise de política interna e externa de Timor-Leste.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

Metas prioritárias da gestão do candidato

- Assegurar apoio timorense a candidaturas apresentadas pelo Brasil em instituições multilaterais de que o Timor-Leste faça parte e tenha poder de voto;
- Garantir apoio de Timor-Leste a posições brasileiras em fóruns internacionais, sobretudo na CPLP;
- Contribuir para a concertação entre ambos os países em foros multilaterais, visando à reforma das instituições de governança global.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de gestões, por nota verbal ou presenciais, junto ao governo de Timor-Leste em favor de candidaturas e posições brasileiras em organismos internacionais;
- Índice de apoio timorense a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA E COOPERAÇÃO EM CULTURA

Metas prioritárias da gestão do candidato

- Ampliar a difusão da cultura brasileira e diversificar as referências culturais brasileiras;
- Apoiar a continuidade do programa de Leitorado existente em Timor-Leste e fortalecer a interlocução dos leitores brasileiros com a sociedade local;
- Viabilizar a implementação de Instituto Guimarães Rosa (IGR) ou, subsidiariamente, de um Núcleo de Estudos Brasileiros (NEB) em Díli;
- Desenvolver parcerias para projetos e eventos de promoção das expressões culturais brasileiras;
- Fortalecer programas de cooperação centrados na difusão da língua portuguesa em Timor-Leste, seja para a administração pública local, seja para a sociedade civil timorense;
- Atualizar canais digitais da embaixada voltados para a promoção da imagem do país e da cultura brasileira, aumentando o interesse da sociedade local pelo Brasil.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de eventos de promoção da cultura brasileira organizados pelo Posto;
- Número de alunos atingidos diretamente por programas de difusão cultural regular do posto, via leitorado e futuro IGR ou NEB;
- Número de projetos de cooperação em negociação, em andamento ou concluídos centrados na difusão da língua portuguesa;
- Número de postagens nas mídias sociais no Posto e número de acessos nesses canais.

V – COOPERAÇÃO TÉCNICA, EDUCACIONAL E DE DEFESA

Metas prioritárias da gestão do candidato

- Garantir a continuidade e a exitosa conclusão dos projetos de cooperação existentes, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC);
- Identificar novas áreas de possível cooperação bilateral e potenciais parceiros, no Brasil e em Timor-Leste, incluindo temas prioritários para o Brasil, como a promoção do desenvolvimento sustentável e o combate à fome, à pobreza e às desigualdades sociais;
- Prestar cooperação técnica para a construção de capacidades que viabilizem a adesão plena de Timor-Leste à ASEAN;
- Estimular contatos entre universidades e agências governamentais do Brasil e de Timor-Leste, com vistas à expansão de projetos de cooperação em educação;
- Apoiar, estimular e promover a cooperação educacional e a mobilidade acadêmica entre universidades do Brasil e de Timor-Leste;
- Fomentar a cooperação em matéria de defesa.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de projetos de cooperação realizados e iniciados durante a gestão;
- Número de demandas de cooperação recebidas pela ABC e negociadas com o governo e instituições timorenses;
- Número de reuniões realizadas com vistas a negociar projetos de cooperação técnica;
- Valor empenhado pela ABC em projetos de cooperação técnica com Timor-Leste;
- Número de alunos timorenses inscritos em projetos de mobilidade acadêmica no Brasil;
- Número de edições da Missão Maubere realizadas durante a gestão.

VI – APOIO À COMUNIDADE BRASILEIRA

Metas prioritárias da gestão do candidato

- Prestar serviço consular ágil e de qualidade;
- Aprimorar a assistência consular e a provisão de documentos aos cidadãos brasileiros;
- Mapear regularmente a comunidade brasileira em Timor-Leste, de modo a conhecer seu perfil e necessidades;

- Familiarizar os cidadãos brasileiros em Timor-Leste com os serviços eletrônicos consulares (e-consular) e dar conhecimento sobre direitos e obrigações como brasileiros residentes no exterior;
- Aprofundar a comunicação e difusão de temas de interesse da comunidade por meio das redes sociais do posto;
- Organizar as eleições presidenciais de 2026.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de atendimentos consulares realizados e documentos consulares produzidos sob demanda;
- Inexistência de filas virtuais para a prestação de serviços consulares;
- Documento atualizado com mapeamento de brasileiros residentes em Timor-Leste;
- Número de postagens sobre temas consulares nas mídias sociais da embaixada;
- Número de eleitores que efetivamente compareceram à(s) urna(s) nas eleições presidenciais de 2026.

SF/25652.35286-98

RELATÓRIO Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 1, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Timor-Leste*.

Relator: Senador **SERGIO MORO**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor RICARDO JOSÉ LUSTOSA LEAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Timor-Leste.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

O diplomata indicado é bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986) e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1996). No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1997) e o Curso de Altos Estudos (2018),

SF/25652.35286-98

em que apresentou tese sobre o sentido geoestratégico da cooperação Brasil-Cabo Verde no campo da defesa.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1987, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Foi promovido a Segundo-Secretário em 1993; a Primeiro-Secretário do Quadro Especial em 2006; a Conselheiro do Quadro Especial em 2011; e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2019.

No Brasil e no exterior, desempenhou, entre outras, as seguintes funções: Assistente e Chefe Substituto da Divisão de Programas de Promoção Comercial (1992/2009); Primeiro-Secretário comissionado, Conselheiro e Ministro-Conselheiro no Escritório de Representação em Ramala (2009/12); Conselheiro na Embaixada no Vaticano (2012/15); Conselheiro comissionado, Ministro-Conselheiro na Embaixada em Praia (2015/18); Assessor Técnico do Departamento de Oriente Médio (2018/21); e, desde 2021, Ministro-Conselheiro na Embaixada em Londres, com exercício junto ao representante permanente do Brasil nos organismos internacionais sediados nessa cidade.

Em observância às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Democrática do Timor-Leste.

O Timor-Leste é uma ex-colônia portuguesa que permaneceu sob o domínio da Indonésia entre 1975 e 1999. Após período de administração transitória da Organização das Nações Unidas, liderada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello, o Timor tornou-se independente em 2002. Trata-se de um país insular localizado no Sudeste Asiático na parte oriental da ilha do Timor e compartilha sua única fronteira terrestre com a Indonésia.

Com uma população de 1,3 milhão de habitantes, os timorenses falam tétum e português, as duas línguas oficiais do país, mas também indonésio e inglês, consideradas línguas de trabalho. O país ocupa a posição de número 140 (entre 189) no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No plano bilateral, a herança lusófona comum aproximou os dois países e consolidou o relacionamento baseado na solidariedade. Nesse sentido, o Timor-Leste é beneficiário de diversas iniciativas brasileiras de cooperação em áreas como educação, institucionalização dos órgãos de estado, justiça,

SF/25652.35286-98

defesa e formação profissional. Sob a égide da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) a cooperação entre os dois países tem se ampliado para outras áreas, como linguística, direito, administração pública e recursos hídricos.

A corrente de comércio bilateral totalizou US$ 16,5 milhões em 2023. O montante é composto inteiramente por exportações brasileiras, que é constituída, basicamente, de carnes de aves, despojos comestíveis de carnes e carne suína.

No tocante à comunidade de brasileiros no país, ela é estimada em 140 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOÃO MENDES PEREIRA*
CPF.: [redacted]
ID.: [redacted]

1965	Filho de [redacted], nasce em [redacted]
Dados Acadêmicos:	
1987	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1990	CPCD - IRBr
1998	CAD - IRBr
2005	CAE - IRBr, A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul - IIRSA como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul
Cargos:	
1991	Terceiro-Secretário
1996	Segundo-Secretário
2002	Primeiro-Secretário, por merecimento
2006	Conselheiro
2010	Ministro de Segunda Classe
2017	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1987	Ministério da Indústria e do Comércio, Coordenadoria de Assuntos Internacionais, assessor
1991	União Educacional de Brasília-UNEB, Professor de Políticas e Estratégias de Comércio Exterior
1991-92	Instituto Rio Branco, assessor
1992-95	Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1995-99	Missão Junto à CEE, Bruxelas, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1999-2003	Delegação Permanente Junto à ALADI, Montevidéu, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
2003	Coordenação-Geral para as Negociações Mercosul-União Européia, Coordenador, interino
2003-04	Divisão da União Européia e Negociações Extra-Regionais, Chefe, interino
2004-07	Embaixada em Lisboa, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2007-09	Divisão de Integração Regional, Chefe
2009-10	Divisão Econômica da América do Sul, Chefe
2010-12	Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul, Coordenador-Geral
2012-16	Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional, Diretor
2016-18	Cerimonial. Chefe.
2018-22	Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral
2022-	Embaixada do Brasil em Bruxelas. Embaixador.
Condecorações:	
2012	Medalha "Mérito Tamandaré"
2014	Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador
2015	Ordem do Mérito da Defesa, no grau Comendador

2015	Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial
2017	Medalha do Pacificador
2017	Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Grande Oficial
2018	Ordem de Rio Branco, no grau de Grã Cruz

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2025

(nº 122/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 122

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO MENDES PEREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO MENDES PEREIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de janeiro de 2025.

EM nº 00009/2025 MRE

Brasília, 27 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO MENDES PEREIRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Panamá, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **CARLOS HENRIQUE MOOJEN DE ABREU E SILVA**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **JOÃO MENDES PEREIRA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 142/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6402385** e o código CRC **0E77DEDE** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000539/2025-15

SEI nº 6402385

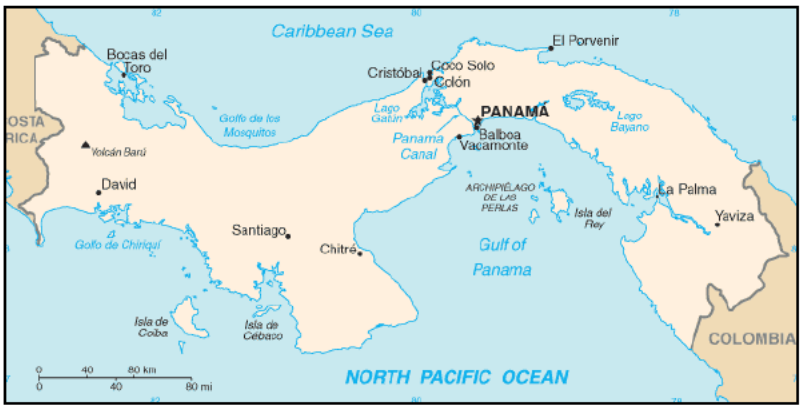
DADOS BÁSICOS SOBRE O PAÍS	
Nome Oficial:	República do Panamá

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PANAMÁ







Informação Ostensiva
Janeiro de 2025

Capital:	Cidade do Panamá
Área:	74.340 km² (equivalente ao estado da Paraíba; maior do que Serra Leoa)
População:	4,351 milhões
Línguas oficiais:	Espanhol
Principais religiões:	Católicos (85%); protestantes (15%)
Sistema político:	República presidencialista
Chefe de Estado e de governo:	José Raúl Mulino (desde 01 de julho de 2024)
Ministro das Relações Exteriores:	Javier Martínez-Acha (desde 01 de julho de 2024)
PIB nominal (2024, FMI):	US$ 87,35 bilhões (3,98% do PIB do Brasil, de USD 2,19 trilhões)
PIB PPP (2024, FMI):	US$ 186,21 bilhões (3,96% do PIB do Brasil, de USD 4,7 trilhões)
PIB *per capita* (2024, FMI):	US$ 19.370 (188,06% do PIB per capita do Brasil, de USD 10.300)
PIB *PPP per capita* (2024, FMI):	US$ 41.290 (186,66% do PIB per capita do Brasil, de USD 22.120)
Variação do PIB (FMI):	3% (est. 2025); 2,5% (2024); 7,3% (2023); 10,8% (2022); 15,3% (2021); -17,9% (2020); 3% (2019), 3,9% (2018); 5,8% (2017); 6,3% (2016); 6% (2015).
IDH (2021, PNUD)	0,820 (57º entre 193 países; Brasil é o 89º)
Exportações brasileiras (2024)	US$ 919,3 milhões (-3,2%); 51º destino
Principais produtos exportados	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (62%); demais produtos da indústria de transformação (4,8%); outros medicamentos, incluindo veterinário (3,2%)
Total importações brasileiras (2024)	US$ 14,8 milhões (+7,2%)
Principais produtos importados	Resíduos de metais de base não ferrosos e de sucata (51%); revestimentos de pisos (8,3%); outros artigos manufaturados diversos (6%).
Investimentos do Brasil no país	Os principais setores em que as empresas brasileiras investem no Panamá são a construção civil, serviços financeiros, distribuição de alimentos e indústria farmacêutica. Dentre outras, registra-se a presença das seguintes empresas: AB Inbev/Cervecería Nacional; Banco Itaú (filial do Itaú Colômbia); J Safra Asset (Sede de Empresa Multinacional do Setor Financeiro); Tramontina; TIVIT (soluções tecnológicas); MV Sistemas (inovação e gestão em saúde); Born Animal Biotechnology (tecnologia e reprodução bovina).
Investimentos do país no Brasil	Segundo dados de 2020 do Banco Central (BCB), mais de 210 empresas brasileiras mantinham como investidor direto ou controlador final o Panamá, totalizando mais de US$1,43 bilhões, divididos principalmente entre os setores de transporte,

	armazenagem e correio; indústrias de transformação e construção.
Embaixador do Brasil no país	Carlos Henrique Moojen de Abreu e Silva, desde agosto de 2022.
Embaixador do país no Brasil	Flavio Gabriel Mendez Altamirano, desde outubro de 2024.

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US$ milhões (fonte: Comex Vis)

Brasil → Panamá	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	**313,5**	**317,1**	**643,0**	**640,9**	**536,8**	**552,4**	**770,7**	**868,9**	**963,7**	**934,1 (-3,1%)**
Exportações	304,7	308,6	633,0	626,6	523,4	428,3	650,6	854,8	949,9	919,3 (-3,2%)
Importações	8,8	8,5	10,0	14,3	13,4	124,1	120,1	14,1	13,8	14,8 (+7,2%)
Saldo	295,9	300,1	623	612,3	510,0	304,2	530,5	840,7	936,1	904,5

PERFIS BIOGRÁFICOS

José Raúl Mulino
Presidente da República



José Raúl Mulino (Panamá, 1959) é formado em Direito pela Universidad Católica Santa María La Antigua. Iniciou sua carreira profissional como advogado especialista em direito marítimo e, em 1988, tornou-se sócio fundador do escritório de advocacia Fábrega, Molino y Mulino. Ocupou cargos políticos de relevo durante as presidências de Guillermo Endara (1989-1994), quando atuou como Ministro das Relações Exteriores, e de Ricardo Martinelli (2009-14), ocasião em que foi Ministro da Segurança Pública e de Governo e Justiça.

Foi indicado como candidato, em substituição ao ex-presidente Ricardo Martinelli, cuja postulação foi impugnada pelo Tribunal Eleitoral, devido a condenação penal por lavagem de dinheiro. Eleito presidente do Panamá para o período 2024-2029.

Javier Martínez-Acha
Ministro das Relações Exteriores



Javier Martínez-Acha (Panamá, 1963) é advogado e economista. Formou-se em engenharia industrial e ciências econômicas pela Universidade do Texas A&M e em direito e ciências políticas pela ULACIT. Possui especialização em direito financeiro e bancário, direito internacional e corporativo e em arbitragem internacional. Foi co-fundador, gerente geral e presidente da empresa nacional de intermediação financeira internacional Geneva Asset Management SA. Também trabalhou como encarregado da carteira corporativa do Banco de Iberoamerica, tesoureiro da GICU Construção e consultor financeiro da empresa Merrill Lynch Panamá. Durante o governo de Martín Torrijos (2004-2009), foi secretário do Conselho de Segurança Nacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Panamá, principal parceiro comercial brasileiro na América Central, tem importância que transcende seu entorno imediato. Devido à sua localização estratégica, na intersecção dos oceanos Atlântico e Pacífico, na passagem entre as Américas do Sul e do Norte, o país tornou-se "hub" logístico caracterizado pela centralidade de seu Canal interoceânico e ampla infraestrutura aeroportuária.

As relações entre o Brasil e o Panamá são historicamente amistosas e cordiais, e construídas em bases pragmáticas. Valores e princípios compartilhados facilitam o diálogo e a cooperação nos planos bilateral, regional e multilateral. Os alicerces das relações bilaterais têm sido, entre outros pilares, a tradicional cooperação educacional e a cooperação técnica por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Com a posse do presidente José Raúl Mulino, eleito para o período 2024-2029, abriu-se janela de oportunidade na área econômico-comercial. De nítido viés pró-negócios, o novo presidente panamenho vem demostrando grande disposição para promover o adensamento das relações com o Brasil. Desde a posse, o presidente panamenho tem manifestado interesse em aproximar-se do MERCOSUL.

O acercamento ao Brasil e aos países do MERCOSUL pode ser exemplificado pelos encontros de alto nível entre o presidente Mulino e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho e dezembro de 2024, à margem das Cúpulas de Chefes de Estado do MERCOSUL, e pela visita oficial à Brasília, em setembro passado, do chanceler Javier Martínez-Acha, acompanhado de grande delegação, que incluiu os ministros de Comércio e Indústria, Julio Moltó, e de Desenvolvimento Agropecuário, Roberto Linares.

Como principal resultado da intensificação das relações, o Panamá tornou-se o primeiro país centro-americano a vincular-se ao MERCOSUL, na condição de estado associado. O anúncio ocorreu no último mês de dezembro, durante a 65ª Cúpula do MERCOSUL, em Montevidéu. A associação favorecerá o aprofundamento dos laços comerciais e de investimentos entre o Brasil e o Panamá.

Mecanismo de Consultas Políticas

Em abril de 2000 foi assinado o Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República do Panamá. O memorando previa a realização de consultas políticas regulares de alto nível entre as chancelarias, em periodicidade mutuamente acordada. A I Reunião do Mecanismo foi realizada em novembro de 2020, em formato virtual. A II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Panamá ocorreu em Brasília, em março de 2023.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Brasil-Panamá tem como marco legal o Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em 9 de abril de 1981, na Cidade do Panamá, e promulgado em 1 de março de 1983. A cooperação técnica Brasil-Panamá tem histórico de experiências exitosas, com iniciativas nas áreas de saúde, agricultura, pecuária e proteção social, entre outras.

Com vistas a robustecer o programa de cooperação, foram adotadas, na I Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Panamá (6 a 8 de junho de 2022, na cidade do Panamá), seis iniciativas, que se encontram em diferentes fases de implementação, sendo três na área temática de agricultura e as outras três nas áreas de energia, meio ambiente e educação.

Cooperação no Setor Agropecuário

Em matéria de cooperação no setor agropecuário, destaca-se o forte interesse do governo Mulino em expandir ações com o Brasil na área de capacitação e treinamento, tendo como foco melhoramento genético, pecuária de precisão, melhoria de sementes, entre outras. Durante a visita do chanceler Martínez-Acha ao Brasil, o ministro de Desenvolvimento Agropecuário panamenho, Roberto Linares, vocalizou, em especial, o interesse de seu país em manter cooperação fluida com a EMBRAPA. Note-se que a cooperação brasileira tem papel relevante na formação de agrônomos e veterinários panamenhos ao longo de décadas, o que favorece o intercâmbio comercial nesse segmento e posiciona o Brasil como país de referência para o Panamá. À margem da última Cúpula do MERCOSUL, em Montevidéu, em dezembro de 2024, os dois países assinaram acordo de cooperação técnica para o resgate da produção de caju no Panamá.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral, estruturalmente assimétrico e favorável ao Brasil, registrou elevação constante entre 2003 e 2008, tendência que foi interrompida em 2009 em função da crise econômica internacional. De 2010 a 2019, oscilou entre anos de crescimento e retração. Houve uma diminuição na magnitude dos déficits panamenhos em 2020 e 2021, devido a um exponencial aumento das exportações de cobre e concentrados ao Brasil (superior a 2500%). Tal tendência, contudo, foi revertida em 2022, ano em que não houve a exportação dessa classe de produto para o Brasil.

Atualmente, o Panamá é o principal parceiro comercial brasileiro na América Central. Em 2024, a corrente de comércio foi de US$ 934,1 milhões, uma redução de 3,1% em relação a 2023, quando o intercâmbio atingiu seu maior valor da série histórica (US$ 963,7 milhões). Em termos proporcionais, trata-se de um dos maiores superávits da balança comercial brasileira: o Brasil exportou US$ 919,3 milhões e importou tão somente US$ 14,8 milhões. As exportações brasileiras foram compostas dos seguintes produtos: óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (62%); demais produtos da indústria de transformação (4,8%); outros medicamentos, incluindo veterinário (3,2%).

As importações oriundas do Panamá foram pouco significativas, do ponto de vista proporcional. Após retração de 88,3% em 2022, devido à cessação de exportações de cobre decorrentes de disputa entre o governo panamenho e a empresa Minera Panamá, as importações voltaram a encolher em 2,1% no ano de 2023 e tiveram aumento de 7,2% em 2024. O principal produto exportado pelo Panamá ao Brasil são resíduos metálicos, que corresponde a 51% do valor total da pauta exportadora.

Há amplo potencial para ampliação das trocas bilaterais. A proximidade geográfica, as afinidades culturais e a ótima relação bilateral, entre outros fatores, favorecem ampliação da presença brasileira no mercado interno e eventual utilização do Istmo como plataforma de acesso a outros mercados da região.

Associação do Panamá ao MERCOSUL

Em dezembro de 2024, por ocasião da 65ª Cúpula do MERCOSUL, em Montevidéu, o Panamá tornou-se o primeiro país da América Central a vincular-se ao bloco na condição de estado associado. Durante a solenidade de associação, que contou com a participação do presidente José Raúl Mulino, foi assinado o Acordo de Complementação Econômica entre os Estados Partes do

MERCOSUL e o Panamá (ACE-76), documento que estabelece os parâmetros básicos para a negociação futura de acordos comerciais. O país centro-americano também assinou o Ato de Adesão ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL e o Ato de Adesão à Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL.

Nessa oportunidade, o presidente Lula manifestou sua satisfação com o avanço do processo de liberalização comercial junto ao Panamá, por onde passa 6% do comércio mundial. Já o presidente panamenho descreveu a assinatura como um momento histórico, destacando, por um lado, a força dos países mercosulinos nas áreas agrícola e industrial, e, por outro, sublinhando a capacidade logística e de conectividade do Panamá.

Investimentos

O Panamá é considerado um dos países na América Latina mais favoráveis aos negócios e investimentos. Os fatores atrativos relacionam-se a seu *hub* logístico, à abertura econômica, à estabilidade social, política e econômica e à existência de importante centro financeiro internacional.

No mais recente relatório do Banco Central sobre investimentos diretos (2024 - ano-base 2022), o Panamá é a 43ª origem de investimentos diretos no Brasil, com U$ 689 milhões em estoque. A maior parte dessas inversões está nos setores de transporte, armazenagem e correio (57,82%) e indústrias de transformação (15,45%).

No sentido inverso, o Panamá é o 9º destino dos investimentos diretos brasileiros, com U$ 9,25 bilhões (2,1% do total). A grande maioria dos investimentos brasileiros no Panamá, 73,93%, referem-se a atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados

Há grande potencial de atração de investimentos provenientes do Panamá no âmbito do novo PAC, que traz oportunidades de investimentos que podem chegar a U$ 340 bilhões (R$ 1,68 trilhão) nos próximos anos, e que tem a sustentabilidade em seu centro.

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou mandato específico para negociar Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com o Panamá. No último mês de setembro, durante visita do chanceler Martínez-Acha, os negociadores de ambos os países mantiveram reunião para discutir um cronograma inicial de trabalho.

Canal do Panamá

Diante da sua condição geográfica estratégica e da importância do Canal do Panamá para o escoamento de mercadorias, ao interligar os oceanos Pacífico e Atlântico, o Panamá configura- se como importante hub logístico de escala global na América Latina.

Segundo o Informe Anual da Autoridade do Canal do Panamá, o Brasil foi o 18º maior usuário da rota interoceânica no ano de 2023, com 4,4 milhões de toneladas transportadas. O uso do canal para o trânsito das exportações brasileiras para os mercados da costa oeste dos EUA e da Ásia, em particular à China, tem figurado na agenda de entidades brasileiras como a Associação Brasileira dos Produtores de Soja e os Portos do Itaqui (Maranhão) e de Suape (Sergipe), cujos representantes visitaram o Panamá em anos recentes, com o objetivo de discutir mudanças no sistema de precificação de pedágios e promover parcerias e troca de informações em áreas técnicas, por meio da assinatura de Memorandos de Entendimento com a Autoridade do Canal do Panamá (ACP).

O governo brasileiro também tem adotado uma postura de explorar o diálogo com ACP a fim de permitir a redução de custos e uma maior utilização do Canal do Panamá por embarcações procedentes do Brasil. Nesse sentindo, destaca-se a visita ao Panamá, em março de 2023, da Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Assuntos Consulares

Segundo estatísticas do Serviço Nacional de Migrações (SNM), o Brasil ocupou o décimo-quinto lugar entre os países com mais nacionais que atravessam irregularmente a floresta do estreito de Darién em 2024. Segundo o Panamá, 1075 cidadãos brasileiros estiveram nessa situação no ano passado. Esse contingente é composto, em sua maioria, por filhos de haitianos nascidos em território brasileiro.

Desde 2020, o setor consular da Embaixada do Brasil no Panamá registrou 16 crianças e uma adolescente brasileiras que ingressaram no Panamá pelo Darién. Sete menores foram encontrados desacompanhados, seis deles por óbito de suas mães na travessia e, em um caso de vítima de sequestro internacional, pelo desaparecimento do pai. Outras três crianças faleceram, uma por enfermidade contraída na viagem e duas em decorrência de acidente rodoviário. São filhos e filhas de haitianos e africanos de Angola, Camarões e Guiné Bissau. As crianças ficam sob custódia da Secretaria Nacional de Infância, Adolescência e Família (SENNIAF) até o desfecho dos processos, respeitando o interesse

superior da criança, ao abrigo da Convenção de Direitos da Criança. A maioria dos desacompanhados foi repatriada.

POLÍTICA INTERNA

O Panamá é uma República presidencialista, com Poder Legislativo unicameral, exercido pela Assembleia Nacional. As eleições são realizadas em turno único para mandatos de cinco anos, e têm ocorrido em clima pacífico, com alternância de poder.

Eleições Gerais de 2024

As últimas eleições gerais foram realizadas em 5 de maio de 2024, com mandatos para o período 2024-2029. Foram disputadas, ademais da Presidência da República, 71 vagas de deputados, 20 vagas de deputados do Parlamento Centro-Americano, 81 prefeituras e 679 representantes de "corregimientos" (subdivisões dos distritos).

José Raúl Mulino (Realizando Metas) foi eleito presidente do Panamá com 34,4% dos votos, seguido de Ricardo Lombana (MOCA), com 24,8%; de Martín Torrijos (PP), com 16%; e Rómulo Roux (CD), com 11,3%. Gabriel Carrizo (PRD), candidato oficialista que na época ocupava a vice-presidência do país, obteve apenas 5,8% dos votos, confirmando a tradição do eleitorado panamenho que há três décadas tem optado pela alternância de poder.

Advogado e político de Chiriquí, região norte do país, Mulino foi indicado como candidato apenas em 4/3, em substituição ao ex-presidente Ricardo Martinelli (2009-14), atualmente asilado na embaixada da Nicarágua no Panamá e então favorito nas pesquisas, cuja postulação foi impugnada pelo Tribunal Eleitoral, devido à confirmação de sua condenação a 10 anos e 8 meses de prisão por lavagem de dinheiro.

Para a Assembleia Nacional, foram eleitos 21 deputados independentes, 13 do partido Realizando Metas (RM), 12 do PRD, 8 do CD, 4 do MOCA, 2 do Alianza, 2 do Partido Popular e 1 do MOLIRENA. Além da fragmentação partidária, o alto número de deputados independentes eleitos não tem paralelo na história política do Panamá.

Prioridades e desafios do governo Mulino

José Raúl Mulino tomou posse em 1º de julho de 2024 com o compromisso de implementar plataforma política focada no aumento da renda

dos panamenhos; redução do desemprego; execução de grandes projetos de infraestrutura, como o Trem David; reestabelecimento do grau de investimento do Panamá e impulsionamento do turismo. Sua administração terá que enfrentar desafios como a perda de receitas por conta do fechamento da Minera Panamá, empresa de mineração de cobre fechada após decisão da Corte Suprema; projeções de baixo crescimento do PIB; o alto endividamento público herdado de administrações anteriores; crise hídrica, que tem potencial de afetar o fluxo de embarcações pelo Canal do Panamá; e o grande fluxo migratório registrado na selva de Darién.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa panamenha orienta-se por forte viés internacionalista, assentada no respeito ao direito internacional e nos princípios de soberania, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias, ressaltando a apresentação do país como um destino para "investimentos seguros". A diplomacia panamenha tem igualmente empreendido esforços para promover a imagem do país como “hub” mundial multissetorial (logístico, aéreo, financeiro e digital), valendo-se do simbólico Canal do Panamá e do desenvolvimento de uma importante indústria financeira e de serviços aéreos.

Além das raízes históricas dessa opção, é oportuno lembrar a presença marcante de mais de 30 agências e programas das Nações Unidas no país, às quais se somam representações de entidades não-governamentais, bem como mais de 170 empresas multinacionais. A posição geoestratégica e a oferta de importante "hub" aéreo conferem vantagens que o país tem procurado aproveitar. Um aspecto importante a salientar é o papel exercido pelos escritórios de agências da ONU e de bancos regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a Cooperação Andina de Fomento - CAF, no apoio ao desenvolvimento e ao financiamento de políticas públicas.

O Panamá busca ocupar posições no sistema multilateral, com o lançamento de várias candidaturas, inclusive ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde atuará como membro não-permanente no biênio 2026-2027. Nesse aspecto, o histórico de relacionamento com o Brasil é de cooperação, evidenciada, entre outros, por consistente padrão de apoios mútuos. Entre os temas atualmente em destaque na política externa estão os fluxos migratórios pelas Américas; a busca pela retirada do país das listas de territórios não cooperativos para fins fiscais; a agenda ambiental e de combate à mudança

do clima; o incentivo à cooperação internacional para consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; prevenção e assistência humanitária em situações de desastres naturais; acesso à saúde e vacinas; e direitos da mulher.

No que se refere a seu entorno geográfico imediato, o Panamá é membro dos principais acordos e instituições de integração na América Central. Além do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), o país também integra o Mercado Comum Centro-americano e o Parlamento Centro-Americano (PARLACEN).

ECONOMIA

A economia panamenha concentra-se no setor de serviços, responsável por 80% do PIB, com destaque para os segmentos de transporte marítimo e aéreo, serviços bancários, turismo, comunicações e comércio. O país possui, há alguns anos, a economia mais dinâmica da América Latina.

As atividades e fatores que mantiveram o crescimento econômico do país foram, entre outros, o movimento dos portos e aeroportos, a operação do Canal do Panamá, a construção civil, e o investimento público. A baixíssima carga tributária, da ordem de apenas 12,7 % do PIB (a mais baixa na América Latina), constitui um dos principais fatores de atração de investimentos no país. O Panamá enfrenta, contudo, desafios para manter o ritmo de investimentos. Em anos recentes, a desaceleração do crescimento econômico, o aumento da dívida pública e do desemprego vêm preocupando as autoridades locais.

No que se refere ao comércio exterior, cabe destacar que o Panamá é um país importador líquido de bens de consumo, com limitada produção própria. O equilíbrio financeiro é mantido pela renda do Canal do Panamá e do sistema portuário, a qual, além de custear consumo, se reverte em investimento público e irrigação financeiro-bancária. Esse tipo de funcionamento, com forte contraste entre a evolução da renda e da produção, contribui para prevenir e matizar situações de crise nos setores econômicos que não se conectam diretamente com as atividades do Canal de Panamá.

Panorama atual

Segundo projeções do FMI, o PIB do país teria fechado o ano de 2024 com um crescimento de 2,5%. Apesar do bom desempenho entre 2021 e 2023, a economia do país deverá enfrentar contexto de desaceleração no crescimento em

2025, projetado em 3%, inferior à média anual verificada nos últimos 30 anos, entre 5 e 6% (a mais elevada na América Latina), excetuando-se o período da pandemia do coronavírus.

Diversos fatores explicam o atual cenário, como o aumento da dívida pública que alcançou, em 2024, 54% do PIB; a baixa carga tributária, que limita a margem de manobra fiscal para o financiamento sustentado de programas sociais e projetos de infraestrutura; e o fechamento da mina de cobre explorada pela Minera Panamá, subsidiária da empresa canadense First Quantum Mineral, e de seu impacto adverso na macroeconomia e na confiança de investidores estrangeiros, sobretudo de países desenvolvidos.

Cabe ressaltar que a produção da Minera Panamá, localizada em Danoso, equivalia a 5% do PIB e gerava mais de 40 mil empregos diretos e indiretos, sobretudo no interior do país. O cobre era, então, o principal item da pauta exportadora de bens (75%). Com o seu fechamento, o governo deixará de arrecadar mais de USD 400 milhões anuais em "royalties" e impostos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1501	Descoberta do território que veio a ser o Panamá, por Rodrigo de Bastidas.
1519	Fundação da Cidade do Panamá, por Pedro Arias Dávila ("Pedrarias").
1671	A Cidade do Panamá é atacada pelo pirata inglês Henry Morgan. A cidade é evacuada e consumida por incêndio.
1673	Reconstrução da Cidade do Panamá, a 2 quilômetros de seu sítio original.
1821	Independência da Espanha. Após alguns meses, o Panamá se incorpora à Grã-Colômbia, sob o nome de Departamento do Istmo.
1826	O Panamá sedia o Primeiro Congresso Interamericano, convocado por Simón Bolívar.
1848	A descoberta de ouro na Califórnia impulsiona o comércio na Cidade do Panamá, que passa a receber o fluxo de transbordo com destino à costa oeste dos EUA.
1855	Inauguração da primeira ferrovia ligando os dois oceanos que banham o Panamá.
1881	Início da construção do Canal do Panamá, pela *Compagnie Universelle du Canal Interocéanique*, fundada por De Lesseps.
1889	Falência da *Compagnie Universelle* e paralisação das obras de construção do Canal.
1899	Início da Guerra dos Mil Dias, guerra civil entre liberais e conservadores.
1902	Fim da Guerra dos Mil Dias.
1903	Assinatura do Tratado Herrán-Hay entre Estados Unidos e Colômbia para finalizar a construção do Canal. O Panamá torna-se independente, na condição de protetorado dos EUA.
1914	Término da construção do Canal do Panamá, pelos EUA. O Presidente Belisario Porras pleiteia pela primeira vez a assinatura de novo tratado sobre o Canal do Panamá.
1936	Assinatura do Tratado Arias-Roosevelt. O Panamá deixa de ser protetorado dos EUA.
1948	Criação da Zona Franca de Colón.
1955	A assinatura do Tratado Remón-Eisenhower, que prevê vantagens econômicas para o Panamá, pelo arrendamento do Canal.
1964	Protestos estudantis contra o hasteamento de bandeira dos EUA no Canal terminam com a morte de 21 pessoas após o Governador da Zona do Canal autorizar o uso de armas de fogo para pôr fim às manifestações.
1965	Firmada a Declaração Robles-Johnson, que abordou temas como a

	administração do Canal, sua exploração por nova rota e sua defesa.
1968	Golpe de Estado culmina com a tomada do poder pelo General Omar Torrijos.
1977	Assinatura dos Tratados do Canal do Panamá (Tratados Torrijos-Carter), que previam a entrega da administração Canal ao Panamá e o fechamento das bases militares dos EUA no país.
1981	O General Omar Torrijos morre em acidente aéreo.
1989	O general Manuel Noriega anula as eleições presidenciais realizadas e toma o poder. Invasão do Panamá pelos EUA, que depõem Noriega, alçando ao poder Guillermo Endara, ganhador das eleições presidenciais. Noriega é levado a julgamento nos EUA sob a acusação de tráfico internacional de drogas.
1992	Aprovação, em referendo nacional, de emenda constitucional que suprime o Exército.
1994	Ernesto Pérez Balladares é eleito Presidente.
1999	Mireya Moscoso vence as eleições e se torna primeira mulher a governar o Panamá. O Panamá assume controle total do Canal do Panamá.
2004	Martín Torrijos, filho do General Omar Torrijos, é eleito Presidente.
2009	Ricardo Martinelli é eleito Presidente.
2014	Juan Carlos Varela é eleito Presidente.
2016	Conclusão das obras de ampliação do Canal do Panamá.
2019	Laurentino “Nito” Cortizo é eleito Presidente.
2024	José Raúl Mulino é eleito Presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1904	Reconhecimento da independência do Panamá pelo Governo brasileiro.
1906	Criação da Legação do Brasil em Havana, responsável cumulativamente por Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.
1907	Entrega de credenciais pelo primeiro representante brasileiro junto ao Governo do Panamá, residente em Havana.
1908	Nomeação do primeiro representante diplomático panamenho junto ao Governo brasileiro, Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, Presidente da República.
1937	Criação da Legação do Brasil na América Central, com sede na Cidade da Guatemala e ação cumulativa no Panamá.
1943	Criação da Legação do Brasil na Cidade do Panamá.
1944	Contingente do 1º Grupo de Caça da FAB permaneceu, de fevereiro a junho, em treinamento na Base de Aguadulce.
1947	Entrada em vigor do Convênio Cultural.
1953	A Legação do Brasil no Panamá é elevada à categoria de Embaixada.
1954	Inauguração da Via Brasil, importante artéria na Cidade do Panamá.
1956	Participação do Presidente Juscelino Kubistchek na 1ª Reunião de Chefes de Estado da OEA, no Panamá
1989	Invasão do Panamá pelos EUA. O Governo brasileiro condenou o uso da força nas relações internacionais e reiterou apoio à soberania panamenha.
2000	Presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Cúpula Ibero-Americana, no Panamá. Assinatura do Acordo sobre Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826.
2001	Visita oficial da Presidente Mireya Moscoso ao Brasil.
2002	Viagem oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Panamá.
2003	Celebração do Centenário da Independência do Panamá. O Senador Eduardo Suplicy representou o Senhor Presidente da República. Visita de Martín Torrijos, então candidato à Presidência, ao Brasil.
2004	Posse do Presidente Martín Torrijos. O Vice-Presidente José Alencar representou o Senhor Presidente da República. Martín Torrijos visita o Brasil duas vezes: como Presidente Eleito e, após sua posse, como convidado à Cúpula do MERCOSUL, em Ouro Preto. Assinatura do acordo EMBRAER-Copa para aquisição de 10 aeronaves EMB-190 com opção de compra de 20 adicionais.

2006	Viagem do Ministro Luiz Fernando Furlan ao Panamá, liderando missão empresarial.
2007	Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, em maio. Viagem do Presidente Lula da Silva ao Panamá, em agosto.
2008	Missão parlamentar brasileira ao Panamá, chefiada pelo Senador Heráclito Fortes. Visita do Presidente Martín Torrijos ao Brasil, quando da realização da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, em dezembro, na Costa do Sauípe.
2009	Em junho, Ricardo Martinelli, ainda na condição de Presidente Eleito, realizou sua única visita ao Brasil, encontrando-se com o então Presidente Lula da Silva. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Miguel Jorge representou o Senhor Presidente da República na cerimônia de posse do PR Ricardo Martinelli. A delegação foi composta por numeroso grupo de empresários brasileiros, que participaram de Rodada de Negócios com a presença de 73 empresas brasileiras e 128 panamenhas.
2010	Instalação da Embrapa Américas no Panamá, na Cidade do Saber.
2011	Viagem do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota ao Panamá. Delegação do Congresso Nacional participa da 124ª Assembleia da União Interparlamentar.
2012	Viagem do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, ao Panamá. O Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, visita o Parlamento Latino-Americano.
2013	O Panamá sedia a Cúpula Ibero-Americana, em outubro. O Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados, participa do IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano
2014	O Panamá sedia o Foro Econômico Mundial para a América Latina, em abril, com a presença dos Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Transportes e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
2015	A Vice-Ministra das Relações Exteriores do Panamá, María Luisa Navarro, compareceu às cerimônias de posse da Presidenta Dilma Rousseff. O Panamá sedia a VII Cúpula das Américas, em abril, com a presença da Presidenta Dilma Rousseff.
2016	Em dezembro, a Embaixada do Brasil foi autorizada a criar a Câmara de Comércio Brasil-Panamá.

	Em dezembro, representantes dos MPs dos dois países anunciaram entendimento relativo à assistência judiciária.
2018	Em março de 2018, os chanceleres Aloysio Nunes Ferreira e Isabel de Saint Malo mantiveram encontro à margem do Foro Econômico Mundial – América Latina, em São Paulo.
2019	A Ministra Damares Alves representou o presidente Jair Bolsonaro por ocasião da posse de Nito Cortizo.
2020	I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Panamá.
2021	O Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, reuniu-se com a Ministra Erika Mouynes à margem da posse do presidente do Peru, Pedro Castillo.
2023	O Vice-Presidente José Gabriel Carrizo e a Chanceler Janaina Tewaney compareceram à posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. II Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Panamá. Os chanceleres Mauro Vieira e Janaina Tewaney mantiveram encontro à margem da Cúpula G77+China, em Havana.
2024	O Vice-Presidente Geraldo Alckmin compareceu à posse do Presidente José Raúl Mulino (Cidade do Panamá, 01 de julho). Presidente Lula se reuniu com o Presidente José Raúl Mulino à margem da 64ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul (Assunção, 08 de junho). Visita do Chanceler do Panamá, Javier Martínez-Acha, ao Brasil (Brasília, 03 de setembro). Presidente Lula se reuniu com o Presidente José Raúl Mulino à margem da 65ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul (Montevidéu, 06 de dezembro).

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Dt. Celebração	Status	Dt. Promulg	Dt. Expiração	Dt. Denúncia
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para o Projeto "Resgate da Produção de Caju Por Meio da Seleção de Germoplasma e Manejo da Cultura"	05/12/2024	Tramitação MRE			
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para o Projeto "Políticas Públicas de Crédito e Comercialização para a Agricultura Familiar do Panamá"	10/07/2023	Em Vigor	22/09/2023		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá na Área de Cooperação Humanitária e Redução de Desastres	10/07/2023	Em Vigor	22/09/2023		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para o Projeto "Bioprospecção e Manejo Racional de Insetos Invasores"	10/07/2023	Em Vigor	22/09/2023		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Acadêmica entre a Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República do Panamá	28/03/2023	Em Vigor	14/04/2023		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Apoio ao Projeto de Hortas Escolares, Familiares e Comunitárias – PHEFC – do Panamá"	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Reforço na Área de Sanidade Vegetal do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário – Mida - do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio à Diversificação Agrícola dos Cultivos de Soja, Cenoura e Cana-de-Açúcar em Regiões Tropicais do Panamá”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Manejo Sanitário e Reprodutivo na Atividade Leiteira”	24/06/2011	Em Vigor	24/09/2012		
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente entre Brasil e Panamá	10/04/2008	Em Vigor	05/05/2008		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre a Luta Contra a Fome e a Pobreza e a Promoção da Proteção Social	10/08/2007	Em Vigor	21/08/2007		
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Estabelecer Força-Tarefa na Área de Biocombustíveis	10/08/2007	Expirado	21/08/2007	10/08/2013	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Assistência Técnica na Área de Genética Bovina"	10/08/2007	Em Vigor	21/08/2007		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013		
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	10/08/2007	Em Vigor	03/11/2011		

Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	10/08/2007	Em Vigor	12/07/2013		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Combate da Dengue"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Combate à Hantavirose"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Sistema de Informações em Saúde"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Implementação de Bancos de Leite no Panamá"	25/05/2007	Em Vigor	05/06/2007		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá para Implementação do Projeto "Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde"	25/05/2007	Em Vigor	14/06/2007		
Programa Executivo do Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	04/06/2007		
Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Em Vigor	15/07/2009		
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	25/05/2007	Superado			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível.	13/09/2005	Em Vigor	26/09/2005		
Declaração Conjunta	06/03/2002	Em Vigor			

Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a Superintendência de Bancos da República do Panamá	21/08/2001	Expirado		21/08/2004	
Memorando de Entendimento ente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e Unidad de Análisis Financiero - UAF Concernente à Cooperação na troca de Informações Financeiras Relativas ao Combate à Lavagem de Dinheiro	21/08/2001	Em Vigor			
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e a Secretaria Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da República do Panamá sobre Cooperação Científica e Tecnológica em Áreas Prioritárias.	21/08/2001	Em Vigor			
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área da Educação.	21/08/2001	Expirado	01/02/2002	21/08/2004	
Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/08/2001	Em Vigor	11/11/2005		
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá no Campo da Luta Contra o Crime Organizado	21/08/2001	Em Vigor	27/06/2006		
Acordo, por troca de Notas, relativas à Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826	13/11/2000	Em Vigor	07/12/2000		
Acordo entre o Governo da República do Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, por troca de Notas, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Consulares, Oficiais e Especiais ou Equivalentes.	10/04/2000	Em Vigor	24/04/2000		
Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	10/04/2000	Em Vigor	24/04/2000		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	10/04/2000	Em Vigor	12/09/2002		

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns	10/04/2000	Em Vigor	17/01/2002		
Memorando de Entendimento para a Execução do Programa de Cooperação Técnica no Campo Energético entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo República do Panamá	26/03/1985	Em Vigor	01/07/1996		
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá.	09/04/1981	Em Vigor	02/03/1983		
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	26/02/1980	Em Vigor	26/02/1980		
Memorando de Entendimento Brasil-Panamá.	11/09/1979	Em Vigor			
Convênio sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá	10/08/1972	Em Vigor	04/12/1972		
Convênio sobre Marcas de Indústria e de Comércio e Privilégios de Invenção entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Panamá.	19/08/1948	Superado			
Acordo Administrativo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais, por via Comum e Aérea.	09/01/1947	Denunciado	19/02/1947		26/02/1951
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Panamá.	06/03/1944	Em Vigor	15/05/1947		
Convenção de Arbitragem entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Panamá.	01/05/1909	Denunciado			

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL NO PANAMÁ

Candidato: João Mendes Pereira

PERFIL DO CANDIDATO



O ministro de primeira classe João Mendes Pereira (Brasília, 1965) é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1987). Tendo ingressado na carreira diplomática em 1990, atuou em diversos setores do Itamaraty, em especial nas áreas de integração regional e negociações comerciais. Foi assessor do Instituto Rio Branco (1991); assistente da Divisão de MERCOSUL (1992-95); coordenador-geral, interino, para as Negociações MERCOSUL-União Europeia (2003); chefe, interino, da Divisão da União Europeia e Negociações Extrarregionais (2003-04); chefe da Divisão de Integração Regional (2007-09); chefe da Divisão Econômica da América do Sul (2009-10); coordenador-geral de Assuntos Econômicos da América do Sul (2010-12); diretor do Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional (2012-16); e chefe do Cerimonial (2016-18).

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas (1995-99); na Delegação Permanente do Brasil Junto à ALADI, em Montevidéu (1999-2003); na Embaixada do Brasil em Lisboa (2004-07); e foi cônsul-geral do Brasil em Miami (2018-22). Desde 2022, é embaixador do Brasil na Bélgica.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS COM O PANAMÁ

I - RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS BRASIL-PANAMÁ

- Em 5 de março, Brasil e Panamá completaram 122 anos de relacionamento diplomático. As relações bilaterais são tradicionalmente cordiais e amistosas. Princípios e valores em comum facilitam o diálogo e o entendimento.
- O Panamá deu apoio imediato ao Chamado à Ação sobre a Reforma da Governança Global e aderiu à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, inciativas da Presidência brasileira do G20. É frequente o apoio recíproco a candidaturas em organismos multilaterais, como nas eleições do Brasil e do Panamá como membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas para os biênios 2023-2024 e 2025-2026, respectivamente.
- Com relação à cooperação prestada pelo Brasil com o Panamá, tem sido observado o fortalecimento dos pilares da cultura e educação; de treinamento e capacitação; de cooperação técnica com foco em saúde e agricultura familiar. A colaboração ocorre, principalmente, ao amparo de dois instrumentos bilaterais: o Convênio Cultural sobre Intercâmbio Literário, Científico e Artístico (1947) e o Acordo de Cooperação Científica e Técnica (1982).
- Com o início do governo do presidente José Raúl Mulino, em 1º de julho de 2024, o Panamá passou a priorizar as relações com o Brasil, abrindo-se a oportunidade para adensamento da cooperação particularmente em comércio e investimentos, áreas em que o intercâmbio é significativo, embora se encontre muito aquém do potencial.
- Nos dias 3 e 4 de setembro último, o chanceler panamenho visitou o Brasil, a convite do ministro Mauro Vieira, acompanhado dos ministros de Comércio e Indústria; e de Desenvolvimento Agropecuário. O presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional também integrou a delegação. Da programação, além de reuniões no Itamaraty, constaram encontros com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e o secretário-executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária. O objetivo precípuo da visita foi impulsionar a cooperação econômico-comercial.
- Nesse contexto, cumpre salientar a entrada do Panamá no Mercosul como Estado-Associado, o que ocorreu durante a Cúpula de Montevidéu, em dezembro passado, bem como o início de negociações bilaterais sobre Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.
- Outras áreas com potencial para crescimento da cooperação bilateral constituem: defesa e segurança; meio ambiente e mudança do clima; biocombustíveis e transição energética; e ciência e tecnologia.

II - RELAÇÃO ECONÔMICO-COMERCIAL

- Conforme dados do MDIC, em 2023, a corrente de comércio entre os dois países alcançou USD 963,7 milhões, o que coloca o Panamá em 61º lugar entre os parceiros comerciais do Brasil. O resultado deve-se ao desempenho das exportações brasileiras, com as importações provenientes do Panamá tendo totalizado apenas USD 13,8 milhões em 2023.
- Em 2023, os principais itens exportados pelo Brasil foram: combustíveis e óleos minerais (58% do total exportado); milho não moído (5%); veículos (4,5%); produtos da indústria de transformação (3,7%); produtos farmacêuticos (2,8%); maquinária para indústria (2,3%); equipamentos para construção civil (2,1%); móveis e suas partes (1,4%); máquinas para escritórios (1,4%); materiais de construção (1,3%); e calçados (1,2%).

- No mesmo ano, os principais produtos importados pelo Brasil foram: resíduos de metais e de sucata: (63% do total importado); revestimentos de piso (6,4%); instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle (4,9%); motores de pistão e suas partes (3,7%); torneiras, válvulas e dispositivos para canalizações e reservatórios (2,4%); resinas em forma primária (1,8%); matérias corantes (1,8%); demais produtos da indústria da transformação (1,7%); e aparelhos elétricos para circuitos (1,7%).
- Segundo a ApexBrasil, o estoque de Investimento Estrangeiro Direto (IED) panamenho no Brasil, que já foi relativamente expressivo, caiu 77%, entre 2013 e 2022, quando passou de US$ 3,9 bilhões para USD 0,9 bilhão. Por outro lado, os investimentos diretos do Brasil no Panamá registraram aumento de 176,5% entre 2013 e 2022, alcançando o valor de USD 9,4 bilhões. Esta cifra colocou o Panamá em 10º lugar no ranking de destino do estoque de IED brasileiro.
- Entre as empresas brasileiras já estabelecidas no Panamá, encontram-se: AB-InBev, Banco Itaú, Banco Safra, EuroFarma, Gel Engenharia, GIC Brasil, InnovaPharma, International Meal Company, MV Sistemas, Novonor, SmartFit, Stefanini Group, TIVIT, Tramontina e União Química. Por outro lado, há 215 empresas de capital panamenho operando no Brasil, dentre as quais destacam-se a empresa do setor de transporte de cargas Blue Logistics e a rede hoteleira Dekel Hostels.
- O Panamá tende a ser utilizado de forma cada vez mais relevante pelo Brasil como plataforma de transporte e logística. A Copa Airlines já se tornou a segunda empresa aérea estrangeira mais utilizada no Brasil.
- Tendo em vista o interesse de estados brasileiros em atrair turistas da América do Norte, América Central e Caribe, bem como o interesse do Panamá por atrair maior número de turistas brasileiros, poderia ser oportuno buscar promover iniciativas ao abrigo do Acordo de Cooperação na Área de Turismo (2009).
- Ademais, o Brasil poderá voltar a estar entre os principais usuários do Canal do Panamá. Entre 2012 e 2022, o país caiu de 12º para 18º entre os maiores usuários do Canal, com o fluxo de carga reduzindo-se de 7,6 para 3,7 milhões de toneladas transportadas. Prevê-se que a conclusão da Ferrovia Norte-Sul poderá intensificar o uso do Canal pelo Brasil, assim como de portos no Panamá para distribuição de contêiners. Segundo dados da Autoridade do Canal do Panamá (ACP), transitam pela via interoceânica, sobretudo, embarcações para portos brasileiros localizados nas regiões Norte e Nordeste.
- O setor privado brasileiro contempla, cada vez mais, o Panamá como parceiro econômico-comercial, dado o seu papel estratégico como "hub" e o elevado poder aquisitivo da área metropolitana de sua capital. Foi realizada, em 30 de outubro de 2024, a sessão de lançamento da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Panamá. O evento teve lugar na sede da tradicional Câmara de Comércio, Indústrias e Agricultura do Panamá e contou com a participação do Ministro de Comércio e Indústrias do país.

III - COOPERAÇÃO TÉCNICA

- As atividades nessa área ganharam especial relevo no período 2007-11, quando foram implementados 10 projetos nos setores de saúde e agropecuária, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).
- Embora exitosamente concluído, esse primeiro ciclo não conduziu à imediata implementação de novos projetos. Após hiato de 11 anos, as atividades de cooperação técnica foram retomadas, com a realização, na Cidade do Panamá, de 6 a 10 de junho de 2022, da I Reunião do GT de Cooperação Técnica Bilateral Brasil-Panamá.

- Na oportunidade, foram aprovados seis novos projetos de cooperação: "Resgate da produção de caju por meio da seleção de germoplasma e manejo da cultura"; "Bioprospecção e manejo racional de insetos invasores"; "Políticas públicas de crédito e comercialização para a agricultura familiar no Panamá"; "Fortalecimento e inovação das capacidades técnicas por meio da promoção do uso de matérias-primas vegetais (bambu e outros)"; "Aproveitamento energético da biomassa animal de suínos e bovinos estabulados no Panamá"; e "Acesso e participação de pessoas com deficiência intelectual, visual e auditiva na arte inclusiva".
- A cooperação humanitária, por sua vez, foi iniciada com doações pontuais feitas pelo Brasil ao Panamá, em 2017 e 2020. Em janeiro de 2023, o Brasil firmou acordo técnico com o Programa Mundial de Alimentos para utilização do "Depósito de Resposta Humanitária das Nações Unidas" localizado na Cidade do Panamá. Em julho de 2023, foi assinado o "Memorando de Entendimento sobre Cooperação Humanitária entre o Brasil e o Panamá", que permitirá ao Brasil ter acesso integral ao "Centro Logístico Regional de Assistência Humanitária (CLRAH)" do Panamá. Em operação desde 2018, o CLRAH abriga depósito do Sistema Nacional de Proteção Civil (SINAPROC) do Panam e o depósito do PMA-FAO (UNHRD), além de armazéns refrigerados para estocagem de medicamentos mantidos pela Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFCRC).
- A implementação do referido Memorando de Entendimento deverá fortalecer a capacidade de resposta humanitária brasileira, já que permitirá o armazenamento de itens emergenciais em localidade mais próxima a zonas sujeitas a eventos naturais extremos, como terremotos e furacões, com maior possibilidade de apoio à América Central e Caribe.

IV - COOPERAÇÃO EM OUTRAS ÁREAS

(a) Cooperação cultural e educacional

- A cooperação cultural e educacional constitui pilar histórico das relações entre Brasil e Panamá. O intercâmbio de estudantes entre os dois países tem criado vínculos sólidos, que se propagam entre gerações de famílias binacionais. Mais de quatro mil panamenhos completaram seus estudos no Brasil desde 1947.
- Paralelamente, mantém-se a procura por cursos de língua portuguesa. Estima-se que, nos últimos 13 anos, tenham sido capacitados mais de cinco mil panamenhos na língua portuguesa.

(b) Cooperação em defesa e segurança

- Mesmo após a desativação da adidância militar, em 1989-90, número expressivo de oficiais do Serviço Marítimo Nacional (SMN), do Serviço Nacional de Fronteiras (SENAFRONT) e do Serviço Nacional Aeronaval (SENAN) continuou participando de cursos de formação e capacitação oferecidos pelas Forças Armadas do Brasil.
- A Embaixada do Brasil tem apoiado iniciativas da Embraer para promover a venda de seus produtos no Panamá. O êxito desses projetos poderia elevar a cooperação bilateral em defesa a novo patamar quantitativo e qualitativo.
- Poderia interessar ao Brasil aprofundar, igualmente, a colaboração bilateral em segurança. Representantes da Polícia Nacional do Panamá têm realizado atividades de treinamento e capacitação no Brasil.

(c) Cooperação em meio ambiente

- Trata-se de temática praticamente ausente na agenda bilateral, em que pese seu evidente potencial, entre outros fatores, pela vizinhança e similaridades entre a Amazônia e a selva tropical do Darién. Ao mesmo tempo, a transição energética também passou a ter potencial considerável de cooperação bilateral, a partir da aprovação de lei para promover biocombustíveis no Panamá, em 2024.
- O novo ministro do Ambiente, em reunião com o Embaixador do Brasil, afirmou que o Panamá está à disposição do Brasil para cooperar em temas ambientais, inclusive no contexto da preparação da COP30 sobre Mudança Climática, prevista para novembro de 2025, em Belém do Pará. Uma vez que a conservação da biodiversidade constitui tema prioritário tanto para o Panamá como para o Brasil, Navarro manifestou ser favorável a adoção de instrumento bilateral para a cooperação nesse campo.

(d) Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

- Poderia buscar-se promover cooperação na matéria, que se encontra praticamente inexplorada. O novo Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Panamá, em reunião com o Embaixador do Brasil, manifestou interesse em estreitar a cooperação bilateral, sobretudo na produção de fármacos e vacinas.

V - TEMAS CONSULARES

- O número estimado de brasileiros no Panamá é de cerca de 4.500, concentrados na capital do país. Destacam-se executivos de empresas multinacionais e suas famílias. Observam-se, ainda, pequenos empresários e cônjuges de panamenhos que estudaram no Brasil e regressaram ao Panamá, bem como funcionários de agências internacionais.
- O Setor Consular tem entre as suas principais atividades a emissão de vistos, passaportes e autenticação de documentos. Além disso, o serviço consular da Embaixada presta assistência a presos (2 em 2024) e atende ocorrências relacionadas como a passagem de mais de 100.000 brasileiros que utilizam o Aeroporto Internacional de Tocumen em conexões.
- A imigração irregular em direção aos Estados Unidos, via Darién, cresceu exponencialmente nos últimos anos. De 2020 até o presente, o setor consular registrou 16 crianças brasileiras abandonadas no Darién (filhos de haitianos ou, em menor número, de angolanos) e transferidas à custódia panamenha. Três crianças faleceram durante a travessia.
- Em 2024, a Embaixada repatriou duas crianças brasileiras desacompanhadas que passaram longos períodos em abrigo panamenho, em casos que contaram com o interesse e acompanhamento da imprensa brasileira.

MAPA ESTRATÉGICO DO MRE (PEI MRE)[1]

VISÃO

Ser reconhecida como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Sr. Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Defender e promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior;
3. Assegurar informação, análise e assessoramento diplomático de qualidade;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;
6. Intensificar a promoção das oportunidades de negócios e investimentos, dos interesses científicos e culturais, dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior;
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Com vistas a promover os interesses brasileiros, fortalecer as relações entre Brasil e Panamá, favorecendo a interlocução construtiva e o desenvolvimento de agenda bilateral pragmática e diversificada, compatível com o alto potencial dos dois países e consistente com os laços históricos de amizade entre as duas sociedades.

MISSÃO DO POSTO

Auxiliar no planejamento e execução da política externa definida pelo Sr. Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com o Panamá; fomentar a cooperação bilateral em todas suas dimensões, por meio de parcerias com o governo panamenho e com outros

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em fase final de aprovação.

atores locais relevantes; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros e a outros nacionais no território sob a jurisdição da Embaixada.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de missão. Eficiência. Integridade. Diversidade e Inclusão social. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO
1. Ampliar a interlocução regular com agentes do governo local, da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a fortalecer os canais de diálogo e assim assegurar fluidez na realização de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira;

2. Prover tempestivamente a Secretaria de Estado de informações e análises fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional da Panamá, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção internacional do país;

3. Relatar aspectos de relevância para o Brasil na evolução do relacionamento do Panamá com países, organismos internacionais e atores do setor econômico, comercial e financeiro com atuação no país, entre os quais os escritórios de agências do sistema ONU, empresas multinacionais sediadas no Istmo, bancos regionais e multilaterais, representações locais de centros de pesquisa e organizações da sociedade civil;

4. Prestar as informações necessárias e o apoio devido às empresas e entidades empresariais brasileiras interessadas em iniciar ou aprofundar o comércio com o Panamá ou em investir no país;

5. Prestar apoio na definição e execução da cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação;

6. Executar e ampliar ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, tanto por meio de atividades realizadas na sede do Instituto Guimarães Rosa na Cidade do Panamá, bem como mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, instituições culturais locais, atores da comunidade brasileira e do setor empresarial, além de intensificar o intercâmbio entre instituições culturais e educacionais do Brasil e do Panamá;

7. Fortalecer a cooperação em matéria de turismo, inicialmente com ênfase no intercâmbio de experiências e de melhores práticas, bem como estimular o maior fluxo de visitantes entre os dois países;

8. Oferecer serviços de excelência em matéria de atendimento consular e de assistência a brasileiros - residentes, a turismo ou em trânsito - por meio do diagnóstico atualizado das necessidades do posto e da adequação e aperfeiçoamento do pessoal consular, dos métodos de trabalho e dos sistemas empregados;

9. Prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos panamenhos ou estrangeiros no Panamá, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória;

10. Apoio à intensificação do diálogo interparlamentar através dos Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos dois países e da participação do Grupo Parlamentar do Brasil no Parlamento Latino-Americano;

11. Manter canal de interlocução com a Secretaria-Executiva do Parlamento Latino-Americano, em apoio ao Grupo Parlamentar do Brasil no Parlatino;

12. Zelar pela gestão eficiente de recursos humanos, materiais e orçamentários da Embaixada na Cidade do Panamá;

13. Cuidar da integridade e do bem-estar dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados no posto e de suas famílias, em linha com as diretrizes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliação e diversificação do comércio bilateral e dos investimentos

a) Promover a expansão e a diversificação das exportações brasileiras de bens e serviços ao Panamá;
b) Ampliar o diálogo comercial no âmbito do MERCOSUL, tendo em vista a recente adesão do Panamá ao bloco na condição de estado associado;
c) Iniciar negociações para estabelecimento de acordo comercial Brasil-Panamá, no âmbito do Acordo-Quadro de Complementação Econômica (ACE-76), assinado pelo governo panamenho e pelos estados partes do MERCOSUL;
d) Favorecer a participação de número crescente de empresas brasileiras em feiras e eventos realizados no Panamá, em especial a Expocomer, a Expoturismo e a Expologística;
e) Promover o avanço das negociações de um Acordo Bilateral de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI);
f) Atuar em favor da atração de investimentos panamenhos para o Brasil e apoiar as empresas de capital brasileiro instaladas no Panamá;
g) Fazer gestões em prol da obtenção de licenças e habilitações para entrada de produtos da agroindústria brasileira no mercado panamenho;
h) Impulsionar a ampliação do mercado panamenho para produtos de aeronáutica, segurança e defesa no Panamá;
i) Seguir apoiando a Embraer junto a órgãos de segurança do Panamá em iniciativas de cooperação e eventual comercialização de sua carteira de produtos;
j) Acompanhar eventuais iniciativas para ampliação da frota da Copa Airlines, com atenção à possível consideração de novas encomendas à Embraer;
k) Apoiar as iniciativas de diálogo e cooperação entre governos e entidades subnacionais, sindicais e patronais brasileiras com congêneres no Panamá, quando em benefício do conjunto da relação bilateral;
l) Fortalecer a interlocução e a realização conjunta de atividades com as câmaras de comércio bilaterais e outras instituições panamenhas, entre elas a Câmara de Comércio, Indústrias e

Agricultura (CCIAP); a Associação Panamenha de Exportadores (APEX); e a Agência Panamenha para a Atração de Investimentos e a Promoção de Exportações (ProPanamá);

m) Intensificação de esforços de sensibilização da Autoridade do Canal do Panamá (ACP) e de outros atores relevantes na área de transporte marítimo para benefícios mútuos na utilização da via interoceânica para escoamento de exportações brasileiras.

2. Produzir informações sobre o ambiente de negócios no Panamá para apoiar decisões de empresários e investidores brasileiros

a) Acompanhar a conjuntura e as políticas econômicas implementadas no Panamá, com vistas a informar o governo, bem como entidades e empresas brasileiras;

b) Identificar novas oportunidades para investimentos brasileiros no Panamá, particularmente tendo em vista o posicionamento panamenho como "hub" logístico da região latino-americana e caribenha;

c) Desenvolver atividades de inteligência comercial, por meio da elaboração, atualização e distribuição, pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) do posto, de publicações de interesse de empresários e investidores brasileiros;

d) Elaborar, em caráter periódico, análises sobre o intercâmbio comercial entre Brasil e Panamá, com vistas a manter adequadamente informados o governo brasileiro e as entidades brasileiras interessadas;

e) Produzir estudos setoriais e de mercado, em conformidade com programa de trabalho autorizado pela Secretaria de Estado.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de consultas atendidas pelo SECOM Panamá;

b) Número de eventos de promoção organizados com participação da Embaixada;

c) Número de oportunidades comerciais identificadas e de guias e de estudos de inteligência comercial elaborados;

d) Número de participações de entidades brasileiras em seminários, eventos, rodadas de negócios e feiras no Panamá;

e) Número de encontros, gestões junto às autoridades panamenhas e de outras ações sobre temas de comércio e investimentos.

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar a situação interna do país em temas de relevância para as relações bilaterais e para os interesses da política externa brasileira

a) Preparar, em bases regulares, informações e análises sobre fatos e tendências das políticas interna e externa no Panamá, inclusive em temas de economia, comércio, finanças e investimentos, saúde, energia, meio ambiente, segurança, direitos humanos e fluxos migratórios;

b) Manter interlocução fluida com os principais atores do Panamá, com o objetivo de fazer avançar temas e iniciativas de interesse para as relações bilaterais;

c) Preparar informações sobre as relações do governo do Panamá com países de maior projeção em sua agenda de relações exteriores;

d) Trabalhar pela regularidade de reuniões dos foros bilaterais de diálogo, consultas e cooperação, em especial do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Panamá.

2. Promover e apoiar a realização de visitas oficiais, missões e encontros para discussão de temas prioritários da agenda bilateral, regional e multilateral

a) Favorecer a realização de visitas recíprocas de alto nível para consolidar avanços concretos no relacionamento bilateral;

b) Apoiar as visitas de alto nível de autoridades brasileiras ao Panamá, segundo as prioridades e interesses identificados por ambos os lados;

c) Promover a realização de visitas de delegações em nível técnico de parte a parte, segundo as prioridades e o andamento da agenda bilateral.

3. Apoiar a política multilateral brasileira por meio de gestões junto ao governo do Panamá

a) Informar sobre a atuação do Panamá e seus interesses em foros multilaterais e regionais;

b) Contribuir para a aproximação e, se possível, para a concertação bilateral em foros multilaterais e regionais, em temas de interesse prioritário para a política externa brasileira;

c) Realizar as gestões necessárias, com vistas a obter apoio do governo panamenho a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais.

4. Estimular e apoiar o diálogo interparlamentar entre os dois países

a) Incentivar e apoiar a realização de visitas recíprocas de delegações dos grupos parlamentares de amizade, com o objetivo de valorizar e dinamizar as relações entre as duas sociedades;

b) Estimular e prestar apoio às visitas de autoridades parlamentares brasileiras ao Panamá e vice-versa.

5. Fortalecer o marco normativo do relacionamento entre Brasil e Panamá

a) Avaliar as áreas em que entendimentos bilaterais seriam necessários para adensar o marco normativo bilateral;

b) Segundo as diretrizes da Secretaria de Estado, apoiar a negociação de futuros acordos para o fortalecimento das relações bilaterais em geral e para a implementação de iniciativas de cooperação nas distintas áreas do relacionamento.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de documentos produzidos sobre política interna e política externa do Panamá;

b) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais;

c) Número de visitas ministeriais, de autoridades subnacionais e de delegações técnicas de parte a parte;

d) Número de instrumentos concluídos;

e) Número de gestões junto à chancelaria local;

f) Número de notas oficiais trocadas com a chancelaria do Panamá.

III – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Intensificar e diversificar as ações de promoção da cultura brasileira junto à sociedade panamenha e à comunidade brasileira residente no Panamá

a) Ampliar e diversificar as iniciativas de difusão da cultura brasileira na sociedade panamenha;

b) Fortalecer a interlocução com entidades do Panamá para avaliar formas de conferir maior visibilidade ao Brasil e à cultura brasileira;

c) Apoiar a presença brasileira em tradicionais eventos culturais do Panamá, entre os quais o Festival Internacional de Música Clássica Alfredo Saint Malo, o Festival Internacional de Jazz do Panamá, o Festival Internacional de Cinema, a Feira Internacional do Livro e o Festival de Cinema promovido pelo Ministério das Relações Exteriores do Panamá;

d) Explorar a possibilidade de engajar entidades subnacionais na realização de eventos culturais que realcem aspectos regionais brasileiros;

e) Fortalecer a divulgação das iniciativas de promoção da cultura brasileira por meio das redes sociais da Embaixada e do apoio de entidades parceiras na área de difusão cultural.

2. Desenvolver atividades de promoção da língua portuguesa

a) Ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa e da literatura brasileira desenvolvidas pelo Instituto Guimarães Rosa do Ministério das Relações Exteriores;

b) Promover a participação de alunos de língua portuguesa em eventos culturais organizados pela Embaixada e por instituições parceiras;

c) Promover eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de gestões com autoridades/entidades panamenhas;

b) Número de eventos e atividades de promoção da cultura e da imagem do Brasil;

c) Número de participantes em atividades culturais promovidas ou apoiadas pelo Posto;

d) Número de ações de promoção da língua portuguesa;

e) Número de estudantes de língua portuguesa.

IV – COOPERAÇÃO JURÍDICA, EM EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a) Aperfeiçoar os canais de interlocução com as autoridades competentes do Panamá, para o adequado encaminhamento de eventuais solicitações de cooperação jurídica por parte do Brasil;

b) Promover a divulgação anual dos programas de estudantes-convênio de graduação (PEC-G), de pós-graduação (PEC-PG) e demais programas de cooperação educacional envolvendo o Panamá, bem como prestar apoio aos candidatos panamenhos no âmbito das mencionadas iniciativas;

c) Fortalecer a cooperação educacional entre os dois países, por meio da identificação de possíveis oportunidades de especialização para estudantes brasileiros interessados no Panamá e facilitação das informações a respeito;

d) Ampliar as atividades de divulgação, para estudantes panamenhos, das ofertas de estudo em instituições brasileiras;

e) Acompanhar e informar sobre os avanços em matéria de direitos humanos no âmbito da sociedade e das instituições do Panamá;

f) Difundir políticas públicas brasileiras na área de direitos humanos, especialmente aquelas que possam ser relevantes para a situação local;

g) Promover a cooperação bilateral em matéria de segurança, troca de informações, investigação e treinamento.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de reuniões e contatos para fomento ou fortalecimento de novas parcerias entre instituições brasileiras e panamenhas;

b) Número de gestões realizadas para ampliar o marco normativo bilateral;

c) Número de eventos com o apoio ou a participação do Posto;

d) Número de estudantes enviados ao Brasil para graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, assim como de estudantes brasileiros para formação em instituições locais;

e) Número de visitas de delegações e missões técnicas;

f) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre os mencionados temas.

V – COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar a definição e a implementação da agenda da cooperação técnica e humanitária bilateral.

a) Auxiliar, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e em consulta com as autoridades nacionais, no levantamento das prioridades atualizadas do governo do Panamá, no que diz respeito à cooperação técnica e humanitária, favorecendo atividades que possam gerar benefícios para ambas as partes;

b) Acompanhar a implementação dos resultados das reuniões do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica;

c) Apoiar entidades estaduais e municipais brasileiras em ações junto a órgãos governamentais do Panamá, em favor do desenvolvimento e execução de projetos de cooperação, bem como de ações de aproximação nas diversas dimensões do relacionamento bilateral;

d) Apoiar, por meio do diálogo com as entidades brasileiras de excelência em formação técnica (SEBRAE, SESC, SESI, entre outros) e os órgãos governamentais relevantes do Panamá, o desenvolvimento de iniciativas de formação, capacitação e treinamento, no campo das micro, pequenas e médias empresas;

e) Fortalecer os mecanismos de ajuda humanitária brasileira, por meio da manutenção de canais regulares entre instituições nacionais e congêneres no Panamá;

f) Promover desenvolvimento de atividades e ações de cooperação humanitária e redução de desastres, incluindo o transporte aéreo de carga humanitária para o Centro Logístico Regional de Assistência Humanitária (CLRAH), no Panamá.

2. Cooperar na área de políticas de promoção da diversidade e inclusão social

a) Produzir informações sobre os avanços da legislação e das políticas públicas no Panamá em matéria de inclusão social e promoção dos direitos de grupos vulneráveis;

b) Facilitar contatos bilaterais sobre a matéria e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais e não governamentais brasileiras e panamenhas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de projetos de cooperação técnica;
b) Número de iniciativas de assistência humanitária;
c) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre a situação em matéria de direitos humanos, de políticas de inclusão social e de combate à desigualdade e à discriminação;
d) Número de reuniões, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos.

VI – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a) Identificar possíveis áreas de convergência de interesses em matéria ambiental para a concertação de posições, tendo em conta, em particular, a riqueza da biodiversidade nos dois países;
b) Difundir informações sobre iniciativas e soluções brasileiras em matéria de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável;
c) Trabalhar pela divulgação e difusão de tecnologias limpas produzidas e utilizadas no Brasil, em especial no setor energético;
d) Acompanhar e relatar iniciativas do Panamá em matéria de prevenção, mitigação e resposta a emergências climáticas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de encontros sobre cooperação em matéria de proteção ao meio ambiente, de desenvolvimento sustentável e de promoção de tecnologias limpas;
b) Número de comunicações produzidas pela Embaixada sobre iniciativas em matéria de proteção ambiental e biodiversidade;
c) Número de ações promovidas pela Embaixada sobre tecnologias limpas brasileiras.

VII – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a) Manter canais de diálogo fluido com a comunidade brasileira residente no Panamá;
b) Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito no Panamá;
c) Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular a brasileiros em situação emergencial;
d) Difundir informações consulares de relevância para os brasileiros por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty;
e) Dar conhecimento à comunidade brasileira de direitos e obrigações como cidadãos brasileiros residentes no exterior;
f) Manter interlocução regular com autoridades locais, de modo a facilitar a solução de eventuais problemas migratórios que afetem nacionais brasileiros;

g) Prestar assistência consular a brasileiros detidos na jurisdição do Posto.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, registros civis, procurações, entre outros;
b) Número de assistências consulares e repatriações realizadas;
c) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto;
d) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do Posto, incluindo consulados itinerantes.

SF/25154.21192-77

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 5, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá*.

Relator: Senador **ASTRONAUTA MARCOS PONTES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor João Mendes Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Para tanto, e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1987). Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1991, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Foi promovido a Segundo-Secretário em 1996; a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2010; e a Ministro de Primeira Classe em 2017. Em 2005, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada “A iniciativa para a integração da infraestrutura

SF/25154.21192-77

regional da América do Sul – IIRSA como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: conselheiro na Embaixada em Lisboa (2004/07); chefe da Divisão de Integração Regional (2007/09); chefe da Divisão Econômica da América do Sul (2009/10); coordenador-geral da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul (2010/12); diretor do Departamento da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e Integração Econômica Regional (2012/16); chefe de Cerimonial (2016/18); cônsul-geral no Consulado-Geral em Miami (2018/22) e Embaixador do Brasil em Bruxelas (desde 2022).

Importa registrar, ainda, que o indicado foi agraciado com distintas condecorações. Entre elas, sobressai a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, que reflete os excelentes serviços prestados pelo indicado para a diplomacia e as relações internacionais brasileiras.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Panamá, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Panamá está situado no ponto mais estreito da parte continental da América Central, no istmo que se estende até a América do Sul. O país é dividido ao meio pelo canal do Panamá, que liga os oceanos Atlântico e Pacífico. Cerca de 14 mil embarcações (5% do comércio marítimo mundial) cruzam os 82 quilômetros do canal por ano. A economia do país está baseada nas atividades financeiras, nas rendas obtidas com a zona de livre-comércio de Colón, na exploração do canal e no registro de navios mercantes.

Nos últimos anos, o Panamá tem se destacado pela atratividade de investimentos, impulsionada pela reduzida carga tributária, que corresponde a apenas 12,7% do PIB. No entanto, o país enfrenta desafios para manter o ritmo de investimentos em razão da desaceleração do crescimento econômico e do aumento da dívida pública e do desemprego.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam a 1904, data do reconhecimento pelo governo brasileiro da independência do Panamá. Em 1907, ocorre a entrega de credenciais ao governo panamenho pelo primeiro representante brasileiro, então residente em Havana. No ano seguinte, é

SF/25154.21192-77

nomeado o primeiro representante diplomático panamenho junto ao governo brasileiro, o Sr. Belisário Porras, que posteriormente seria, em três ocasiões, presidente da República.

O relacionamento bilateral, apesar de tradicionalmente amistoso, só adquiriu maior projeção no romper deste século com as visitas oficiais dos presidentes Mireya Moscoso ao Brasil, em 2001, e Fernando Henrique Cardoso ao Panamá, em 2002. Desde então, têm sido frequentes encontros presidenciais, bem como de autoridades de elevado escalão de ambas as partes. Esse cenário tende a se ampliar, à vista da circunstância de o Panamá possuir economia cada vez mais dinâmica, além de ser base logística de comércio e serviços.

Além disso, desde a posse, o presidente panamenho José Raúl Mulino tem manifestado interesse em aproximar-se do Mercosul, sendo o Panamá o primeiro país centro-americano a vincular-se ao organismo na condição de Estado associado.

No tocante ao comércio bilateral, ele oscila entre crescimento e retração, mas é historicamente superavitário em relação ao Brasil. Do total de US$ 934,1 milhões apurados em 2024, as exportações brasileiras respondem por cerca de 98% desse valor. Em termos proporcionais, trata-se de um dos maiores superávits da balança comercial brasileira.

Nossa pauta exportadora é composta sobretudo por óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos; produtos da indústria de transformação e medicamentos, incluindo veterinário. Importamos principalmente resíduos metálicos, que correspondem a 51% do valor total da pauta exportadora panamenha ao Brasil.

Em relação aos assuntos consulares, conforme estatísticas do Serviço Nacional de Migrações (SNM), o Brasil ocupou o décimo-quinto lugar entre os países com mais nacionais que atravessam irregularmente a floresta do estreito de Darién em 2024. Autoridades panamenhas relatam que, no ano passado, 1.075 cidadãos brasileiros se encontraram nessa situação, sendo, em sua maioria, filhos de haitianos nascidos em território brasileiro.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo aduzir outras considerações.

SF/25154.21192-77

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES



I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *MARIA CLARA DE ABREU RADA*
CPF: [redacted]
ID: [redacted]

1966	Filha de [redacted], nasce em [redacted]
Dados Acadêmicos:	
1987	Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília
1995	CPCD - IRBr
2005	CAD - IRBr
2014	CAE - IRBr. "A Reforma da Chancelaria Brasileira no Período Lula e Dilma - a transformação dos meios para a execução da política externa"
Cargos:	
1994	Oficial de chancelaria
1996	Terceira-secretária
2001	Segunda-secretária
2006	Primeira-secretária, por merecimento
2009	Conselheira, por merecimento
2018	Ministra de segunda classe, por merecimento
2022	Ministra de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1997-2000	Assessoria de Relações com o Congresso, assistente
2000-03	Embaixada em Tóquio, terceira-secretária e segunda-secretária
2003-06	Embaixada em Buenos Aires, segunda-secretária e primeira-secretária
2006-09	Departamento Cultural, assessora técnica
2009-10	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, coordenadora
2010-13	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, chefe de gabinete
2014-18	Embaixada em Budapeste, conselheira, chefe do Setor de Promoção Comercial
2018-21	Embaixada em Tirana, ministra-conselheira
2021-	Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação, diretora
Condecorações:	
2022	Ordem de Rio Branco, grã-cruz

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2025

(nº 123/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CLARA DE ABREU RADA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 123

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA CLARA DE ABREU RADA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA CLARA DE ABREU RADA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 30 de janeiro de 2025.

EM nº 00015/2025 MRE

Brasília, 27 de Janeiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA CLARA DE ABREU RADA**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIA CLARA DE ABREU RADA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 141/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA CLARA DE ABREU RADA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6402370** e o código CRC **E1F79105** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000540/2025-40 SEI nº 6402370

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ficha país

REPÚBLICA DA SÉRVIA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
(16 de janeiro de 2025)

1

SUMÁRIO

1) DADOS BÁSICOS 3
2) APRESENTAÇÃO 4
3) PERFIS BIOGRÁFICOS 6
4) RELAÇÕES BILATERAIS 10
5) POLÍTICA INTERNA 17
6) POLÍTICA EXTERNA 19
7) ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS 23
8) CRONOLOGIA HISTÓRICA 27
9) CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS 29
10) ACORDOS BILATERAIS 30

1) DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Sérvia
CAPITAL	Belgrado (1.411.000 habitantes, dados de 2024)
ÁREA	88.499 km² (incluindo o Kosovo), 77.474 km² (excluindo o Kosovo)
POPULAÇÃO	6.605.000 (2024)
IDIOMAS	Sérvio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	85% cristã ortodoxa; 5% católica; 3% muçulmana; 1% protestante; 1% sem religião; e 5% outras ou não declarados (2022).
SISTEMA POLÍTICO	Democracia parlamentar
CHEFE DE ESTADO	Aleksandar Vucic
CHEFE DE GOVERNO	Milos Vucevic
MRE	Marko Djuric
PIB	USD 75,19 bilhões (2023)
CRESCIMENTO REAL do PIB	+2,5% (2023); +3,9% (2024)
PIB per capita	USD 11.360,96 (2023)
PIB PPP *	USD 171,3 bilhões (2023)
PIB PPP per capita *	USD 25.880,00 (2023)
COMÉRCIO EXTERIOR	USD 70,772 bilhões (2023)
EXPORTAÇÕES	USD 30,934 bilhões (2023)
IMPORTAÇÕES	USD 39,837 bilhões (2023)
SALDO	USD – 8,903 bilhões (2023)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar sérvio (RSD); USD 1,00 = RSD 113,L75 (15/01/2025)
CÓDIGO DDI	+381
CÓDIGO internacional na Internet	.rs
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Aleksandar Ristic
EMBAIXADOR EM BELGRADO	José Mauro da Fonseca Costa Couto

Fontes: Escritório de Estatísticas da Sérvia e Banco Mundial (*).

Brasil →Sérvia (Em US$ milhões)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	50,4	66	62,1	63,2	55,8	54,2	72,5	124	83,7	88,2
Exportações	33,1	39,9	40,8	36,3	30,5	23,9	33,8	56,7	41,8	43,5
Importações	17,3	26,1	21,3	26,9	25,3	30,3	38,7	67,3	41,9	44,7
Saldo	15,8	13,8	19,5	9,4	5,2	-6,4	-4,9	-10,6	-0,1	-1,2

Fonte: MDIC, Comexstat

2) APRESENTAÇÃO

A República da Sérvia situa-se no centro dos Bálcãs, sem litoral marítimo. Sua capital, Belgrado, foi também a capital da ex-Iugoslávia. Tem 2027 quilômetros de fronteira com oito vizinhos: Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia do Norte, Montenegro e Romênia. O idioma oficial é o sérvio. O regime político é de república parlamentarista.

A população totaliza 6,6 milhões de habitantes, em sua maioria da etnia sérvia (83,3% do total, Kosovo não incluído, dados da Comissão Europeia-CE), além de diversas minorias: húngaros (3,5%), roma (2,1%), bósnios (2%), croatas (0,8%), eslovacos (0,7%), montenegrinos (0,5%), e outros. Desde meados dos anos noventa a taxa de crescimento natural da população é negativa.

Em termos de religião, 85% se declaram cristãos ortodoxos, 5% católicos, 3% muçulmanos, 1% sem religião, 1% protestantes e 5% outras confissões ou não declararam religião (dados de 2022).

Nas últimas semanas da Primeira Guerra Mundial, a Sérvia liderou, em outubro de 1918, junto com os estados eslavos dos Balcãs ocidentais, a formação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, rebatizado mais tarde de Reino da Iugoslávia. Após a Segunda Guerra Mundial, em novembro de 1945, o Reino foi transformado na República Federativa Popular da Iugoslávia (RFPI). A partir de 1963, passou a chamar-se República Socialista Federativa da Iugoslávia (RSFI).

Diante do desmantelamento da RSFI em seus diversos estados-componentes, iniciado em 1991 com as independências da Eslovênia e da Croácia, seguidas, em 1992, da Bósnia Herzegovina e da Macedônia do Norte, a Sérvia fundou, com Montenegro, a República Federal da Iugoslávia, que foi sucedida, em 2003, pela União de Estado da Sérvia e Montenegro.

Finalmente, após o referendo de 2006, no qual Montenegro optou pacificamente pela independência, conforme autorizado pela constituição, em 5 de junho daquele mesmo ano a Sérvia reconheceu a independência do país.

A província do Kosovo proclamou unilateralmente sua independência em 17 de fevereiro de 2008. O governo sérvio, porém, não reconhece a soberania de sua província kosovar, mas mantém processo negociador com o Kosovo, amparado pela Resolução 1244, do Conselho de Segurança da ONU.

A Sérvia é membro da Organização das Nações Unidas (ONU), do Conselho da Europa, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro. Ademais, é candidato oficial à adesão à União Europeia (UE). Detém o estatuto de observador na Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC). Está em processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC). É membro do Acordo de Livre Comércio da Europa Central (CEFTA, na sigla em inglês), além de ter celebrado acordos

bilaterais com a Associação de Livre Comércio da Europa (EFTA, em inglês) e diversos países, entre eles a Federação Russa, a Turquia e a China.

3) PERFIS BIOGRÁFICOS

ALEKSANDAR VUČIĆ

Presidente da República da Sérvia



Nasceu em 5 de março de 1970, em Belgrado. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Belgrado, em 1994. Vučić iniciou sua longa e distinguida carreira política cedo, no Partido Radical Sérvio ("SRS", em sérvio, partido nacionalista de direita), ao qual aderiu em 1993. No mesmo ano, foi eleito deputado para a Assembleia Nacional da Sérvia em 1993 e, em seguida, secretário-geral do SRS, em 1994, cargo que exerceu até 2008. Foi Ministro da Informação no Gabinete do ex-presidente Slobodan Milosevic, de 1998 a 2000.

Co-fundador do Partido Progressista Sérvio (SNS), junto com Tomislav Nikolic, em outubro de 2008. Foi eleito vice-presidente da nova agremiação logo após sua criação. O SNS é de direita e pró-europeu, divergindo neste aspecto do SRS, de tendência nacionalista. Quando Nikolic foi eleito presidente da Sérvia, em maio de 2012, Vučić sucedeu-o na presidência do SNS, cargo que exerceu até 2022.

De 2012 a 2013, chefiou o Ministério da Defesa e ocupou o cargo de primeiro vice primeiro-ministro (2012-2014). Além de assuntos de defesa, foi também encarregado dos temas de segurança e de combate à corrupção e ao crime. Atuou, ao mesmo tempo, como Secretário do Conselho de Segurança Nacional.

O presidente Vučić participa ativamente das negociações entre Belgrado e Pristina, sob os auspícios da União Europeia. Contribuiu para a assinatura do "Acordo de Bruxelas" de abril de 2013.

Após a vitória do Partido Progressista Sérvio nas eleições antecipadas de 16 de março de 2014, Vučić tornou-se o primeiro-ministro da Sérvia, posteriormente reconduzido ao cargo nas eleições antecipadas de 24 de abril de 2016.

Após a vitória nas eleições presidenciais de 2017, foi nomeado presidente da República da Sérvia, para exercer mandato de cinco anos. Nas eleições de 3 de abril de 2022, foi reeleito para um segundo mandato.

É fluente em inglês e russo, com conhecimentos básicos de francês e alemão.

MILOS VUCEVIC

Primeiro-Ministro



Nascido em 1974 em Novi Sad, Milos Vucevic formou-se na Faculdade de Direito em 1999. Na década de 1990, serviu ao exército em Vranje, e em Gnjilane.

Vucevic exerceu a advocacia a partir de 1999, no escritório de sua família, até ser eleito prefeito de Novi Sad, em setembro de 2012, quando parou de trabalhar como advogado. Foi membro do Conselho de Administração da National Alliance for Local Economic Development (NALED) de 2015 a 2016.

Após as eleições locais em 2016, foi eleito prefeito de Novi Sad pelo segundo mandato consecutivo, e em 2020 foi eleito prefeito pela terceira vez, o que aconteceu pela primeira vez na história da cidade. Tornou-se vice-presidente do Partido Progressista Sérvio em 2021 e foi eleito presidente do Partido Progressista Sérvio em 27 de maio de 2023.

De outubro de 2022 a maio de 2024, atuou como vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa.

Vucevic fala inglês.

MARKO DJURIC

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Marko Djuric nasceu em 25 de junho de 1983 em Belgrado. Estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Belgrado e completou seus estudos na Faculdade de Direito para Judiciário e Economia em Novi Sad. De 2012 a 2014, ele foi o mais jovem conselheiro do Presidente da República da Sérvia para relações exteriores.

Entre 2014 e 2020, Djuric foi Diretor do Escritório para Kosovo e Metohija. Durante seu mandato, visitou Kosovo e Metohija mais de 150 vezes. Como chefe da equipe de negociação da Sérvia no diálogo com as instituições temporárias de autogoverno em Pristina de 2012 a 2020, liderou delegações sérvias em um total de 221 rodadas de negociações em Bruxelas.

Chefiou o Comitê para a Implementação do Primeiro Acordo sobre a Normalização das Relações entre Belgrado e Pristina. Foi o chefe da equipe de negociação da Sérvia para o Capítulo 35 no processo de negociações de adesão entre a Sérvia e a UE e dezenas de vezes delegado nas sessões do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU. Atuou como chefe do Grupo de Trabalho do Governo da Sérvia para diálogo interno na resolução da questão de Kosovo e Metohija.

No período de 2020 a 2024, Marko Djuric foi o Embaixador da República da Sérvia nos Estados Unidos da América.

Ele é um dos fundadores do Partido Progressista Sérvio e vice-presidente do Conselho Principal do partido.

Fala inglês e hebraico fluentemente e tem proficiência elementar em francês e em russo.

4) RELAÇÕES BILATERAIS

O governo brasileiro reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta República Socialista Federativa da Iugoslávia, bem como da igualmente extinta união entre as Repúblicas da Sérvia e Montenegro, que vigorou entre 2003-2006.

Historicamente, o Brasil manteve relações amigáveis com a antiga Iugoslávia e esse legado de proximidade ainda hoje influencia o relacionamento com a Sérvia. A diplomacia sérvia recorda com satisfação a participação do Brasil como observador no Movimento Não-Alinhado e percebe nos BRICS uma nova encarnação dos ideiais que inspiraram o MNA.

Fundamentos das Relações Bilaterais

Atualmente, as relações bilaterais têm como fundamentos o fato de o Brasil haver mantido aberta sua Embaixada em Belgrado durante os bombardeios da OTAN em 1999; a posição de princípio em favor da integridade territorial da Sérvia, nos termos da Resolução 1244/99 do CSNU; a atuação brasileira em fora multilaterais em contrário ao ingresso do Kosovo. Em 2024, quando as Nações Unidas aprovaram resolução que instituiu o Dia Internacional de Reflexão e Comemoração do Genocídio de 1995 em Srebrenica, a abstenção do Brasil na votação foi igualmente percebida como expressão de solidariedade e amizade pelo governo sérvio.

Encontros Bilaterais

Em 2023, o então presidente do Parlamento da Sérvia, Vladimir Orlic, participou da cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As reuniões de consultas políticas bilaterais, realizadas anualmente, têm-se caracterizado por diálogo franco e construtivo. O mecanismo passou por hiato entre 2020 e 2022, havendo sido retomado em 2023, por meio de reunião virtual entre a Senhora SEAN, Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, com a então Secretária para Cooperação Bilateral da Sérvia, Embaixadora Irena Sarac.

Comércio Bilateral

O Brasil registra superávit estrutural no comércio com a Sérvia, considerando as estatísticas daquele país. O Escritório de Estatísticas da Sérvia estima que, em 2024, as importações de produtos brasileiros alcançaram USD 130 milhões, enquanto que as exportações sérvias para o Brasil estariam próximas a USD 30 milhões. Desde 2014, as importações sérvias de produtos oriundos do Brasil ficaram praticamente estáveis, no valor anual entre USD 100 e 112 milhões (com exceção dos anos da pandemia), enquanto que, no mesmo período, as importações sérvias cresceram em quase 100%.

O café cru em grãos é tradicionalmente o principal produto importado do Brasil, com uma participação média de 40% do total, seguido pelas importações de extratos, essências e concentrados de café, de concentrados de laranja, polietileno e vários tipos de ligas de ferro. Outros produtos industrializados estão sendo importados em quantidades menores e de forma inconstante, tais como os equipamentos e máquinas destinadas às obras de construção civil, agricultura e ferramentas.

Registra-se, tradicionalmente, importante discrepância entre as estatísticas sérvias e as brasileiras que contabilizam valores muito menores, sobretudo na parte das exportações para Sérvia. Em 2023 e 2024, por exemplo, foram registradas, pelo MDIC, exportações para a Sérvia de USD 41,3 e 43,6 milhões respectivamente, ou seja, praticamente 1/3 do valor real. Esta diferença crônica decorre de que a quase totalidade das importações sérvias de café em grãos, de concentrado de suco de laranja, bem como de outras "commodities" provêm de terceiros países, a partir de distribuidoras localizadas em portos italianos, eslovenos, holandeses ou croatas.

Segundo dados do MDIC, o intercâmbio bilateral somou USD 88,4 milhões em 2024 (exp: USD 43,6 mi; imp: 44,8 mi). As exportações concentraram-se em carne bovina (37%), café (29%), máquinas não-elétricas (7,6%). A pauta de importações concentra-se em tubos, canos e mangueiras (20%), autopeças (13%), pneus (9,1%).

As estatísticas brasileiras registram, igualmente, exportações de carnes para a Sérvia que de fato estão sendo dirigidas para a região do Kosovo, território não reconhecido pelo Brasil. Vale destacar que atualmente a Sérvia proíbe importações de carnes do Brasil e que, desde o ano passado, o Departamento Veterinário do Ministério da Agricultura da Sérvia está em fase de estudo do questionário relativo ao estado da agricultura e pecuária brasileira, primeiro passo necessário para a harmonização dos Certificados Sanitários Internacionais. O questionário respondido foi entregue em mãos ao Ministro da Agricultura da Sérvia, Aleksandar Martinovic, pelo Secretário Adjunto de Comércio e Relações Internacionais do MAPA, Júlio Cesar Forte Ramos, por ocasião de sua missão a Belgrado, em junho de 2024.

Missões Brasileiras em 2024

Em 2024, três visitas de delegações brasileiras foram recebidas na Sérvia pelas mais altas autoridades do país, inclusive, no caso do Dr. Plínio Nastari, CEO da DATAGRO, pelo Presidente Aleksandar Vučić:

- Missão do MAPA realizada entre os dias 23 e 25 de junho de 2024, chefiada pelo Secretário Adjunto de Comércio e Relações Internacionais, Júlio Cesar Forte Ramos, e integrada pelo Diretor de Promoção Comercial e de Investimentos, Marcel Moreira, e pelo Diretor de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Luis Renato Rua.

- Visita realizada pelo senhor Giuliano Senatore, agro economista da Fundação Getúlio Vargas, especialista em elaboração e gerenciamento de projetos, a Sérvia e Montenegro, de 1 a 6 de setembro de 2024.

- Missão realizada pelo Dr. Plínio Nastari, presidente da DATAGRO Consultoria LTDA, especializada em mercados agrícolas e no desenvolvimento e uso de biocombustíveis, entre 28 de outubro e 1 de novembro de 2024.

Presença da Embraer

Nos últimos 5 anos foram importados três jatos da Embraer, tipo Legacy 600, o primeiro usado pela Presidência da República e os dois outros por empresa privada de taxi aéreo. Desde 2024, a companhia aérea nacional, a Air Serbia, incorporou a sua frota duas aeronaves Embraer E195 alugadas, com intenção de expandir sua frota com ao menos 10 outros aviões do mesmo produtor. A relação entre a Embraer e a Air Serbia tem-se fortalecido consideravelmente, com a companhia aérea demonstrando satisfação com a operação dos E-Jets, que se têm mostrado altamente rentáveis. A perspectiva da Air Serbia é expandir sua frota para até 15 E-Jets no médio e no longo prazo (dentro dos próximos 2 a 4 anos), enquanto planeja a retirada gradual dos Airbus A319 de sua frota, à medida que os contratos de leasing vigentes forem expirando.

Atualmente, a Embraer busca negociar a venda de aeronaves novas, como o modelo E195-E2, para a Air Serbia, que, por sua vez, avalia a possibilidade de incorporar mais unidades do E195 (versão anterior) em sua frota no curto prazo.

Participação em Feiras na Sérvia

Existe enorme potencial para o Brasil aumentar sua presença no mercado da Sérvia e, consequentemente, na região dos Bálcãs, onde as empresas sérvias importadoras e distribuidoras possuem importante penetração. A marca Brasil poderia vir a ser fortalecida com presença maior de empresários brasileiros, particularmente em feiras comerciais, tais como a Feira Internacional de Agricultura de Novi Sad, na qual produtos brasileiros de alta qualidade poderiam ser apresentados, tais como maquinarias agrícolas, sistemas de irrigação, amendoim e castanhas (castanha-do-Pará e castanha-de-caju) e itens de confeitaria (balas, chocolates, biscoitos); a recém organizada Feira Internacional do Vinho, “Wine Vision 2025”; a Feira Internacional de Odontologia para os equipamentos brasileiros reconhecido por sua alta qualidade na Sérvia.

Biocombustíveis

Em maio de 2025, no âmbito da Feira de Agricultura de Novi Sad, será promovido Seminário sobre o Agronegócio do Brasil e o uso dos Biocombustíveis. O evento apresentará o arcabouço legal e o conhecimento tecnológico brasileiros no setor de biocombustíveis, a fim de sensibilizar as autoridades locais sobre os benefícios econômico-ambientais na utilização dessa matriz energética. A esse respeito, destaca-se o interesse demonstrado pelo Presidente Vučić na experiência brasileira, evidenciado durante a reunião que o dignitário sérvio manteve com o Dr. Plinio Nastari, presidente da DATAGRO, em 2024.

Investimentos bilaterais

A privatização da estatal farmacêutica sérvia Galenika pela empresa brasileira EMS, em 2017, representa o primeiro grande investimento brasileiro no país. O negócio insere-se na estratégia de expansão internacional da fabricante de medicamentos genéricos brasileira EMS em novos mercados na Europa e particularmente no Sudeste Europeu.

Não há registro de investimentos sérvios de porte no Brasil.

Câmara de Comércio Brasil-Sérvia

Em junho de 2023, foi inaugurada a primeira Câmara de Comércio Brasil-Sérvia como uma associação empresarial independente, não-governamental e sem fins lucrativos. A CCBS tem como objetivo central a promoção do comércio bilateral e dos investimentos diretos entre os dois países. A Embaixada participa de reuniões trimestrais com empresários sérvios organizadas em conjunto com a Câmara de Comércio Brasil-Sérvia (CCBS), em formato de "café da manhã", para a promoção comercial do Brasil.

Cooperação Bilateral

Esporte

O relacionamento bilateral dá margem a várias possibilidades para a cooperação no esporte, nos moldes do que ocorreu entre o Brasil e a Iugoslávia nos anos 1970, quando a seleção brasileira de voleibol adotou o país como campo de treinamento preferencial no exterior, o que contribuiu para elevar significativamente seu nível técnico, até alcançar os padrões atuais. No momento, as modalidades com maior potencial seriam o pólo aquático e o basquete, de interesse brasileiro, e as artes marciais, do lado sérvio.

Cooperação Parlamentar

A cooperação parlamentar foi o principal foco da missão à Sérvia realizada, em 2024, pelo Secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, Romenio Pereira. Na oportunidade, foi abordada a conveniência de adensar a cooperação parlamentar, inclusive por meio da ativação plena de grupos parlamentares de amizade entre os dois países, de modo a acrescentar mais essa dimensão às relações bilaterais.

Defesa

Há boas perspectivas de cooperação bilateral na área de Defesa, pois a Sérvia detém pujante indústria bélica, ora fornecedora de munições e armamentos para os conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio. Em 2023, a Sérvia enviou o General de Brigada Slavko Rakic, Chefe do

Departamento de Tecnologias de Defesa, como chefe da delegação sérvia à Feira "LAAD - Defesa e Segurança", que se realizou no Rio de Janeiro, no mês de abril. Este ano, o Brasil convidou o Ministro da Defesa da Sérvia, o Comandante da Força Aérea, assim como o Secretário de Produtos de Defesa e o Diretor de Instituto Técnico Militar da Sérvia para visitarem a LAAD no próximo mês de abril.

Temas culturais

A presença de artistas brasileiros em festivais de teatro, dança e cinema tem sido constante na Sérvia, assim como a prática de capoeira e o ensino do idioma português.

As relações bilaterais entre Brasil e Sérvia, no setor cultural, são bastante intensas e abarcam a inserção do Brasil dentro dos festivais musicais de maior prestígio realizados regularmente na Sérvia; o patrocínio de exposições e espetáculos de artistas brasileiros convidados a visitar o país; divulgação e ensino da língua portuguesa no Instituto Guimarães Rosa e em escolas e universidades; a disseminação de conhecimento da cultura brasileira, além da contínua interlocução com vistas a cooperação entre artistas, agentes culturais e idealizadores de eventos culturais.

Cooperação Educacional

No eixo de Educação, foram iniciadas tratativas para celebração de acordo de cooperação entre a Biblioteca Nacional da Sérvia e a Fundação Biblioteca Nacional; entre a Academia de Artes e Ciências da Sérvia e a Academia Brasileira de Ciências; entre a Faculdade de Direito da Universidade de Belgrado e a Faculdade de Direito da USP; e entre a Universidade de Novi Sad e a UFPR. A realização de um Seminário de Direito aproximou juristas acadêmicos brasileiros e sérvios, resultando na visita de uma delegação de procuradores à Faculdade de Direito da USP, ao STF, STJ e CNJ, no final de 2024. Em 2025, essas tratativas em diversas frentes devem evoluir e culminar na assinatura de um programa de cooperação e visitas definido conjuntamente pelas instituições sérvias e suas contrapartes brasileiras. Em julho de 2025, será realizado, ainda, o jubileu de 150 anos do Congresso Internacional de Americanistas (ICA), tendo como anfitriã a Universidade de Novi Sad, no qual já se encontram inscritos cerca de 300 pesquisadores brasileiros de diversas universidades. São esperados mais de 3 mil pesquisadores americanistas do mundo inteiro.

Núcleo de Estudos Brasileiros do IGR

O Núcleo de Estudos Brasileiros de Belgrado, único existente na região dos Balcãs, seleciona, anualmente, entre mais de quatrocentos candidatos, cerca de cento e trinta alunos para estudarem português. No ano letivo de 2022/2023, foram montadas quatro turmas do nível básico, sendo uma virtual e três presenciais, das quais uma foi preenchida exclusivamente por diplomatas da Chancelaria local. Foi formatado também curso especial para capoeiristas. Um número significativo de alunos de todas as modalidades de cursos tornou-se consumidor de produtos de

indústria criativa brasileira disponíveis na Sérvia, tais como livros brasileiros traduzidos para o sérvio, séries e filmes nacionais exibidos pelas televisões locais, podcasts de autores brasileiros disponíveis na Internet e outros.

Registre-se que várias cidadãs brasileiras residentes na Sérvia tem buscado cursos de português como língua de herança, para atender a demanda de manutenção do domínio da língua e da cultura, assim como de alfabetização, em português, de crianças servo-brasileiras.

No período letivo atual, iniciado, de acordo com o calendário escolar local, em outubro último, e com previsão de duração até outubro de 2025, o NEB Belgrado conta com o número total de 96 alunos matriculados. Atendendo a demanda excepcional do público pelo curso do nível Básico I, estão sendo realizadas, no NEB Belgrado, inscrições adicionais de alunos principiantes, cujas turmas deverão ser formadas e iniciar o processo letivo no início do corrente ano. Após a matrícula destes novos alunos, o número total de inscritos no período letivo atual subirá para 151.

Comunidade Brasileira

A comunidade brasileira residente na jurisdição (Sérvia e Montenegro) é estimada em 500 brasileiros, dos quais aproximadamente 400 residiriam na Sérvia e 100 em Montenegro. O número é baseado na matrícula consular feita pelo Posto junto à comunidade brasileira. O número estaria subestimado, uma vez que não há estatística oficial disponibilizada pelo governo sérvio, e que nem toda a comunidade brasileira efetua matrícula consular no Posto.

A comunidade brasileira é composta majoritariamente por mulheres brasileiras casadas com sérvios e menores brasileiros com dupla nacionalidade.

Além disso, há presença, em menor escala, de profissionais qualificados (engenheiros brasileiros empregados por multinacionais chinesas em projetos de infraestrutura na Sérvia; executivos da farmacêutica Galenika, comprada pelo grupo brasileiro EMS) e de atletas profissionais de futebol e basquete.

O número de 500 brasileiros residentes não inclui aqueles que vivem na Sérvia temporariamente, aproveitando da dispensa de visto de turismo por 90 dias, a exemplo de trabalhadores remotos (tradutores, profissionais de TI) ou do setor de serviços (garçons, cozinheiros), cujo objetivo é eventualmente migrar para países da União Europeia.

Eleições

Devido ao baixo número de brasileiros residentes, o Posto organiza eleições com urna manual (urna de lona). Nas Eleições Presidenciais de 2022, havia 98 eleitores inscritos, com média de comparecimento de 50% em cada turno.

Assistência Consular

Apesar do baixo número de brasileiros residentes na jurisdição, tem-se notado, desde o ano passado, crescente número de brasileiras que vêm para a Sérvia para fins de prostituição, aliciadas por máfias transnacionais de tráfico de pessoas. Recorde-se que a prostituição é ilegal na Sérvia, expondo as brasileiras ao temor de denunciar maus tratos e episódios de violência. A posição das mulheres brasileiras também é fragilizada pelo desconhecimento da realidade local, pela ausência de laços pessoais na Sérvia, bem como pelo desconhecimento do idioma local e também do inglês.

Houve ao menos 7 casos de assistência consular dessa natureza ao longo de 2024, evidenciando o crescente número de brasileiras nessa condição, e a existência de fluxo de tráfico de pessoas diretamente do Brasil, a despeito do envio de brasileiras também a partir de outros países da União Européia (Itália, Espanha).

Em casos dessa natureza, o auxílio pode ser dificultado por restrições orçamentárias, que impedem a concessão célere de passagem de retorno ao Brasil. Para contornar essa dificuldade, procurou-se estreitar laços com a Organização Internacional para Migrações (OIM), da ONU, que detém orçamento para cessão de passagem, além de oferecer abrigos para mulheres em situação de risco e programas de reintegração ao país de origem, com emprego de profissionais qualificados e oferecimento de auxílio financeiro.

A Embaixada do Brasil em Belgrado também realizou um novo mapeamento de ONGs e entidades de apoio locais (abrigos, casas de apoio, albergues), visando a garantir atendimento rápido para emergências consulares.

Documentos para Estrangeiros

A demanda para cidadãos estrangeiros no setor consular da Embaixada é relativamente baixa, principalmente pela dispensa de visto de turismo para cidadãos sérvios. O principal serviço requisitado é o Visto de Trabalho (VITEM IV), cuja autorização de concessão é enviada ao posto pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Foram emitidos 41 vistos de trabalho em 2024, para profissionais diversos (executivos, atletas profissionais e trabalhadores de plataformas de alto-mar, principalmente). Cidadãos estrangeiros também solicitam a emissão de CPF, para uso no Brasil, tendo sido emitidos 35 CPFs em 2024.

Ausência de Acordos de Cooperação Jurídica em Matéria Penal

A ausência de acordos de cooperação jurídica em matéria penal tem dificultado o cumprimento de solicitações da Justiça Brasileira, em especial para extradição de investigados.

Seria conveniente, portanto, considerar a negociação de acordos bilaterais de cooperação jurídica com autoridades dos respectivos países, em alinhamento com o MJSP e com o Poder Legislativo.

5) POLÍTICA INTERNA

Sistema Político

O sistema político da Sérvia é o parlamentarismo multipartidário. A Assembleia Nacional da Sérvia ("Skupstina") é unicameral, e conta com 250 deputados, eleitos proporcionalmente por um mandato de quatro anos, renovável indefinidamente. A Skupstina, contudo, pode ser dissolvida pelo presidente, a pedido do primeiro-ministro, resultando em novas eleições parlamentares.

O presidente, eleito por voto direto para um mandato de cinco anos renovável uma vez, é o chefe de Estado. O nome do primeiro-ministro é proposto pelo presidente, cabendo à Skupstina aprová-lo.

O Suprema Corte da Sérvia (conhecida anteriormente como Suprema Corte de Cassação) é a corte mais alta da Sérvia. A Lei de Organização dos Tribunais de 2008 diminuiu bastante o número de tribunais na Sérvia, de 168 para 64, e criou três níveis de tribunais abaixo da suprema corte.

O presidente Aleksandar Vučić foi reeleito em primeiro turno em 2022 e a coalização liderada pela sua legenda (o Partido Progressista Sérvio – SNS) foi também a mais votada. Em dezembro de 2023 ocorreram eleições legislativas, num processo eleitoral que foi bastante questionado por observadores e facilitadores da União Europeia.

Conjuntura Política Atual

O presidente Aleksandar Vučić, do Partido Progressista da Sérvia (SNS), é figura dominante do cenário político sérvio, centralizando, inclusive, a condução da política externa do país.

O mandatário serviu como primeiro-ministro entre 2014 e 2017, quando foi eleito presidente em primeiro turno, e, posteriormente, reeleito em 2022. Vučić tem-se mostrado um político hábil e ativo, sendo quem, de fato, dirige a nação, apesar de o sistema de governo sérvio ser parlamentarista. O primeiro-ministro, Milos Vucevic, participa ativamente do dia a dia do governo, sempre alinhado com o presidente.

A melhoria do ambiente eleitoral é preocupação da União Europeia. Em seus últimos relatórios sobre o processo de adesão da Sérvia à UE, a Comissão Europeia apontou desafios no capítulo referente às Instituições Democráticas, de forma a conformar a Sérvia aos padrões europeus. Foram identificados problemas quanto à tolerância à pluralidade política, liberdade de

imprensa e repressão a jornalistas. Também tem havido críticas nas áreas de corrupção, transparência governamental, independência do judiciário e falta de vontade política de cooperar com o Tribunal Residual da Haia para a ex-Iugoslávia.

Os anos de 2023 e 2024 foram marcados por grandes manifestações populares contra o governo. Os protestos tiveram início em maio de 2023, para expressar a insatisfação popular com os assassinatos em massa ocorridos em maio daquele ano, criticando o governo e pedindo a renúncia de várias autoridades, incluindo do presidente do país. Estudantes, agricultores e profissionais liberais têm tomado parte nessas manifestações.

A oposição, embora dispersa e enfraquecida, tem conseguido mobilizar sucessivas ondas de protestos populares. A mais recente temporada de manifestações foi deflagrada pela revolta da população sérvia após o desabamento da estação ferroviária de Novi Sad, ocorrido em novembro passado, que vitimou 15 pessoas.

Não obstante haver se firmado como principal articulador e personalidade política do país, Vučić ora atravessa momento difícil, ao ser alvo de pressões externas resultantes do não-reconhecimento de Kosovo. No plano interno, os partidos de oposição, caracteristicamente dispersos e enfraquecidos, não têm tido sucesso em oferecer uma liderança alternativa ao atual presidente.

Ataque em Banjska

Em setembro de 2023, ataque perpetrado na localidade de Banjska (norte do Kosovo), por grupo de homens armados, resultou na morte de um policial kosovar. Tal episódio colocou a Sérvia sob forte pressão internacional, oriunda sobretudo dos países do "Quinteto" (Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália), em razão de indícios de envolvimento direto do Poder Executivo, com participação comprovada de Milan Radoicic, político aliado de Vučić, e possível apoio da Rússia.

Discutiu-se naquele momento, no âmbito da União Européia, a aplicação de sanções contra a Sérvia, sob os argumentos de que, além de exercer pressão pela elucidação dos fatos ocorridos, as sanções teriam também efeito de evitar sua recorrência. Até o momento, a Hungria vem desempenhando papel de principal opositora dessa linha de ação.

6) POLÍTICA EXTERNA

Convencionou-se dizer que a política exterior sérvia se apoia sobre quatro pilares, quais sejam, a União Europeia, a Rússia, a China e os Estados Unidos. Em tempos recentes, a Rússia, país com o qual a Sérvia compartilha laços étnicos e culturais, vem sendo eclipsada pela China, parceira comercial que, cada vez mais, exerce ascendência sobre Belgrado, mediante a concessão de empréstimos, investimentos e projetos de infraestrutura, tratados todos os anos nas visitas do Presidente Vučić a Pequim, para participar no Fórum da 'Belt and Road Initiative'.

Tematicamente, o encaminhamento da questão do Kosovo de forma negociada, no âmbito da Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e o processo de adesão à União Europeia são as balizas incontornáveis da agenda externa do país.

Em razão da guerra da Ucrânia, o governo sérvio tem sofrido forte pressão europeia e norte-americana, passando por difícil situação diplomática, uma vez que, embora tenha condenado a ofensiva russa, também se recusa a aderir às sanções contra aquele país. Observa-se que o não alinhamento do posicionamento externo sérvio com o da UE não tem ajudado o seu processo de adesão ao bloco.

Open Balkans

No plano regional, Sérvia, Albânia e Macedônia do Norte lançaram a iniciativa dos "Open Balkans", com o objetivo de aprofundar a integração dos países da região. O projeto visa estabelecer um "mini-Schengen" entre seus participantes e é aberto a todos os países dos Bálcãs Ocidentais e ao Kosovo. De acordo com seus idealizadores, a iniciativa não seria uma substituta para a integração europeia, mas sim vetor de aceleração daquele processo. Alguns analistas políticos, no entanto, têm matizado tal indicação. Sob esse prisma, o projeto de integração balcânica poderia apresentar-se não apenas como uma perspectiva mais imediata que a entrada no bloco europeu, mas também como uma solução que não implicaria o afastamento de importantes parceiros como a Rússia e a China. Para alguns críticos, tratar-se-ia, ainda, de tentativa sérvia de expandir a sua influência na região.

Kosovo

O Kosovo, reintegrado ao Reino da Sérvia em 1912, depois das guerras balcânicas pelas quais a Sérvia, a Grécia e a Bulgária libertaram seus territórios do Império Otomano, foi determinado Região Autônoma da República da Sérvia em 1963 pelo regime comunista de Tito, a partir da fundação da República Federativa Socialista da Iugoslávia, que substituiu a República Federativa Popular da Iugoslávia (1945-1963). Após a morte de Tito, em 1980, as primeiras manifestações estudantis ocorreram no final de 1981, seguidas de confrontos com Belgrado, que culminaram em 1987 com a ascensão à presidência de Slobodan Milosevic.

Em 1990, a Assembleia Nacional do Kosovo proclamou, numa primeira tentativa, a independência da província, reconhecida apenas pela Albânia (cerca de noventa por cento da população kosovar é etnicamente albanesa e apenas oito por cento de origem sérvia, motivo pelo qual os sérvios frequentemente referem-se aos habitantes de Kosovo como os "albaneses"). Diante da indefinição sobre o status do território, em 1996, o Exército de Libertação do Kosovo (KLA) iniciou a luta armada contra as forças sérvias, que reagiram. A escalada de violência dos dois lados levou, em 1999, a OTAN, sem a anuência do CSNU, a intervir no conflito, bombardeando Belgrado, para forçar os sérvios a cessar os combates e a alegada "limpeza étnica" contra os kosovares albaneses.

Logo após o cessar-fogo, a província foi colocada sob a administração da UNMIK (Missão de Administração Interina das Nações Unidas para o Kosovo), criada pela Resolução 1244 (1999) do CSNU. Em novembro de 2005, tiveram início as negociações sobre o status final do Kosovo entre a Sérvia e o Kosovo, mediadas pelo Enviado Especial da ONU, Martthi Ahtisaari. Ahtisaari propôs um plano que previa a concessão de amplo grau de autonomia supervisionada para o Kosovo. O impasse gerado em torno do Plano Ahtisaari levou a que o Kosovo declarasse unilateralmente sua independência em 17 de fevereiro de 2008.

A "independência" kosovar foi prontamente respaldada por Berlim, Londres, Paris e Washington. A Sérvia, apoiada por Moscou, considerou a declaração ilegal. Por Parecer Consultivo de 2010, a Corte Internacional de Justiça afirmou que a independência unilateral do Kosovo, apesar de contrariar a citada Resolução 1244, não seria contrária ao Direito Internacional.

Cumpre ressaltar que a UE tem grande e estratégico interesse na resolução da questão do Kosovo, por isso tem oferecido seus bons ofícios para um deslinde negociado da disputa, como no caso do "Diálogo de Bruxelas" (e, mais recentemente, nas tratativas de Ohrid).

Em junho de 2020, o primeiro-ministro Avdulllah Hoti chegou ao poder sem que tivessem sido realizadas novas eleições. Em setembro daquele ano, sob os auspícios do presidente norte-americano Donald Trump, Vučić e Hoti assinaram separadamente documentos no Salão Oval da Casa Branca em que se comprometiam a normalizar suas relações econômicas e a respeitar moratória de um ano nas tentativas do Kosovo de aderir a organismos internacionais e na campanha internacional da Sérvia contra o reconhecimento do Kosovo.

Em novembro de 2020, o presidente Thaçi renunciou, por ter sido convocado pelo Tribunal da Haia. Assumiu interinamente o cargo a presidente do Parlamento, Vjosa Osmani. Em dezembro de 2020, a Corte Constitucional invalidou a eleição de Hoti pelo Parlamento e determinou a convocação de novas eleições legislativas, realizadas em fevereiro de 2021, das quais saiu vitorioso Albin Kurti, que retomou o cargo de primeiro-ministro. Em abril, Osmani foi eleita, de forma efetiva, para o cargo de presidente.

À frente do governo do Kosovo, Albin Kurti tem dado mostras de pouca boa-vontade com relação ao Diálogo de Bruxelas. Em setembro de 2021, o Kosovo passou a exigir a mudança das placas de automóveis e caminhões que atravessassem a fronteira, vindos da Sérvia. Motoristas descontentes bloquearam as passagens terrestres e incendiaram um posto de emplacamento. A

crise se prolongou por vários dias e temia-se uma perigosa escalada. Um acordo provisório, porém, foi obtido em Bruxelas, com a intermediação do enviado especial da UE, Miroslav Lajcak, bem como com a pressão da parte americana. Em outubro daquele ano, nova crise foi deflagrada com uma operação policial contra o contrabando no norte do Kosovo, região de maioria sérvia. A Sérvia chegou a enviar tanques para região próxima da fronteira.

Finda a moratória estabelecida pelos Acordos de Washington, o Kosovo retomou iniciativas para solicitação de ingresso em várias organizações internacionais, o que levou a Sérvia a também prosseguir com a sua respectiva campanha pela retirada dos reconhecimentos à independência do Kosovo. Não por acaso, o governo sérvio tem se mostrado empenhado em intensificar o relacionamento com países de fora do espaço europeu, como demonstra a importância conferida ao Movimento dos Não-Alinhados (que contou com reunião comemorativa realizada em Belgrado em 2021) e os recentes esforços para se aproximar de países africanos. A estratégia, além de diversificar parcerias que auxiliam a enfrentar o desafio sérvio de se equilibrar entre o Ocidente e o Oriente, também busca aumentar o número de apoios ao objetivo de Belgrado de, futuramente, reintegrar a província separatista ao seu território.

Em março de 2023, em reunião mediada pela UE, em Ohrid, cidade no norte da Macedônia, Sérvia e Kosovo discutiram minuta de acordo europeu para balizar o relacionamento entre ambos. Apesar dos esforços diplomáticos, o documento não chegou a ser assinado. Muito tem sido especulado sobre o chamado “Acordo de Ohrid”, desde a sua obrigatoriedade, em que pese não tenha sido assinado (posição sustentada pela EU) até um possível reconhecimento tácito da independência do Kosovo pela Sérvia.

O incidente no monastério de Banjska sacudiu o cenário político sérvio, em 24 de setembro de 2023, quando um grupo armado atacou a Polícia kosovar, matando um policial e ferindo dois outros. Três dos atacantes foram mortos no tiroteio com a Polícia e seis foram presos. O episódio, ainda não totalmente elucidado, reverberou intensamente no cenário político local, à luz do recente fracasso das negociações em Bruxelas para a normalização das relações entre Belgrado e a Pristina.

O episódio pode vir a ser considerado, no futuro próximo, um divisor de águas, na medida em que parece ter agravado de forma irreparável o nível de tensão entre os dois lados, que vêm trocando graves acusações, de parte a parte, de fomentar novo conflito na região. Em Belgrado, os partidos de oposição caracterizaram como incompetente a atuação do governo Vučić durante a crise, argumentando que esta forneceu a Pristina um pretexto para não mais implementar os acordos, sobretudo no que concerne ao estabelecimento da associação de municipalidades de maioria sérvia.

O Partido Democrático e o Partido da Liberdade e Justiça cobraram o governo por esclarecimentos sobre quem seriam os homens armados que enfrentaram a Polícia em Banjska e com que intenção bloquearam as estradas. Ao mesmo tempo, esses partidos teceram duras críticas à situação em que agora se encontram os sérvios que vivem sob o "insano regime de terror" de Albin Kurti. O Presidente Aleksandar Vučić reuniu-se no dia seguinte ao incidente com o Embaixador da Rússia, a quem disse haver informado sobre "o fato de que Kurti está conduzindo uma limpeza étnica brutal em Kosovo e Metohija, com o apoio de parte da comunidade

internacional". Em seguida, Vučić encontrou-se com os embaixadores do Quinteto (Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Estados Unidos) e cobrou que a KFOR assumisse responsabilidade integral pela segurança na região.

Entrementes, foi comprovada a participação do político Milan Radoicic, membro do partido oposicionista em Pristina, Lista Sérvia, no ataque em Banjska. Radoicic, ora aguardando julgamento, em liberdade, declarou ter agido para "encorajar a resistência contra o regime de Albin Kurti", mas negou envolvimento de autoridades do governo da Sérvia, de quem afirma nutrir divergências, já há algum tempo. Além desse aventado envolvimento do governo sérvio, autoridades da Pristina declararam estar investigando a possibilidade de ter havido participação da Rússia no incidente, com base nas armas, equipamentos e documentos apreendidos no local do enfrentamento. O grande volume de armamentos e uniformes (mais de 100) seria destinado, tudo indica, a um número mais expressivo de combatentes, a serem recrutados entre os sérvios da região.

Processo de Adesão à União Europeia

A Sérvia apresentou a sua candidatura a país-membro da União Europeia em 2009, tornando-se candidata oficial em 2012. Desde então, o processo de acessão ao bloco tem progredido lentamente, porém sem data para conclusão. Em 14 de dezembro de 2022, sob as críticas de Belgrado, o Kosovo apresentaria o seu pedido próprio de acessão ao bloco europeu. O território já havia manifestado intenção de integrar o Conselho da Europa em 12 de maio de 2022, pleito este que foi aprovado em 24 de abril de 2023 pelo Comitê de Ministros daquela organização e encaminhado à Assembleia Parlamentar para avaliação. Estima-se que o processo ainda poderá levar até dois anos.

Em diferentes ocasiões, autoridades europeias chegaram a afirmar que a região dos Bálcãs Ocidentais é parte integrante da Europa e que seria apenas uma questão de tempo para que esta seja totalmente integrada à “família europeia”. No entanto, um acordo sobre o status definitivo do Kosovo, a ser obtido por negociação entre as partes, parece ser condição *sine qua non* para a entrada da Sérvia no bloco e, eventualmente, do Kosovo. A possibilidade de vir a integrar a UE já foi colocada, muitas vezes, como estímulo para tal acordo entre Belgrado e Pristina, mas tem perdido urgência e popularidade entre a população sérvia e alguns políticos locais, em razão das exigências impostas pela própria UE.

Em seus últimos relatórios sobre a Sérvia, a Comissão Europeia apontou os tópicos sobre reformas democráticas, transparência e liberdade de imprensa como aqueles em que teria havido menor progresso para a conformidade aos “padrões europeus”, além da relutância de Belgrado em somar-se aos esforços de sanções contra Moscou (bem como de alinhar a sua política externa com a do bloco). Sobre este último ponto, cumpre mencionar que os Estados Unidos também têm preocupação especial com a influência russa na região. Não por acaso, são um dos principais aliados do governo do Kosovo, além de manter grande base militar naquele território (Camp Bondsteel). Para a Sérvia, as relações com Moscou e Pequim são muito importantes, visto que o apoio de ambas as potências no Conselho de Segurança garante a continuação da vigência da RES. 1244/99 e a presença da administração das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK). Não

obstante, o governo sérvio segue reiterando que a entrada na UE é uma prioridade de sua política externa.

7) ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Atualmente, a Sérvia vem implementando uma política robusta de investimentos públicos, que visa à modernização e à ampliação da infraestrutura rodoviária, ferroviária e energética, além da construção de um novo estádio nacional e do complexo que sediará a EXPO 2027. O orçamento proposto para o próximo ano destina aproximadamente EUR 6,5 bilhões a esses projetos, o que equivale a 7,4% do PIB planejado. Contudo, esses investimentos estão associados a custos elevados, acarretando o aumento da dívida pública e do endividamento externo, em particular, à China.

O governo sérvio avalia que a economia do país, impulsionada pelos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e nacionais, está no caminho de um crescimento estável e progressivo para os próximos anos, com a meta de alcançar um PIB de USD 100 bilhões até o final de 2027. A economia sérvia tem sido relativamente menos impactada pela crise ucraniana que outros países da região, uma vez que o país não aderiu às sanções ocidentais impostas à Rússia, mantendo um abastecimento parcial de petróleo e gás russos. Além disso, a Sérvia tem estreitado relações comerciais e financeiras com a China, sem comprometer seu caminho rumo à União Europeia, que permanece como sua principal investidora e parceira comercial.

Comércio Exterior

O comércio exterior da Sérvia, referente ao período janeiro-novembro de 2024, registrou o valor total de US$ 67,73 bilhões de intercâmbio com o mundo, ou seja, um aumento de cerca de 4%, comparado ao mesmo período no ano anterior. As exportações atingiram US$ 29,19 bilhões, enquanto que as importações somaram US$ 38,54 bilhões, apresentando um déficit comercial de US$ 9,3 bilhões, que vem crescendo nos últimos 10 anos.

O intercâmbio da Sérvia com o mundo ainda se mantém pouco diversificado, em termos geográficos, uma vez que 87% das exportações sérvias estão dirigidas para países europeus, dos quais, por seu turno, provêm 73% das importações sérvias. Os países asiáticos, particularmente, em razão das importações oriundas da China, representam 23% das importações e apenas 9,1% das exportações sérvias. Com relação ao continente americano, o intercâmbio sérvio representa 2,6% do volume total das trocas comerciais, assim dividido: América do Norte, 2%; América Central e Caribe, 0,1%; América do Sul, 0,5%). Os principais parceiros sérvios foram a Alemanha, China, Itália, Turquia, Hungria, Bósnia e Herzegovina, Romênia, Polônia e República Tcheca.

Note-se que a Sérvia, embora herdeira política da ex-Iugoslávia, que foi fundadora da OMC, não faz parte da Organização Mundial do Comércio. Entre 2008 e 2012 foram realizadas

negociações com aquela instituição. Mas, a partir da chegada ao poder do atual governo, têm sido priorizadas negociações para acordos de livre comércio.

Neste sentido, a Sérvia assinou Acordos de Livre Comércio com os países membros da EFTA - European Free Trade Association (Islândia, Noruega, Suíça e Lichtenstein), CEFTA - Central European Free Trade Agreement (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte, Moldova, Montenegro, Sérvia e Kosovo), a Rússia e depois com a União Econômica Euroasiática (Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão e Rússia), a Turquia (1/6/2009), e a China (1/7/2024). A Sérvia está atualmente negociando Acordos de Livre Comércio com os Emirados Árabes Unidos e com a Coreia do Sul.

As negociações com vistas ao ingresso da Sérvia na União Europeia desaceleraram durante a pandemia e, desde 2022, estão virtualmente paralisadas, em razão de obstáculos políticos, tais como dificuldades em normalizar as relações com o Kosovo ou mesmo questionamentos sobre casos de corrupção, falta de independência do judiciário e restrições à liberdade da imprensa. Não obstante, o governo tem conduzido esforço, em diversos setores, para harmonizar a legislação sérvia ao arcabouço legal da UE.

O Acordo de Estabilização e de Associação (AEA) assinado entre a República da Sérvia e a União Europeia em 2008 estabeleceu um processo de redução e abolição gradual (num período máximo de 6 anos) de contingentes e direitos aduaneiros sobre mercadorias. Atualmente todos os produtos industriais são livres de taxas alfandegárias exceto certos produtos do setor agroindustrial, julgados sensíveis, mas com taxas muito reduzidas.

Indústria

A produção industrial na Sérvia registrou, em setembro de 2024, um aumento de 8,1% em relação a setembro de 2023. No período acumulado de janeiro a setembro de 2024, comparado ao mesmo período de 2023, o crescimento foi de 3,3%, com destaque para a contribuição da indústria de transformação, seguida pela produção de energia, incluindo eletricidade, gás e vapor, amplamente utilizada para a calefação pública.

Agricultura

A participação da agricultura, atualmente correspondendo a 5,7% do PIB da Sérvia, tem diminuído ao longo da última década, tanto devido ao crescimento mais acelerado de outros setores do PIB quanto à estagnação do setor agrícola e à crise no setor agropecuário. Entre 2018 e 2023, o número de cabeças de gado sofreu uma redução de 25% (atualmente cerca de 1,5 milhão), enquanto o número de suínos caiu 30% e o de aves, 5%. Paralelamente, desde 2012, o número de explorações agrícolas diminuiu 10%, parcialmente como resultado da consolidação dessas propriedades. Esse processo é evidenciado pelo aumento da área média das explorações, que passou de 4,5 hectares em 2012 para 6,4 hectares em 2023.

A agricultura permanece como um setor crucial para o país, contribuindo com um saldo positivo na balança comercial estimado em cerca de 2,5 bilhões de dólares norte-americanos. No

entanto, desde a pandemia de Covid-19, a agricultura tem desempenhado um papel significativo na escalada da inflação no país, em grande parte devido ao aumento expressivo dos preços dos produtos agrícolas.

Inflação

De acordo com o Escritório de Estatísticas da Sérvia, a taxa de inflação ao final de setembro de 2024 foi de 4,3%, permanecendo acima das previsões do Banco Nacional da Sérvia e com tendência de alta a partir de outubro. Conforme os relatórios mensais, os preços dos alimentos apresentaram o maior aumento, com uma média de 20,2%, seguidos pelos custos relacionados à moradia (eletricidade, água, calefação e gás), que subiram 17,2%.

Empregos e salários

O desemprego continua em queda, e ao final do terceiro trimestre de 2024 a taxa foi de 8,2%, representando uma redução de 1,4% em comparação com o mesmo período de 2023. É importante destacar, entretanto, que a população da Sérvia, uma das mais envelhecidas da Europa, vem diminuindo a um ritmo de aproximadamente 80 mil habitantes por ano, devido a um saldo negativo de mortalidade de cerca de 36 mil pessoas e à expatriação de mais de 40 mil indivíduos anualmente.

Segundo as estatísticas oficiais, em setembro de 2024, salário médio na Sérvia foi de 132.783 dinares (USD 1.196), enquanto o salário líquido ficou em 96.115 dinares (USD 866), registrando um aumento de 14,5% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Na capital, Belgrado, o salário médio líquido alcançou 170.558 dinares (USD 1.536), representando um aumento de 13% em relação a setembro de 2023.

Turismo

Entre janeiro e setembro de 2024, foram registradas 18,3 milhões de entradas de turistas estrangeiros e 88,4 milhões de pernoites, representando um crescimento de 3,2% e 0,9%, respectivamente, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Até o final de setembro, a receita do turismo alcançou 1,9 bilhão de euros, e, segundo a Organização do Turismo da Sérvia, deverá superar o recorde de 2,5 bilhões de euros registrado em 2023.

Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)

Os investimentos estrangeiros diretos (IED) continuam em crescimento, mantendo a tendência dos últimos anos. Segundo o Ministro das Finanças, a soma recorde investida em 2023, de 4,5 bilhões de euros, deverá ser superada em 2024. Até setembro de 2024, o montante registrado foi de 3,2 bilhões de euros, representando um aumento de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Mais da metade dos investimentos estrangeiros diretos (IED) na Sérvia provêm da União Europeia, que tradicionalmente é a maior investidora e principal parceira comercial do país. A China ocupa a segunda posição, embora seja frequentemente difícil determinar o valor exato de seus aportes.

Mineração de Cobre

O grupo empresarial chinês Zijin Mining adquiriu minas significativas na Sérvia em 2018, incluindo as de Bor e Veliki Krivelj, com investimentos de milhões de euros para expandir e modernizar as operações. Em 2022, foi registrado um crescimento das exportações sérvias para o Brasil como consequência das exportações de minério de cobre e seus concentrados, no decorrer do primeiro trimestre, pela empresa "Serbia Zijin Copper", subsidiária da empresa chinesa. A partir de 2024, não houve mais exportações de minérios de cobre e seus concentrados pela empresa "Zijin Mining Group" para o Brasil.

Exploração de Lítio

O lítio foi descoberto na Sérvia na região de Jadar no oeste do país em 2004 pela empresa anglo-australiana Rio Tinto. A região é considerada uma das maiores reservas de lítio da Europa, crucial para a produção de baterias de carros elétricos e outras tecnologias verdes. Desde a descoberta, houve uma forte oposição local e nacional aos planos de mineração devido a preocupações ambientais. Os moradores e ativistas temem que a mineração cause poluição da água, ar e solo, além de impactar negativamente a agricultura, uma atividade econômica vital na região. Em 2022, após intensos protestos que incluíram bloqueios de estradas, o governo sérvio suspendeu o projeto de mineração da Rio Tinto.

No entanto, em julho de 2024, o Tribunal Constitucional da Sérvia anulou a decisão de suspensão, declarando-a inconstitucional, o que permitiu ao governo reiniciar o projeto. Essa decisão judicial foi seguida por uma nova onda de protestos pelo país, com milhares nas ruas de Belgrado e outras cidades, demonstrando a contínua resistência ao projeto. Os opositores argumentam que a exploração de lítio pode causar danos irreversíveis ao meio ambiente, afetando as reservas de água subterrânea e a agricultura. Há também preocupações com a saúde pública e a gestão dos resíduos. Por outro lado, defensores do projeto destacam os benefícios econômicos, como a criação de empregos e a contribuição para a transição energética verde.

A Sérvia assinou um acordo com a União Europeia, em julho de 2024, para o desenvolvimento de cadeia de suprimento de matérias-primas para baterias de lítio. O acordo foi visto como uma tentativa de alinhar a Sérvia mais estreitamente com a UE, reduzindo, de parte a parte, a dependência da China.

8) CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século VII	Chegada das primeiras comunidades sérvias à Região dos Bálcãs, no contexto das migrações eslavas para o sul.
1389	Derrota sérvia na Batalha dos Campos de Melro no Kosovo, que põe fim ao reino independente da Sérvia.
Séculos XV a XVIII	Sérvia é absorvida pelo Império Otomano.
Século XIX	Avanço militar do Império Austro-Húngaro contra os turcos, nos Bálcãs, que permitiu a independência de nações como a Sérvia.
1817	O Principado da Sérvia torna-se semi autônomo dentro do Império Otomano.
1878	Independência sérvia reconhecida internacionalmente.
1918	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos formado após a I Guerra Mundial.
1929	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos renomeado Reino da Iugoslávia.
1945	Sérvia torna-se uma das seis repúblicas da República Federativa Socialista da Iugoslávia.
1991	Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia separam-se da Iugoslávia.
1992	Sérvia e Montenegro formam a República Federativa da Iugoslávia.
1995	Acordos de Dayton encerram Guerra da Bósnia.
1998	Início da Guerra do Kosovo.
1999	Bombardeios da OTAN. Rendição sérvia. Kosovo torna-se um protetorado da ONU, permanecendo parte da Sérvia.
2000	Derrota eleitoral de Slobodan Milosevic em setembro, seguida de sua renúncia em outubro.
2003	Iugoslávia renomeada como União da Sérvia e Montenegro.
2006	Milosevic morre nas dependências do Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia, na Haia.
2006	Montenegro declara independência após referendo. O país passa a intitular-se República da Sérvia.
2008	Kosovo declara independência. Belgrado considera declaração ilegal, mas a independência é reconhecida pelos Estados Unidos e principais potências europeias.
2008	Parlamento sérvio ratifica acordo de estreitamento de laços com a União Europeia.
2012	A UE concede à Sérvia o status de candidata oficial.
2012	Tomislav Nikolic é eleito Presidente da República.
2012	Ivica Dacic do partido socialista, assume como Primeiro-Ministro da Sérvia.
2013	Assinatura dos Acordos de Bruxelas, que regularizam as relações entre a Sérvia e o Kosovo.

2014	Abertura oficial das negociações com a União Europeia para adesão ao bloco.
2014	Aleksandar Vučić, do partido progressista, assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2017	Aleksandar Vučić é eleito presidente da República.
2017	Ana Brnabic assume o cargo de primeira-ministra.
Setembro de 2020	Assinatura dos Acordos de Washington.
Outubro de 2020	Ana Brnabic forma o seu 2º gabinete.
Abril de 2022	Aleksandar Vučić é reeleito presidente da República.
Outubro de 2022	Ana Brnabic forma o seu 3º gabinete.
Maio de 2022	Kosovo apresenta pedido de ingresso no Conselho da Europa.
Dezembro de 2022	Kosovo apresenta pedido de ingresso na União Europeia.
Maio de 2023	Assassinato em massa na escola Vladislav Ribnikar em Belgrado
Setembro de 2023	Ataque em Banjska, região norte do Kosovo
Dezembro de 2023	Eleições legislativas e municipais extraordinárias
2024	Milos Vucevic assume o cargo de primeiro-ministro
Maio de 2024	Formação do gabinete ministerial de Vucevic
Maio de 2024	Adoção de resolução nas Nações Unidas instituindo o Dia Internacional de Reflexão e Comemoração do Genocídio de 1995 em Srebrenica
Novembro de 2024	Desabamento da estação ferroviária de Novi Sad

9) CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
2003	O Primeiro-Ministro da Sérvia, Zoran Djindjic, comparece à posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2003	Visita ao Brasil do Chanceler da então Sérvia e Montenegro, acompanhado de missão empresarial
2003	Os Primeiros-Ministros da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Djukanovic, respectivamente, estiveram em São Paulo para participar do 22° Congresso da Internacional Socialista, onde se avistaram com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2005	Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília
2006	Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Sérvia estabelecem relações diplomáticas
2007	Reunião de consultas políticas bilaterais em Belgrado
2008	Visita oficial ao Brasil do Chanceler sérvio
2008	Encontro entre os Chanceleres do Brasil e da Sérvia à margem da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas
2008	Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília
2009	Visita a Brasília de enviado de alto nível do Chanceler sérvio para encontros no Ministério das Relações Exteriores
2009	Encontro entre os Chanceleres do Brasil e da Sérvia no Rio de Janeiro, à margem do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina
2010	Visita a Brasília do Ministro da Agricultura sérvio
2010	Participação do Chanceler sérvio na Conferência da Aliança das Civilizações, no Rio de Janeiro
2010	Visita do Primeiro Vice Primeiro Ministro e Ministro do Interior Ivica Dacic ao Ministro da Justiça do Brasil
2010	Visita do Chanceler brasileiro, Embaixador Celso Amorim, a Belgrado, onde manteve encontros bilaterais com seu homólogo sérvio, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e os Ministros da Defesa e do Interior
2010	Visita do Ministro da Defesa brasileiro a Belgrado. Encontrou-se com o Presidente da República da Sérvia e visitou seu homólogo e várias instituições militares;
2012	Encontro dos Chanceleres brasileiro e sérvio, Vuk Jeremic, em Brasília (20 e 21 de abril)
2012	Participação do Presidente Tomislav Nikolic e do Chanceler sérvio na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e encontro com o Chanceler brasileiro
2013	Entrada em vigor do acordo sobre dispensa de vistos de turista e de negócios entre os dois países
2018	Comemoração dos 80 anos das relações diplomáticas Brasil-Sérvia
2018	Reunião de consultas políticas bilaterais em Belgrado
2019	Participação do Chanceler Ivica Dacic na posse presidencial em Brasília
2019	Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília
2023	Participação do Presidente do Parlamento da Sérvia, Vladimir Orlic, na posse presidencial em Brasília

2023	Reunião de consultas políticas bilaterais (videoconferência)

10) ACORDOS BILATERAIS			
Título do Acordo	Assunto	Data	Status da Tramitação
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular Federativa da Iugoslávia	Cooperação Técnica	11/05/1962	Em Vigor.
Acordo, por Troca de Notas, sobre Cooperação Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista Federativa da Iugoslávia	Cooperação Industrial	20/09/1963	Em Vigor.
Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia Relativo a Mudança do Sistema de Pagamentos Aplicável as Trocas entre os Dois Países para a Moeda Conversível.	Pagamentos e Resgates	27/05/1977	Em Vigor.
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação no Campo Veterinário.	Sanidade Animal e Vegetal Cooperação Técnica	05/01/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação Policial contra o Crime Organizado Transnacional	Contrabando, Direito Penal e Segurança Pública	06/06/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais/de Serviço.	Vistos e Imigração	20/06/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre a isenção de vistos para seus respectivos nacionais.	Vistos e Imigração	20/06/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Sérvia sobre Consultas Políticas.	Consultas Diplomáticas	20/06/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em	Defesa e Assuntos Militares	29/11/2010	Em Vigor

Matéria de Defesa			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Exercício de Atividade Remunerada de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	Privilégios e Imunidades	19/04/2020	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República da Sérvia.	Transporte Aéreo	22/09/2022	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República da Sérvia sobre Assistência Jurídica em Matéria Civil.	Direito Civil	22/09/2022	Tramitação MRE

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ficha país

MONTENEGRO





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
20 de janeiro de 2025

SUMÁRIO

1) DADOS GERAIS 3
2) APRESENTAÇÃO 4
3) PERFIS BIOGRÁFICOS 5
4) RELAÇÕES BILATERAIS 8
5) POLÍTICA INTERNA 9
6) POLÍTICA EXTERNA 12
7) ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS 15
8) CRONOLOGIA HISTÓRICA 19
9) CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS 21
10) ACORDOS BILATERAIS 22
11) DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS atualizar (SERE) ..... **Erro! Indicador não definido.**

1) DADOS GERAIS

NOME OFICIAL	Montenegro
GENTÍLICO	Montenegrino
CAPITAL	Podgorica (antiga Titograd de 1942 a 1992)
ÁREA	13.812 km^2
POPULAÇÃO (Monstat)	602.445 habitantes (estimativa 2023)
IDIOMAS	Montenegrino (oficial), sérvio, albanês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Ortodoxa (72,1%), muçulmana (19,1%), outras confissões cristãs (3,9%), não se pronunciaram (2,6%), sem religião (1,3%) e outras (1%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista unitária
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Unicameral
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA	Andrija Mandić
CHEFE DE ESTADO	Presidente Jakov Milatovic (desde 20/05/2023)
CHEFE DO GOVERNO	Milojko Spajić
CHANCELER	Ervin Ibrahimovic
PIB NOMINAL (Monstat)	EUR 7,03 bilhões (2023)
PIB per capita (Monstat)	EUR 12.221,00 (2023)
PIB PPP (Banco Mundial)	USD 17,43 bilhões (2023 estimativa)
PIB PPP per capita (Banco Mundial)	USD 28.000 (2023 estimativa)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,77 anos
ÍND. DE ALFABETIZAÇÃO	98.8%
ÍND. DE DESEMPREGO	16,4% (agosto 2023)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro *(Adotado unilateralmente. O país não é membro da Zona do Euro).*
EMBAIXADOR NO BRASIL	Igor Bojanic (Encarregado de Negócios, residente em Buenos Aires)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Aprox. 100 pessoas matriculadas

Monstat-Escritório de Estatísticas de Montenegro

APRESENTAÇÃO

O nome Crna Gora (“montanha negra”, modernamente Montenegro), surgiu no século 13, e referia-se a uma região montanhosa densamente florestada na então província sérvia de Zeta. Montenegro lutou com os Aliados na Primeira Guerra Mundial, motivo pelo qual foi invadido pelo Império Austro-Húngaro de 1916 a 1918. Após a guerra, integrou, em 1922, o recém-formado Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, que evoluiu para o Reino da Iugoslávia (1929). De 1941 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, foi ocupado pelas forças do Eixo, tendo sido transformado no Reino de Montenegro pelo invasor italiano. Logo após o conflito, tornou-se uma república constituinte da República Socialista Federal da Iugoslávia, junto com outros quatro países. Quando esta última se dissolveu, Montenegro, em 1992, optou por se juntar à Sérvia, criando a República Federal da Iugoslávia, e, depois de 2003, a União Estatal da Sérvia e Montenegro, uma entidade mais decentralizada.

Em maio de 2006, Montenegro, conforme permitido pela Constituição, realizou referendo sobre sua independência, que foi aprovada por 55,5% dos eleitores, quase no limite de 55% determinado pela União Europeia (UE) para a aprovação da iniciativa. Assim, em 03/06/2006, Montenegro restabeleceu formalmente sua independência. Em 2017, Montenegro ingressou na OTAN e é candidata à adesão à UE desde 2008.

Vinte e sete países e o Kosovo mantêm embaixadas residentes em Podgorica.

2) PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE DE MONTENEGRO, JAKOV MILATOVIĆ



Jakov Milatović nasceu em Podgorica (na época, chamada Titograd), em 7 de dezembro de 1986. É economista pela Faculdade de Economia da Universidade de Montenegro, tendo estudado também na Universidade Estadual de Illinois (Estados Unidos), na Universidade de Economia e Negócios de Viena e na Universidade de Roma. Possui mestrado em economia pela Universidade de Oxford no Reino Unido.

Milatovic trabalhou no NLB Bank, em Podgorica, e, posteriormente, no Deutsche Bank, em Frankfurt, e no Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), sendo promovido ao cargo de Economista-chefe em 2018.

Durante o governo do primeiro-ministro Zdravko Krivokapic (2020-2022), ocupou o cargo de Ministro do Desenvolvimento Econômico. Em 2022, foi um dos cofundadores do partido político "Europe Now!".

É casado e tem três filhos.

PRIMEIRO-MINISTRO MILOJKO SPAJIĆ



Milojko "Mickey" Spajić (Pljevlja, 27 de setembro de 1987) é um político e engenheiro financeiro montenegrino que é primeiro-ministro de Montenegro desde 31 de outubro de 2023. Também atuou como Ministro das Finanças e Bem-Estar Social no Governo de Montenegro e no gabinete de Zdravko Krivokapić de 2020 a 2022.

Spajić é o presidente do partido centrista “Europe Now!”. Ele é atualmente o segundo chefe de governo mais jovem do mundo, atrás apenas do oficial militar Ibrahim Traoré, de Burkina Faso.

Ministro das Relações Exteriores

Ervin Ibrahimović



Ervin Ibrahimović nasceu em Rožaje em 7 de junho de 1972, onde concluiu sua educação primária e secundária. Ele se formou na Faculdade de Tecnologia e Metalurgia da Universidade de Pristina. Ele obteve seu mestrado na Faculdade de Tecnologia e Metalurgia da Universidade de Belgrado.

Formou-se com sucesso na Academia Diplomática "Gavro Vuković".

De 2000 a 2006, atuou como treinador de basquete. Recebeu o prestigioso prêmio "30 de setembro" por sua contribuição ao desenvolvimento dos esportes em Rožaje.

Foi eleito vereador na Assembleia Municipal de Rožaje por dois mandatos.

De 2011 a 2016, atuou como cônsul no Consulado Geral de Montenegro em Frankfurt.

Foi eleito Membro do Parlamento de Montenegro por dois mandatos de 2016 a 2022. Durante o mesmo período, também foi membro da delegação do Parlamento de Montenegro à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE). Em 2021, foi eleito Vice-Presidente do Parlamento de Montenegro. Foi nomeado Vice-Primeiro-Ministro e Ministro de Investimentos de Capital em 2022. Foi eleito Presidente do Partido Bosniak em 13 de junho de 2021.

Fala inglês. É casado e tem dois filhos.

3) RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência de Montenegro em 14 de junho de 2006 e estabeleceu relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro do mesmo ano. A Embaixada do Brasil, cumulativa com a Embaixada em Belgrado, foi criada por decreto do Presidente da República em 10 de julho de 2007.

As relações bilaterais são modestas, reflexo da assimetria econômica e da prioridade conferida por Montenegro ao entorno europeu. O Brasil e Montenegro mantêm boas relações políticas, e o governo montenegrino declara querer desenvolver mais os laços com o Brasil.

O primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil, residente em Buenos Aires, apresentou suas credenciais ao Chefe do Cerimonial em junho de 2014. Na ocasião, iniciaram-se os procedimentos para a assinatura de acordo de isenção de vistos de curto prazo, por meio de troca de notas, que passou a vigorar em 2016.

Até a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, em fevereiro de 2022, o arcabouço de diplomas legais entre os dois países vinha limitando-se basicamente a acordos na área consular. Está atualmente em discussão memorando de entendimento entre academias diplomáticas, além de haver interesse montenegrino em firmar memorando também na área de turismo.

Cumpre ressaltar, ainda, que a empresa pública de aviação “Air Montenegro” (nome de registro “To Montenegro”) sucedeu a “Montenegro Airlines”, que decretou falência recentemente e cuja frota era composta por três aviões da Embraer, sendo dois financiados pelo sistema de “leasing” e um pelo BNDES. Em março de 2024, foi concedido o “Bill of Transfer” ao governo montenegrino pela aquisição da aeronave EMBRAER 190-200, financiado por essa instituição financeira.

Giuliano Senatore, da FGV, realizou visita a Montenegro, onde encontrou-se com autoridades do ministério da Agricultura e realizou diversas

visitas técnicas a empresas e institutos de pesquisa agrícola locais. Existe a perspectiva de que a FGV venha a explorar a possibilidade de desenvolver parceria com o governo montenegrino para desenvolver projeto agroindustrial no país.

Acordo em matéria de defesa está sendo negociado entre Brasil e Montenegro. A mais recente versão do documento foi enviado ao governo brasileiro para avaliação pelas autoridades competentes.

Assuntos consulares

Tendo em vista que a população brasileira em Montenegro é reduzida – cerca de 100 indivíduos –, não há Consulados ou Consulados Honorários brasileiros no território montenegrino.

A eventual identificação de personalidade montenegrina que pudesse assumir o cargo de cônsul-honorário poderia servir ao propósito de reforçar a assistência consular a brasileiros e também promover os interesses nacionais naquele país.

4) POLÍTICA INTERNA

As eleições legislativas, realizadas em 2020, culminaram com a vitória de governo de orientação, em tese, mais favorável aos sérvios. A inflexão se deu após vários anos de preponderância da coalizão encabeçada pelo Partido Democrático dos Socialistas de Montenegro (DPS), que vinha liderando o país desde a sua separação da Sérvia em 2006 e constitui a legenda do ex-presidente Milo Djukanovic. Esse político foi um dos principais apoiadores da independência de Montenegro e vinha ocupando de forma praticamente alternada a presidência e a cadeira de primeiro-ministro nos últimos anos.

A estreita vitória da oposição levou à assunção do primeiro-ministro Zdravko Krivokapic. Tratou-se de vitória histórica, porém frágil, uma vez que o

DPS ainda representava força política relevante e o novo governo carecia de convergência suficiente em sua base de apoio, o que se refletiu em sua curta duração.

Uma das primeiras medidas da Administração Krivokapic foi revogar a polêmica legislação que visava os imóveis da Igreja Ortodoxa Sérvia (SPC, na sigla original em sérvio), principal religião do país, embora também exista a Igreja Ortodoxa Monenegrina, resultado de autoproclamada cisão em 1993. No início de setembro de 2021, houve grandes manifestações em Montenegro por conta da posse do novo responsável pela SPC naquele país, o bispo Joanikije, na capital histórica de Cetinje, o que foi considerado como uma afronta sérvia com a anuência do governo por nacionalistas montenegrinos e partidários do DPS.

Com a queda de Krivokapic, o vice-primeiro ministro Dritan Abazovic assume como novo primeiro-ministro. Não obstante, seu governo também acaba recebendo voto de desconfiança em menos de 4 meses. Embora alguns defensores do voto de desconfiança tenham argumentado que o governo perdeu o apoio parlamentar porque não conseguiu cumprir as principais tarefas para intensificar o processo de integração à União Europeia, a principal causa da queda do governo foi, de fato, a assinatura de compromisso com a SPC, o que foi amplamente explorado como uma razão para sua destituição pelo DPS.

Em abril de 2023, o DPS sofreria novo revés, com a derrota de Djukanovic, que estava a quase 32 anos no poder e concorria à reeleição nas eleições presidenciais. O resultado também confirmou tendência de perda de popularidade do DPS. O novo presidente eleito, Jakov Milatović, contou com apoio de setores diversos.

A crise política, que se arrastava desde a eleição do Primeiro Ministro Milojko Spajić, em junho passado, foi superada somente no final de outubro de 2023, quando o governo finalmente obteve apoio suficiente para nomear seu gabinete de ministros, mediante barganha com grupos políticos que favorecem as influências sérvia e russa no país. Em moeda de troca, Andrija Mandic, do partido Nova Democracia Sérvia, principal liderança pró-Rússia, foi eleito para presidir o legislativo.

Não obstante o discurso do Primeiro-Ministro, a nomeação de políticos antieuropeus, quer dizer, opositores à OTAN e ao Ocidente, na coalizão governista, é vista pela oposição e por representantes dos EUA e da UE como prejudicial ao ingresso de Montenegro no bloco. Centenas de pessoas protestaram, em frente ao Parlamento, contra o novo governo anunciado.

Durante o primeiro semestre de 2024, o governo viu deteriorar as relações intra-partidárias da coalizão “Europe Now!”, com a subsequente desfiliação do Presidente Jakov Milatović do partido que havia fundado.

Em julho de 2024, Milojko Spajić, como Primeiro-Ministro de Montenegro, realizou uma reformulação significativa de seu gabinete ministerial, para consolidar seu governo e ampliar sua base de apoio no parlamento.

A reformulação do gabinete veio em resposta a diversas pressões políticas internas e externas. A nova composição do gabinete aumentou a influência de grupos pró-sérvios e bosníacos, refletindo uma estratégia de inclusão de minorias étnicas para fortalecer a coalizão governamental. A inclusão de membros do partido Nova Democracia Sérvia (NSD) e do Partido Bosníaco (BS) foi vista como uma tentativa de equilibrar as dinâmicas étnicas no país.

Houve críticas e preocupações quanto à influência de partidos com laços pró-Rússia ou pró-Sérvia, especialmente com a inclusão de quatro ministros da NSD, liderada por Andrija Mandić, que é conhecido por suas conexões com Moscou.

Em janeiro de 2025, Montenegro experimentou uma tragédia com um tiroteio em massa, resultando em três dias de luto nacional declarados por Spajić.

5) POLÍTICA EXTERNA

Montenegro é o 192º Estado membro das Nações Unidas. Foi admitido em 28 de julho de 2006, 25 dias após a declaração de independência. Sua política externa caracteriza-se pela "afirmação pela integração", princípio consagrado na Constituição: "dedicação à cooperação em pé de igualdade com outras nações e estados e à integração europeia e euro-atlântica".

Montenegro era a menor República da antiga Iugoslávia, em termos territoriais, populacionais e econômicos. Após a dissolução da Iugoslávia, manteve-se unido à Sérvia. Inicialmente sob a denominação de República Federativa da Iugoslávia, o novo Estado passou a chamar-se, a partir de 2003, República da Sérvia e Montenegro. Nesta qualidade, Montenegro sofreu as sanções da ONU (1992-1995) e foi alvo do bombardeio da OTAN (1999). Finalmente, em 2006, após a realização de referendo consultivo, Montenegro obteve pacificamente sua independência política e o reconhecimento internacional como um Estado à parte.

Desde sua independência, Montenegro promoveu significativa reorientação de sua política externa, favorecendo abertamente sua integração ao bloco europeu e maior distanciamento de Moscou e de Belgrado. Pode-se dizer, no entanto, que houve reaproximação em relação a esse último a partir da assunção da administração Krivokapic em dezembro de 2020, ainda que Montenegro não tenha aderido à iniciativa de cooperação dos “Open Balkans”, lançada pela Sérvia, Albânia e Macedônia do Norte.

Marco importante, com impacto regional e no seu relacionamento com a Sérvia, foi o reconhecimento do Kosovo como Estado independente, em 2008. A partir de 2012, também com importantes reflexos no jogo de influências políticas internacionais na região, o país amplia seu afastamento da Rússia, com a qual manteve excelentes relações históricas e econômicas por longos anos. O relacionamento com a Rússia deteriorou-se principalmente após 2016, ante as acusações de interferência russa nas eleições legislativas de 2016 e em fracassada tentativa de golpe de estado ocorrida naquele ano. Concomitantemente, Montenegro passa a empreender política expressa de

ingresso na OTAN, concluído em 2017, assim como de acessão à União Europeia.

O ingresso na UE é atualmente o objetivo prioritário do governo montenegrino. Montenegro já harmonizou grande parte de sua legislação às normativas europeias, alinhando-se, inclusive, ao mecanismo de sanções europeias contra Moscou. Na mais recente avaliação de progresso do processo adesão de 2016, a Comissão Europeia identificou Montenegro como tendo o mais alto nível de preparação para a adesão entre os Estados em negociação. Da perspectiva da UE, os principais desafios enfrentados por Montenegro, em seu processo de acessão, estão relacionados aos temas de Justiça, Estado de Direito, combate à corrupção e liberdade de imprensa.

Desejoso de melhor se integrar aos mercados internacionais, Montenegro tornou-se membro pleno da Organização Mundial do Comércio em 29 de abril de 2012.

No plano regional, a diplomacia montenegrina atua em prol de uma política de boa vizinhança, defendendo o diálogo e a integração regional, assim como o ingresso de toda a região na UE. Montenegro tenta mostrar-se como país politicamente estável e organizado, de modo a contrastar com o entorno imediato e com as imagens herdadas do passado recente da região. Os principais desafios dizem respeito ao relacionamento com Belgrado. Se, em 5 de junho de 2006, a Sérvia aceitou o resultado do referendo de independência montenegrina, pode-se dizer que, desde então, houve momentos de atritos entre os dois países. Tem-se como exemplos de episódios de flagrante turbulência o reconhecimento do Kosovo por Montenegro, em 2008; a prisão de 14 pessoas por tentativa de golpe e assassinato do presidente Milo Djukanovic, com suposto apoio de Belgrado e Moscou, em 2016; a lei visando as propriedades da SPC em Montenegro, o que levou a protestos de rua e contribuiu para a derrota do DPS nas urnas em agosto de 2020; e a controvérsia sobre a posse do bispo Joanikije, na capital histórica de Cetinje.

Nota-se, igualmente, uma crescente importância conferida à China nos últimos anos. O foco do relacionamento com Pequim tem sido comercial-econômico, em linha com a estratégia chinesa de inserção pragmática no centro

e sudeste europeu, conforme as diretrizes da iniciativa “16+1” (“Cooperation between China and Central and Eastern European Countries”).

Em Montenegro, empresas chinesas construíram o parque eólico de Mozura (46 MW). Construtoras do país asiático estão realizando um trecho de 41 km da autoestrada que irá conectar o porto de Bar à fronteira com a Sérvia (164 km), atualmente a principal obra de infraestrutura em Montenegro, com custos elevados e aumento do endividamento externo que impactaram fortemente a política fiscal do país. Suspeitas de corrupção envolvendo as obras chinesas foram levantadas pela imprensa local. A China pode vir a tornar-se importante parceira também em outras áreas tidas como estratégicas para Montenegro, como agricultura, turismo e investimentos diretos.

Recentemente, as relações entre Montenegro e Rússia também têm atravessado tensões, sobretudo quando Montenegro, em alinhamento com o Ocidente, implementou sanções contra a Rússia após a invasão da Ucrânia em 2022. Em setembro de 2022, após os sistemas do governo montenegrino haver sido alvo de massivo ataque cibernético, seis diplomatas da Embaixada da Rússia em Podgorica foram expulsos, sob acusação de espionagem.

Montenegro, como outros países dos Balcãs, tem acusado a Rússia de tentar influenciar ou desestabilizar a política interna, seja através de propaganda, apoio a grupos políticos ou outras formas de influência híbrida. Em 2024, a Agência de Meios de Comunicação Eletrônica do Montenegro ordenou a suspensão total da transmissão de vários meios de comunicação russos no país.

Durante as negociações que precederam a publicação da Resolução da AGNU sobre o Genocídio em Srebrenica, aprovada pela AGNU em 2024, Montenegro adotou a postura de apoiar a referida resolução, ocasionando fricção ainda não totalmente superada com a vizinha Sérvia.

6) ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A atividade econômica de Montenegro concentra-se nos setores do turismo, energia (exportações de eletricidade), construção civil ("resorts" turísticos de luxo e construção de autoestrada na direção da Sérvia), serviços e agricultura familiar.

O crescimento real do PIB de Montenegro foi de 6,3% em 2023, comparado ao ano anterior, somando EUR 7,03 bilhões. No primeiro semestre deste ano os indicadores econômicos revelam resultados encorajadores e tudo indica que o país acabará o ano de 2024 com 3,8% de crescimento do PIB.

A dívida pública de Montenegro, em 31 de dezembro de 2024, alcançou EUR 4,16 bilhões, ou seja, 59,09% do PIB. Segundo as autoridades financeiras do país foi registrada um aumento do valor da dívida de EUR 639 milhões, comparado ao ano anterior.

As receitas orçamentárias no período de janeiro a julho de 2023 totalizaram EUR 1,44 bilhão, ou seja, 23,4% do PIB estimado e foram superiores de EUR 256 milhões daquelas previstas inicialmente. Da mesma forma as despesas no mesmo
período foram de EUR 1,29 bilhão, ou seja, 20,9% do PIB estimado. Assim sendo e de acordo com os dados preliminares foi realizado o excedente orçamental de EUR 45 milhões. As reservas do Banco Central, no final do primeiro semestre
foram de EUR 190 milhões, ou EUR 260 milhões incluindo as reservas em ouro.

A inflação em Montenegro, foi de 3,3% no final de 2024, abaixo das previsões do início do ano, tendo em vista que a inflação de 2023 alcançou 8,8%.

O desemprego estimado em 11,5% da população ativa pelo Escritório de Estatísticas de Montenegro, MONSTAT.

As receitas do turismo, em 2024, importante setor da economia de Montenegro, alcançou EUR 1,3 bilhões, ou seja, 3,5% menos do que no ano anterior. No decorrer do ano, Montenegro hospedou cerca de 2,5 milhões de turistas estrangeiros, sendo a maioria proveniente da Sérvia.

Comércio Exterior

O fluxo comercial global de Montenegro, em 2023, foi de EUR 4,48 bilhões, 5,4% maior do que em 2022. As importações somaram EUR 3,81 bilhões (+7,6%) e as exportações EUR 674,3 milhões (-3,8%). A balança comercial, tradicionalmente deficitária, registrou um saldo negativo de EUR 3,13 bilhões (+10,6%). Há poucas perspectivas de revezamento desta tendência, sendo o país dependente de importações de produtos agrícolas, alimentícios e de consumo corrente em geral.

O intercâmbio comercial de Montenegro está concentrado nos países europeus, com 91,7% de suas exportações e 80,3% de suas importações realizadas com este continente. A Sérvia segue como a maior parceira comercial de Montenegro, seguida pela China, Alemanha, Grécia e Itália.

A Ásia representa o segundo maior fornecedor de produtos para Montenegro com a participação de 16,5% nas importações (67,3% das quais provenientes da China). A participação das Américas no comércio exterior de Montenegro é de 3%, sendo o Brasil o segundo maior fornecedor de produtos das Américas (20,4%) depois dos EUA (44,8%).

De acordo com dados da “Monstat”, o intercâmbio comercial total do Montenegro com o exterior, em 2023, alcançou o valor de EUR 4,48 bilhões, representando um crescimento de 5,9%% em relação ao mesmo período do ano anterior. As exportações de mercadorias foram de EUR 674 milhões enquanto que as importações atingiram o valor de EUR 3,81 bilhões, resultando com saldo

negativo de EUR 3,13 bilhão. Comparado com o mesmo período do ano anterior, as exportações diminuíram 3,8% e as importações aumentaram 7,8%.

Na estrutura das exportações os principais grupos de produtos, foram os óleos combustíveis e lubrificantes (EUR 244,8 milhões), seguido por produtos de transformação (EUR 97,6 milhões) e os produtos minerais (EUR 86,3 milhões). Do lado das importações, as máquinas e equipamentos de transporte lideram, no valor de EUR 885,2 milhões e os produtos alimentícios, no valor de EUR 744,9 milhões. Os maiores parceiros comerciais de Montenegro do lado das exportações foram: a Sérvia (EUR 190,8 milhões), Bósnia e Herzegovina (EUR 75,5 milhões) e Eslovénia (EUR 73,4 milhões). Paralelamente, os maiores fornecedores de produtos de Montenegro foram: a Sérvia (EUR 661,7 milhões), China (EUR 424,7 milhões) e Alemanha (EUR 368,2 milhões).

O déficit da conta corrente da balança de pagamentos, na média dos cinco últimos anos, situou-se no nível de 40% do valor do PIB. O equilíbrio consegue-se graças à renda turística, à entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos, ao envio de divisas dos trabalhadores no exterior, ao transporte e outros serviços. Parte do déficit, e particularmente o pagamento das anuidades e juros dos créditos externos, realiza-se por contratação de novos empréstimos externos.

Comércio bilateral

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil - Montenegro	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	21,5	25,7	17,7	13,1	14,8	15,5	20,8	25,8	27,4
Exportações	21,4	25,6	17,5	13,0	14,8	15,5	20,8	25,8	27,4
Importações	0,18	0,1	0,2	0,12	0,06	0,06	0,05	0,05	0,00
Saldo	21,3	25,5	17,3	12,9	14,7	15,5	20,8	25,8	27,4

INTERCÂMBIO BILATERAL (EUR milhões FOB) – Fonte: MONSTAT

Montenegro - Brasil	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2022	2023
Intercâmbio	12,1	12,0	12,2	9,4	7,7	9,8	8,4	23,4	21,9
Importações do Brasil	12,1	12,0	12,2	9,4	7,7	9,8	8,4	23,4	21,9
Exportações para Bras.	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,01	0,02	0,01
Saldo	12,1	12,0	12,2	9,4	7,7	9,8	8,4	23,4	21,4

Segundo dados fornecidos pelo Escritório de Estatísticas de Montenegro - "MONSTAT", em 2023, o país importou produtos do Brasil no valor de EUR 21,96 milhões e exportou produtos no valor de EUR 5 mil. Comparado ao ano anterior, registra-se decrescimento das importações oriundas do Brasil de 6,8%. As exportações montenegrinas para o Brasil, continuam inexpressivas, assim como nos anos anteriores.

A pauta dos principais produtos exportados pelo Brasil não registrou modificações. As carnes, o café e o açúcar, totalizam EUR 19,8 milhões e representaram 90,7% do total das importações. São listados abaixo os valores dos seis produtos mais exportados pelo Brasil, bem como as variações, comparadas ao ano anterior: - Carnes: EUR 9,1 milhões (-40%); - Café cru em grãos: EUR 5,2 milhões (-1,9%); - Açúcares de cana: EUR 5,12 milhões (+57,5%); - Extratos e essências de café: EUR 517 mil (+15,4%); - Calçados: EUR 414 mil (+76,1%); - frutas: EUR 371 mil (+40%).

Cabe registrar, como nos anos anteriores, discrepâncias entre as estatísticas brasileiras e as montenegrinas, particularmente para o café, sendo que importantes quantidades desse produto transitam pelo porto montenegrino de Bar, com destino à Sérvia.

As estatísticas disponíveis da “Monstat”, para o ano de 2024, não indicam mudanças de valores e dos produtos importados a serem registrados.

7) CRONOLOGIA HISTÓRICA

1878	Independência montenegrina (dos otomanos) reconhecida em tratados internacionais.
1918	Depois da Primeira Guerra Mundial, Montenegro torna-se parte do "Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos", sucedido, em 1929, pelo Reino da Iugoslávia.
1945	Sob o comando de Josip Broz Tito, Montenegro torna-se uma das repúblicas da República Federal Socialista da Iugoslávia – juntamente com Sérvia, Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia-Herzegovina.
1991-92	A República Federal Socialista da Iugoslávia perde quatro dos seus seis membros. Permanecem a Sérvia e o Montengro.
1991	Milo Djukanovic torna-se Primeiro-Ministro de Montenegro.
1992	A Sérvia e Montenegro formam a República Federal da Iugoslávia.
1996	O primeiro-ministro Milo Djukanovic afasta Montenegro da Sérvia, devido à desastrada presidência de Slobodan Milošević.
1998	Milo Djukanovic eleito presidente pela primeira vez, após três mandatos como primeiro-ministro.
2003	Os dois países formam a união de “Sérvia e Montenegro”
2006	Em referendo realizado sob a liderança do primeiro-ministro Milo Djukanovic, os montenegrinos aprovam, em 21/05/2006, por estreita margem, a independência de Montenegro.
20/05/2018 a 20/05/2023	Milo Djukanovic eleito presidente pela segunda vez, após ter exercido mais quatro mandatos com primeiro-ministro.
4/12/2020 a 28/04/2022	Zdravko Krivokapic torna-se primeiro-ministro, após derrota histórica do DPS nas eleições legislativas.
28/04/2022	Dritan Abazovic assume como primeiro-ministro.
20/08/2022	Dritan Abazovic recebe voto de desconfiança do Parlamento,

	mas permanece como primeiro-ministro interino.
26/08/2022	Ataques cibernéticos aos sistemas do governo
30/09/2022	Expulsão de diplomatas russos de Podgorica
20/05/2023	Jakov Milatovic assume como presidente.
31/10/2023	Milojko Spajic anuncia formação do novo governo.
23/07/2024	Milojko Spajic anuncia segundo gabinete ministerial
02/01/2025	Ataque a tiros em Cetinje deixa 12 mortos

8) CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

14 de junho de 2006	O Brasil reconhece a independência de Montenegro.
20 de outubro de 2006	Após a extinção da União dos Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Montenegro estabelecem relações diplomáticas plenas
Julho/2007	É criada a Embaixada do Brasil junto ao Governo montenegrino, cumulativa com a Embaixada em Belgrado.
Junho/2014	Abertura da Embaixada de Montenegro em Buenos Aires, cumulativamente responsável pelo Brasil. Apresentação de Credenciais do primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil

9) ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data Celebração
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Montenegro para o estabelecimento de Consultas Políticas sobre Questões de Interesse Mútuo.	22/02/2022
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Montenegro sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	08/11/2016
Entendimento Recíproco, por troca de Notas, sobre isenção de vistos de curta duração para nacionais da República Federativa do Brasil e de Montenegro	09/06/2016

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA DA SÉRVIA (cumulativo com MONTENEGRO)

Candidata: MARIA CLARA DE ABREU RADA

PERFIL DA CANDIDATA



Embaixadora Maria Clara de Abreu Rada

Nasceu em Brasília – DF, em 12 de novembro de 1966, filha de Paulo Victor Rada de Resende e Oneil de Abreu Rada. É a primeira mulher nascida em Brasília a ascender ao mais alto cargo da carreira de diplomata.

É Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (1987). Ingressou no Itamaraty, por concurso, na carreira de Oficial de Chancelaria (1994), e cursou o Instituto Rio Branco na turma de 1995-1996.

No Brasil, foi assistente da Assessoria de Relações com o Congresso (1997-2000), assessora do Departamento Cultural (2006-2009), coordenadora e chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (2009-2013), e é diretora do Departamento de Tecnologia da Informação, desde 2021.

No exterior, serviu nas embaixadas do Brasil em Tóquio (Terceira e Segunda- Secretária, 2000-2003), Buenos Aires (Segunda e Primeira-Secretária, 2003 a 2006), Budapeste (Conselheira, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 2014-2018), e Tirana (Ministra-Conselheira, Chefe da Chancelaria, 2018-2021).

Foi aprovada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 2014 defendendo a tese "A Reforma da Chancelaria Brasileira no Período Lula e Dilma - a transformação dos meios para a execução da política externa".

Foi agraciada com a Ordem de Rio Branco, no grau de Comendadora, em 2015, e foi promovida a Grã-Cruz, em 2022.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

I – Relações diplomáticas

Sérvia

- O governo brasileiro reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta República Socialista Federativa da Iugoslávia, bem como da igualmente extinta união entre as Repúblicas da Sérvia e Montenegro, que vigorou entre 2003-2006.
- Historicamente, o Brasil manteve relações amigáveis com a antiga Iugoslávia e esse legado de proximidade ainda hoje influencia o relacionamento com a Sérvia.
- A diplomacia sérvia recorda com satisfação a participação do Brasil como observador no Movimento Não-Alinhado e enxerga nos BRICS uma nova encarnação dos ideais que inspiraram o MNA.
- Atualmente, as relações bilaterais têm como fundamentos o fato de o Brasil haver mantido aberta sua Embaixada em Belgrado durante os bombardeios da OTAN em 1999; a posição de princípio em favor da integridade territorial da Sérvia, nos termos da Resolução 1244/99 do CSNU; e a atuação brasileira em fora multilaterais em contrário ao ingresso do Kosovo.
- Em 2024, quando as Nações Unidas aprovaram resolução que instituiu o Dia Internacional de Reflexão e Comemoração do Genocídio de 1995 em Srebrenica, a abstenção do Brasil na votação foi igualmente percebida como expressão de solidariedade e amizade pelo governo sérvio, que condecorou o chefe da Missão do Brasil junto à ONU.

Montenegro

- O Brasil reconheceu a independência de Montenegro em 14 de junho de 2006 e estabeleceu relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro do mesmo ano. A Embaixada do Brasil, cumulativa com a Embaixada em Belgrado, foi criada por decreto do Presidente da República em 10 de julho de 2007.
- As relações bilaterais são modestas, reflexo da assimetria econômica e da prioridade conferida por Montenegro ao entorno europeu. O Brasil e Montenegro mantêm boas relações políticas, e o governo montenegrino declara querer desenvolver mais os laços com o Brasil.
- O primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil, residente em Buenos Aires, apresentou suas credenciais ao Chefe do Cerimonial em junho de 2014. Na ocasião, iniciaram-se os procedimentos para a assinatura de isenção de vistos de curto prazo, por meio de troca de notas, que passaram a vigorar em 2016.
- Até a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, em fevereiro de 2022, o arcabouço de diplomas legais entre os dois países vinha limitando-se basicamente a acordos na área consular. Está atualmente em discussão Memorando de Entendimento entre academias diplomáticas, além de haver interesse montenegrino em firmar memorando também na área de Turismo. Ainda não se realizou a primeira reunião de Consultas Políticas entre os dois países.
- No início de 2024 foi assinado acordo de liquidação de dívida que o governo montenegrino possuía com o governo brasileiro para a compra de E-195 da Embraer. Em março de 2024 foi enviado a

Podgorica, pelas autoridades brasileiras, 'Bill of Transfer' que transferiu a posse definitiva da aeronave para o governo de Montenegro.

II – Visitas recentes

Sérvia

- Os contatos de alto nível entre os dois países foram intensos na primeira década do século XXI, quando o chanceler Vuk Jeremic realizou cinco visitas ao Brasil: realizou visita de trabalho em 2008; participou do Fórum Econômico Mundial para América Latina, em 2009; do III Fórum da Aliança de Civilizações, em 2010; novamente do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em 2011; e, por fim, visitou Brasília em 20 de abril de 2012. Em todas as ocasiões, reuniu-se com seu homólogo brasileiro.
- Vale mencionar que, em contrapartida, o então Ministro da Defesa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, visitou Belgrado em 2010.
- Mais recentemente, vale mencionar a ida ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros Ivica Dacic, por ocasião da posse presidencial, em 2019.
- Já em 2023, o então presidente do Parlamento da Sérvia, Vladimir Orlic, participou da cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
- As reuniões de consultas políticas bilaterais, realizadas anualmente, tem se caracterizado por diálogo franco e construtivo. Em razão da pandemia, o mecanismo passou por hiato entre os anos de 2020-2022, havendo sido retomado em 2023, por meio de reunião virtual entre a Senhora SEAN, Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, com a então Secretária para Cooperação Bilateral da Sérvia, Embaixadora Irena Sarac.
- Recentemente, o Governo do Brasil indicou a intenção de realizar a próxima reunião de consultas políticas, ao final deste ano, em Belgrado. O lado sérvio ainda deve posicionar-se quanto a possíveis datas para a realização do encontro que, a princípio, poderia realizar-se em Belgrado na segunda metade de 2025.
- Vale recordar que, em 2024, três visitas de delegações brasileiras foram recebidas na Sérvia pelas mais altas autoridades do país, inclusive, no caso do Doutor Plínio Nastari, CEO da DATAGRO, pelo Presidente Aleksandar Vučić: 1) Missão do MAPA realizada entre os dias 23 e 25 de junho de 2024, chefiada pelo Secretário Adjunto de Comércio e Relações Internacionais, senhor Júlio Cesar Forte Ramos e pelo Diretor de Promoção Comercial e de Investimentos, senhor Marcel Moreira e o Diretor de Mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), senhor Luis Renato Rua (atualmente Secretário de Relações Internacionais do MAPA); 2)Visita realizada pelo senhor Giuliano Senatore, agro economista da Fundação Getúlio Vargas, especialista em elaboração e gerenciamento de projetos, a Sérvia e Montenegro, de 1 a 6 de setembro de 2024; 3)Missão realizada pelo Dr. Plínio Nastari, presidente da DATAGRO Consultoria LTDA, especializada em mercados agrícolas e no desenvolvimento e uso de biocombustíveis, entre 28 de outubro e 1 de novembro de 2024.

Montenegro

- O Ministro Bruno Dantas, Presidente do TCU, na qualidade de Presidente da International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI), fez visita de apoio ao Presidente em exercício do Senado da Autoridade de Auditagem Federal (SAI) de Montenegro, Nikola Kovacevic no início de 2024.
- Nos dias 4 e 5 de setembro, em Montenegro, o Senhor Giuliano Senatore, da FGV, reuniu-se com autoridades locais, acadêmicos, técnicos e executivos de empresas para tratar de temas como financiamento agrícola, tipologia de solos e desafios na produção agrícola, incluindo dependência de importações e limitações tecnológicas. O Ministro da Agricultura montenegrino, Vladimir Jokovic, propôs um projeto agrícola integrado com participação brasileira e demonstrou interesse em visitar o Brasil para estabelecer parcerias e atrair investimentos para o setor primário montenegrino.

III - Relação econômico-comercial

Sérvia

- O Brasil registra superávit estrutural no comércio com a Sérvia, considerando as estatísticas daquele país. O Escritório de Estatísticas da Sérvia estima que, em 2024, as importações de produtos brasileiros alcançaram USD 130 milhões, enquanto as exportações sérvias para o Brasil estariam próximas a USD 30 milhões. Nos últimos 10 anos, ou seja, desde 2014, as importações sérvias de produtos oriundos do Brasil ficaram praticamente estáveis, no valor anual entre USD 100 e 112 milhões (com exceção dos anos da pandemia), enquanto, no mesmo período, as importações sérvias cresceram em quase 100%.
- O café cru em grãos é tradicionalmente o principal produto importado do Brasil, com uma participação média de 40% do total, seguido pelas importações de extratos, essências e concentrados de café, de concentrados de laranja, polietileno e vários tipos de ligas de ferro. Outros produtos industrializados estão sendo importados em quantidades menores e de forma irregular, tais como os equipamentos e máquinas destinadas às obras de construção civil, agricultura e ferramentas.
- Registra-se, tradicionalmente, importante discrepância entre as estatísticas sérvias e as brasileiras, que contabilizam valores muito menores, particularmente na parte das exportações para Sérvia. Em 2023 e 2024, por exemplo, foram registradas, pelo MDIC, exportações para a Sérvia de USD 41,3 e 43,6 milhões respectivamente, ou seja, praticamente 1/3 do valor real. Esta diferença crônica decorre de que a quase totalidade das importações sérvias de café em grãos, de concentrado de suco de laranja, bem como de outras “commodities”, provêm de terceiros países, a partir de distribuidoras localizadas em portos italianos, eslovenos, holandeses ou croatas.
- As estatísticas brasileiras registram, igualmente, exportações de carnes para a Sérvia que de fato estão sendo dirigidas para a região do Kosovo, território não reconhecido pelo Brasil. Vale destacar que, atualmente, a Sérvia proíbe importações de carnes do Brasil e que, desde o ano passado, o Departamento Veterinário do Ministério da Agricultura da Sérvia está em fase de estudo do questionário relativo ao estado da agricultura e pecuária brasileira, primeiro passo necessário para

a harmonização dos Certificados Sanitários Internacionais. O questionário respondido foi entregue em mãos ao Ministro da Agricultura da Sérvia, Aleksandar Martinovic, pelo Secretário Adjunto de Comércio e Relações Internacionais do MAPA, senhor Julio Cesar Forte Ramos, por ocasião de sua missão a Belgrado, em junho de 2024.

- Nos últimos 5 anos foram, também, importados 3 jatos da Embraer, tipo Legacy 600, o primeiro usado pela Presidência da República e os dois outros por empresa privada de taxi aéreo. Desde 2024 a companhia aérea nacional, a Air Serbia, incorporou a sua frota 2 aeronaves Embraer E195 alugadas da empresa DAT dinamarquesa, sendo que essas aeronaves possuem contrato direto de manutenção com a EMBRAER. A relação entre a Embraer e a Air Serbia tem se fortalecido consideravelmente, com a companhia aérea demonstrando satisfação com a operação dos E-Jets, considerados altamente rentáveis. A perspectiva da Air Serbia é expandir sua frota para até 15 E-Jets no médio e longo prazos (dentro dos próximos 2 a 4 anos), enquanto planeja a retirada gradual dos Airbus A319 de sua frota, à medida que os contratos de leasing vigentes forem expirando. Atualmente, a Embraer busca negociar a venda de aeronaves novas, como o modelo E195-E2, para a Air Serbia que, por sua vez, avalia a possibilidade de incorporar mais unidades do E195 (versão anterior) em sua frota no curto prazo. No entanto, é plausível supor que a decisão sobre a aquisição de novos aviões só será formalizada no final de 2025.
- Existe enorme potencial para o Brasil aumentar sua presença no mercado da Sérvia e, consequentemente, na região dos Bálcãs, onde as empresas sérvias importadoras e distribuidoras possuem importante penetração.
- A marca Brasil poderia vir a ser fortalecida com presença maior de empresários brasileiros, particularmente em feiras comerciais, tais como a Feira Internacional de Agricultura de Novi Sad, 'Wine Vision 2025', nas quais produtos brasileiros de alta qualidade como maquinarias agrícolas, sistemas de irrigação, equipamentos de odontologia, amendoim e castanhas (castanha-do-Pará e castanha-de-caju) e itens de confeitaria (balas, chocolates, biscoitos), poderiam ser apresentados aos consumidores locais.
- Em maio de 2025, no âmbito da Feira de Agricultura de Novi Sad, será promovido Seminário sobre o Agronegócio do Brasil e o uso dos Biocombustíveis. O evento apresentará o arcabouço legal e o conhecimento tecnológico brasileiros no setor de biocombustíveis, a fim de sensibilizar as autoridades locais sobre os benefícios econômico-ambientais na utilização dessa matriz energética. A esse respeito, destaca-se o interesse demonstrado pelo Presidente Vučić na experiência brasileira, evidenciado durante a reunião que o dignitário sérvio manteve com o Dr. Plinio Nastari, presidente da DATAGRO, em 2024.
- A privatização da estatal farmacêutica sérvia Galenika pela empresa brasileira EMS, em 2017, representa o primeiro grande investimento brasileiro no país. O negócio insere-se na estratégia de expansão internacional da fabricante de medicamentos genéricos brasileira EMS em novos mercados na Europa e particularmente no Sudeste Europeu.
- Não há registro de investimentos sérvios de porte no Brasil, nem de recente interesse de empresas sérvias em investir no país.

- Em junho de 2023, foi inaugurada a primeira Câmara de Comércio Brasil-Sérvia como uma associação empresarial independente, não-governamental e sem fins lucrativos. A CCBS tem como objetivo central a promoção do comércio bilateral e dos investimentos diretos entre os dois países.
- A Embaixada participa de reuniões trimestrais com empresários sérvios, organizadas em conjunto com a Câmara de Comércio Brasil-Sérvia (CCBS), em formato de "café da manhã", para a promoção comercial do Brasil.

Montenegro

- Segundo dados fornecidos pelo Escritório de Estatísticas de Montenegro - "MONSTAT", em 2023, o país importou produtos do Brasil no valor de EUR 21,96 milhões e exportou produtos no valor de EUR 5 mil. Comparado ao ano anterior, registra-se decréscimo de 6,8% das importações oriundas do Brasil. As exportações montenegrinas para o Brasil continuam inexpressivas, assim como nos anos anteriores.
- A pauta dos principais produtos exportados pelo Brasil não registrou modificações. As carnes, o café e o açúcar totalizam EUR 19,8 milhões e representaram 90,7% do total das importações. São os seguintes os valores dos seis produtos mais exportados pelo Brasil, bem como as variações, comparadas ao ano anterior: carnes: EUR 9,1 milhões (-40%); café cru em grãos: EUR 5,2 milhões (-1,9%); açúcares de cana: EUR 5,12 milhões (+57,5%); extratos e essências de café: EUR 517 mil (+15,4%); calçados: EUR 414 mil (+76,1%); frutas: EUR 371 mil (+40%).
- Cabe registrar, como nos anos anteriores, discrepâncias entre as estatísticas brasileiras e as montenegrinas, particularmente para o café, sendo que importantes quantidades desse produto transitam pelo porto montenegrino de Bar, com destino à Sérvia.
- As estatísticas disponíveis da “Monstat”, para o ano de 2024, não indicam mudanças de valores e dos produtos importados a serem registrados.

IV – Cooperação Bilateral

Sérvia

- O relacionamento bilateral dá margem a várias possibilidades para a cooperação no esporte, nos moldes do que ocorreu entre o Brasil e a Iugoslávia nos anos 1970, quando a seleção brasileira de voleibol adotou o país como campo de treinamento preferencial no exterior, o que contribuiu para elevar significativamente seu nível técnico, até alcançar os padrões atuais. No momento, as modalidades com maior potencial seriam o polo aquático e o basquete, de interesse brasileiro, e as artes marciais, do lado sérvio.
- Em visita recente à Diretora da Academia Diplomática de Belgrado, Embaixadora Marina Jovicevic, verificou-se haver boa disposição para se estabelecer cooperação nos termos do acordo de cooperação assinado com o Instituto Rio Branco, em 2003.
- A cooperação parlamentar foi o principal foco da missão à Sérvia realizada, em 2024, pelo Secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, senhor Romenio Pereira. Em entrevistas mantidas pela autoridade do PT com parlamentares de coloração política diversa

(Partido Progressista da Sérvia - SNS, Verdes da Sérvia e Movimento Socialista da Sérvia), foi abordada a conveniência de se adensar a cooperação parlamentar, inclusive mediante a ativação plena de grupos parlamentares de amizade entre os dois países, de modo a acrescentar mais essa dimensão às relações bilaterais.

- Há boas perspectivas de cooperação bilateral na área de Defesa, pois a Sérvia possui uma pujante indústria bélica, ora fornecedora de munições e armamentos para os conflitos na Ucrânia e no Oriente Médio. Em 2023, a Sérvia enviou o General de Brigada Slavko Rakic, Chefe do Departamento de Tecnologias de Defesa, como chefe da delegação sérvia à Feira "LAAD - Defesa e Segurança", que se realizou no Rio de Janeiro, no mês de abril. Este ano, o Brasil convidou o Ministro da Defesa da Sérvia, o Comandante da Força Aérea, assim como o Secretário de Produtos de Defesa e o Diretor de Instituto Técnico Militar da Sérvia para visitarem a LAAD.

Montenegro

- A Academia de Ciências de Montenegro possui grupo de estudo (ENEKO) sobre energias renováveis e tem interesse em celebrar acordo com instituição congênere brasileira (Academia Brasileira de Ciências – ABC – cuja presidente é Helena Nader).
- A visita de Giuliano Senatore, da FGV, a Montenegro, abriu a perspectiva de cooperação agroindustrial entre Brasil e Montenegro.
- Acordo de cooperação em matéria de Defesa encontra-se em fase de negociação.

VII – Temas culturais

Sérvia

- A presença de artistas brasileiros em festivais de teatro, dança e cinema tem sido constante na Sérvia, assim como a prática de capoeira e o ensino do idioma português.
- As relações bilaterais entre Brasil e Sérvia, no setor cultural, são bastante intensas e abarcam a inserção do Brasil dentro dos festivais musicais de maior prestígio realizados regularmente na Sérvia; o patrocínio de exposições e espetáculos de artistas brasileiros convidados a visitar o país; divulgação e ensino da língua portuguesa no Instituto Guimarães Rosa e em escolas e universidades; a disseminação de conhecimento da cultura brasileira, além da contínua interlocução com vistas à cooperação entre artistas, agentes culturais e idealizadores de eventos culturais.
- No que diz respeito a festivais de música, o Brasil vem marcando presença anualmente no Guitar Art Festival, evento que reúne violonistas clássicos do mundo inteiro. Em 2024, a Embaixada do Brasil desenvolveu oficinas musicais nas principais cidades da Sérvia (Belgrado, Kragujevac, Novi Sad) e na capital de Montenegro, Podgorica, nas quais estudantes das escolas de música puderam aprender e familiarizar-se com as obras de Carlos Gomes e Heitor Villa-Lobos.
- Diversos artistas brasileiros recebem regularmente convites para participação em festivais de exibição de artes plásticas, artes gráficas, teatro e dança. Em 2024, a artista gráfica Nina Kreis foi vencedora da Bienal de Artes Gráficas de Cacak; o Grupo Siriri Flor de Atalaia, aplaudido por mais de 5 mil pessoas no Festival Internacional de Folclore de Vrsac; o Grupo de Teatro Carolina Bianchi,

também premiado no Festival de Teatro de Belgrado; e Randolpho Lamonier, convidado especial do Museu de Arte Contemporânea da Sérvia, o qual exibiu suas obras durante o 60º October Salon.

- O Brasil vem sendo divulgado, ainda, em visitas sob demanda de Universidades privadas, agremiações de alunos e escolas de ensino fundamental e médio interessados em palestras para familiarizar-se com o país.
- As missões de Angola e Portugal em Belgrado celebram, todos os anos, em conjunto com a Embaixada do Brasil, o Dia Mundial da Língua Portuguesa. Em 2024, realizou-se também a formatura dos alunos do IGR, na Biblioteca Nacional da Sérvia.
- A Embaixada divulgou, em 2024, o Edital da Biblioteca Nacional junto às editoras locais, com vistas a expandir o número de obras traduzidas para o sérvio. Atualmente, cerca de 50 autores brasileiros constam do catálogo local, entre os quais Clarice Lispector, Machado de Assis e Paulo Coelho. No eixo de literatura, têm sido realizadas regularmente oficinas de literatura e divulgação das obras de escritores brasileiros traduzidos ao sérvio. Centros culturais como o KC Dorcol, o Centro Iberoamericano da Universidade de Novi Sad, o Instituto Camões e o Departamento de Estudos Ibéricos da Universidade de Belgrado têm contribuído com palestras de especialistas e conteúdo de oficinas literárias. O Brasil participou, ainda, do ProseFest 2024, evento que reúne escritores internacionais de alto nível, prestigiado já com a presença de diversos vencedores do Nobel de Literatura; e da Feira Internacional do Livro, com a publicação de novo título de autora nacional em sérvio.
- Para 2025, planeja-se a participação de Ailton Krenak tanto no ProseFest como na Feira Internacional do Livro de Belgrado. Vem sendo formulada, ainda, proposta de realizar, em conjunto com o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação da Sérvia, um Concurso Nacional de Ensaios sobre o Brasil, a fim de lançar coletânea na Feira Internacional do Livro de Belgrado e premiar a melhor redação com viagem e participação na FLIP, em Paraty.
- No eixo de Arquitetura, a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Belgrado está envolvida na formulação de uma obra de alto nível sobre o estilo arquitetônico da Residência do Brasil em Belgrado e seu registro histórico, divulgando a aproximação diplomática entre os dois países que resultou na compra desse imóvel, localizado em Stari Grad, região tombada; o empenho do Brasil em preservar o patrimônio histórico sérvio; e a influência da arquitetura modernista brasileira em Belgrado. Em 2025, a estrutura de conteúdo do livro deve ser definida e será realizada a captação de recursos para publicação.
- No eixo de Educação, foram iniciadas tratativas de celebração de acordo de cooperação entre a Biblioteca Nacional da Sérvia e a Fundação Biblioteca Nacional; entre a Academia de Artes e Ciências da Sérvia e a Academia Brasileira de Ciências; entre a Faculdade de Direito da Universidade de Belgrado e a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); e entre a Universidade de Novi Sad e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). A realização de um Seminário de Direito aproximou juristas acadêmicos brasileiros e sérvios, resultando na visita de uma delegação de procuradores à Faculdade de Direito da USP, ao STF, STJ e CNJ, no final de 2024. Em 2025, essas tratativas em diversas frentes devem evoluir e culminar na assinatura de um programa de cooperação e visitas definido conjuntamente pelas instituições sérvias e suas contrapartes brasileiras. Em julho de 2025, será realizado, ainda, o jubileu de 150 anos do Congresso Internacional de Americanistas (ICA), tendo como anfitriã a Universidade de Novi Sad,

no qual já se encontram inscritos cerca de 300 pesquisadores brasileiros de diversas universidades. São esperados mais de 3 mil pesquisadores americanistas do mundo inteiro.

- No eixo de Cinema, foi realizado o Festival de Cinema Brasileiro na Kinoteca Iugoslava, com a apresentação de filmes clássicos nacionais. Em 2025, o festival deve expandir o público a ser alcançado, por meio da inclusão do evento na programação oficial, com a oferta dos títulos com legendas em sérvio, língua obrigatória para tanto. Houve em 2024 a exibição do filme brasileiro "Flores Raras" durante o Festival cultural LGBTQIA+ promovido pela organização Rainbow Ignite, o que deve ensejar nova participação em 2025, pelo sucesso de público. O Brasil foi convidado, ainda, a participar do Festival de Filmes Etnográficos, promovido pelo Museu Etnográfico, e será o país de destaque no evento, em dezembro de 2025.
- No eixo de Artes Plásticas, galerias e museus em Belgrado têm manifestado interesse em divulgar a obra do artista plástico brasileiro Dolino, o qual deve ser incluído na programação dessas instituições em 2025/2026. O artista Dolino deve realizar uma palestra sobre arte contemporânea brasileira e exibição em ambas as capitais, por meio de proposta a ser patrocinada pelo IGR.
- No eixo de Artesanato, o Museu Etnográfico de Belgrado mantém uma instituição exclusivamente voltada para preservar o patrimônio cultural de bordados e vestimentas tradicionais, Manakova Kuca. O Museu expressou interesse em receber uma exibição de bordados brasileiros típicos. As associações de bordadeiras do Vale do Jequitinhonha, Bordados Dumont, Bordadeiras do Seridó e a OnG Artesol aceitaram o convite. Deverão ser realizadas, ainda, oficinas de bordados típicos das diversas regiões brasileiras por videoconferência, tendo como público as bordadeiras sérvias do Museu Manakova Kuca. Trata-se de uma cooperação baseada na troca de conhecimentos simbólicos e tradicionais entre Brasil e Sérvia.
- No eixo de Gastronomia, dois eventos anuais marcam regularmente a apresentação de culinária tradicional brasileira: o AfroFestival, realizado pelo Museu de Arte Africana em Belgrado, em maio, para o qual o Brasil é tradicionalmente convidado; e o Charity Bazaar, evento realizado pelo International Women's Club, em dezembro. Em 2024, foi realizada apresentação de MPB e servida feijoada completa a cerca de 5 mil participantes ao longo do AfroFestival; e apresentação de trajes típicos, por meio da participação da Escola de Samba Mantock, de Novi Sad, e serviço de vatapá, pão de queijo, brigadeiro e café brasileiro, durante o Charity Bazaar. Em 2025, deve-se realizar a divulgação em vídeos nas mídias sociais sobre a cozinha brasileira tradicional e estreitar a comunicação com chefs em Belgrado para propiciar a inclusão de pratos e ingredientes brasileiros.
- O Núcleo de Estudos Brasileiros de Belgrado, único existente na região dos Balcãs, seleciona, anualmente, entre mais de quatrocentos candidatos, cerca de cento e trinta alunos para estudarem português. No ano letivo de 2022/2023, foram montadas quatro turmas do nível básico, sendo uma virtual e três presenciais, das quais uma foi preenchida exclusivamente por diplomatas da Chancelaria local. Foi formatado também curso especial para capoeiristas. Um número significativo de alunos de todas as modalidades de cursos tornou-se consumidor de produtos de indústria criativa brasileira disponíveis na Sérvia, tais como livros brasileiros traduzidos para o sérvio, séries e filmes nacionais exibidos pelas televisões locais, podcasts de autores brasileiros disponíveis na Internet e outros.

- Registre-se que várias cidadãs brasileiras residentes na Sérvia têm buscado cursos de português como língua de herança, para atender a demanda de manutenção do domínio da língua e cultura, assim como de alfabetização, em português, de crianças servo-brasileiras.
- No período letivo atual, iniciado, de acordo com o calendário escolar local, em outubro último, e com previsão de duração até outubro de 2025, o NEB Belgrado conta com o número total de 96 alunos matriculados. Atendendo a demanda excepcional do público pelo curso do nível Básico I, estão sendo realizadas, no NEB Belgrado, inscrições adicionais de alunos principiantes, cujas turmas deverão ser formadas e iniciar o processo letivo em janeiro próximo. Após a matrícula destes novos alunos, o número total de inscritos no período letivo atual subirá para 151.

Montenegro

- Vladislav Scepanovic, Diretor do Museu de Arte Contemporânea de Montenegro, tem interesse, com a anuência do Ministério da Cultura, de realizar exposição no Brasil e gostaria que instituição brasileira, como a Fundação Iberê Camargo, dirigida por Emilio Kalil, realizasse exposição em Podgorica.
- A presença brasileira no carnaval da cidade de Budvar poderia promover o Brasil como destino turístico não apenas para viajantes montenegrinos mas também para os cerca de 2,6 milhões de turistas de alta renda que visitam o país durante o ano todo.
- No eixo Cinema valeria estudar a hipótese de organizar mostra de filmes brasileiros associada a evento semelhante na Sérvia, aproveitando a boa receptividade da cultura brasileira nessa região.

VII – Temas Consulares

- A comunidade brasileira residente na jurisdição (Sérvia e Montenegro) é estimada em 500 brasileiros, dos quais aproximadamente 400 residiriam na Sérvia e 100 em Montenegro. O número é baseado na matrícula consular feita pelo Posto junto à comunidade brasileira. O número estaria subestimado, uma vez que não há estatística oficial disponibilizada pelo governo sérvio, e que nem toda a comunidade brasileira efetua matrícula consular no Posto.
- A comunidade brasileira é composta majoritariamente por mulheres brasileiras casadas com sérvios e menores brasileiros com dupla nacionalidade.
- Além disso, há presença, em menor escala, de profissionais qualificados (engenheiros brasileiros empregados por multinacionais chinesas em projetos de infraestrutura na Sérvia; executivos da farmaucêutica Galenika, comprada pelo grupo brasileiro EMS) e de atletas profissionais de futebol e basquete.
- O número de 500 brasileiros residentes não inclui aqueles que vivem na Sérvia temporariamente, aproveitando da dispensa de visto de turismo por 90 dias, a exemplo de trabalhadores remotos (tradutores, profissionais de TI) ou do setor de serviços (garçons, cozinheiros), cujo objetivo é eventualmente migrar para países da União Européia.
- Devido ao baixo número de brasileiros residentes, o Posto organiza eleições com urna manual (urna de lona). Nas Eleições Presidenciais de 2022, havia 98 eleitores inscritos, com média de comparecimento de 50% em cada turno.

- Apesar do baixo número de brasileiros residentes na jurisdição, tem-se notado, desde o ano passado, crescente número de brasileiras que vêm para a Sérvia para fins de prostituição, aliciadas por máfias transnacionais de tráficos de pessoas. Recorde-se que a prostituição é ilegal na Sérvia, expondo as brasileiras ao medo de denunciar maus tratos e episódios de violência. A posição das mulheres brasileiras também é fragilizada pelo desconhecimento da realidade local, pela ausência de laços pessoais na Sérvia, bem como pela ausência de familiaridade com o idioma local e com o inglês.
- Houve ao menos 7 casos de assistência consular dessa natureza ao longo de 2024. No caso mais grave, ocorrido em dezembro de 2024, houve violência física e sexual. O posto conseguiu, através de gestões junto a organizações internacionais, retirar a brasileira do país com celeridade.
- O caso evidenciou o crescente número de brasileiras nessa condição (foi relatado que havia outras brasileiras que não acionaram a Embaixada), e que há tráfico de pessoas diretamente do Brasil, além de envio de brasileiras de outros países da União Europeia (Itália, Espanha). Há relatos de que essas máfias oferecem quantias vultosas de dinheiro, mas que, após recrutarem as brasileiras, criam dívidas impagáveis e as mantém trabalhando via ameaça.
- Em casos dessa natureza, o auxílio pode ser dificultado por restrições orçamentárias, que impedem a concessão célere de passagem. Por isso, foi fundamental estreitar laços com a Organização Internacional para Migrações (OIM), da ONU, que detém orçamento para cessão de passagem, além de oferecer abrigos para mulheres em situação de risco e programas de reintegração ao país de origem, com emprego de profissionais qualificados e oferecimento de auxílio financeiro.
- A Embaixada do Brasil em Belgrado também realizou um novo mapeamento de ONGs e entidades de apoio locais (abrigos, casas de apoio, albergues), com vistas a um atendimento rápido para emergências consulares.
- É necessário estreitar os laços com a OIM e outras organizações, além de criar canais de diálogo com o governo sérvio, a fim de reduzir o medo de brasileiras nessa situação de oferecer denúncia formal.
- A demanda para cidadãos estrangeiros no setor consular da Embaixada é relativamente baixa, principalmente pela dispensa de visto de turismo para cidadãos sérvios. O principal serviço requisitado é o Visto de Trabalho (VITEM IV), cuja autorização de concessão é enviada ao posto pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Foram emitidos 41 vistos de trabalho em 2024, para profissionais diversos (executivos, atletas profissionais e trabalhadores de plataformas de alto-mar, principalmente). Cidadãos estrangeiros também solicitam a emissão de CPF, para uso no Brasil, tendo sido emitidos 35 CPFs em 2024.
- A ausência de acordos de cooperação jurídica em matéria penal tem dificultado o cumprimento de solicitações da Justiça Brasileira, em especial para extradição de investigados. Embora o processo corra sob sigilo no Brasil, tem sido veiculado no noticiário brasileiro, desde 2023, a morosidade das autoridades sérvias em extraditar o brasileiro Patrick César da Silva Brito, 'hacker' brasileiro que residia na Sérvia até ser preso, em dezembro de 2022, por solicitação do MJSP, sob acusação de acessar informações e extorquir autoridades em São Paulo (prefeito de Araçatuba, vereador em Bauru, entre outros). O processo do nacional se encontra, há mais de um ano, no

Tribunal Superior de Belgrado, aguardando julgamento do recurso para que ele permaneça na Sérvia. Embora o Posto tenha enviado 7 notas verbais ao longo de 2024, bem como oferecido reciprocidade para casos futuros, o governo sérvio não oferece respostas sobre o caso ou estimativa de quando seria tomada uma decisão, impedindo o cumprimento da solicitação da Justiça de Araçatuba e do MJSP.

- Caso análogo ocorreu em 2024, em Montenegro, em relação ao pedido de extradição do nacional turco Aytekin Kus, investigado pela Vara Federal de Santos por tráfico internacional de drogas. O referido cidadão foi liberado pela justiça local após expirado prazo da prisão preventiva, inviabilizando o processo de extradição.
- Seria conveniente, portanto, considerar a negociação de acordos bilaterais de cooperação jurídica com autoridades dos respectivos países, em alinhamento com o MJSP e com o Poder Legislativo.

Montenegro

- Tendo em vista que a população brasileira em Montenegro é reduzida – cerca de 100 indivíduos – não há Consulados ou Consulados Honorários brasileiros no território montenegrino.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

- Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

- Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

- Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior;
3. Promover serviços consulares de qualidade;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior;
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em fase final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO

- Promover, na Sérvia e em Montenegro, os interesses do Brasil e da sociedade brasileira, com vistas à geração de benefícios concretos para o desenvolvimento sustentável e para os cidadãos brasileiros, valendo-se de atuação diplomática de excelência.

MISSÃO DO POSTO

- Promover os interesses do Brasil junto ao governo, setor privado e sociedades sérvia e montenegrina, executar a política externa brasileira para a Sérvia e Montenegro, prestar serviços consulares de qualidade, aprofundar o conhecimento recíproco e promover as diversas vertentes de cooperação.

VALORES

- Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar as relações bilaterais políticas e econômicas;
2. Fortalecer relações no âmbito de organismos internacionais, blocos regionais e temáticos, e foros de concertação;
3. Desenvolver parcerias em diversos setores econômicos;
4. Aprofundar mecanismos de cooperação existentes e identificar novas áreas de cooperação;
5. Promover a inserção econômica competitiva do Brasil na Sérvia e em Montenegro e dos produtos brasileiros no mercado local;
6. Promover investimentos sérvios e montenegrinos no Brasil;
7. Promover a imagem e cultura do Brasil na Sérvia e em Montenegro e aprofundar o conhecimento recíproco;
8. Prestar serviços consulares de qualidade;
9. Aprimorar práticas de gestão;
10. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. AMPLIAR E DIVERSIFICAR O COMÉRCIO BILATERAL

- Promover visitas a instituições relevantes no âmbito do comércio bilateral, atual e potencial (de ambos os lados);
- Atualizar regularmente informações sobre os requisitos para importação pela Sérvia e Montenegro;
- Mobilizar associações setoriais brasileiras, assim como sérvias e montenegrinas;
- Incrementar a participação em feiras de lado a lado;
- Realizar eventos de promoção comercial, inclusive de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas, com o apoio da APEX;
- Aprofundar o conhecimento do mercado local de carne bovina e padrão de importação sérvia e montenegrina para buscar inserção da indústria brasileira;
- Manter contatos regulares com o Ministério de Agricultura da Sérvia e Montenegro;
- Promover a marca Brasil.

2. ATRAIR INVESTIMENTOS SÉRVIOS E MONTENEGRINOS NO BRASIL E CONTRIBUIR PARA O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

- Divulgar oportunidades de investimento no Brasil, em particular no setor de infraestrutura e no âmbito do PAC-PPI, com o apoio da APEX;
- Identificar setores de interesse de empresas sérvias e montenegrinas, inclusive na área de defesa, produção de biocombustíveis e coprodução de curta e longa metragens.

3. ELEVAR O PATAMAR DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, COMERCIAL E INDUSTRIAL ENTRE OS PAÍSES, INCLUSIVE COM VISTAS À EXPLORAÇÃO DE TERCEIROS MERCADOS

- Avaliar a possibilidade de apoio e ampliação das atividades da câmara de comércio Brasil-Sérvia;
- Seguir buscando a inserção e ampliação da presença da EMBRAER entre os provedores da 'Air Serbia' e 'Air Montenegro';
- Alavancar a cooperação industrial no setor de defesa, inclusive com a difusão de produção de equipamentos de uso dual, tais como os aviões KC-390 que podem transportar carga para emergências civis nos dois países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões com representantes dos dois governos sobre os setores tratados pela Mecanismo de Consultas Políticas e respectivos relatos;
- Número de consultas atendidas pela embaixada, provenientes de empresas e outros atores brasileiros e sérvios/montenegrinos, privados e de governo (associações setoriais, federações, confederações, Apex-Brasil etc);
- Número de boletins e informações comerciais preparados;
- Número de encontros e reuniões com potenciais compradores e investidores, órgãos de governo e outros agentes envolvidos na promoção comercial e de investimentos;
- Número de eventos de promoção comercial organizados pela embaixada ou com sua participação ou apoio;
- Participações em eventos organizados por outras entidades privadas e de governo, brasileiras ou mesmo sérvias ou montenegrinas;
- Número de entrevistas, artigos e inserções em mídias sociais e publicações especializadas para promoção de produtos e serviços brasileiros, bem como para promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira.

II - Relações políticas bilaterais com a Sérvia e Montenegro

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar e subsidiar a realização regular de encontros dos mecanismos de consultas políticas Brasil-Sérvia e Brasil-Montenegro;
- Acompanhar e informar sobre a participação da Sérvia em iniciativas a convite do Brasil, a exemplo da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), em 2025;
- Monitorar possibilidades de convergência de posições e atuação conjunta no ensejo da realização da COP30 no Brasil, em 2025;
- Apoiar a negociação de instrumentos e o estabelecimento de parcerias bilaterais com foco em desenvolvimento sustentável, transição energética, ciência e tecnologia, descarbonização da economia, economia circular e bioeconomia;
- Apoiar a reativação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Sérvia;
- Realizar gestões para negociação de propostas de instrumentos bilaterais;
- Estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras à Sérvia e Montenegro, bem como de autoridades sérvias e montenegrinas ao Brasil;
- Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o Ministério de Negócios Estrangeiros e outros atores governamentais;
- Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional, com as chancelarias sérvia e montenegrina;

- Buscar a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio da Sérvia e Montenegro a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
- Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico da Sérvia e Montenegro, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual;
- Acompanhar, relatar e analisar ações, políticas e eventos relativos ao processo de acessão da Sérvia e de Montenegro à União Europeia;
- Acompanhar, relatar e analisar os processos de implementação de acordos econômicos e comerciais de que a Sérvia e Montenegro são parte;
- Elaborar materiais informativos sobre a Sérvia e Montenegro para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Agendamento das reuniões de consultas políticas e escopo da pauta desses encontros;
- Número e pauta das notas verbais enviadas e recebidas da chancelaria sérvia;
- Contabilização das gestões realizadas pela negociação e conclusão de acordos bilaterais, inclusive notas verbais, encontros presenciais e reuniões virtuais;
- Gestões em prol de candidaturas brasileiras;
- Gestões sobre concertação de posições no ambiente multilateral;
- Número de telegramas sobre temas de política interna e externa e economia da Sérvia e Montenegro;
- Número de reuniões, presenciais e virtuais, dos diplomatas e demais funcionários do Quadro da Embaixada com autoridades locais;
- Número de visitas de autoridades brasileiras à Sérvia e a Montenegro e de autoridades sérvias e montenegrinas ao Brasil.

III - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa e cooperação em cultura

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Ampliar a difusão da cultura brasileira e diversificar as referências culturais brasileiras;
- Promover intercâmbio cultural entre o Brasil e a Sérvia e Montenegro;
- Promover a indústria cultural e criativa do Brasil, bem como destinos turísticos brasileiros;
- Identificar continuamente oportunidades de engajamento e divulgação de artistas brasileiros para atuação no mercado e na agenda cultural sérvia;
- Buscar estabelecer parceria com empresas privadas sérvias com interesses no Brasil que possam copatrocinar eventos culturais brasileiros;

- Manter relacionamento com organizadores de festivais culturais e importantes estabelecimentos culturais para identificar oportunidade de inserção de artistas brasileiros em sua programação.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos, escopo e público alcançado na área cultural realizados com participação e apoio do Posto;
- Número de artigos, na jurisdição do Posto e no Brasil, sobre eventos culturais apoiados ou organizados pela Embaixada ou outra atuação da Embaixada na promoção da cultura brasileira;
- Número de acessos nas mídias sociais do Posto;
- Número de reuniões, videoconferências e conferências realizadas com artistas e produtores brasileiros, organizadores de eventos culturais e representantes de estabelecimentos culturais na jurisdição do posto.

IV - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar eventual negociação de instrumento para atualizar os mecanismos institucionais da cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação;
- Identificar novas áreas de possível cooperação bilateral em ciência e tecnologia e potenciais parceiros, no Brasil e na Sérvia e Montenegro;
- Apoiar, estimular e promover a cooperação bilateral no campo das pesquisas científicas e tecnológicas;
- Planejar e executar iniciativas de Diplomacia da Inovação, em parceria com entidades da Sérvia e Montenegro e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro;
- Apoiar e realizar iniciativas de promoção tecnológica voltadas a promover a imagem do Brasil como nação inovadora; fomentar conexões entre parceiros brasileiros e da Sérvia e Montenegro; e engajar agentes dos ecossistemas brasileiros de inovação em processos de internacionalização na Sérvia e Montenegro, inclusive por meio da atração de atores de inovação sérvios para o Brasil;
- Estimular contatos entre universidades, agências governamentais e institutos de pesquisa do Brasil e da Sérvia e Montenegro e incrementar a cooperação entre pesquisadores com vistas à expansão de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento;
- Apoiar, estimular e promover a cooperação educacional e a mobilidade acadêmica entre universidades do Brasil e da Sérvia e Montenegro;
- Fomentar e apoiar visitas, em ambas as direções, de representantes de instituições científicas e tecnológicas brasileiras à Sérvia e Montenegro, bem como de autoridades do setor de ciência e tecnologia;
- Mapear e apoiar a diáspora científica brasileira na Sérvia e Montenegro, em universidades, institutos de pesquisa e empresas, buscando conexões com instituições de ciência, tecnologia e inovação brasileiras;

- Promover intercâmbios e possíveis iniciativas de cooperação na área digital, em temas como governo digital, infraestruturas públicas digitais, governança de dados e Inteligência artificial.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros e consultas com interlocutores da área de C, T & I;
- Número de reuniões realizadas ao amparo de instrumentos bilaterais em vigor com a Sérvia e Montenegro e resultados das reuniões;
- Número de atividades realizadas atinentes à negociação e conclusão de parcerias entre o Brasil e Sérvia e Montenegro, com foco em cooperação em C, T & I;
- Número de atividades de mapeamento de pesquisadores brasileiros na diáspora científica e número de pesquisadores identificados;
- Realização de palestras e atividades de sensibilização de interlocutores do setor de C, T & I sobre oportunidades de cooperação e parceria do Brasil com a Sérvia e Montenegro;
- Número de visitas de representantes de instituições e autoridades no setor de C, T & I, entre o Brasil e a Sérvia e Montenegro, em ambas as direções, apoiadas pela Embaixada.

V – Apoio à comunidade brasileira

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Garantir a prestação de serviço consular de qualidade e eficiente à comunidade brasileira na jurisdição, inclusive por meio do sistema e-Consular e da constante facilitação do acesso a tais serviços;
- Ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, por meio das redes sociais da Embaixada e do portal consular do Itamaraty;
- Realizar visitas a brasileiros presos e prestar-lhes a assistência consular;
- Mapear regularmente a comunidade brasileira, de modo a conhecer seu perfil e necessidades;
- Promover o diálogo consular com a chancelaria sérvia, com vistas a agilizar a tramitação de pedidos de extradição, solucionar eventuais questões migratórias e tratar de assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros temporários e permanentes.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira;
- Número de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada;

- Número de visitas a penitenciárias e contatos realizados com autoridades penitenciárias e advogados de defesa de nacionais presos;
- Número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades locais nas áreas de competência de interesse da comunidade brasileira.

SF/25018.40641-89

SENADO FEDERAL

Senador Jaques Wagner

RELATÓRIO Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 6, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CLARA DE ABREU RADA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro*.

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *nome da Senhora MARIA CLARA DE ABREU RADA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.*

Em consonância com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo da diplomata.

Nascida em 1966, a indicada graduou-se em 1987 pela Universidade de Brasília em Ciências Econômicas. No Instituto Rio Branco,

SF/25018.40641-89

desde 1995, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 2005; e o Curso de Altos Estudos, em 2014, com a tese intitulada "A Reforma da Chancelaria Brasileira no Período Lula e Dilma: a transformação dos meios para a execução da política externa".

Nomeada Terceira-Secretária em 1996, tornou-se Segunda-Secretária em 2002. Sempre por merecimento, progrediu na carreira, chegando a Primeira-Secretária em 2006; a Conselheira em 2009; a Ministra de Segunda Classe em 2018; e a Ministra de Primeira Classe em 2022.

No exterior, desempenhou diversas funções, como Terceira e Segunda-Secretária na Embaixada em Tóquio (2000-03); Segunda e Primeira-Secretária na Embaixada em Buenos Aires (2003-06); Conselheira, Chefe do Setor de Promoção Comercial, na Embaixada de Budapeste (2014-18); Ministra-Conselheira na Embaixada em Tirana (2018-21).

No Itamaraty, foi Assistente da Assessoria de Relações com o Congresso (1997-2000); Assessora Técnica do Departamento Cultural (2006-09); Coordenadora e Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (2009-13); e Diretora do Departamento de Tecnologia e Gestão de Informação, desde 2021.

Também com o fim de atender às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial se fez acompanhar de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Sérvia e Montenegro, do qual extraímos as informações que se seguem.

A Sérvia é uma democracia parlamentarista com 6,6 milhões de habitantes, cuja população é majoritariamente cristã ortodoxa (85%). Belgrado, sua capital, também era a capital da antiga ex-Iugoslávia. O Brasil, durante o processo de dissolução da ex-Iugoslávia, sempre manteve posicionamento ponderado, o que aproxima os dois países em suas relações bilaterais.

Mantivemos aberta a Embaixada em Belgrado durante os bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em 1999; e fomos favoráveis à integridade territorial da Sérvia, conforme a Resolução nº 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não reconhecendo Kosovo como independente.

SF/25018.40641-89

Nas relações comerciais, o Brasil registra superávit estrutural com a Sérvia, para quem exportamos, em 2024, sobretudo carne bovina (37%), café (29%), máquinas não-elétricas (7,6%); enquanto importamos tubos, canos e mangueiras (20%), autopeças (13%), pneus (9,1%).

Contudo, informa o documento do Itamaraty que as carnes estão sendo dirigidas para a região de Kosovo e que a Sérvia tem proibido as importações brasileiras desse produto. Igualmente, cumpre mencionar que a Embraer tem vendido jatos à Sérvia nos últimos anos, pretendendo ampliar esse mercado.

Além disso, há boas perspectivas no avanço em cooperação nas áreas de esportes, defesa, cultura e educação. Carece, contudo, de acordos de cooperação na área penal, o que dificulta o cumprimento de solicitação de investigações e extradição.

A política exterior sérvia se apoia na priorização de relacionamentos com União Europeia, Rússia, China e Estados Unidos. Com a União Europeia, sua pretensão é se tornar membro permanente; com a Rússia, compartilha laços étnicos e culturais, mas condenou a agressão à Ucrânia, em atenção à orientação europeia; no entanto, não ao ponto de intervir com apoio bélico ou sanções unilaterais.

Com a China, mantém intensa e progressiva cooperação comercial; e, por fim, procura manter bom relacionamento com os Estados Unidos, compartilhando certos posicionamentos da Otan e em busca de apoio para manter Kosovo sob sua administração.

Montenegro realizou referendo sobre sua independência da Sérvia, aprovada por 55,5% dos eleitores, e, desde 3 de junho de 2006, é formalmente reconhecida. O Brasil prontamente reconheceu a independência de Montenegro, em 14 de junho de 2006, e estabeleceu relações diplomáticas em 20 de outubro do mesmo ano, sendo a Embaixada do Brasil em Belgrado a responsável para cumular a representação, inclusive para temas consulares.

Desde sua independência, Montenegro reorientou sua política externa, buscando sua integração ao bloco europeu e distanciando-se de Moscou e de Belgrado. Em 2017, ingressou na Otan e é candidata à adesão à União Europeia, desde 2008.

SF/25018.40641-89

Desde 2020, contudo, tem se reaproximado da Sérvia, tendo aderido à iniciativa de cooperação dos "Open Balkans", lançada pela Sérvia, Albânia e Macedônia do Norte, com o objetivo de aprofundar a integração dos países da região. Cuida-se de tentativa da Sérvia de expandir a sua influência na região.

Quanto à agenda comercial bilateral, as carnes, o café e o açúcar, totalizam EUR 19,8 milhões e representaram 90,7% do total das exportações brasileiras.

A comunidade brasileira na Sérvia e em Montenegro é estimada em cerca de 400 e 100 brasileiros, respectivamente, embora esses dados possam estar subestimados.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente
SENADOR NELSINHO TRAD
PSD/MS

, Relator
SENADOR JAQUES WAGNER
PT/BA

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

4

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA*
CPF.: informações pessoais
ID.: 14500 MRE

1961	Filho de informações pessoais e informações pessoais , nasce em informações pessoais em informações pessoais
Dados Acadêmicos:	
1980	Curso da Escola de Formação de Oficiais de Reserva da Marinha - EFORM
1980	Curso de Engenharia Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro
1985	Graduação em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
1987	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
1995	Mestrado em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, Bélgica
2007	Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, "A Conferência Mundial de Durban e a política externa brasileira
Cargos:	
1987	Terceiro-Secretário
1994	Segundo-Secretário
2001	Primeiro-Secretário, por merecimento
2005	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2015	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1988	Divisão de Visitas
1988-93	Divisão da África II, Assistente e Assessor
1993-96	Missão junto à CEE, Bruxelas, Terceiro e Segundo-Secretário
1996-99	Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
1999-2002	Divisão de Direitos Humanos, Assessor
2002-06	Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Washington, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2006-08	Embaixada em Santiago, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe
2008-2012	Divisão de Temas Sociais, Chefe
2012-2014	Supremo Tribunal Federal, Chefe de Gabinete do Presidente
2014-2015	Superior Tribunal de Justiça, Chefe da Assessoria Internacional
2015	Ministério da Defesa, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado

2015-2016	Casa Civil da Presidência da República, Assessor Especial do Ministro de Estado - Assuntos Internacionais
2016-2017	Ministério da Justiça e Cidadania, Secretário Especial Adjunto de Direitos Humanos
2017-2021	Consulado-Geral em Vancouver, Cônsul-Geral
2021-	Embaixada do Brasil junto ao Quênia, e, cumulativamente, junto a Ruanda, Uganda, Burundi e Somália. Embaixador
2021-	Representação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Nairóbi. Representante Permanente
Obras:	
2011	"As Nações Unidas e a Luta Internacional do Racismo", Fundação Alexandre de Gusmão, Segunda Edição.
2012	"A Consulta Prévia e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho Sobre os Povos Indígenas e Tribais", Editora Thesaurus e Fundação Alexandre de Gusmão
2013	"O Itamaraty e o Ano Internacional dos Afrodescentes: Um Olhar Sobre o Discurso Externo Acerca da Questão Racial", in Igualdade Racial no Brasil, org. Tatiana Silva e Fernanda Goes, Ipea
2015	O Topo da Montanha", Katori Hall, Peça Teatral, Tradução, (prelo).
2017	"Fazenda Brasil Verde: aspectos relevantes da sentença para o fortalecimento do combate ao trabalho escravo no Brasil". In "Trabalho Escravo: Condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Brasil Verde". Conatrae. Ministério dos Direitos Humanos.
2017	"Política externa e participação social: trajetória e perspectivas", de Vanessa Dolce de Faria. Autor do Prefácio. Brasília. FUNAG.
	Traduções:
2015	"O Topo da Montanha", Katori Hall, peça teatral, tradução (mimeo), montagem em cartaz no teatro FAAP, em São Paulo, com estreia em 9/10/2015, produção/atuação de Lázaro Ramos e Taís Araújo.
2017	"A Verdade", Florian Zeller, peça teatral, tradução (mimeo), montagem em cartaz no teatro Maison de France, no Rio de Janeiro, com estreia em 15/03/2019, produção/atuação de Diogo Vilela e direção de Marcus Alvisi.
2019	"Ricardo II", William Shakespeare, peça teatral, tradução (mimeo), a ser montada e dirigida por Marcus Alvisi (2020/2021)
2020	"Comentários Gerais dos Comitês dos Tratados de Direitos Humanos da ONU - Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial", tradução para a língua portuguesa. Coord. André de Carvalho Ramos. Núcleo de Estudos Internacionais. Clínica de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Primeira Edição. Autor do Prefácio. USP.
Condecorações	
2010	Ordem do Rio Branco, Grande Oficial
2015	Ordem do Mérito da Defesa, Grã-Cruz
2015	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2015	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2015	Medalha Marechal Cordeiro de Farias, Escola Superior de Guerra
2015	Medalha Santos Dumont, Aeronáutica
2015	Medalha do Pacificador, Exército,
2015	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2015	Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha
2016	Ordem do Mérito Militar, Exército, Comendador
2023	Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Europa e América do Norte
Departamento de Europa
Divisão de Europa Setentrional

BÉLGICA







FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2025

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Bélgica
GENTÍLICO	Belga
CAPITAL	Bruxelas
ÁREA	30,5 mil km^2
POPULAÇÃO (2024) [1]	11,8 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Holandês, francês e alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Católica (54%), sem afiliação (31%), islâmica (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista federal
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, com a Câmara dos Representantes (150 membros) e o Senado (60 membros)
CHEFE DE ESTADO	Rei Philippe da Bélgica (desde julho de 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Bart de Wever (desde fevereiro de 2025, N-VA)
CHANCELER	Maxime Prévot (desde fevereiro de 2025, Les Engagés)
PIB (2024) [1]	US$ 662 bilhões
PIB PPC (2024) [1]	US$ 863 bilhões
PIB PER CAPITA (2024) [1]	US$ 56.130
PIB PPC PER CAPITA (2024) [1]	US$ 73.220
VARIAÇÃO DO PIB [1]	1,1% (2024 est.); 1,4% (2023); 3% (2022)
IDH (2022) [3]	0,942 – 12º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2021) [4]	0,266
EXPECTATIVA DE VIDA (2022) [4]	82 anos
DESEMPREGO (7/2024) [5]	5,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA [6]	Cerca de 50 mil pessoas

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo da Bélgica; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.*

CORRENTE COMERCIAL – US$ bilhões						
Brasil → Bélgica	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	4,9	4,1	5,8	7,9	6,5	5,7
Exportações	3,2	2,6	3,4	4,4	3,4	3,9
Importações	1,7	1,4	2,5	3,5	3,1	1,8
Saldo	1,5	1,2	0,9	0,8	0,3	2,1

Fonte: *Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Philippe

Rei dos Belgas



Philippe Léopold Louis Marie, 64 anos, nasceu em Bruxelas, filho do rei Alberto II e da rainha Paola. Casado desde 1999 com a rainha Mathilde, tem quatro filhos, entre os quais a princesa herdeira Elisabeth. Em 1978, ingressou na Escola Real Militar, onde se formou piloto de caça como Segundo-tenente. Integrou o Regimento de Para-comandos, unidade de elite das Forças Armadas belgas. Em 1983, fez estágio de dois meses no *Trinity College*, na Universidade de Oxford, antes de seguir para Stanford, onde obteve o título de mestre em Ciência Política. Em 1994, prestou juramento de posse como Senador de direito - por ser filho do então rei Alberto II, sem direito a voto. Com a abdicação do rei Alberto II, no dia 21 de julho de 2013, ascendeu ao trono sob o título de rei dos Belgas.

Bart de Wever

Primeiro-ministro da Bélgica



Bart de Wever, 54 anos, nasceu em Mortsel, Bélgica. É formado em História pela Universidade Católica de Leuven. Desde 2004, é líder do partido Nova Aliança Flamenga (N-VA, direita). Entre 2013 e 2025, foi prefeito de Antuérpia. Após o resultado das eleições regionais, federais e europeias de junho de 2024, foi nomeado "formateur" do novo governo pelo rei Phlippe. Em fevereiro de 2025, após 236 dias de negociação, a coalizão Arizona logrou acordo para formação do novo governo federal, e prestou juramento perante o rei como novo primeiro-ministro da Bélgica.

Maxime Prévot

Vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Assuntos Europeus, Comércio Exterior e Instituições Culturais Federais da Bélgica



Maxime Prévot, 46 anos, nasceu em Mons, Bélgica. Estudou Direito e Gestão de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na Universidade de Namur e é mestre em Ciência Política pela Universidade Católica de Louvain. Foi eleito deputado federal em 2007 e 2019 e deputado no Parlamento da Valônia em 2009 e 2014. Em 2012, aos 33 anos, se tornou o mais jovem prefeito da cidade de Namur. Em 2014, foi nomeado vice-presidente do governo da Valônia e ministro das Obras Públicas, da Saúde, da Ação Social e do Patrimônio. Entre 2022 e 2025, foi presidente do partido centrista Les Engagés. Em fevereiro de 2025, assumiu o cargo de vice-primeiro-minisro e ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.

APRESENTAÇÃO

O Reino da Bélgica é um Estado federado localizado na Europa Ocidental. É um dos menores e mais densamente povoados países europeus e situa-se ao norte da Europa, às margens do Mar do Norte. Faz fronteira com os Países Baixos, a Alemanha, a França e Luxemburgo. Altamente urbanizado, sua capital é a cidade de Bruxelas. Outras cidades relevantes são Antuérpia, Gante, Liège e Charleroi. Atualmente, a população da Bélgica é de cerca de 11,42 milhões de habitantes, distribuídos em um território de 30.528 km^2.

Chamada de Bélgica em função da antiga província romana da Gallia Belgica, a região tornou-se, a partir da Idade Média, importante centro comercial e cosmopolita da Europa. Em 1830, surgiu como nação soberana em virtude da secessão dos Países Baixos, no que se convencionou chamar de Revolução Belga. A Bélgica foi gravemente afetada pelas duas Guerras Mundiais, sendo o local de batalhas cruciais e ocupações.

A Bélgica é uma monarquia constitucional, na qual vigora o sistema parlamentar de governo. O país se divide em três regiões dotadas de alto grau de autonomia: Flandres, Valônia e Bruxelas-Capital (onde se situa a capital do país). Além das três regiões, três comunidades linguísticas (a Comunidade Flamenga, a Comunidade Francesa e a Comunidade Germanófona) compõem o Estado Federal Belga, em um modelo federativo que incorpora regiões geográficas e comunidades linguísticas que exercem competências concomitantes sobre um mesmo território.

Com exceção da minoria germanófona, localizada ao leste do país, a Bélgica é dividida entre a comunidade francesa (valões) e a comunidade flamenga. Enquanto os francófonos estão localizados majoritariamente na Valônia, no sul do país, a comunidade flamenga reside majoritariamente em Flandres, localizada no norte do Reino. A população francófona é de longe a maior na região da capital. Bruxelense, um dialeto regionalmente distinto, influenciado pelo francês e pelo flamengo, também é falado por um pequeno segmento dos habitantes da cidade.

Culturalmente, a Bélgica é rica e diversificada. O país é mundialmente conhecido por sua culinária, especialmente chocolates, cervejas e batatas fritas. Além disso, a Bélgica tem uma forte tradição em artes e literatura, sendo o berço de renomados artistas, como os pintores Pieter Bruegel, o Velho, e René Magritte, e o cartunista Hergé, criador de Tintim.

Economicamente, a Bélgica é uma economia de mercado avançada, com um setor de serviços altamente desenvolvido, seguido por indústria e agricultura. O país é um membro fundador da União Europeia e hospeda várias instituições internacionais, incluindo a sede da União Europeia e da OTAN, refletindo seu papel central na política e economia europeias.

O clima da Bélgica é temperado marítimo, com invernos moderados e verões frescos. A precipitação é distribuída uniformemente ao longo do ano, contribuindo para a paisagem verdejante do país.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Bruxelas	Embaixador João Mendes Pereira (desde abril de 2022)
Cônsul-Geral do Brasil em Bruxelas	Embaixador Achilles Emilio Zaluar Neto (desde janeiro de 2023)
Embaixador da Bélgica em Brasília	Embaixador Peter Claes (desde agosto de 2022)
Cônsul-Geral da Bélgica no Rio de Janeiro	Caroline Mouchart
Cônsul-Geral da Bélgica em São Paulo	Valentine Mangez

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	**Número de edições**	**Último encontro**
Mecanismo de Consultas Políticas	4	Abril de 2024, em Brasília

O Brasil e a Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência, no mesmo período histórico, dos dois países. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1834, quando os países assinaram um tratado bilateral de comércio e navegação. O rei dos Belgas Alberto I visitou o Brasil em 1920, no que foi a primeira visita de um monarca europeu à República. Desde princípios do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira.

A última visita de alto nível ocorreu em novembro de 2024, quando a então ministra dos Negócios Estrangeiros belga, Hadja Lahbib, visitou Brasília e manteve encontro com o ministro Mauro Vieira. Em seguida, Lahbib integrou a Missão Econômica Belga, liderada pela princesa Astrid em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em seus eventos, a Missão contou com a participação de mais de 400 participantes, entre empresários, executivos, acadêmicos e autoridades governamentais. A última missão desse tipo ao Brasil ocorreu em 2010, sob a direção do então príncipe herdeiro Philippe, atual rei dos Belgas.

O interesse belga pelo Brasil justifica-se pela complementaridade das economias e pela demanda brasileira em áreas onde o país europeu conta com excelência, tais como infraestrutura e logística. Para o Brasil, a Bélgica representa mercado importante para produtos e serviços nacionais, além de ponto de acesso preferencial de passagem a outras partes do continente europeu, em razão de sua localização central.

Há produtivo diálogo em questões da agenda política multilateral. Os dois países são conhecidos por sua capacidade de catalisar consensos e contribuir com posições moderadas e equilibradas nos debates internacionais e em suas respectivas regiões. A Bélgica apoia a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As relações seguem fortemente ancoradas nos densos fluxos de comércio e investimentos bilaterais, que oferecem base sólida para um diálogo político regular e exploratório de novas oportunidades.

Brasil e Bélgica têm economias complementares. O Brasil possui um gigantesco mercado consumidor e um potencial de crescimento amplamente reconhecido na Bélgica; a Bélgica, por sua vez, com seu pequeno e quase saturado mercado, tem elevada liquidez e know-how em setores de ponta, valorizados e reconhecidos pelo Brasil.

A Bélgica adquire expressivo volume de exportações do Brasil, sobretudo por possuir importantes portos, como o da Antuérpia, Gante e Liège, que servem como porta de entrada de produtos brasileiros na Europa. Grandes empresas brasileiras, como a Alpargatas, a Citrosuco, JBS/Friboi, a Zilor, a Votorantim e a Braskem escolheram a Bélgica como centro de distribuição de seus produtos para o mercado europeu.

Em 2024, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 5,7 bilhões, demonstrando queda de 12% em relação a 2023. As exportações brasileiras para a Bélgica foram de US$ 3,9 bilhões (+14%), o que corresponde a 1,16% do total. As importações foram de US$ 1,8 bilhões (-41,5%) e representaram 0,7% do total. O saldo comercial diminuiu em relação a 2023, mas se manteve favorável ao Brasil, alcançando US$ 2 bilhões. A Bélgica figurou em 20º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e em 27º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados foram: café não torrado (28), sucos de frutas ou de vegetais (25%) e tabaco (16%). A pauta importadora foi composta principalmente por medicamentos e produtos farmacêuticos (15%), prata, platina e semelhantes (11%) e inseticidas, rodenticidas, fungicidas e herbicidas (8%).

Em termos de investimentos, o Banco Central, em dados de consolidados de 2022 (últimos dados disponíveis), registra que a Bélgica apresenta posição de US$ 5,3 bilhões pelo critério de investidor imediato (22º maior) e de US$ 26,5 bilhões pelo critério de controlador final (10º maior).

Os principais destinos dos investimentos belgas são os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia. Cabe recordar a aquisição, pela empresa biofarmacêutica belga UCB, do controle da Meizler Biopharma, companhia brasileira de produtos farmacêuticos; a compra do laboratório ALAC, provedor de serviços líder do setor no Rio Grande do Sul, pela Eurofins Scientific, líder mundial em análises de alimentos, meio ambiente e fármacos, com sede na Bélgica; a aquisição de 20% da participação nos blocos 2 e 3 na Bacia do Parnaíba e seis blocos na bacia

do Recôncavo para exploração de gás natural pela empresa de energia franco-belga GDF Suez; e as operações em São Paulo da rede belga de padarias *Le Pain Quotidien*.

Parcerias produtivas significativas entre empresas belgas e brasileiras para a conquista de terceiros mercados consolidaram-se nos últimos anos - como é o caso da belgo-brasileira AB InBev. Em 2022, segundo o Banco Central, havia cerca de US$ 1,8 bilhão em investimentos diretos brasileiros na Bélgica.

CONSULTAS POLÍTICAS

Brasil e Bélgica possuem mecanismo de consultas políticas estabelecido em 2009. Desde então, foram realizadas quatro reuniões no âmbito do mecanismo, todas em Brasília: 2010 e 2014, em nível de secretários-gerais, e 2015 e 2024, em nível de secretários.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Mantém-se vivo o debate público na Bélgica a respeito do acordo MERCOSUL-UE, revelando a contínua polarização entre setores favoráveis e contrários ao instrumento. Atores como a região belga da Valônia continuam empenhados a obter compensações da UE ou proteções frente ao MERCOSUL a setores potencialmente prejudicados, após o que poderiam levantar restrições ao Acordo.

Após período de forte resistência de setores políticos e econômicos belgas ao texto, surgem sinais de possível convergência em torno do reconhecimento de que o Acordo (i) traria benefícios agregados para a economia como um todo; e (ii) ofereceria oportunidade de inserção geoestratégica da UE no MERCOSUL, frente a concorrentes como China e EUA.

COOPERAÇÃO POLICIAL

Em visita à Bélgica do Diretor-Geral da Polícia Federal, delegado Andrei Rodrigues, em 2023, as autoridades dos dois países confirmaram a disposição para ampliar a cooperação policial, por meio da assinatura de carta de intenções que reforça os termos do Memorando de Entendimento sobre cooperação policial, assinado em 2018.

O tema do combate ao crime transnacional, em especial do narcotráfico, é de grande sensibilidade no âmbito do governo e do debate público na Bélgica, tendo em conta o alto volume de cocaína que chega à Europa por meio do Porto de Antuérpia e suas consequências para a segurança pública.

Conforme estabelecido no Decreto nº 12.337, de 20 de dezembro de 2024, a Polícia Federal deverá manter, proximamente, adidância policial em Bruxelas.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se haver na Bélgica cerca de 50 mil brasileiros. As cidades que reúnem o maior número (turistas ou residentes) são Bruxelas, Bruges, Antuérpia e Gante. Os brasileiros residentes no país são atendidos pelo Consulado-Geral em Bruxelas.

A Bélgica, por sua vez, conta com Consulados-Gerais no Rio de Janeiro e São Paulo, bem como Consulados Honorários em Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia (temporariamente fechado), Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador, Santos e Vitória.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

A política interna belga é fortemente condicionada pela particularidade linguístico-comunitária do país, de forma que o Estado atua em peculiar moldura institucional a fim de conciliar a dinâmica histórica e os interesses de suas comunidades linguísticas. Ocasionalmente, ressurgem discussões sobre a adoção de novas configurações institucionais e, até mesmo, novas repartições políticas do território.

Essa premissa explica o panorama da administração pública, no qual há diferente perspectiva sobre as competências dos âmbitos federal, regional e comunitário, em comparação ao Brasil. Na Bélgica de hoje, o direito das regiões está no mesmo nível do direito federal.

O processo de regionalização iniciou-se nos anos 60, com primeira onda de reformas para atender a distintas reivindicações regionais. Àquela altura, Flandres desejava autonomia cultural e linguística, enquanto a Valônia insistia em ampla reforma econômica.

Com o aprofundamento das reformas de caráter regionalista, a partir de 1970, e a consolidação da União Europeia, verifica-se transferência de competências do nível federal, ora para o nível regional, ora para o nível comunitário-europeu.

Ao longo de sua história, o Estado belga tem passado por reformas constitucionais que o levaram de uma organização institucional unitária clássica para uma federação descentralizada singular. A partir da reforma de 1970, que aprofundou a federalização, a Constituição nacional determina que a Bélgica compreende três comunidades: a Comunidade Francesa, a Comunidade Flamenga e a Comunidade Germanófona. Também dispôs que o país seria dividido em três regiões: Valônia, Flandres e Bruxelas-Capital. As principais instituições federais são o governo federal e o parlamento federal. As comunidades e as regiões dispõem dos seus próprios poderes legislativo e executivo.

A Bélgica é uma monarquia constitucional, democrática e parlamentarista, que adota, ademais, modelo híbrido tanto federal quanto comunitário. Na origem dessa organização constitucional está a preocupação em assegurar a coesão de uma nação plural criada em 1830 em um território onde conviviam três comunidades distintas: a francófona, a neerlandófona e a germanófona. As três comunidades belgas mantêm competências sobre os seguintes temas: ensino, cultura, apoio à juventude, além de determinados aspectos da política de saúde. As três regiões são igualmente competentes em domínios relacionados a obras públicas, agricultura, emprego, ordenamento do território e meio ambiente.

Cada comunidade e cada região é dotada de assembleia parlamentar, eleita diretamente a cada cinco anos, e de um governo, responsável perante a respectiva assembleia. Atualmente, a Bélgica conta, além do parlamento federal, com cinco assembleias legislativas:

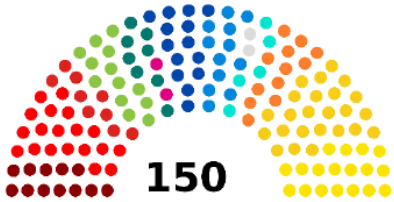
a) Conselho da Região de Bruxelas-Capital, ou parlamento Bruxelense, com 89 membros eleitos diretamente pela população em listas unilinguísticas, que se repartem, no seio da assembleia, em dois grupos linguísticos;
b) Conselho Regional Valão, ou parlamento valão, com 75 membros eleitos diretamente nas províncias da Valônia;
c) Conselho Flamengo, ou parlamento flamengo, representando simultaneamente a Comunidade e a Região Flamenga, com 124 membros, dos quais 118 são eleitos diretamente pela população das províncias flamengas e pelo grupo flamengo do Conselho da Região de Bruxelas-Capital. Quando o Conselho Flamengo atua no âmbito das atribuições regionais, os 6 deputados oriundos de Bruxelas não possuem direito a voto;
d) Conselho da Comunidade Francesa, ou parlamento da Comunidade Francesa, que se compõe de 94 conselheiros, dos quais 75 são eleitos pelo Conselho regional valão e 19, eleitos pelo grupo linguístico francês do Conselho da Região de Bruxelas-Capital; e
e) Conselho da Comunidade Germanófona, com 25 membros eleitos diretamente pela população dos cantões do leste.

Aos cinco Conselhos correspondem, portanto, cinco governos locais, eleitos pelas assembleias e responsáveis perante elas. Os membros dos governos, no entanto, não necessariamente devem ser membros das assembleias legislativas. Cada governo deve, em seu seio, eleger um presidente, que é a autoridade executiva máxima regional ou comunitária. Esse presidente deve prestar juramento ao rei, que ratifica a escolha.

O parlamento federal tem estrutura bicameral e, até 1993, a Câmara dos Deputados e o Senado detinham as mesmas competências, devendo os projetos de lei ser votados e adotados pelas duas assembleias. A revisão constitucional de 1993, porém, introduziu mudanças nesse quadro. O Senado passou a exercer competências em igualdade com a Câmara em quatro grandes áreas: institucional, internacional, financeiro e jurisdicional. Nesses casos, há bicameralismo pleno. Nas demais áreas, o Senado pode discutir projetos de leis e propor emendas, mas é a Câmara de Deputados que tem a autoridade última. Nessas circunstâncias, o parlamento funciona em regime de bicameralismo atenuado, nos termos do artigo 78 da Constituição belga. Por fim, há matérias sobre as quais apenas a Câmara de Deputados é competente, como as leis de orçamento e execução orçamentária, fixação do contingente militar, regras relativas à responsabilidade civil e penal dos ministros federais e leis que regulam a aquisição da nacionalidade.

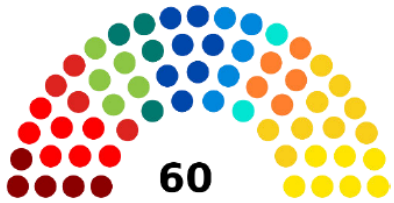
COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO

CÂMARA DOS REPRESENTANTES



Governo (87 cadeiras – 58%)	
Parti socialiste (PS, francófono, centro-esquerda)	19
Mouvement Réformateur (MR, francófono, centro-direita)	14
Écologistes Confédérés (Ecolo, francófono, centro-esquerda ambientalista)	13
Christen-Democratisch en Vlaams (CD&V, flamengo, centro-direita)	12
Open Vlaamse Liberalen en Democraten (OpenVLD, flamengo, centro-direita)	12
Vooruit (flamengo, centro-esquerda)	9
Groen (flamengo, centro-esquerda ambientalista)	8
Oposição (63 cadeiras – 42%)	
Nieuw-Vlaamse Alliantie (N-VA, flamengo, direita)	24
Vlaams Belang (VB, flamengo, extrema-direita)	18
Partido dos Trabalhadores da Bélgica (PVDA-PTB, partido nacional, extrema-esquerda)	12
Centre démocrate humaniste (cdH, francófono, centro-direita)	5
DéFI (francófono, centro-direita)	2
Independentes	2

SENADO



Governo (37 cadeiras – 62%)	
Mouvement Réformateur	8
Parti socialiste	7
Écologistes Confédérés (Ecolo, francófono, centro-esquerda ambientalista)	5
Christen-Democratisch en Vlaams	5
Open Vlaamse Liberalen en Democraten (OpenVLD, flamengo, centro-direita)	5
Vooruit (flamengo, centro-esquerda)	4
Groen (flamengo, centro-esquerda ambientalista)	4
Oposição (23 cadeiras – 38%)	
Nieuw-Vlaamse Alliantie (N-VA, flamengo, direita)	9
Vlaams Belang (VB, flamengo, extrema-direita)	7
Partido dos Trabalhadores da Bélgica (PVDA-PTB, partido nacional, extrema-esquerda)	5
Centre démocrate humaniste (cdH, francófono, centro-direita)	2

CONTEXTO RECENTE

Os resultados das eleições regionais, federais e europeias na Bélgica, realizadas concomitantemente em 9 de junho de 2024, revelaram vitória dos partidos da direita e do centro, contrariando os prognósticos de triunfo da extrema direita anunciados pelas pesquisas de opinião. A esquerda tradicional e verde perde espaço, sobretudo na Valônia, embora a extrema esquerda do PTB/PVDA e o socialismo flamengo do Vooruit tenham obtido ganhos eleitorais.

Em nível federal, o vencedor das eleições foi o partido de direita flamengo N-VA, cujos resultados contrariaram as pesquisas que sugeriam que o partido de extrema direita Vlaams Belang (VB) teria vantagem de quase dez pontos percentuais sobre seu rival flamengo. O N-VA terá 24 cadeiras no parlamento, uma a menos do que em 2019, mas quatro a mais do que o VB, que ganhou duas cadeiras adicionais, chegando a 20.

Os ganhos mais expressivos em nível federal foram obtidos pela centro-direita, com o MR atingindo também 20 cadeiras, seis a mais do que em 2019, e o centrista Les Engagés, em sexto lugar, chegando a 14 cadeiras. Do lado flamengo, os cristãos-democratas do CD&V perderam uma cadeira, mas mantém 11.

O Partido Socialista francófono perdeu quatro cadeiras, passando à quarta colocação na Câmara dos Representantes, com 16 parlamentares. Já sua contraparte flamenga, o Vooruit, ganhou quatro parlamentares, passando para 13. A extrema esquerda do PTB/PVDA recebeu três cadeiras a mais do que 2019, chegando à quinta colocação, com 15. A derrota mais significativa foi sofrida pelos partidos ambientalistas, cujos presidentes entregaram suas demissões após a apuração dos resultados. Embora o flamengo Groen tenha perdido apenas duas cadeiras, passando para seis, o francófono Ecolo passará a ter apenas três parlamentares, tendo perdido 10 cadeiras, O partido do primeiro-ministro Alexander De Croo, o liberal flamengo Open Vld, também sofreu uma derrota importante, perdendo 5 cadeiras e passando a apenas 7.

Em fevereiro de 2025, os partidos da coalizão Arizona (NV-A, MR, CD&V, Les Engagés e Vooruit) chegaram a um acordo para a formação do novo governo federal. Com 236 dias de duração, tratou-se da terceira negociação mais longa da história belga. O então “formateur” Bart De Wever (N-VA) prestou juramento perante o rei Philippe como novo primeiro-ministro.

POLÍTICA EXTERNA

A Bélgica é um dos seis países fundadores da União Europeia e sedia a Comissão Europeia e o Conselho Europeu. É, ainda, país fundador da zona do euro, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O Reino da Bélgica é, por fim, membro da União do Benelux (que integra em conjunto com os Países Baixos e Luxemburgo), parte integrante do espaço Schengen europeu. A cidade de Bruxelas, além de sediar instituições da União Europeia, é também a sede da OTAN.

A Bélgica mantém uma política externa afinada e coordenada com as posições de seus vizinhos da União Europeia. Não houve mudança, em períodos recentes, dos principais traços da política externa belga, havendo o país reafirmado posições tradicionais como a defesa do multilateralismo, o apoio à cooperação para o desenvolvimento e o incentivo à prestação de ajuda humanitária. Questões relacionadas ao meio ambiente, como as mudanças climáticas, e à promoção e à proteção dos direitos humanos receberam ênfase especial da diplomacia belga nesse período, reflexo da prioridade que esses temas assumiram no seio da sociedade belga.

A partir de sua plataforma europeia, a Bélgica tem buscado maior projeção no cenário internacional, objetivo no qual se inseriu sua candidatura a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2019-2020. A Bélgica ocupou a presidência do CSNU em fevereiro de 2020, ocasião em que o rei Philippe e a rainha Mathilde realizaram visita de trabalho a Nova York. No cumprimento de suas funções de representação, o rei Philippe realiza ao exterior duas visitas de Estado por ano, sendo uma delas no continente europeu e outra fora dele. Em 2023, o monarca visitou a África do Sul, no primeiro semestre, e a Alemanha, no segundo semestre.

O espaço europeu e seu entorno imediato são as prioridades geoestratégicas e diplomáticas da Bélgica. No âmbito comunitário, a Bélgica, país sede das mais importantes instituições europeias, tem conseguido manter sua influência relativa no jogo institucional europeu, inclusive pela presença de importantes figuras políticas belgas em posições-chave na UE. Em 2020, por exemplo, assumiu o cargo de presidente do Conselho Europeu o ex-primeiro-ministro Charles Michel, ao passo que o ex-Chanceler Didier Reynders ocupou a sensível pasta da Justiça na Comissão Europeia. As relações com os demais países membros da União Europeia são caracterizadas por um elevado nível de cooperação em todas as áreas, com o registro de litígios pontuais muito limitados.

As relações com os Estados Unidos, por sua vez, foram marcadas por fricções de lado a lado durante a gestão do ex-presidente Donald Trump. A eleição de Joe Biden foi considerada uma oportunidade e suas decisões de retornar ao Acordo de Paris e de permanecer na OMS foram festejadas na Bélgica. Medidas de cunho

unilateral adotadas recentemente pelo governo americano, contudo, como a retirada das forças norte-americanas do Afeganistão e o anúncio da disposição de quebrar patentes farmacêuticas para favorecer o aumento da produção mundial de imunizantes contra a Covid-19, contrariaram o governo belga e suscitaram amplos debates no parlamento, onde se sedimenta a visão de que os EUA nem sempre levam em consideração os interesses europeus nos temas da agenda internacional.

Fora do espaço europeu, a África é a região que mais tem requerido atenção da diplomacia belga. Os vínculos coloniais que ligaram o país à República Democrática do Congo (RDC), a Ruanda e ao Burundi no passado mantêm-se como fatores de peso nas relações atuais da Bélgica com os países da África Central. Aos excessos coloniais, cujos traumas ainda não foram superados nem em solo belga nem africano, vieram somar-se as acusações de participação ou omissão da Bélgica nos fatos que levaram aos genocídios de Ruanda e Burundi. O rei Philippe realizou visita oficial à RDC, em junho de 2022, primeira visita real desde que o rei Albert compareceu ao 50º aniversário da independência congolesa, em 2010. Em discurso em Kinshasa, o atual monarca expressou "profundo arrependimento" pelo passado colonialista.

Sem prejuízo da relevância da África Central no contexto da política africana belga, a segurança da região do Sahel tornou-se prioridade para a Bélgica por conta dos riscos ligados à crise migratória em direção à Europa. A Bélgica está presente na operação de paz da ONU no Mali (MINUSMA) e desenvolve programas bilaterais de assistência militar com o Níger e com Burkina Faso.

As relações com a China oscilaram, nos últimos anos, entre a realização de intensos esforços da parte belga para atrair investimentos chineses e a crise política gerada pelo delicado relacionamento entre o parlamento belga e o governo chinês. Após anos de esforços belgas para a atração de investimentos, a força dos capitais chineses ganhou visibilidade. Os opositores belgas ao crescimento da presença chinesa no país reclamam, contudo, a adoção de uma política federal consistente de aprovação desses investimentos. Em abril de 2021, o Senado belga aprovou resolução recomendando ao governo federal o aprofundamento das relações com Taiwan e a manutenção de relações equilibradas com Pequim e Taipé. Em junho de 2021, o parlamento belga aprovou nova resolução, desta vez referente à ameaça de genocídio contra o povo uigur, havendo a China reagido com ameaças à Bélgica de deterioração das relações bilaterais.

As relações da Bélgica com a América Latina escoram-se, em termos gerais, no compartilhamento de valores, na cooperação profícua nos foros multilaterais e nos fluxos de comércio e investimentos, o que assegura um diálogo sem maiores percalços entre o país e o conjunto dos países latino-americanos.

UNIÃO EUROPEIA

A relação com a União Europeia é o principal vetor da política externa belga, tanto pelo papel histórico do bloco para a Bélgica quanto pela importância central

dos vizinhos europeus para o comércio, sendo Alemanha, França e Países Baixos os principais parceiros.

As lideranças belgas têm indicado interesse em que que a UE reoriente seu funcionamento, por exemplo, por meio do abandono da regra da unanimidade na política externa do bloco. A UE também deveria, segundo o ponto de vista belga, passar por reformas ensejadas pela invasão da Ucrânia, por exemplo, no sentido de promover a autonomia estratégica, a reforma da arquitetura de segurança do continente e a independência energética.

Durante o primeiro semestre de 2024, a Bélgica ocupou a presidência do Conselho da União Europeia. O chefe de Estado belga, rei Philippe, avaliou que o país teve êxito em promover a cooperação entre os Estados membros. Traçando um paralelo entre o início das legislaturas europeia e belga, afirmou que, também no âmbito europeu, seria importante relançar um "projet fédérateur". Nesse sentido, destacou o impacto das atividades da UE para uma população de 450 milhões de habitantes e sua incidência sobre temas como a mudança climática e a biodiversidade. Afirmou também que "com a Europa, nós podemos também utilizar todo nosso peso no cenário internacional. Sobretudo quando se trata de trabalhar pela paz no mundo e contra toda forma de violência". Para o monarca, os próximos cinco anos serão "decisivos para o futuro da Europa e da Bélgica", com oportunidades para fortalecer a segurança, a prosperidade e os valores democráticos.

ECONOMIA

A Bélgica é um dos países mais ricos do mundo. O país possui setores de indústria e serviços de grande diversificação e eficiência, que lhe permitem notável inserção na economia mundial. A presença de grandes portos (Antuérpia e Gand estão entre os maiores do continente) e a localização geográfica central em relação à Europa e às principais rotas de comércio internacional permitiram à Bélgica transformar-se em líder dos setores de logística e distribuição. O país beneficia-se também de ambiente de negócios relativamente livre e confiável, em que se destacam os baixos custos de empreendedorismo, os baixos índices de corrupção e a presença de força de trabalho qualificada, multilíngue e adaptada às exigências do mercado global.

A Bélgica foi a primeira nação da Europa continental a promover a Revolução Industrial, no início do século XIX, tendo desenvolvido uma excelente rede de portos, canais, ferrovias e estradas para interligar suas indústrias com mercados consumidores nos vizinhos europeus. As principais regiões industriais concentram-se, atualmente, na região de Flandres, no entorno da capital Bruxelas e nas duas maiores cidades da Valônia - Liège e Charleroi -, estas últimas situadas no antigo cinturão industrial do país.

À exceção do carvão, a Bélgica possui poucos recursos naturais e, apenas uma pequena parcela do país se dedica à agricultura. O setor constitui menos de 1% do agregado, tendo como principais safras a beterraba, a chicória, o linho, grãos de cereal e a batata. A atividade agrícola na Bélgica se concentra principalmente na pecuária, com laticínios e carnes constituindo mais de dois terços do valor total da agricultura na Bélgica.

A indústria representa 22% do PIB e os setores mais relevantes da indústria belga são a indústria química (16,2% do total); alimentos e bebidas (14,7%); farmacêutica (13,8%); e siderúrgica (12,9%). As indústrias locais importam matérias-primas e semimanufaturados para processamento e posterior reexportação. A indústria da manufatura é importante para a economia belga porque, para além de gerar uma grande quota de serviços de mercado, também gera um forte valor agregado interno ao satisfazer a procura externa graças às exportações belgas.

A maior parte da economia baseia-se no setor de serviços, responsável por 77% da riqueza produzida atualmente no país. Estimulado pelas necessidades de expansão das empresas internacionais e do governo, bem como pelo crescimento do turismo, especialmente na Flandres ocidental e nas Ardenas, o setor de serviços cresceu significativamente na segunda metade do século XX. Hoje, a esmagadora maioria da força de trabalho belga está empregada em serviços públicos e privados. A capital, Bruxelas, sede de instituições europeias e internacionais de relevo, além de elevado número de representações diplomáticas e de empresas multinacionais, tem praticamente toda a sua economia concentrada no setor de serviços.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2023

Nos últimos anos, o setor externo perdeu relevância como propulsor do desenvolvimento econômico do país, com queda nas exportações atribuídas à perda de competitividade das empresas belgas e à fraca demanda dos principais países importadores, sendo a Alemanha o principal mercado externo. O BNB destaca, ainda, alguns fatores específicos, como a queda nas exportações da indústria farmacêutica, impactadas, dentre outros motivos, pela baixa nas vendas de vacinas. As importações, por seu turno, não passaram por redução importante, o que pode ser explicado, em parte, pela resiliência da demanda interna.

De acordo com as estatísticas da Agência de Comércio Exterior da Bélgica, o saldo comercial, em 2023, foi de 14,7 bilhões de euros. O Brasil foi o 17º maior mercado para as exportações da Bélgica no ano. Os três principais mercados de exportação do país são seus vizinhos da União Europeia: Alemanha (18,9% de participação de janeiro a setembro de 2023), França (13,7%) e Países Baixos (13,2%). Os EUA são o principal mercado extrarregional, com 5,9%. A China é o 10º país no cômputo geral (1,6%).

No que tange às importações, novamente os três principais fornecedores do país são os vizinhos da União Europeia (Países Baixos com 18,7%, Alemanha com 12,1% e França com 10,3%). Os EUA ocupam a quarta posição, com 7,1%, seguidos da China, com 6,0%. O Brasil ocupou a posição de 31º fornecedor da Bélgica em 2023.

Os três principais produtos exportados pela Bélgica, de janeiro a setembro de 2023, foram químicos (26,2% de participação), minerais (12,9%) e equipamentos de transporte (11,4%). Quanto às importações, 24,2% foram de químicos, 17,4% de minerais e 13,1% de máquinas e equipamentos. A Europa absorveu 77,0% das exportações do país e foi origem de 71,6% das importações.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1830	Declaração de independência da Bélgica junto aos Países Baixos.
1839	Países Baixos reconhecem a independência belga.
1914	Apesar da neutralidade belga, os alemães invadem seu território durante a 1ª Guerra Mundial.
1940	Ocupação alemã, que dura até 1944. O rei Leopoldo III entrega-se prisioneiro.
1945	A Bélgica é membro fundador da ONU.
1948	Constituição do Benelux, união aduaneira com Países Baixos e Luxemburgo.
1949	Adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1950	Plebiscito aprova a volta do rei Leopoldo III, que delega poderes ao príncipe herdeiro Balduíno I (1930-1993).
1952	Membro constituinte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que viria a se tornar a União Europeia.
1960	Independência do Congo.
1962	Independência de Ruanda e Burundi.
1977	Reconhecimento de 3 regiões semiautônomas: Flandres, Valônia, Bruxelas.
1980	Autonomia parcial de Flandres e Valônia.
1992	Parlamento aprova Estado federal.
2002	Adoção do euro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1830	O Brasil reconhece o Reino da Bélgica. O Brasil já possuía Legação com sede em Bruxelas.
1863	Laudo Arbitral do rei dos Belgas, Leopoldo I, resolvendo litígio entre o Brasil e a Grã-Bretanha ("Questão Christie") é favorável ao Brasil.
1871	Visita do imperador dom Pedro II ao Reino da Bélgica, quando se encontrou com o rei Leopoldo II.
1876	Nova visita do imperador dom Pedro II à Bélgica.
1890	Reconhecimento, pela Bélgica, da República do Brasil.
1920	Rei Albert I, e sua esposa, visitam o Brasil, transportados pelo encouraçado São Paulo, na primeira visita de um monarca estrangeiro ao Brasil. Têm início conversações que levarão à criação da companhia belgo-mineira.
1921	Elevada à Embaixada a Legação do Brasil em Bruxelas.
1995	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Bélgica.
1999	Visita ao Brasil do chanceler Erick Derycke.
1999	Missão ao Brasil do príncipe herdeiro Philippe, à frente de missão empresarial.
2005	Visita ao Brasil do príncipe herdeiro Philippe.
2006	Visita ao Brasil do chanceler Karel De Gucht.
2007	Visita do presidente Luís Inácio Lula da Silva à Bélgica, para agenda de cooperação com a União Europeia. Não houve agenda bilateral com autoridades belgas – o governo não estava formado e o rei encontrava-se hospitalizado.
2009	Visita do presidente Lula à Bélgica.
2010	Visita ao Brasil do príncipe herdeiro Philippe.
2011	Visita do chanceler Antonio Patriota à Bruxelas, para manter reuniões com autoridades da União Europeia.
2011	Visita da presidente Dilma Rousseff à Bélgica.
2013	Visita do chanceler Didier Reynders ao Brasil.
2014	Visita da presidente Dilma Rousseff à Bélgica, por ocasião da VII Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia, quando manteve encontro com o primeiro-ministro Elio Di Rupo.
2015	Visita da presidente Dilma Rousseff à Bélgica, por ocasião da 2ª Cúpula CELAC-UE, quando manteve encontro com o primeiro-ministro Charles Michel.
2016	Visita do chanceler Didier Reynders ao Brasil.
2017	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Bélgica.
2023	Visita do presidente Lula à Bélgica, acompanhado do chanceler Mauro Vieira, por ocasião da 3ª Cúpula CELAC-UE, quando manteve encontros com o rei Philippe e com o primeiro-ministro Alexander De Croo.
2024	Visita ao Brasil da chanceler Hadja Lahbib, no contexto da Missão Econômica Belga, ocasião em que encontrou-se com o ministro Mauro Vieira.
2024	Missão Econômica Belga, liderada pela princesa Astrid, em São Paulo e no Rio de Janeiro, com a participação da chanceler Lahbib e de ministros regionais.

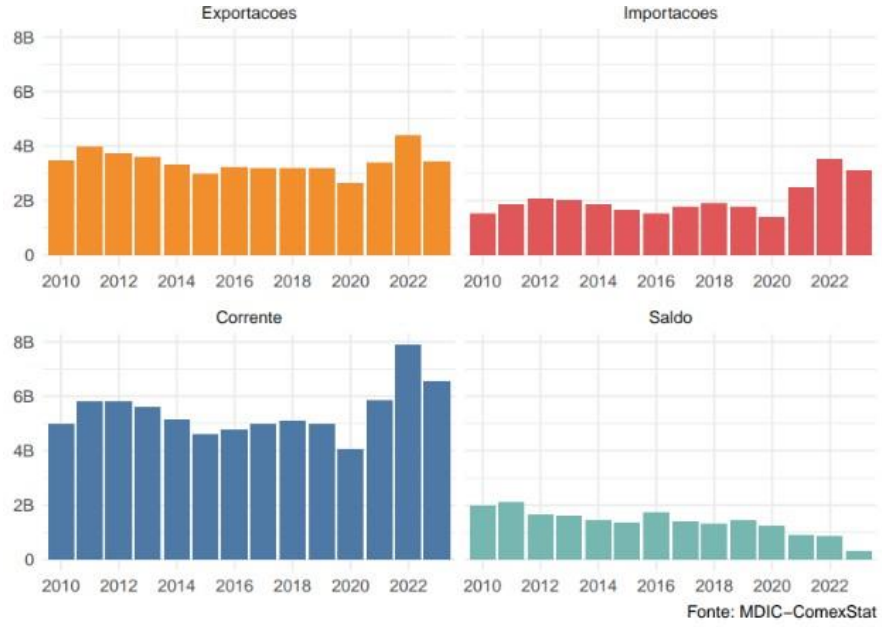
ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Tratado de Extradição	06/05/1953	Em vigor
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita	10/01/1955	Em vigor
Acordo para Regular a Aplicação do Tratado de Extradição	12/11/1956	Em vigor
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e Comuns	27/02/1957	Em vigor
Acordo Complementar estendendo a aplicação do Tratado de Extradição ao Tráfico Ilícito de Drogas	08/05/1958	Em vigor
Acordo Cultural	06/01/1960	Em vigor
Acordo Sanitário que passa a Regular o Comércio de Carnes e Derivados de Carnes Bovinas	12/10/1965	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda	23/06/1972	Em vigor
Acordo Relativo ao Reconhecimento Recíproco dos Documentos de Habilitação Nacionais para Dirigir Veículos Automotores	29/11/1983	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial	12/03/1985	Em vigor
Acordo sobre Transporte Aéreo	18/11/1999	Em vigor
Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final	20/11/2002	Em vigor
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	07/05/2009	Em vigor
Acordo sobre Previdência Social	04/10/2009	Em vigor
Acordo de Serviços Aéreos	04/10/2009	Em ratificação da outra parte
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	04/10/2009	Em vigor
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	04/10/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	04/10/2009	Em vigor

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

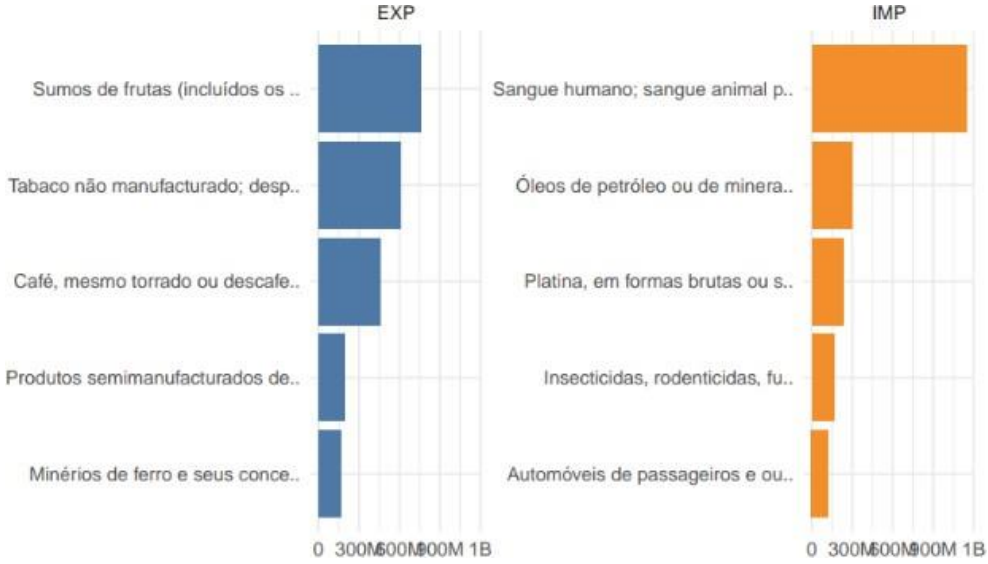
Fluxo de comércio anual

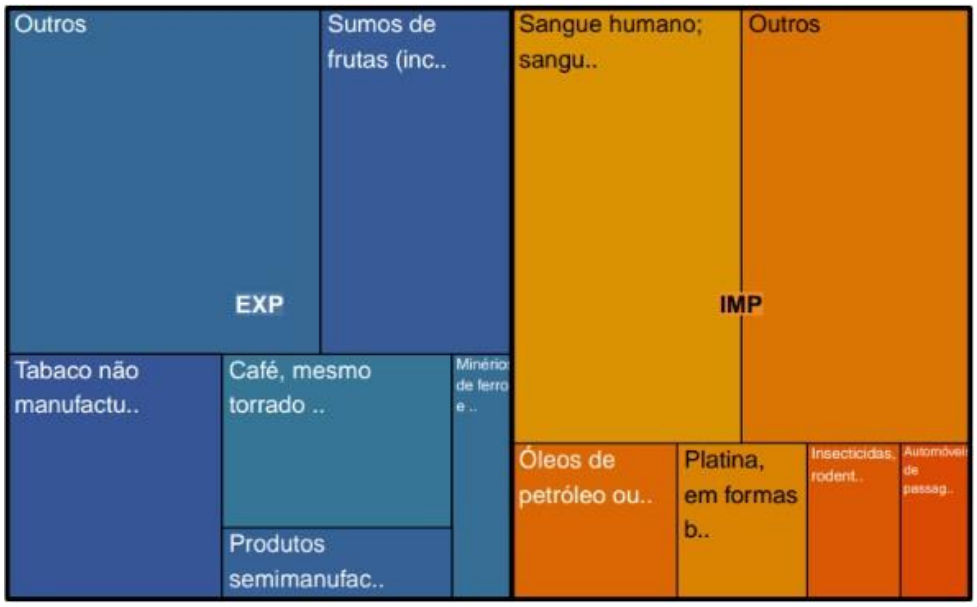


	2023	2022	2021	2020	2019
Exportacoes	3.4326B (-21.55%)	4.3758B (29.70%)	3.3738B (27.77%)	2.6404B (-17.56%)	3.2030B (0.16%)
Importacoes	3.1164B (-11.68%)	3.5284B (43.20%)	2.4640B (74.60%)	1.4112B (-19.91%)	1.7620B (-6.71%)
Saldo	316M (-62.69%)	847M (-6.85%)	910M (-25.99%)	1.2292B (-14.70%)	1.4410B (10.09%)
Corrente	6.5490B (-17.15%)	7.9042B (35.40%)	5.8378B (44.08%)	4.0516B (-18.40%)	4.9650B (-2.39%)

	2018	2017	2016	2015	2014
Exportacoes	3.1977B (0.73%)	3.1745B (-1.81%)	3.2330B (8.15%)	2.9893B (-9.05%)	3.2869B (-8.53%)
Importacoes	1.8888B (6.22%)	1.7782B (17.27%)	1.5163B (-6.57%)	1.6229B (-12.26%)	1.8497B (-7.84%)
Saldo	1.3089B (-6.26%)	1.3964B (-18.66%)	1.7167B (25.63%)	1.3664B (-4.92%)	1.4372B (-9.42%)
Corrente	5.0865B (2.70%)	4.9527B (4.28%)	4.7492B (2.97%)	4.6122B (-10.21%)	5.1366B (-8.28%)

Principais produtos da pauta comercial em 2023



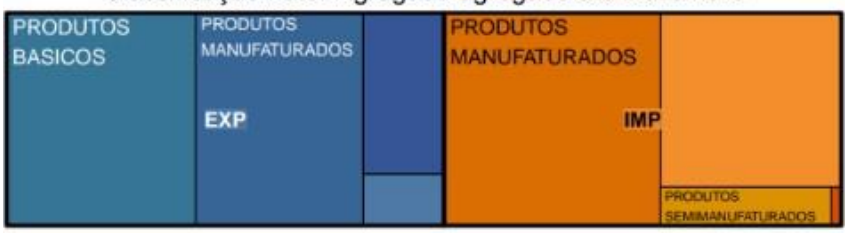


Classificações do comércio em 2023

Classificação ISIC agregado até Dezembro



Classificação Fator Agregado agregado até Dezembro



Classificação CGCE agregado até Dezembro



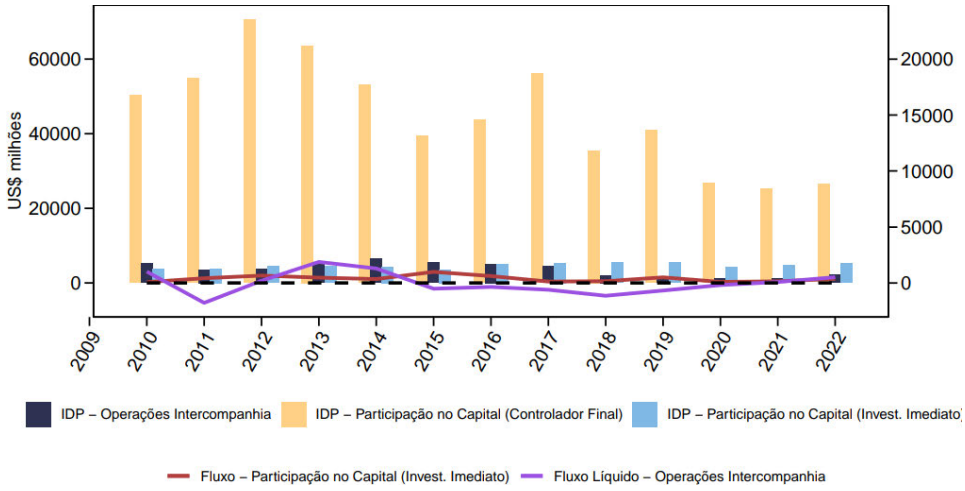
Classificação CUCI agregado até Dezembro



DADOS DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Banco Central do Brasil.

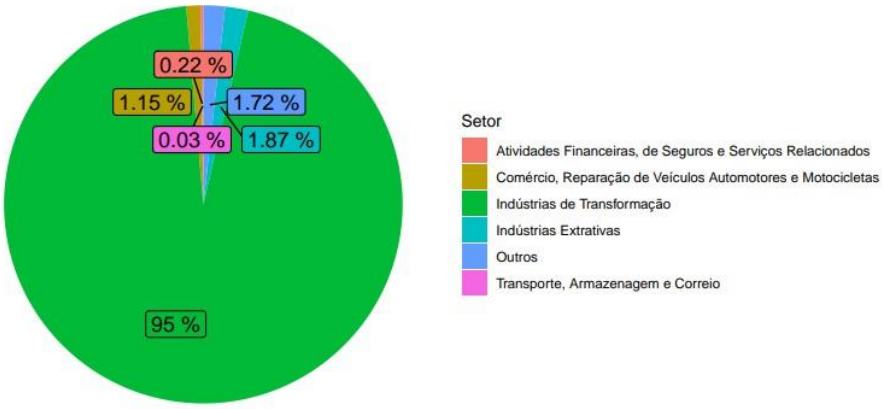
Investimentos belgas no Brasil



Dado	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	74.56	419.66	655.98	473.15	347.41	988.65
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	1008.35	-1780.89	197.21	1876.87	1288.45	-513.80
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	50341.70	54855.05	70658.16	63623.72	53014.67	39525.92
IDP-Operações Intercompanhia	5173.69	3593.06	3865.12	5254.61	6513.86	5556.40
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	3712.80	3834.70	4474.66	4484.09	4368.44	3607.39

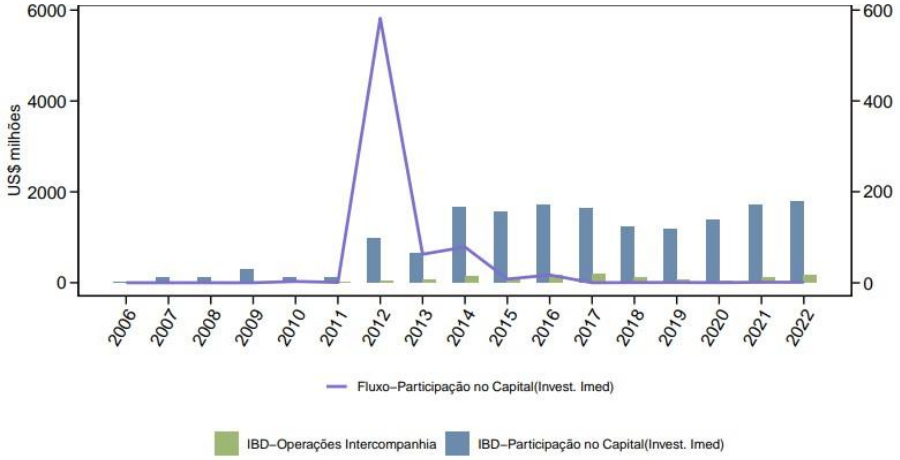
Dado	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	613.82	123.09	153.83	500.64	91.96	144.72	362.66
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	-356.39	-609.70	-1145.39	-679.39	-190.15	83.31	514.37
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	43697.89	56215.80	35470.58	40965.75	26742.97	25300.12	26505.50
IDP-Operações Intercompanhia	5068.76	4478.70	2068.07	1209.27	1126.57	1164.80	2196.94
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	4929.52	5355.89	5523.54	5437.43	4208.94	4670.17	5266.01

Setor dos investimentos belgas no Brasil (2022)



Setor	valor.Invest Imediato	valor.Control Final
Indústrias Extrativas	0.00	496.60
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	386.60	305.97
Eletricidade e Gás	0.00	0.00
Indústrias de Transformação	1641.89	25180.38
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	59.97	58.75
Transporte, Armazenagem e Correio	539.36	7.44
Outros	2638.19	456.37

Investimentos brasileiros na Bélgica

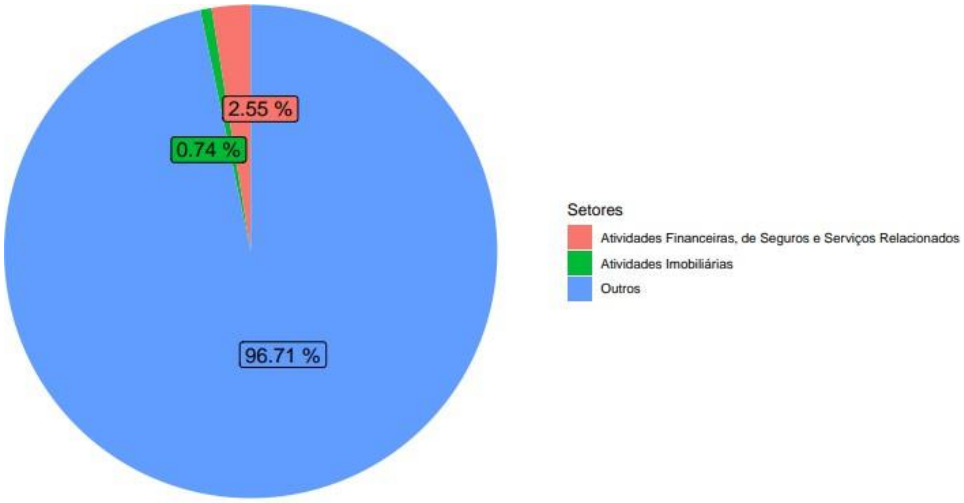


Dado	2006	2007	2008	2009	2010
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	103.25	115.26	282.23	110.71
IBD-Operações Intercompanhia	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	0.00	0.00	0.00	2.83

Dado	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	111.44	965.80	647.89	1670.95	1552.15	1717.66
IBD-Operações Intercompanhia	2.74	26.71	61.95	141.60	94.85	161.79
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.67	581.86	62.60	78.63	8.01	17.02

Dado	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	1643.67	1239.17	1182.20	1385.62	1710.08	1781.07
IBD-Operações Intercompanhia	181.90	118.81	57.70	39.46	108.91	156.49
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.01	0.44	0.59	0.25	1.03	1.04

Setor dos investimentos brasileiros na Bélgica (2022)



Setores	Valores
Atividades Imobiliárias	13.19
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	0.00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	45.33
Indústrias de Transformação	0.00
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0.00
Outros	1722.55

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2025

(nº 186/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 186

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de fevereiro de 2025.

EM nº 00032/2025 MRE

Brasília, 12 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, J**OÃO MENDES PEREIRA**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 208/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 19/02/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6442549** e o código CRC **A7B1AB18** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Europa e América do Norte
Departamento de Europa
Divisão de Europa Setentrional

LUXEMBURGO







FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2025

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Grão-Ducado de Luxemburgo
GENTÍLICO	Luxemburguês
CAPITAL	Luxemburgo
ÁREA	2.586 km^2
POPULAÇÃO (2023) [1]	674 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL	Luxemburguês, francês e alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Católica (56%), sem afiliação (26%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (*D'Chamber*), com 60 membros
CHEFE DE ESTADO	Grão-duque Henri (desde outubro de 2000)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Luc Frieden (desde novembro de 2023, Partido Cristão Social)
CHANCELER	Xavier Bettel (desde novembro de 2023, Partido Democrático)
PIB (2024) [1]	US$ 91 bilhões
PIB PPC (2024) [1]	US$ 101 bilhões
PIB PER CAPITA (2024) [1]	US$ 135.320
PIB PPC PER CAPITA (2024) [1]	US$ 151.150
VARIAÇÃO DO PIB [1]	1,3% (2024); -1,1% (2023); 1,4% (2022)
IDH (2022) [3]	0,927 – 20º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2021)	0,32
EXPECTATIVA DE VIDA (2022) [4]	83 anos
DESEMPREGO (6/2024) [5]	5,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA [6]	Cerca de 10.000 pessoas

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo de Luxemburgo; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.*

CORRENTE COMERCIAL – US$ milhões						
Brasil → Luxemburgo	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	169,8	90,0	129,4	131	119,8	100,2
Exportações	136,6	50,4	64,2	79,3	73	45,8
Importações	33,2	39,6	65,2	51,7	46,8	54,4
Saldo	103,4	10,8	-1,0	26,7	26,2	-8,6

Fonte: *Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Henri

Grão-duque de Luxemburgo



Henri, 69 anos, nasceu em Betzdorf, filho mais velho de Jean, grão-duque de Luxemburgo entre 1964 e 2000, e da princesa Joséphine-Charlotte da Bélgica. É primo do atual rei da Bélgica, Philippe. É formado em Ciências Políticas pela Universidade de Genebra e realizou treinamento militar na *Royal Military Academy Sandhurst*, na Inglaterra. É membro do Comitê Olímpico Internacional e da *Mentor Foundation* (criada pela Organização Mundial da Saúde). Ostenta a patente militar de coronel no exército luxemburguês e de major honorário do Regimento de Paraquedistas do Reino Unido. Tornou-se grão-duque de Luxemburgo em outubro de 2000.

Guillaume Jean Joseph Marie de Nassau

Grão-duque herdeiro de Luxemburgo



Guillaume, 43 anos, é o primogênito dos cinco filhos do grão-duque Henri. Após formar-se na academia militar britânica, assumiu como oficial militar do exército luxemburguês, em 2002. Estudou política internacional no Reino Unido e deu continuidade à sua formação na França, onde obteve dupla licenciatura em Letras e Ciências Políticas pela Universidade de Angers, em 2009. Paralelamente a seus estudos, realizou estágios em diversas multinacionais, inclusive a ArcelorMittal. De 2018 a 2019, cursou pós-graduação no Royal College of Defence Studies (RCDS), em Londres. No ano 2000, quando da acessão ao trono de seu pai, torna-se grão-duque herdeiro. Envolveu-se na política luxemburguesa ao integrar, em 2005, o Conselho de Estado, órgão consultivo do governo. Em outubro de 2024, recebeu de seu pai a atribuição de "tenente representante", capacidade na qual assumiu as funções administrativas até então desempenhadas pelo Grão-Duque, inclusive a acreditação de embaixadores estrangeiros e a assinatura de textos legislativos. A designação abre período de transição que deverá encerrar-se com a abdicação do grão-duque em favor de seu filho. É casado com a condessa Stéphanie de Lannoy, com quem tem dois filhos.

Luc Frieden

Primeiro-ministro de Luxemburgo



Luc Frieden, 61 anos, nasceu em Esch-sur-Alzette (Luxemburgo). É formado em Direito Empresarial pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, e mestre em Direito Comparado pela Universidade de Cambridge e em Direito pela Universidade de Harvard. Em 1994, com 30 anos, foi eleito para o parlamento luxemburguês. Durante o governo de Jean-Claude Juncker, ocupou diversos cargos ministeriais. Foi ministro da Justiça e do Tesouro e Orçamento (1998-2009) e, entre 2004 e 2006, acumulou, também, a pasta da Defesa. Posteriormente, entre 2009 e 2013, foi ministro das Finanças. Após sua saída do governo, trabalhou na iniciativa privada como vice-presidente do Deutsche Bank (2014-2016) e associado de um escritório de advocacia (2016-2023). Retornou à política em 2023, quando foi líder de seu partido e, vitorioso nas eleições, logrou formar governo e tornar-se primeiro-ministro.

Xavier Bettel

Vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus, da Cooperação, do Comércio Exterior e para a Grande Região de Luxemburgo



Xavier Bettel, 51 anos, nasceu em Luxemburgo. Graduou-se em Direito Público e Europeu na Universidade de Nancy. Em 1999, aos 26 anos, elegeu-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados de Luxemburgo, sendo sucessivamente reeleito desde então. Entre 2009 e 2011, foi líder da bancada do Partido Democrata e, desde janeiro de 2013, é presidente do partido. No plano local, Xavier Bettel integrou o Conselho Comunal da Municipalidade de Luxemburgo (2000 a 2005) e foi vereador entre 2005 e 2011. Nas eleições locais de 2011, foi eleito prefeito de Luxemburgo, cargo que ocupou até 2013. Em 2013, foi designado primeiro-ministro, cargo que foi reconduzido em 2018 e ocupou até novembro de 2023. Com a formação de nova coalizão após as eleições de 2023, foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

APRESENTAÇÃO

Oficialmente chamado de Grão-Ducado de Luxemburgo, é um dos menores países do mundo. O país faz fronteira com a Bélgica, ao norte e ao oeste; com a Alemanha, ao leste; e com a França, ao sul. Sua capital é a cidade de Luxemburgo. A capital, juntamente com Bruxelas e Estrasburgo, é uma das três sedes oficiais das instituições europeias. Em Luxemburgo, está sediada a Corte Europeia de Justiça, a corte suprema da União Europeia.

Em 1815, Luxemburgo foi reconhecido como Estado autônomo pelo Congresso de Viena. Com o Tratado de Londres, de 1839, perdeu metade de seu território para a Bélgica em troca de maior autonomia. A partir de 1842, o país integrou com a Prússia uma união aduaneira (*Zollverein*). O crescimento econômico de Luxemburgo à época decorreu, em grande medida, da exploração das minas de carvão. A independência plena foi alcançada em 1867. Em 1918, Luxemburgo estreitou relações com a Bélgica estabelecendo, em 1921, a União Econômica Belgo-Luxemburguesa (UEBL).

Ocupado pela Alemanha durante as duas Grandes Guerras, Luxemburgo reergueu-se após os conflitos valendo-se da formação, em 1944, com a Bélgica e os Países Baixos, da União do Benelux, ainda hoje vigente.

A participação luxemburguesa no processo de integração europeia foi bastante ativa desde os primórdios. O Grão-Ducado integrou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A partir dos anos 60, verificou-se a consolidação do Grão-Ducado como importante mercado financeiro, favorecida pelo aprofundamento do processo europeu de integração. Apesar de sua população reduzida, a cidade de Luxemburgo tornou-se um centro de negócios cosmopolita. Foi um dos membros fundadores da atual União Europeia. Em 1999, aderiu à zona do euro.

A língua falada pelos habitantes nativos de Luxemburgo é o luxemburguês, um dialeto do alemão enriquecido por muitas palavras e frases francesas. Luxemburguês é a língua nacional, enquanto o alemão e o francês são línguas de administração.

Luxemburgo tem uma grande proporção de estrangeiros vivendo dentro de suas fronteiras. Quase metade da população total é de origem estrangeira e consiste principalmente de portugueses, franceses, italianos, belgas e alemães.

O clima de Luxemburgo é ameno, usualmente quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Bruxelas (cumulatividade – Luxemburgo)	Embaixador João Mendes Pereira (desde abril de 2022)
Cônsul-Geral do Brasil em Bruxelas (cumulatividade – Luxemburgo)	Embaixador Achilles Emilio Zaluar Neto (desde janeiro de 2023)
Embaixadora de Luxemburgo em Brasília	Embaixadora Béatrice Kirsch (desde agosto de 2022)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	**Número de edições**	**Último encontro**
Mecanismo de Consultas Políticas	2	Março de 2022, em Brasília

As relações brasileiras com o Grão-Ducado foram estabelecidas em 1911. Historicamente, Luxemburgo destacou-se como parceiro importante na industrialização brasileira, por meio da criação da Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje a companhia indiano-luxemburguesa ArcelorMittal.

Em 2017, o embaixador Carlo Krieger apresentou suas cartas credenciais e tornou-se o primeiro embaixador residente do Grão-Ducado no Brasil, na sequência da criação da primeira e, até o momento, única embaixada residente de Luxemburgo na América Latina. Em se considerando o número reduzido de missões diplomáticas do Grão-Ducado, a decisão revelou a importância atribuída pelo país ao Brasil. A Embaixada do Brasil em Bruxelas se ocupa cumulativamente do relacionamento com Luxemburgo.

VISITAS E ENCONTROS RECENTES

No campo político, o grão-duque Henri realizou visita de Estado ao Brasil em novembro de 2007, acompanhado da Grã-Duquesa Maria Teresa. O programa da visita incluiu passagens por Ouro Preto, São Paulo, Ribeirão Preto e Vitória. O grão-duque também realizou visitas ao Brasil em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20, e em 2016, por ocasião da Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, na condição de membro do Comitê Olímpico Internacional (COI).

As visitas ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, em 2013, 2016 e 2018, também contribuíram para o estreitamento dos laços bilaterais.

Em novembro de 2014, o Ministério das Finanças e a Câmara de Comércio do Grão-Ducado de Luxemburgo organizaram missão político-empresarial

multissetorial ao Brasil. A delegação luxemburguesa, chefiada pelo grão-duque herdeiro, o Príncipe Guillaume, e conduzida pelo ministro das Finanças, Pierre Gramegna, promoveu seminário em São Paulo sobre os aspectos econômicos e financeiros da relação bilateral. A visita culminou com reunião entre o grão-duque herdeiro e o então vice-presidente Michel Temer.

Em maio de 2024, o ministro Mauro Vieira manteve reunião com o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros de Luxemburgo, Xavier Bettel, à margem da reunião ministerial da OCDE, em Paris. Na ocasião, revisaram temas econômicos, o conflito israelo-palestino e a negociação do acordo MERCOSUL-União Europeia.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Mais recentemente, Luxemburgo passou a ocupar lugar de destaque como origem de investimentos estrangeiros. A praça financeira luxemburguesa cursa US$ 4 trilhões em investimentos. Fundos de investimento sediados em Luxemburgo canalizam, por exemplo, cerca de ¼ dos fundos globais investidos na China e cerca de ¾ dos fundos europeus que investem no país asiático.

No Brasil, pelo critério de país investidor imediato, Luxemburgo mantinha, em 2022, investimentos de US$ 81,3 bilhões (3º maior). Pelo critério de país controlador final, o montante é de US$ 19,3 bilhões (15º maior). A diferença decorre do fato de Luxemburgo atuar como país-sede de empresas intermediárias, que atuam na canalização de investimento direto de países controladores finais (notadamente a China) para o Brasil.

Os principais setores beneficiados por investimentos originados de Luxemburgo são: extração de petróleo e gás natural, telecomunicações, produtos alimentícios, metalurgia, extração de minerais metálicos e celulose e produtos de papel.

Adicionalmente, Luxemburgo é o quinto país que mais recebe investimentos diretos brasileiros. Em 2022, segundo o Banco Central, o estoque de investimentos brasileiros no Grão-Ducado havia atingido US$ 33 bilhões.

No campo comercial, o Brasil é o principal parceiro comercial de Luxemburgo na América Latina, tendo a corrente chegado a US$ 100,2 milhões em 2024, representando queda de 16,4% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras para Luxemburgo foram de US$ 45,8 milhões (-37,3%), e as importações desde Luxemburgo, de US$ 54,4 milhões (+16,2%). O saldo comercial bilateral foi deficitário para o Brasil em US$ 8,6 milhões. Luxemburgo figurou no 125º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,01% do total, e o país ocupa o 91º lugar no ranking das importações brasileiras (0,02% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (47%) e máquinas para metalurgia (14%). A pauta importadora é composta por barras de ferro e aço, barras, cantoneiras e

perfis (16%); pneus de borracha (14%); e equipamentos de telecomunicações (8,9%).

CONSULTAS POLÍTICAS

Em junho de 2021, ocorreu a primeira reunião de consultas políticas entre Brasil e Luxemburgo, em nível de secretários, por videoconferência. A segunda reunião ocorreu menos de um ano depois, em março de 2022, em Brasília, também em nível de secretários.

ASSUNTOS CONSULARES

Em Luxemburgo, a comunidade brasileira é estimada em 10.000 cidadãos, atendidos pelo Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas. O Brasil conta com Cônsul Honorário em Luxemburgo.

O Grão-Ducado, por sua vez, possui Embaixada em Brasília, Consulado-Geral Honorário em São Paulo, e Consulados Honorários em Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Florianópolis, Fortaleza e Recife.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O Grão-Ducado de Luxemburgo é uma monarquia constitucional parlamentar, cuja Constituição data de 1868. O sistema político luxemburguês conta atualmente com um chefe de Estado, o grão-duque Henri, com função honorífica, embora constitucionalmente investido de poder executivo, e um chefe de governo, o primeiro-ministro.

O Poder Executivo é exercido, de fato, pelo primeiro-ministro, escolhido pelo grão-duque, que lidera o Conselho de ministros. A Câmara dos Deputados, órgão legislativo unicameral, conta com 60 membros eleitos para mandato de cinco anos por sufrágio universal direto obrigatório para os cidadãos com mais de 18 anos. O país divide-se em quatro circunscrições eleitorais, 12 cantões e 105 comunas, das quais 12 delas têm estatuto de cidade, sendo Luxemburgo a mais importante.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO (*D'CHAMBER*)



Base governista (35 cadeiras – 58%)	
Partido Cristão Social (CSV, centro-direita)	21
Partido Democrático (PD, centro-direita)	14
Oposição (25 cadeiras – 42%)	
Partido Socialista dos Trabalhadores de Luxemburgo (LASP, centro-esquerda)	11
Partido Reformista da Alternativa Democrática (ADR, extrema-direita)	5
Os Verdes (centro-esquerda)	4
Partido Pirata (defensor da democracia direta)	3
A Esquerda (esquerda)	2

CONTEXTO RECENTE

Em outubro de 2023, ocorreram eleições parlamentares em Luxemburgo. Embora LASP e PD tenham conseguido aumentar suas participações no parlamento – 10 para 11 cadeiras para os socialistas e 12 para 14 para os liberais -, a queda expressiva no número de votos para Os Verdes – que caem de nove cadeiras para apenas quatro – inviabilizou a permanência da coalizão liderada por Xavier Bettel.

Em novembro de 2023, concluídas as negociações entre o CSV e o PD, foi oficializado o novo governo luxemburguês, em cerimônia presidida pelo grão-duque Henri. Luc Frieden, líder do CSV, assumiu o cargo de primeiro-ministro,

substituindo Xavier Bettel, que foi nomeado chanceler. Para além do primeiro-ministro, cada partido da nova coalizão designou sete ministros.

Entre as políticas do novo governo anunciadas por Luc Frieden, tiveram destaque medidas para apoiar o poder de compra dos luxemburgueses, por meio de alterações à tabela de imposto de renda e de apoio à moradia. Frieden também anunciou uma "mudança de paradigma" na pauta ambiental, com investimentos previstos em energias renováveis, transporte público e vias para ciclistas. Outras áreas indicadas como prioritárias foram a economia competitiva, com ênfase na digitalização; a segurança pública; e a família, com anúncio de aumento da licença-paternidade.

ELEIÇÕES DE JUNHO DE 2024 PARA O PARLAMENTO EUROPEU

As eleições para o Parlamento Europeu em Luxemburgo refletiram apenas parcialmente a tendência, registrada na Alemanha e na França, de aumento da influência dos partidos mais à direita do espectro político. O partido conservador ADR (ECR) obteve seu primeiro assento europeu, enquanto o liberal DP (Renew Europe), de centro-direita perdeu um de seus dois parlamentares. Os vencedores das eleições foram os cristãos-democratas do CSV (EPP), partido do primeiro-ministro Luc Frieden, que manteve seus dois assentos. O socialista LSAP (S&D) manteve um parlamentar, assim com os verdes do Gréng (Greens).

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Grão-Ducado do Luxemburgo é influenciada por sua geografia e sua posição como um dos centros financeiros mundiais. A dimensão do Grão-Ducado e sua posição geográfica entre a França e a Alemanha inserem a integração europeia com relevância na sua política externa.

O país foi pioneiro no processo de integração continental, participando ativamente da fundação do Benelux (1944) e da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952). Em 1957, junto com a Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália e os Países Baixos, assinou o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), embrião do que viria a tornar-se a União Europeia. A cidade de Luxemburgo é uma das três sedes oficiais das instituições europeias, com Bruxelas e Estrasburgo. Luxemburgo é ainda membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1961. Embora membro ativo desses organismos internacionais, Luxemburgo tem atuação internacional discreta, dedicando atenção especial aos temas econômicos e financeiros internacionais.

A chancelaria luxemburguesa reafirma como prioridades a proteção dos interesses do país e de seus cidadãos, bem como a defesa da soberania, da independência e da liberdade do Grão-Ducado. Na visão luxemburguesa, o comércio, além de criar prosperidade, promove a paz entre as nações. Assim, Luxemburgo posiciona-se a favor do fortalecimento do mercado comum europeu e defende o sistema de comércio multilateral baseado em regras.

No terreno da defesa, a despeito do pequeno tamanho de suas forças armadas, Luxemburgo tem prestado contribuição a missões de paz. Participou, dentre outras, da UNPROFOR e ISOFOR (antiga Iugoslávia), SFOR (Bósnia e Herzegovina) e ISAF (Afeganistão).

As relações de Luxemburgo com a União Europeia têm caráter primordial. Luxemburgo entende que a UE deve reforçar sua dimensão social para atender às expectativas de qualidade de vida de seus cidadãos. Assim, o atual governo buscou se comprometer, em nível europeu, com a implementação de conquistas como o salário-mínimo, a rede de apoio aos desempregados e os instrumentos de proteção social básicos.

A cooperação com os países do Benelux é elemento estratégico da política externa, seja essa cooperação realizada por meio de projetos transfronteiriços entre os três países membros, seja em âmbito europeu e internacional.

ECONOMIA

A economia de Luxemburgo teve desempenho muito superior ao dos demais integrantes da zona do euro no período posterior à crise de 2008 até a atualidade. Há crescente interesse no impacto que a digitalização poderá provocar em segmentos do setor financeiro como a contabilidade, a coleta e o processamento de dados, bem como a verificação de contratos, o que impulsiona os esforços de diversificação econômica.

A economia de Luxemburgo é notável por suas conexões estreitas com o resto da Europa, uma vez que o país é pequeno demais para criar um mercado interno autossustentável. A prosperidade de Luxemburgo baseava-se originalmente na indústria de ferro e aço, que na década de 1960 representava até 80% do valor total das exportações.

No final do século XX, o vigor econômico do país derivava principalmente de seu envolvimento em serviços bancários e financeiros internacionais. No século XXI, tecnologia da informação e comércio eletrônico também se tornaram componentes importantes da economia de Luxemburgo. O resultado da adaptabilidade e cosmopolitismo do país é um padrão de vida alto.

O PIB de Luxemburgo é majoritariamente baseado em serviços (cerca de 87%), seguido do setor industrial (cerca de 13%), enquanto a agricultura contribui com parcela ínfima do agregado (menos de 0,3%). O país possui índice de Gini de 0,34 e é considerado um país com baixa concentração de renda entre seus habitantes.

O governo de Luxemburgo mantém interesse em promover maior diversificação da economia. A preocupação com a diversificação econômica remonta à década de 70, quando o colapso do setor siderúrgico obrigou o Grão-Ducado a reinventar-se como praça financeira internacional, apostando em sua localização geográfica central, no multilinguismo, na estabilidade política e na abertura a investimentos. Como parte do esforço de diversificação econômica, Luxemburgo tem buscado promover o desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta, como tecnologia verde, biomedicina, logística, segurança cibernética e comunicação por satélite.

Luxemburgo tem fortalecido sua estratégia de atração de instituições financeiras com objetivo de consolidar-se como um centro internacional de gerenciamento de ativos. O Grão-Ducado é o segundo maior hub de fundos de investimento no mundo.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2022

Em 2022, as exportações totais chegaram a 16,3 bilhões de euros, uma variação de 15,6% com relação ao ano anterior. Os principais destinos das exportações são a Alemanha (27% do total), França (15%), Bélgica (12%). Os

principais produtos da pauta de exportação são: maquinaria e reatores nucleares (13%), ferro e aço 12%, e plásticos (11%).

Luxemburgo importou cerca de 25,2 bilhões de euros, uma variação de 14,4% com relação ao ano anterior. Os principais parceiros de importação são a Bélgica (36% do total), Alemanha (27%), França (12%). Os principais produtos importados são: combustíveis minerais e óleos (14%); veículos, exceto ferroviários (12%); e maquinaria e reatores nucleares (8,5%). A balança comercial do país ficou deficitária em 8,9 bilhões de euros em 2022.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1354	O Condado de Luxemburgo torna-se Ducado.
1437	A dinastia dos Condes de Luxemburgo passa aos Habsburgos da Espanha.
1715	Os principados do Norte passam ao poder dos Habsburgos da Áustria.
1815	A partir do Congresso de Viena, Luxemburgo transforma-se em Grão-Ducado atribuído ao rei da Holanda, Guilherme de Nassau, passando a integrar a Confederação Germânica.
1831	A parte sul do território passa para a Bélgica e o restante fica na posse do rei da Holanda, embora integrado à Confederação Germânica.
1839	Tratado de Londres confirma o estatuto de independência de Luxemburgo, conferido pelo Congresso de Viena.
1867	Após dissolução da Confederação Germânica, Luxemburgo alcança a soberania, sob o estatuto de neutralidade.
1868	Constituição define o país como monarquia constitucional parlamentarista.
1914	Na I Guerra Mundial, a Alemanha ocupa o Grão-Ducado, violando o status de neutralidade do país.
1940	Durante a II Guerra Mundial, é novamente ocupado por tropas alemãs e a família real, que apoiara os Aliados, exila-se na Inglaterra.
1945	Luxemburgo é membro fundador da ONU.
1946	Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos formam União Aduaneira, o Benelux.
1948	O Grão-Ducado abandona a neutralidade, unindo-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1952	Membro constituinte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), que viria a se tornar a União Europeia.
1999	Luxemburgo adota o euro como moeda.
2000	O grão-duque Henri torna-se chefe de Estado de Luxemburgo com a abdicação de seu pai, o grão-duque Jean.
2019	Falecimento do grão-duque Jean.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

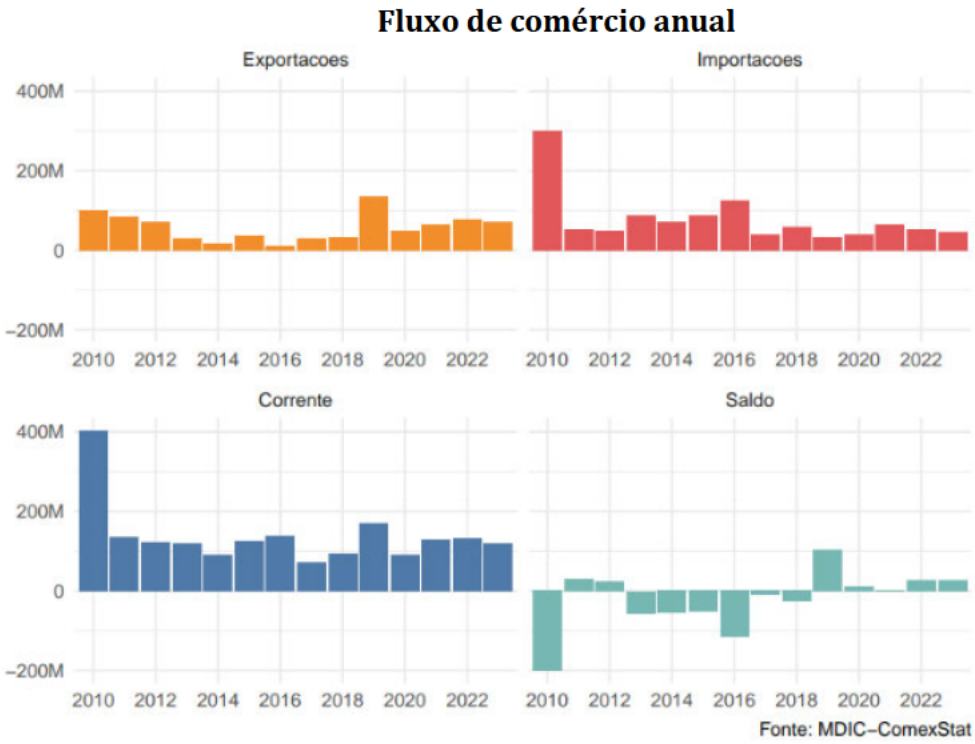
Ano	Evento
1911	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Luxemburgo.
1942	Visita ao Brasil do grão-duque herdeiro Jean.
1965	Visita oficial do grão-duque Jean e da Grã-Duquesa Charlotte ao Brasil.
1990	O vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Exterior e da Cooperação, Jacques F. Poos, chefiou a Missão especial luxemburguesa às cerimônias de posse do presidente Fernando Collor de Mello.
1992	O primeiro-ministro Jacques Santer chefiou a delegação luxemburguesa à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro.
2001	Visita ao Brasil da vice-primeira-ministra e ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior, Lydie Polfer.
2007	Visita do vice-primeiro-ministro e chanceler Jean Asselborn ao Brasil.
2007	Visita do grão-duque Henry e da grã-duquesa Maria Teresa ao Brasil.
2012	Visita do grão-duque Henry ao Brasil, por ocasião da Rio+20.
2013	Visita do chanceler Jean Asselborn ao Brasil.
2014	Visita ao Brasil do grão-duque herdeiro, Guillaume, acompanhado da Princesa Stéphanie de Lannoy e do ministro das Finanças, Pierre Gramegna.
2016	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, ao Brasil.
2016	Visita do grão-duque Henry, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos.
2018	Inauguração da Embaixada do Grão-Ducado em Brasília, a primeira na América Latina, com presença do chanceler Jean Asselborn.
2018	Visita do vice-primeiro-ministro e ministro da Economia, Étienne Schneider, ao Brasil.
2024	Encontro entre o chanceler Mauro Vieira e o vice-primeiro ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros de Luxemburgo, Xavier Bettel, à margem da reunião ministerial da OCDE, em Paris.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Acordo sobre Passaportes	24/08/1957	Em vigor
Convenção sobre Seguros Sociais	16/09/1965	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	08/11/1978	Em vigor
Acordo de Previdência Social	22/06/2012	Em vigor
Acordo Sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada	25/09/2018	Tramitação Ministérios
Acordo sobre Serviços Aéreos	22/11/2018	Em vigor

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

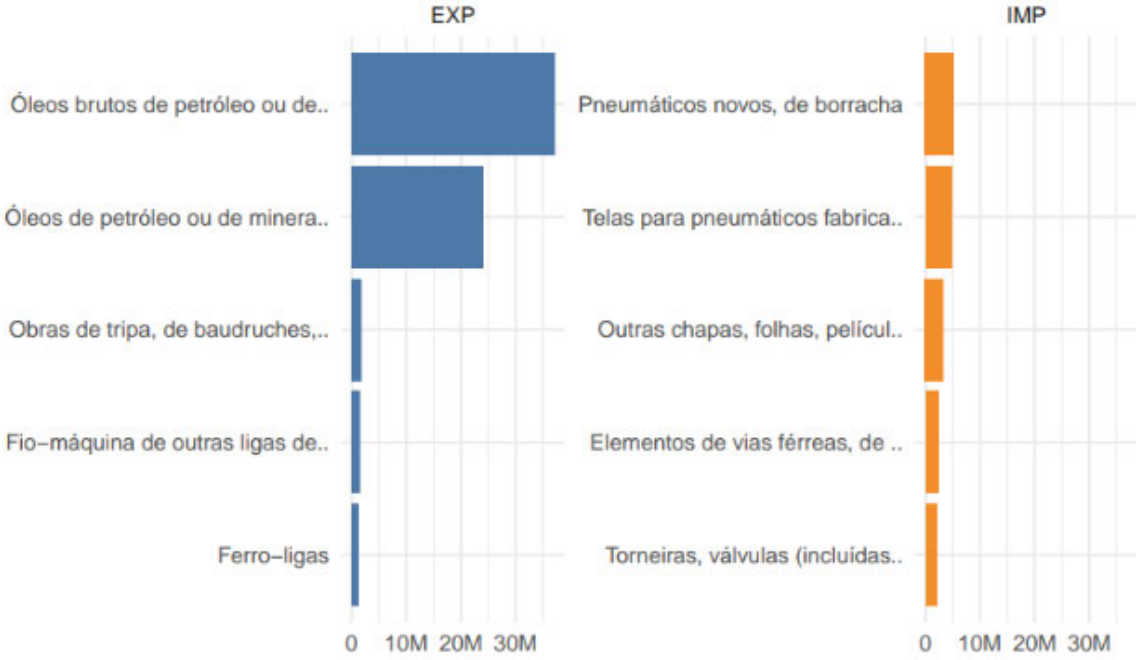
Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

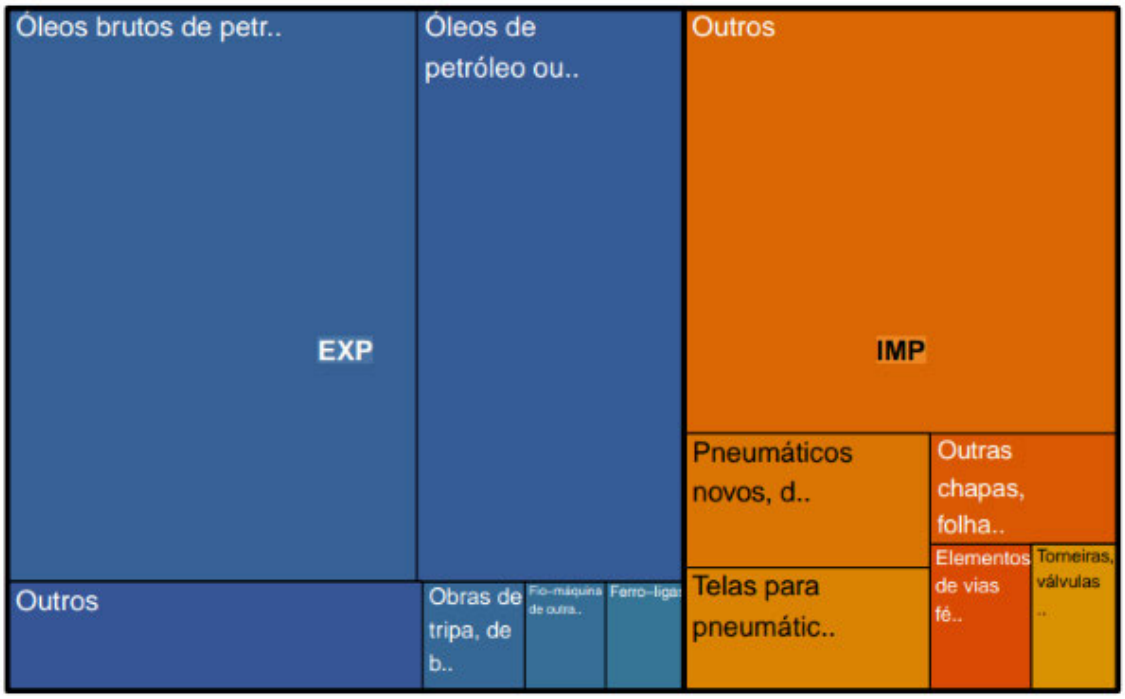


	2023	2022	2021	2020	2019
Exportacoes	73.035M (-7.9%)	79.300M (23.6%)	64.173M (27.3%)	50.426M (-63.1%)	136.567M (304.1%)
Importacoes	46.842M (-9.4%)	51.725M (-20.6%)	65.185M (64.6%)	39.596M (19.2%)	33.224M (-44.3%)
Saldo	26.2M (-5.01%)	27.6M (2 623.89%)	-1.0M (-109.35%)	10.8M (-89.52%)	103.3M (300.32%)
Corrente	119.88M (-8.51%)	131.02M (1.29%)	129.36M (43.70%)	90.02M (-46.98%)	169.79M (81.79%)

	2018	2017	2016	2015	2014
Exportacoes	33.792M (8.6%)	31.115M (183.9%)	10.959M (-69.9%)	36.380M (112.2%)	17.140M (-46.1%)
Importacoes	59.607M (45.7%)	40.916M (-67.5%)	126.028M (42.0%)	88.769M (22.4%)	72.532M (-18.2%)
Saldo	-25.8M (-363.39%)	-9.8M (-108.52%)	-115.1M (-319.64%)	-52.4M (-194.58%)	-55.4M (-197.30%)
Corrente	93.40M (29.66%)	72.03M (-47.42%)	136.99M (9.46%)	125.15M (39.56%)	89.67M (-25.57%)

Principais produtos da pauta comercial em 2023





Classificações do comércio em 2023

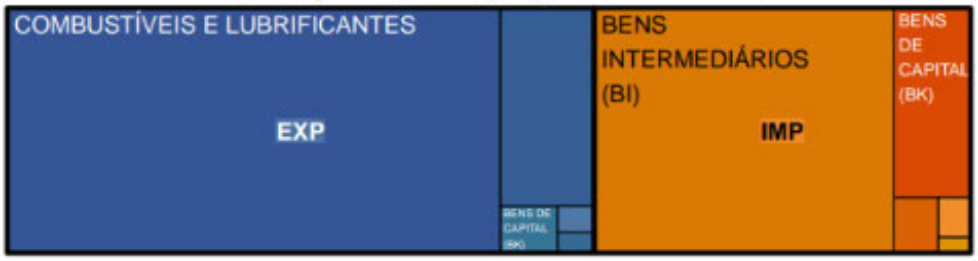
Classificação ISIC agregado até Dezembro



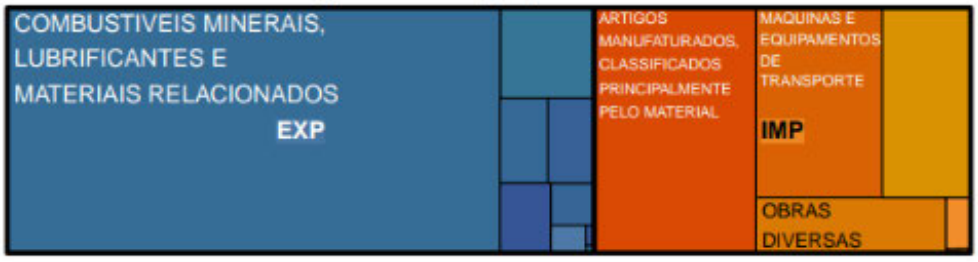
Classificação Fator Agregado agregado até Dezembro



Classificação CGCE agregado até Dezembro

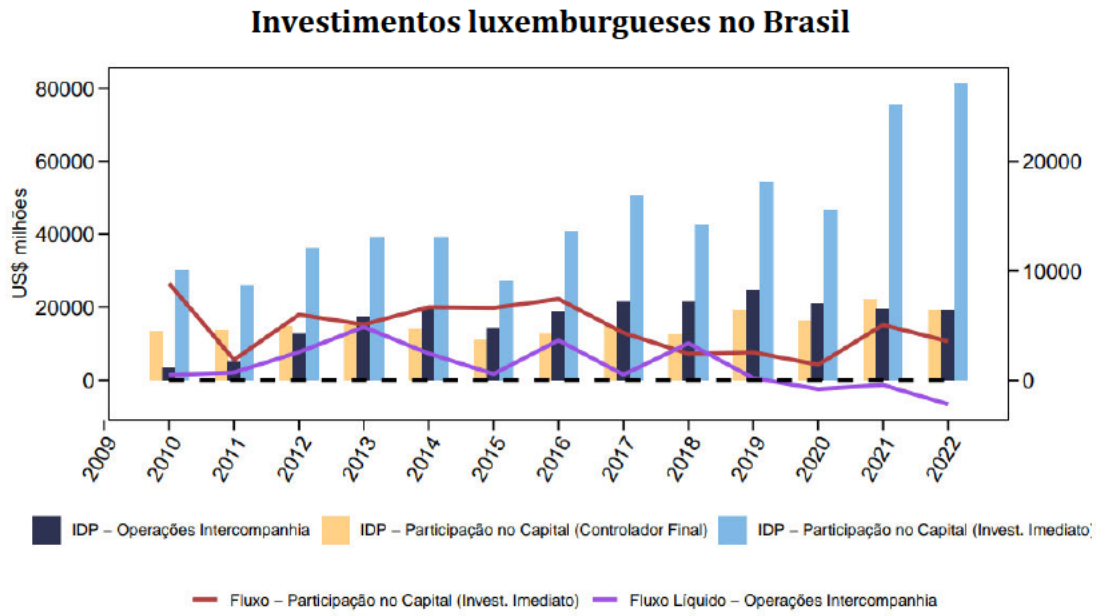


Classificação CUCI agregado até Dezembro



DADOS DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS

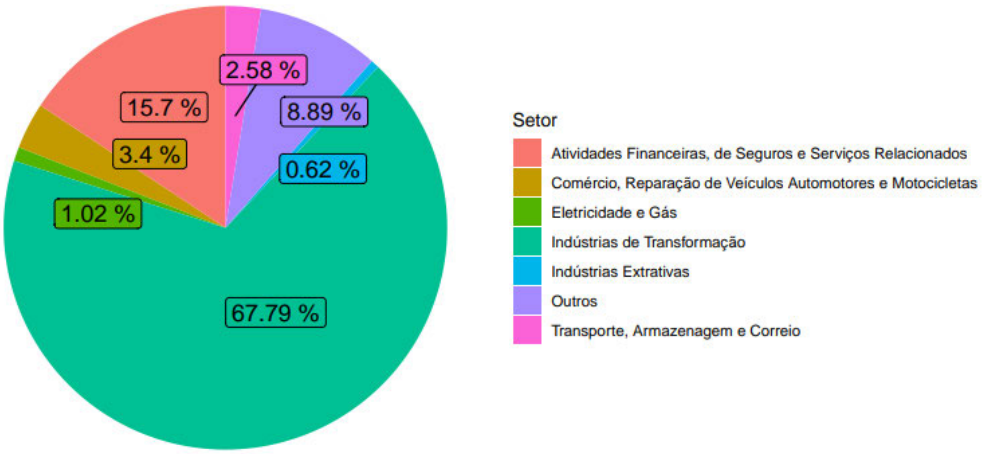
Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Banco Central do Brasil.



Dado	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	8819.02	1867.21	5965.36	5067.28	6659.46	6598.69
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	471.40	707.32	2569.99	4843.25	2448.12	574.04
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	13197.81	13552.42	14902.30	15049.46	14022.90	10977.50
IDP-Operações Intercompanhia	3235.31	5017.43	12745.30	17371.92	19813.54	14130.65
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	30114.44	26043.88	36056.81	39110.41	38960.60	27063.25

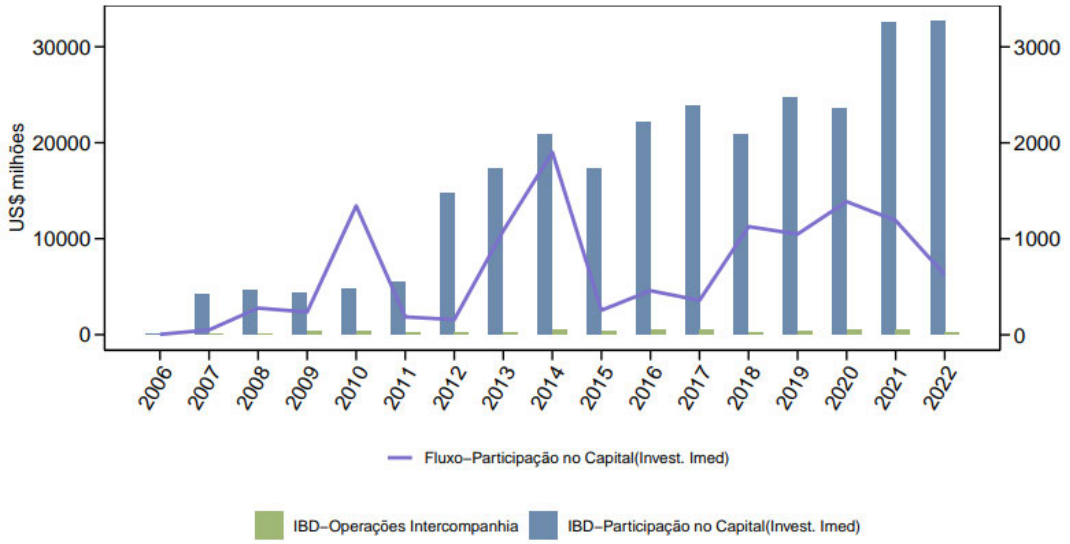
Dado	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	7394.75	4305.30	2421.57	2552.38	1420.51	5030.23	3537.72
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	3638.34	512.82	3373.04	202.37	-811.65	-437.46	-2194.92
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	12793.75	14858.60	12435.15	19321.47	16297.73	22067.28	19267.01
IDP-Operações Intercompanhia	19005.86	21527.74	21481.35	24700.16	20880.46	19478.30	19316.42
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	40877.40	50416.10	42499.84	54211.32	46799.60	75536.20	81307.33

Setor dos investimentos luxemburgueses no Brasil (2022)



Setor	valor.Invest Imediato	valor.Control Final
Indústrias Extrativas	19223.04	118.86
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	4926.80	654.87
Eletricidade e Gás	4108.24	196.10
Indústrias de Transformação	30250.94	13061.64
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	10641.58	3024.11
Transporte, Armazenagem e Correio	806.19	497.64
Outros	11350.53	1713.77

Investimentos brasileiros em Luxemburgo

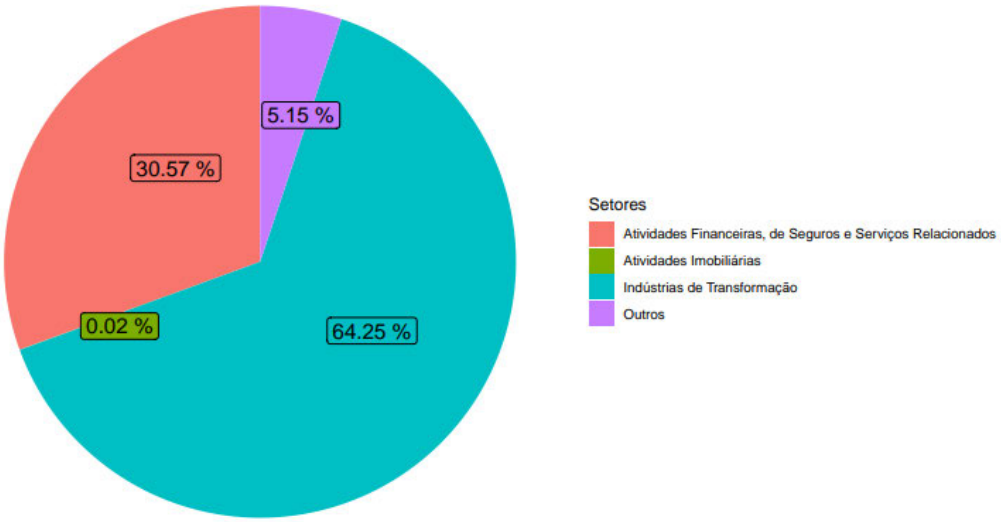


Dado	2006	2007	2008	2009	2010
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	4259.21	4602.71	4357.76	4795.89
IBD-Operações Intercompanhia	0.00	28.35	39.64	320.39	343.17
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	3.00	49.00	277.00	235.00	1342.47

Dado	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	5427.66	14721.58	17352.88	20874.38	17364.27	22206.39
IBD-Operações Intercompanhia	144.49	213.36	183.91	549.68	347.00	448.19
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	184.71	156.29	1082.88	1901.31	253.88	457.80

Dado	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	23805.83	20863.70	24669.75	23531.02	32472.23	32669.25
IBD-Operações Intercompanhia	528.50	182.94	354.47	449.27	522.00	203.58
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	356.87	1126.08	1047.29	1386.19	1188.69	623.49

Setor dos investimentos brasileiros em Luxemburgo (2022)



Setores	Valores
Atividades Imobiliárias	8.15
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	0.00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	9988.37
Indústrias de Transformação	20988.90
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0.00
Outros	1683.82

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BRUXELAS

Candidato: Embaixador Silvio José Albuquerque e Silva

PERFIL DO CANDIDATO



Silvio José Albuquerque e Silva

O Embaixador Silvio José Albuquerque e Silva é diplomata de carreira. Graduado em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981-1985), possui mestrado em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas, na Bélgica (1994-1995).

Cursou o Instituto Rio Branco entre 1986 e 1987. Em 2007, concluiu o Curso de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco, com a tese intitulada "A Conferência Mundial de Durban e a política externa brasileira".

Foi promovido, por merecimento, a Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata em 22 de dezembro de 2015.

Foi membro do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas (2018 a 2022).

Foi chefe de gabinete do presidente do Supremo Tribunal Federal (outubro de 2012 a julho de 2014) e chefe da assessoria internacional do Superior Tribunal de Justiça (agosto de 2014 a dezembro de 2014). Entre janeiro de 2015 e outubro de 2015, foi chefe de gabinete do Ministro de Estado da Defesa.

É o atual Embaixador do Brasil no Quênia (com cumulatividade sobre Ruanda, Uganda, Burundi e Somália) e Representante Permanente junto à ONU em Nairóbi (ONU-Habitat e PNUMA), desde setembro de 2021.

Foi Cônsul-Geral em Vancouver entre dezembro de 2017 e setembro de 2021.

Serviu na Missão junto à CEE, em Bruxelas (31/5/1993 - 1996), na Embaixada em Bogotá, na Colômbia (24/8/1996 - 1999), na Missão junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington (16/8/2002 - 2006), e na Embaixada em Santiago, no Chile (2006 - 2008).

Nascido em Niterói, Rio de Janeiro, em 09/10/1961, é filho de Irídio Silva e Maria da Penha Albuquerque Silva.

Casado com Ludmilla Duarte, é pai de Bernardo, Isabel, Andrea e Tatiana.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

RELAÇÕES BILATERAIS – BÉLGICA

- O Brasil e a Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência, no mesmo período histórico, dos dois países. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1834, quando os países assinaram um tratado bilateral de comércio e navegação. O rei dos Belgas Alberto I visitou o Brasil em 1920, no que foi a primeira visita de um monarca europeu à República. Desde princípios do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira.
- O senhor presidente da República reuniu-se com o rei Philippe, em Bruxelas, em 2023. A última visita de alto nível ocorreu em novembro de 2024, quando a então ministra dos Negócios Estrangeiros belga, Hadja Lahbib, visitou Brasília e manteve encontro com o ministro Mauro Vieira. Em seguida, Lahbib integrou a Missão Econômica Belga, liderada pela princesa Astrid em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em seus eventos, a Missão contou com a participação de mais de 300 participantes, entre empresários, executivos, acadêmicos e autoridades governamentais.
- O interesse belga pelo Brasil justifica-se pela complementaridade das economias e pela demanda brasileira em áreas onde o país europeu conta com excelência, tais como infraestrutura e logística. Para o Brasil, a Bélgica representa mercado importante para produtos e serviços nacionais, além de ponto de acesso preferencial de passagem a outras partes do continente europeu, em razão de sua localização central.
- Brasil e Bélgica possuem mecanismo de consultas políticas assinado em 2009. Desde então, foram realizadas quatro reuniões no âmbito do mecanismo, todas em Brasília: 2010 e 2014, em nível de secretários-gerais, e 2015 e 2024, em nível de secretários.
- Há produtivo diálogo em questões da agenda política multilateral. Os dois países são conhecidos por sua capacidade de catalisar consensos e contribuir com posições moderadas e equilibradas nos debates internacionais e em suas respectivas regiões. A Bélgica apoia a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS – BÉLGICA

- As relações bilaterais caracterizam-se por densos fluxos de comércio e investimentos, que oferecem base sólida para um diálogo político regular e exploratório de novas oportunidades.
- O Brasil e a Bélgica têm economias complementares. O Brasil possui um vasto e dinâmico mercado consumidor e um potencial de crescimento amplamente reconhecido na Bélgica, além de ocupar posições de liderança nas exportações de diversos produtos agrícolas e minerais. A Bélgica, por sua vez, tem elevada liquidez e know-how em setores de ponta, valorizados e reconhecidos pelo Brasil, e busca constantemente aumentar sua inserção no comércio global.
- A Bélgica é um país de economia aberta, que depende bastante do comércio exterior. As exportações belgas representam mais de 90% do PIB, e um em cada três empregos na Bélgica depende das exportações. O comércio exterior da Bélgica é bastante concentrado

com os países vizinhos e verifica-se crescente interesse da comunidade empresarial local em diversificar os parceiros comerciais fora da União Europeia.

- A Bélgica adquire expressivo volume de exportações do Brasil, sobretudo em função do complexo portuário Antuérpia-Bruges, o segundo maior da Europa, mas também em decorrência de sua infraestrutura de transportes e pela facilidade de conexão com os países vizinhos. O país atua, assim, como verdadeira porta de entrada de produtos brasileiros na Europa. Grandes empresas brasileiras, como a Alpargatas, a Citrosuco, JBS/Friboi, a Zilor, a Votorantim e a WEG, escolheram a Bélgica como centro de distribuição de seus produtos para o mercado europeu.
- Merece destaque a recente visita de delegação empresarial belga ao Brasil, composta por mais de 300 integrantes e liderada pela Princesa Astrid (novembro de 2024). A missão visitou os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro e manteve encontros com diversas lideranças empresariais, autoridades políticas e representantes da sociedade civil. O alto nível de interesse pelo Brasil observado junto ao setor privado belga traduziu-se na assinatura de memorandos de entendimento em diversas áreas e no estreitamento dos vínculos entre as comunidades de negócios dos dois países.

Perfil do Comércio Exterior da Bélgica

- Os dados mais recentes de comércio exterior da Bélgica, referentes a novembro de 2024 (publicados em 15/01/25), mostram que tanto as exportações quanto as importações vêm evoluindo a taxas negativas desde o primeiro semestre de 2023. No período de setembro a novembro de 2024, as duas rubricas apresentaram recuo de 5% quando comparadas ao mesmo período de 2023. No acumulado de janeiro a novembro de 2024, as exportações passaram por queda de 5,6% em relação ao mesmo período de 2023, ao passo que as importações caíram ainda mais, registrando recuo de 8%. Como consequência, o saldo comercial do país passou de um superávit de EUR 13,5 bilhões nos primeiros onze meses de 2023 para EUR 24,3 bilhões no mesmo período de 2024.
- O comportamento das importações entre setembro e novembro de 2024 foi, em grande medida, influenciado pela redução nas importações de gás natural, tanto em volumes quanto em valores. Havia expectativas de que as importações por via marítima de gás natural liquefeito pudessem compensar a redução nas importações via gasodutos, afetadas por problemas geopolíticos, o que não se concretizou. Um dos fatores que limitaram as importações foi a alta dos preços do gás no período.
- Os principais produtos de exportação da Bélgica são do setor químico (26% do total), seguidos de produtos minerais (12,1%) e equipamentos de transporte (11,2%). Os três principais compradores são os países vizinhos: a Alemanha (18% do total), a França (13,2%) e os Países Baixos (13%). Esses mesmos países também são os principais fornecedores, sendo que os Países Baixos vêm em primeiro lugar (20,5%), seguidos da Alemanha (12,3%) e da França (10,0%).
- As exportações totais de mercadorias da União Europeia para o Brasil atingiram €42,9 bilhões em 2023. A Bélgica respondeu por 11,5% deste total, tornando-se o 3º maior exportador de mercadorias da UE para o Brasil. As importações totais de mercadorias do Brasil atingiram cerca de €44,6 bilhões em 2023. A Bélgica foi o 7º maior importador de

mercadorias do Brasil na UE em 2023, com uma participação de 5,3%. Naquele ano, o Brasil foi o 31º maior fornecedor de mercadorias para a Bélgica e o 17º maior cliente.

Comércio Bilateral

- Conforme informações do MDIC, em 2024, o Brasil exportou USD 3,92 bilhões para a Bélgica e importou USD 1,82 bilhões, perfazendo um superávit comercial de USD 2,01 bilhões. A Bélgica ocupou o 20º lugar entre os destinos de exportação brasileiros, e o 27º lugar entre as origens das importações. Os principais produtos exportados para a Bélgica em 2024 foram sucos de frutas (25% do total), seguidos de café (28%) e tabaco (16%). Quanto aos produtos importados, medicamentos e produtos farmacêuticos vieram em primeiro lugar (15% do total), seguidos de prata, platina e metais do grupo da platina (11%), defensivos agrícolas (8%) e legumes, raízes e tubérculos, preparados ou conservado (7,5%).
- A importação de produtos farmacêuticos em 2024 foi de USD 274 milhões, o que representou redução de 76% em relação ao ano anterior. Durante o período de 2021 a 2023, as importações de vacinas, no contexto da pandemia de Covid-19, fizeram com que os valores de produtos farmacêuticos atingissem valores atipicamente elevados, superando USD 1 bilhão nos anos de 2022 e 2023, o que explica também a expressiva redução no ano passado.

Investimentos

- A Bélgica é um dos países com maiores investimentos no Brasil, em um processo de cooperação que remonta a décadas. Ao mesmo tempo, há diversas empresas brasileiras estabelecidas na Bélgica, país que, por sua localização estratégica e capacidades logísticas, representa importante plataforma de acesso ao restante do continente europeu. O mercado belga, em si mesmo, é de grande interesse para empresas brasileiras, pelo alto nível de renda per capita e concentração geográfica. Os investimentos belgas no Brasil montam a US$ 5,3 bilhões, pelo critério de investidor imediato (22º maior), e a US$ 26,5 bilhões, pelo critério de controlador final (10º maior). (Fonte: MRE)
- Novas áreas de negócios podem ampliar as perspectivas de investimento belga no Brasil. Projetos na área de energia limpa, em particular a produção de hidrogênio verde, podem ser de interesse de companhias belgas. Conforme tem sido relatado por interlocutores do governo local, há, ademais, interesse em ampliar investimentos em infraestrutura no Brasil. Cabe ter presente que o Porto de Antuérpia-Bruges, o segundo maior da Europa, possui participação acionária no Porto do Açu, no Estado do Rio de Janeiro.
- Os principais destinos dos investimentos belgas são os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia. Cabe recordar a aquisição, pela empresa biofarmacêutica belga UCB, do controle da Meizler Biopharma, companhia brasileira de produtos farmacêuticos; a compra do laboratório ALAC, provedor de serviços líder do setor no Rio Grande do Sul, pela Eurofins Scientific, líder mundial em análises de alimentos, meio ambiente e fármacos, com sede na Bélgica; a aquisição de 20% da participação nos blocos 2 e 3 na Bacia do Parnaíba e seis blocos na bacia do Recôncavo para exploração de gás natural pela empresa de energia franco-belga GDF Suez; e as operações em São Paulo da rede belga de padarias Le Pain Quotidien.

- Em biotecnologia, cabe registrar o anúncio de aquisição da empresa brasileira Biotrop pela belga Biobest em setembro de 2023, pelo valor de EUR 532 milhões. A Biotrop atua no segmento de soluções biológicas para uso na agricultura.
- Parcerias produtivas significativas entre empresas belgas e brasileiras para a conquista de terceiros mercados consolidaram-se nos últimos anos - como é o caso da belgo-brasileira AB-Inbev e da parceria Embraer-Sonaca-FNH.
- O porto de Antuérpia fez investimentos no porto de Açu, no Rio de Janeiro. Nesse empreendimento, o porto de Antuérpia atua por meio de sua subsidiária, a Porto de Antuérpia Internacional (PAI), dedicada a projetos de consultoria, administração e investimentos.
- Os investimentos da empresa belga Lhoist, maior produtora de cal do mundo, já chegam a R$ 470 milhões em Minas Gerais, de acordo com o governo do estado. No ano passado, foi anunciado novo investimento em uma planta industrial no município de Matozinhos, região metropolitana de Belo Horizonte, no valor de R$ 75 milhões, com foco em descarbonização. Ao todo, a empresa possui nove fábricas no Brasil. Em todo o mundo, são 135 instalações e terminais, com vendas em mais de 80 países. O faturamento anual do grupo é da ordem de EUR 3,6 bilhões e o corpo de funcionários é de 6,6 mil pessoas. O CEO do grupo é o brasileiro Marcos França.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

- Mantém-se vivo o debate público na Bélgica a respeito do acordo MERCOSUL-UE, revelando a contínua polarização entre setores favoráveis e contrários ao instrumento. Atores como a região belga da Valônia continuam empenhados a obter compensações da UE ou proteções frente ao MERCOSUL a setores potencialmente prejudicados, após o que poderiam levantar restrições ao Acordo.
- Após período de forte resistência de setores políticos e econômicos belgas ao texto, surgem sinais de possível convergência em torno do reconhecimento de que o Acordo (i) traria benefícios agregados para a economia como um todo; e (ii) ofereceria oportunidade de inserção geoestratégica da UE no MERCOSUL, frente a concorrentes como China e EUA.

ASSUNTOS CONSULARES

- Estima-se haver na Bélgica cerca de 50 mil brasileiros. As cidades que reúnem o maior número (turistas ou residentes) são Bruxelas, Bruges, Antuérpia e Gante. Os brasileiros residentes no país são atendidos pelo Consulado-Geral em Bruxelas.
- A Bélgica, por sua vez, conta com Consulados-Gerais no Rio de Janeiro e São Paulo, bem como Consulados Honorários em Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia (temporariamente fechado), Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador, Santos e Vitória.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

- A Federação Valônia-Bruxelas conta com 76 acordos entre suas instituições de ensino superior e 56 universidades brasileiras, incluindo colaborações de longa data com instituições renomadas. Essas parcerias facilitam a mobilidade acadêmica e científica,

promovem projetos conjuntos em setores-chave como saúde, biodiversidade e agricultura sustentável.

- Empresas farmacêuticas, como a UCB e a GSK, já se empenham no desenvolvimento de ferramentas inovadoras e tecnologias para vacinas, além de formar médicos no tratamento da epilepsia. A UCB Brasil colabora estreitamente com o Hospital Israelita Albert Einstein para fomentar a pesquisa, o atendimento aos pacientes e projetos de impacto social.

COOPERAÇÃO POLICIAL

- Em visita à Bélgica do diretor geral da Polícia Federal, delegado Andrei Rodrigues, em 2023, as autoridades dos dois países confirmaram a disposição para ampliar a cooperação policial, por meio da assinatura de carta de intenções que reforça os termos do Memorando de Entendimento sobre cooperação policial, assinado em 2018.
- O tema do combate ao crime transnacional, em especial ao narcotráfico, é de grande sensibilidade no âmbito do governo e do debate público na Bélgica, tendo em conta o alto volume de cocaína que chega à Europa por meio do Porto de Antuérpia e suas consequências para a segurança pública.
- Conforme estabelecido no Decreto Nº 12.337, de 20 de dezembro de 2024, a Polícia Federal deverá manter, proximamente, adidância policial em Bruxelas.

RELAÇÕES BILATERAIS - LUXEMBURGO (cumulatividade)

- As relações brasileiras com o Grão-Ducado foram estabelecidas em 1911. Historicamente, Luxemburgo destacou-se como parceiro importante na industrialização brasileira, por meio da criação da Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje a companhia indiano-luxemburguesa ArcelorMittal.
- Em 2017, o embaixador Carlo Krieger apresentou suas cartas credenciais e tornou-se o primeiro embaixador residente do Grão-Ducado no Brasil, na sequência da criação da primeira e, até o momento, única embaixada residente de Luxemburgo na América Latina. Em se considerando o número reduzido de missões diplomáticas do Grão-Ducado, a decisão revelou a importância atribuída pelo país ao Brasil.
- Em maio de 2024, o ministro Mauro Vieira manteve reunião com o vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros de Luxemburgo, Xavier Bettel, à margem da reunião ministerial da OCDE, em Paris. Na ocasião, revisaram temas econômicos, o conflito israelo-palestino e a negociação do acordo MERCOSUL-União Europeia.

ECONOMIA

- Com população de 672 mil habitantes, Luxemburgo apresenta uma das maiores rendas per capita do mundo (USD 129 mil, atrás apenas de Mônaco e Liechtenstein - World Bank, 2023) e caracteriza-se por ser um dos principais centros financeiros do mundo, com forte presença de bancos internacionais, fundos de investimento e seguradoras.
- A economia do país é basicamente centrada no setor de serviços, que responde por 88% do PIB. O setor financeiro representa um quarto de todo o produto nacional. Os setores

de comércio, transporte, hotelaria e gastronomia são, no seu conjunto, os principais empregadores do país.

- A participação do setor agrícola é mínima (cerca de 0,2% do PIB, empregando menos de 1% da população ativa), em função da pouca disponibilidade e do alto custo das terras aráveis. O setor industrial responde por pouco mais de 10% do PIB e emprega cerca de 9% da população ativa. A siderurgia teve papel preponderante na história do país, embora nas últimas décadas tenha havido diversificação, com a incorporação de indústrias do setor químico, produtos plásticos e de produtos de engenharia leve.
- As características da economia luxemburguesa tornam o país bastante exposto às oscilações na economia internacional, principalmente na zona do Euro.
- A economia do país recupera-se de uma ligeira recessão de 1,1% em 2023, devendo registrar crescimento de 0,5% em 2024, de acordo com estimativas oficiais. Ao longo de 2024, os setores financeiro, industrial e a construção civil apresentaram recuo e contribuíram negativamente para a variação do PIB. Para 2025, é esperado que o crescimento do PIB atinja o patamar de 2,5%.
- O país apresenta endividamento público inferior a 30% do PIB e déficit público da ordem de -1% do PIB (previsão do FMI). A inflação em 2024 (IPCN) foi de 2,3%, impactada pelos preços de energia. A taxa de desemprego em 2024 foi de 5,9%.

Ambiente de Negócios

- As três principais agências de classificação de risco, S&P, Fitch e Moody's, atribuem notas AAA/Aaa (as mais altas) para Luxemburgo. O país é frequentemente classificado entre os 10 melhores do mundo em termos de competitividade, liberdade econômica, competitividade digital, entre outros indicadores.
- O país tem implementado medidas para aumentar a transparência de seu sistema financeiro, que já foi objeto de críticas do Fórum Mundial sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Fiscais da OCDE. O Fórum Mundial havia considerado, em 2013, que o país estava em não conformidade com as normas internacionais de transparência e de intercâmbio de informações. Revisões posteriores reclassificaram o país como em conformidade com os aspectos essenciais das normas. O país é citado pela ONG "Tax Justice Network" - TJN, como a décima jurisdição mais favorável à evasão fiscal ("paraíso fiscal") no mundo.
- O governo de Luxemburgo mantém interesse em promover maior diversificação da economia, encorajando investimentos em áreas como TI, logística, comércio eletrônico e biotecnologia. Essa preocupação com a diversificação econômica remonta à década de 70, quando o colapso do setor siderúrgico obrigou o Grão-Ducado a reinventar-se como praça financeira internacional, apostando em sua localização geográfica central, no multilinguismo, na estabilidade política e na abertura a investimentos.
- O número de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho é significativo: cerca de 75% da força de trabalho do país é composta por trabalhadores imigrantes ou transfronteiriços. A proporção de trabalhadores transfronteiriços aumentou de 3% em 1961 para 47% em 2023, sendo que quase a metade dos trabalhadores transfronteiriços é proveniente da França. Cerca de 10% da mão-de-obra trabalha nos setores bancário e de seguros. A população brasileira em Luxemburgo é estimada entre 7 mil e 10 mil

pessoas, muitas das quais têm nacionalidade luxemburguesa em razão de programa de cidadania oferecido a brasileiros nos últimos 15 anos.

Gerenciamento de Ativos

- Luxemburgo tem fortalecido sua estratégia de atração de instituições financeiras e já é hoje o segundo maior hub de fundos de investimento no mundo, após os EUA, com a gestão de recursos da ordem de €5,8 trilhões. O país tem concedido números recordes de novas licenças para bancos, empresas de gestão, gestores de ativos alternativos, seguradoras e empresas de investimento. Diversas instituições financeiras já anunciaram planos de deslocar-se de Londres para Luxemburgo. O BTG consta entre as instituições financeiras que abriram escritórios em Luxemburgo, juntando-se a bancos como o Bradesco, o Itaú Unibanco e o Santander Brasil.
- A assinatura de acordo de cooperação financeira, em janeiro de 2019, sobre reconhecimento mútuo de fundos de investimentos, entre Luxemburgo e Hong Kong, ilustra a estratégia do Grão-Ducado de consolidar-se como um centro internacional de gerenciamento de ativos e atrair parte da indústria de serviços financeiros deslocada de Londres com o Brexit.

Comércio Exterior – Bens e Serviços

- De acordo com dados oficiais, cerca de 65% dos bens e serviços produzidos no Luxemburgo são exportados. Como uma economia de serviços desenvolvida e orientada internacionalmente, Luxemburgo tem um superávit em sua balança de serviços, em particular devido às exportações de serviços financeiros.
- As mercadorias exportadas incluem principalmente produtos manufaturados metálicos, máquinas e equipamentos de transporte. Uma parte significativa destas mercadorias é transportada pela Cargolux, a maior companhia aérea de carga da Europa, de origem luxemburguesa.
- O comércio de bens do país é fortemente ligado à União Europeia. A balança comercial do país ficou deficitária em EUR 7,8 bilhões em 2023.
- Em 2023, as exportações luxemburguesas de bens chegaram a EUR 15,9 bilhões. Os principais destinos das exportações foram Alemanha (25,5% do total), França (15,3%) e Bélgica (11,8%). Os principais produtos da pauta de exportação são produtos siderúrgicos, pneus e automóveis e outros veículos.
- Luxemburgo importou cerca de EUR 23,7 bilhões em bens em 2023, sobretudo da Bélgica (34,3% do total), Alemanha (27,2%) e França (11,0%). Os principais produtos importados foram automóveis e outros veículos, petróleo medicamentos.

Missão Comercial ao Brasil – 2025

- A Câmara de Comércio de Luxemburgo realizará missão empresarial ao Brasil entre os dias 1 e 4 de abril. A delegação visitará o Estado de São Paulo. O objetivo dos empresários é o de prospectar novos negócios com contrapartes brasileiras, apoiando-se no já sólido e bem estabelecido relacionamento econômico que caracteriza as relações bilaterais.

Conforme informado pelos responsáveis pela Missão, pretende-se, igualmente, estudar as oportunidades de investimento no Brasil.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior;
3. Promover serviços consulares de qualidade;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior;
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em fase final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na administração das relações do Brasil com a Bélgica e com Luxemburgo em todas as áreas, atuando de forma integrada e com percepção global dos laços bilaterais, em todos os âmbitos e níveis, e prestar contas ao governo brasileiro, aos entes federados interessados, ao Congresso Nacional e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações bilaterais do Brasil com ambos os países. Apoiar, promover e proteger os interesses brasileiros na Bélgica e em Luxemburgo.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar ações diplomáticas de excelência na Bélgica e em Luxemburgo, nas mais diversas áreas, em conformidade com a Política Externa definida pelo senhor Presidente da República e sob a orientação do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a Bélgica e com Luxemburgo.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover e conduzir iniciativas na Bélgica e em Luxemburgo, em consonância com a Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos diversos setores do relacionamento;
2. Fomentar a parceria política em temas de interesse comum com a Bélgica e com Luxemburgo;
3. Ampliar e consolidar a inserção econômica competitiva do Brasil nos mercados belga e luxemburguês e, por meio deles, no mercado europeu ampliado, com foco na prosperidade da sociedade brasileira, bem como incrementar a gama de iniciativas de cooperação com a Bélgica e com Luxemburgo;
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Bélgica e em Luxemburgo, em especial mediante a promoção de eventos culturais e iniciativas de diplomacia pública;
5. Oferecer, em complementação aos serviços consulares prestados pelo Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas, o apoio político requerido para dialogar com os governos belga e luxemburguês em busca de condições favoráveis, tanto normativas quanto executivas, à crescente comunidade brasileira nos dois países, que inclui, no caso da Bélgica, grande número de nacionais não legalizados;
6. Manter contato regular e permanente com altas autoridades belgas e luxemburguesas com vistas a expor, com profissionalismo diplomático, as posições e os interesses

brasileiros em questões multilaterais, buscando obter o apoio belga e luxemburguês nos processos de deliberação em curso em organizações internacionais, em particular no âmbito da União Europeia (UE);

7. Aprimorar e expandir mecanismos de concertação e de consultas entre setores especializados de ambos os governos;
8. Buscar convergência de posições e esclarecer, de modo proativo, as posições do Brasil no ambiente multilateral;
9. Buscar o apoio dos dois países a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais;
10. Fortalecer a relação diplomática e política do Brasil com a Bélgica, inclusive por iniciativas de aproximação com os diversos níveis do Estado belga, no âmbito do qual as regiões e as comunidades linguísticas têm prerrogativas amplas;
11. Explorar o potencial de cooperação em ciência, tecnologia e inovação, tendo presente a importância crescente da Bélgica como referência nas áreas farmacêutica e de Inteligência Competitiva Tecnológica, e de Luxemburgo na área aeroespacial e de operação de satélites privados;
12. Aprimorar a ação do setor de promoção comercial do Posto, com o intuito de valorizar produtos e serviços brasileiros na Bélgica e em Luxemburgo, apoiando as empresas brasileiras que investem nesses países ou que busquem oportunidades de comércio ou investimento;
13. Promover a imagem do Brasil, por meio da difusão de informações atualizadas e precisas, de forma a dirimir eventuais percepções equivocadas acerca do país, com especial foco dedicado aos setores de meio ambiente, agricultura, desenvolvimento sustentável e direitos humanos;
14. Promover o turismo belga e luxemburguês no Brasil, explorando a possibilidade de estabelecimento de voo direto, hoje inexistente, preferencialmente entre Bruxelas e um destino brasileiro, bem como estimular a escolha do Brasil como destino de belgas e luxemburgueses aposentados, os quais se revelam crescentemente atraídos por gozar suas aposentadorias em países de clima tropical;
15. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, com vistas a aumentar sua eficiência e sua capacidade de resposta, melhorando a relação custo-benefício da atividade diplomática do Brasil na Bélgica e em Luxemburgo;
16. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar, de forma ativa, a discussão política na Bélgica e em Luxemburgo sobre o Acordo de Associação Mercosul-UE, com o objetivo de fazer recomendações de ações diplomáticas em Bruxelas destinadas a favorecer o apoio dos dois países à aprovação e ratificação do instrumento birregional

i. Distinguir e atuar junto aos vários níveis governamentais belgas que detêm competência constitucional para apreciar, com poder de veto, o Acordo, notadamente o governo federal, o governo regional da Valônia, o governo regional da Flandres e o governo da região de Bruxelas-Capital;

ii. Recolher e transmitir à Secretaria de Estado os posicionamentos do setor privado, em particular dos setores potencialmente afetados, tanto positiva quanto negativamente, pelo Acordo;

iii. Apresentar regularmente à Secretaria de Estado uma avaliação do quadro geral, com sugestões de ações diplomáticas que possam ser tomadas para contornar os obstáculos que porventura surgirem à aprovação do Acordo.

2. Apoiar e incrementar as relações comerciais bilaterais com a Bélgica e Luxemburgo

i. Fortalecer a interlocução com o Porto de Antuérpia, estatal do município de Antuérpia, segunda maior porta de entrada de exportações do agronegócio do Brasil na UE, para identificar formas de promover e facilitar o comércio bilateral com a Bélgica e também com Luxemburgo;

ii. Fortalecer a interlocução com a Agência Belga de Promoção de Exportações e Investimentos, inclusive sobre financiamentos e questões fiscais, a empresas estrangeiras interessadas em fazer investimentos na Bélgica, em plataformas de distribuição de seus produtos para a UE;

iii. Acompanhar os investimentos feitos pelo Porto de Antuérpia no desenvolvimento e na implementação do Porto de Açu, no Rio de Janeiro, que asseguraram ao porto belga assento no conselho de administração de Açu;

iv. Reforçar o Setor Comercial da Embaixada, com vistas a dotá-lo de ferramentas de monitoramento e de divulgação regular das possíveis oportunidades comerciais para interesses brasileiros na Bélgica e em Luxemburgo;

v. Identificar caminhos de diversificação da pauta exportadora brasileira para a Bélgica e Luxemburgo, com vistas à ampliação das exportações de maior conteúdo tecnológico e valor agregado, atribuindo especial atenção a potenciais parceiros envolvendo startups, fintechs, empresas de games, empresas de biotecnologia e na área farmacêutica e de saúde;

vi. Identificar oportunidades comerciais, atribuindo particular atenção a parcerias na área de logística, infraestrutura e distribuição, bem como no complexo industrial da saúde, tendo em conta os desdobramentos da Missão Empresarial Belga ao Brasil de novembro de 2024;

vii. Organizar e divulgar eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou de expansão nos mercados belga e luxemburguês;

viii. Aumentar a articulação com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes nos mercados locais, para que Brasil, Bélgica e Luxemburgo busquem reduzir sua fragilidade e dependência no tocante a fornecedores de produtos e serviços estratégicos, alcançando maior autonomia e, conforme o caso, parcerias em setores como indústria aeronáutica, energia, transportes, comunicações, defesa e saúde;

ix. Apoiar a realização de missões empresariais;

x. Apoiar exportadores belgas e luxemburgueses interessados em fornecer bens e serviços de interesse importador brasileiro;

xi. Apoiar empresários brasileiros interessados nos mercados belga e luxemburguês;

xii. Articular ações integradas com o escritório da Apex Brasil em Bruxelas;

xiii. Promover a participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas na Bélgica e em Luxemburgo.

3. Monitorar e apoiar ações para o enfrentamento de barreiras econômico-comerciais às exportações brasileiras nos mercados belga e luxemburguês, particularmente de natureza fitossanitária

i. Organizar reuniões anuais com as empresas brasileiras que se valem da Bélgica como base de distribuição de seus produtos na UE, em setores como carnes, suco de laranja, café e tabaco;

ii. Em coordenação com a Missão do Brasil junto à UE, acompanhar investigações de defesa comercial (antidumping, salvaguardas) que possam afetar exportações brasileiras para a Bélgica e Luxemburgo;

iii. Incrementar a cooperação e a troca de informações entre as autoridades sanitárias belgas, luxemburguesas e brasileiras.

4. Apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos

i. Apoiar investidores belgas e luxemburgueses que já possuem investimentos no Brasil, que abrangem desde parcerias de alcance global – como é o caso da AB-INBEV na área de bebidas –, até empresas de menor porte em setores como dragagem, manufatura de máquinas e peças, infraestrutura portuária, energia verde e mineração;

ii. Identificar novas áreas de promoção de investimentos belgas e luxemburgueses no Brasil, com o apoio do escritório regional da APEX em Bruxelas;

iii. Promover iniciativas de diálogo (reuniões, palestras) junto aos interlocutores locais (governos federal e regionais, portos, câmaras de comércio, consultorias, tradings, entre outros) sobre o Brasil, seu ambiente de negócios, suas condições macroeconômicas, perspectivas de negociações comerciais, entre outros;

iv. Explorar com Luxemburgo e Bélgica projetos no que se convencionou chamar de “Finanças Verdes”, que têm em sua espinha dorsal características ecológicas sustentáveis, com grande potencial de crescimento no Brasil e naqueles países.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos;
- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre acordo UE-Mercosul;
- Número de consultas comerciais de empresas brasileiras atendidas pelo Setor de Promoção Comercial;
- Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil, da Bélgica e de Luxemburgo, com foco em aumentar o fluxo de comércio e de investimentos;
- Número e escopo de ações de promoção de produtos brasileiros e de atração de investimentos organizadas pela Embaixada;
- Número de telegramas ou outros materiais sobre o ambiente de negócios local, sobre oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos brasileiros, sobre requisitos para a exportação de produtos para a Bélgica ou Luxemburgo.

II - Relações políticas bilaterais com Bélgica e Luxemburgo

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Valorizar o caráter histórico do relacionamento bilateral e a densidade das relações políticas e diplomáticas entre Brasil e Bélgica desde a independência de ambos os países no início do século XIX

i. Ressaltar, no diálogo com as autoridades belgas, o peso histórico que o Brasil atribui ao relacionamento bilateral;

ii. Ancorar o relacionamento bilateral com a Bélgica e Luxemburgo nos valores compartilhados (democracia, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, multilateralismo, entre outros), temas caros às diplomacias belga e luxemburguesa;

iii. Valorizar a densidade e o peso histórico dos fluxos de comércio entre o Brasil e a Bélgica e entre o Brasil e Luxemburgo;

iv. Valorizar o papel dos investimentos belgas e luxemburgueses no Brasil, presentes desde o início da industrialização brasileira (como a antiga Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje ArcelorMittal) e, ainda hoje, representados por grandes grupos como o conglomerado global belgo-brasileiro AB-INBEV;

v. Incentivar a intensificação de visitas oficiais de alto nível, impulsionada pela visita do presidente da República a Bruxelas, em 2023, e a visita da então ministra dos Negócios Estrangeiros da

Bélgica ao Brasil, em 2024, bem como da realização da IV Reunião de Consultas Políticas, também naquele ano;

vi. Formular recomendações à Secretaria de Estado sobre autoridades e personalidades belgas e luxemburguesas a serem convidadas a visitar o Brasil;

vii. Incentivar a realização periódica de reuniões presenciais dos mecanismos diplomáticos de alto nível, com a Bélgica e com Luxemburgo;

viii. Explorar a possibilidade de realização de encontros virtuais como forma de superar dificuldades para encontros presenciais;

ix. Pesquisar e preparar informações analíticas para apoiar estrategicamente a atuação das autoridades e delegações brasileiras, identificando pontos de convergência e divergência entre os interesses do Brasil e dos dois países e articulando possíveis soluções negociadas;

x. Administrar e ampliar o diálogo entre as Chancelarias do Brasil, da Bélgica e de Luxemburgo, bem como com outras instâncias de governo, inclusive por meio de contatos pessoais facilitadores;

xi. Conduzir de forma sistemática contatos com formadores de opinião, analistas, representantes do mundo acadêmico e jornalistas, mediante a realização de visitas, reuniões, encontros e eventos.

2. Acompanhar, pesquisar, analisar e informar à Secretaria de Estado sobre acontecimentos na conjuntura da Bélgica e de Luxemburgo.

i. No campo econômico: acompanhar a política macroeconômica e seus resultados; antecipar desenvolvimentos de maior relevância; monitorar a atuação da Bélgica e de Luxemburgo na formulação da política do Euro; acompanhar políticas de transição energética, de combate à mudança do clima e de sustentabilidade, considerando seu impacto sobre as economias belga e luxemburguesa;

ii. No campo político interno: acompanhar o dia a dia dos desenvolvimentos políticos; monitorar as peculiaridades da Constituição belga, que combina um sistema monárquico com um parlamentarismo altamente fragmentado, dividido entre regiões e comunidades linguísticas, no âmbito do qual as regiões possuem prerrogativas que não se sujeitam às do governo federal, inclusive no campo da política externa;

iii. No campo político externo: acompanhar a atuação da Bélgica e de Luxemburgo em temas como paz, segurança, defesa, comércio e investimentos, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação a esses países e suas ações no plano regional e internacional;

iv. No campo social: analisar as políticas que contribuem para reduzir as desigualdades sociais e sua combinação com a tradição liberal dos Estados belga e luxemburguês no campo econômico;

v. No campo comercial: monitorar focos de protecionismo que possam representar ameaça às exportações brasileiras, particularmente no que se refere a normas de restrição à importação de biocombustíveis de primeira geração, como derivados de soja, recomendando formas de atuação

diplomática à Secretaria de Estado. Acompanhar o desempenho do intercâmbio comercial bilateral com Bélgica e Luxemburgo e manter interlocução com os principais exportadores brasileiros representados na Bélgica, identificando problemas atuais e potenciais;

vi. No campo prospectivo: conduzir estudos temáticos sobre a Bélgica e Luxemburgo nos setores agrícola, industrial da saúde (com ênfase na indústria farmacêutica), mecanismos de financiamento de ciência, tecnologia e inovação, gestão dos sistemas de saúde, boas práticas educacionais e comércio internacional;

vii. Elaborar estudos e levantamentos específicos conforme instruções do MRE ou de outros órgãos públicos.

3. Manter canais fluidos para o bom diálogo e interação com os governos belga e luxemburguês

i. Constituir-se como entidade preferencial de referência para contatos com os Ministérios das Relações Exteriores da Bélgica e de Luxemburgo, aplicando boas práticas diplomáticas para criar confiança e respeito mútuo;

ii. Manter contatos regulares com atores políticos e administrativos belgas e luxemburgueses, observando a necessidade de administrar com parcimônia e sensibilidade diplomática o relacionamento com o rei dos belgas, o grão-duque de Luxemburgo, primeiros-ministros, chanceleres, ministros-presidentes das regiões belgas, parlamentares e outras altas autoridades;

iii. Apoiar e prestar consultoria em processos de negociação, renegociação e troca de informações entre Brasil, Bélgica e Luxemburgo.

4. Dar vitalidade ao quadro de instrumentos bilaterais

i. Acompanhar o status da tramitação dos instrumentos já celebrados entre Brasil e Bélgica e Luxemburgo;

ii. Identificar oportunidades de negociação de novos instrumentos que ampliem a cooperação entre os países;

iii. Contribuir para avaliar regularmente a implementação dos instrumentos em vigor;

iv. Formular recomendações à Secretaria de Estado sobre a eventual renegociação de instrumentos bilaterais.

5. Conduzir a representação do Estado brasileiro em cerimônias oficiais na Bélgica e em Luxemburgo

i. Promover a participação do chefe do Posto em eventos a convite do rei dos belgas, do grão-duque de Luxemburgo, membros da Casa Real, membros dos governos federal e regionais, e parlamentares;

ii. Garantir a presença regular do chefe do Posto em eventos diplomáticos organizados pelas chancelarias belga e luxemburguesa ou por embaixadas de terceiros países, para recolher informações de interesse brasileiro;

iii. Garantir a presença regular de diplomatas do Posto em eventos organizados por governos, órgãos e representações diplomáticas de outros Estados;

iv. Organizar anualmente as celebrações da Independência do Brasil em Bruxelas;

v. Participar da organização do Dia da Língua Portuguesa e da CPLP em Bruxelas, junto às embaixadas dos países lusófonos;

vi. Organizar eventos de promoção dos BRICS em Bruxelas, em coordenação com as embaixadas da China, Rússia, Índia e África do Sul;

vii. Organizar eventos de promoção da América do Sul, do Mercosul e da OTCA em Bruxelas, em coordenação com as embaixadas dos países da região.

6. Contribuir para dinamizar a diplomacia parlamentar

i. Formular recomendações ao Parlamento brasileiro sobre parlamentares belgas e luxemburgueses a serem convidados a visitar o Brasil;

ii. Fortalecer o diálogo entre os Grupos Parlamentares de Amizade nos Legislativos dos três países;

iii. Apoiar reuniões, encontros e eventos entre parlamentares brasileiros, belgas e luxemburgueses;

iv. Apoiar iniciativas e projetos conjuntos entre parlamentares dos três países;

v. Apoiar atividades dos Grupos Parlamentares de Amizade.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Registro oficial dos esforços empreendidos, conforme telegramas do Posto;
- Número de reuniões em mecanismos bilaterais;
- Número de visitas oficiais realizadas;
- Número de reuniões e eventos entre parlamentares dos três países;
- Número de reuniões e eventos com atores políticos, econômicos, acadêmicos e jornalistas;
- Número de acordos bilaterais concluídos.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Na OTAN, organização sediada em Bruxelas, acompanhar, com a discrição requerida e dentro dos limites inerentes à condição de Estado não membro, as negociações internas entre os Aliados

i. Acompanhar, informar-se e relatar à Secretaria de Estado, na medida das possibilidades do Posto, as Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da OTAN, em particular suas declarações oficiais e seus atos finais, de periodicidade aproximadamente anual, cuja edição de 2025 será realizada nos Países Baixos;

ii. Acompanhar, informar-se e relatar, na medida das possibilidades do Posto, as reuniões de Ministros da Defesa e de Ministros das Relações Exteriores, bem como as reuniões dos Chefes de Estado-Maior Conjunto (ou assemelhados), em particular suas declarações oficiais e seus atos finais, de periodicidade trimestral ou quadrimestral, realizadas, via de regra, em Bruxelas;

iii. Acompanhar, informar-se e relatar as entrevistas, declarações públicas e notas oficiais emitidas pelo secretário-geral da OTAN, bem como suas viagens oficiais e as visitas por ele recebidas;

iv. Manter acompanhamento das iniciativas ad hoc de cooperação entre as Forças Armadas brasileiras e a OTAN, considerando que o Brasil, por meio do Ministério da Defesa, já participa do Comitê de Catalogação e do Comitê sobre Ciclo de Vida de Material de Uso Militar.

2. Na União Europeia, sediada em Bruxelas, cujo acompanhamento precípuo compete à Missão do Brasil junto à UE, monitorar a atuação da Bélgica e de Luxemburgo nos processos negociadores europeus, levando-se em conta que a política exterior belga é inseparável de um estreito esforço de coordenação prévia na União Europeia, destino de 75% de seu comércio exterior

i. Atuar, com a devida cautela e habilidade, mediante instrução da Secretaria de Estado, junto às chancelarias belga e luxemburguesa (e demais instâncias de governo desses países) em temas de coordenação europeia que tenham relação com interesses brasileiros;

ii. Buscar obter, junto a interlocutores belgas e luxemburgueses, informações sobre o quadro parlamentar em temas de interesse do Brasil, ciente de que a Bélgica tem por princípio não anunciar sua posição sobre temas ou candidaturas sujeitas à negociação com parceiros da UE.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial em telegramas do Posto.
2. Avaliação numérica, em porcentagem, da qualidade dos resultados alcançados, conforme registro oficial em telegramas do Posto.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para melhorar a imagem do Brasil na Bélgica e em Luxemburgo.

i. Organizar eventos (seminários, palestras, visitas, entrevistas) com acadêmicos, escritores, artistas, grandes esportistas, chefs e outras personalidades brasileiras capazes de apresentar ao exigente público local, com credibilidade, depoimentos positivos sobre a realidade brasileira.

ii. Divulgar, na Bélgica e em Luxemburgo, depoimentos positivos de belgas e luxemburgueses que moram no Brasil sobre sua experiência no país, a fim de contrabalançar a má compreensão do Brasil por parte daqueles que pouco ou nada saibam sobre o país.

iii. Divulgar, na Bélgica e em Luxemburgo, ações conduzidas pelo governo e pela sociedade brasileira para demonstrar, entre outros aspectos, a determinação no combate ao narcotráfico e à violência urbana, a rejeição e o combate à injustiça social, o combate ao desmatamento e a força das instituições nacionais e do Estado de Direito.

iv. Orientar as ações culturais para explorar o fato de que, como capital das instituições europeias, Bruxelas reúne elevado número de formadores de opinião e pode funcionar como uma caixa de ressonância para manifestações culturais brasileiras.

v. Planejar ações de difusão da cultura brasileira que contribuam para retratar, de forma mais acurada e além dos estereótipos, a realidade do Brasil.

vi. Apresentar à Secretaria de Estado análises sobre a viabilidade, especialmente financeira, de ações em grandes meios de comunicação – como TV, rádio e imprensa escrita –, que são hoje vetores de notícias negativas sobre o Brasil, destinadas a valorizar a imagem do país.

vii. Dinamizar o uso das mídias sociais para divulgar os usos e costumes do Brasil, sua história, artistas e grandes realizações, do passado e do presente.

2. Contribuir para melhorar a imagem do Brasil junto ao governo e às instituições públicas belgas e luxemburguesas.

i. Colaborar com os órgãos públicos brasileiros para aprimorar a tramitação de atos de cooperação jurídica, tais como documentação de pedidos de extradição e acordos internacionais, entre outros.

ii. No campo do turismo, explorar a possibilidade de criação de um voo direto, hoje inexistente, entre Bruxelas e um destino brasileiro, bem como estimular a escolha do Brasil como destino para turistas belgas e luxemburgueses.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de ações voltadas à melhoria da imagem do Brasil e avaliação de seu impacto.
- Medidas mensais da imagem do Brasil, em porcentagem, com base no cálculo do número de matérias negativas e positivas.

- Esforço de levantamento de dados junto a fontes críveis (companhias aéreas, agências de viagem, entre outras) sobre as vendas de passagens para turismo de belgas e luxemburgueses no Brasil.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a proteção ao meio ambiente

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Estimular a sinalização de convergências entre Bélgica/Luxemburgo e Brasil no campo ambiental

i. Buscar convergências com Bélgica e Luxemburgo com vistas a promover os objetivos para o combate à mudança do clima que serão debatidos durante COP30, a se realizar em 2025, em Belém do Pará;

ii. Conduzir pesquisa sobre o panorama do setor produtivo belga e luxemburguês em "tecnologias verdes", com vistas à eventual identificação de parcerias com empresas brasileiras.

2. Acompanhar ativamente as repercussões na Bélgica e em Luxemburgo das questões ambientais no Brasil

i. Relatar regularmente à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, para conhecimento das autoridades ambientais competentes, o impacto dos acontecimentos ambientais no Brasil sobre a opinião pública e os governos belga e luxemburguês;

ii. Obter da Secretaria de Estado e do Ministério do Meio Ambiente argumentos sólidos e precisos, dotados de alta credibilidade, para utilizá-los no contato com instituições belgas e luxemburguesas e com meios de comunicação.

3. Reforçar a divulgação dos esforços e avanços que o Brasil tem implementado na garantia da sustentabilidade de sua agricultura

i. Acompanhar eventuais ameaças aos interesses exportadores de carne bovina, madeira tropical e soja, entre outros, do Brasil para a Bélgica e Luxemburgo, temas frequentemente criticados por organizações ambientais;

ii. Organizar iniciativas para esclarecer importadores locais, por meio de palestras de especialistas do MAPA sobre exploração de recursos florestais, detalhando as práticas ambiental e socialmente sustentáveis empregadas no Brasil.

4. Estimular ações de promoção comercial de produtos sustentáveis da Amazônia brasileira, que têm impacto positivo nos mercados belga e luxemburguês, com o intuito estratégico de demonstrar o interesse dos setores produtivos do Brasil em manter a floresta de pé

i. Apoiar a Missão do Brasil junto à União Europeia na realização em Bruxelas da Semana da Amazônia, evento anual com foco na bioeconomia, na produção sustentável e nos impactos climáticos da preservação da Amazônia.

5. Acompanhar ativamente as medidas ambientais adotadas pela Bélgica e por Luxemburgo e avaliar a conveniência e a oportunidade de gestões em defesa de eventuais interesses brasileiros

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial em telegramas do Posto;
- Avaliação numérica, em porcentagem, da qualidade dos resultados alcançados, conforme registro oficial em telegramas do Posto.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Pesquisar a cadeia produtiva de biotecnologia liderada pela Bélgica

i. Levantar informações sobre as empresas de biotecnologia na Bélgica, incluindo o papel do Estado no apoio ao setor;

ii. Apresentar as informações a entidades brasileiras da área de biotecnologia, com vistas a identificar eventuais complementaridades que possam levar à celebração de acordos entre belgas e brasileiros.

2. Buscar maior cooperação com entidades públicas e privadas na Bélgica e em Luxemburgo voltadas para ciência, tecnologia e inovação, com foco na diversificação de parcerias internacionais e na redução de fragilidades em segmentos estratégicos da economia brasileira, como o complexo industrial da saúde e a economia verde (incluindo setores como agricultura, meio ambiente e finanças sustentáveis)

i. Articular contatos entre agências brasileiras como FIOCRUZ e EMBRAPA, por exemplo, e entidades belgas e luxemburguesas selecionadas;

ii. Reforçar a divulgação na Bélgica e em Luxemburgo das iniciativas brasileiras nessas áreas, tanto em nível federal quanto estadual e municipal.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial em telegramas do Posto.

- Avaliação numérica, em porcentagem, da qualidade dos resultados alcançados, conforme registro oficial em telegramas do Posto.

VII - Cooperação em Educação, Cultura, Saúde e Defesa

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. No campo da educação, apoiar os esforços das comunidades acadêmicas belga e brasileira em lançar rede de contatos entre os dois países, bem como apoiar os estudantes brasileiros em nível superior na Bélgica

i. Fornecer o apoio da Embaixada à realização de eventos envolvendo as comunidades acadêmicas de Brasil e Bélgica, bem como de Luxemburgo;

ii. Mapear os estudantes por meio de contato com as universidades belgas, identificando suas principais áreas de atuação;

iii. Considerar a viabilidade e o interesse em incentivar a criação de uma Associação de Estudantes Brasileiros na Bélgica.

2. No campo da saúde, pesquisar o setor produtivo de fármacos na Bélgica, considerando que o país possui uma das mais elevadas taxas mundiais de intensidade tecnológica na indústria farmacêutica

i. Levantar informações sobre as empresas de biotecnologia na Bélgica, incluindo o papel do Estado no apoio ao setor;

ii. Apresentar as informações a entidades brasileiras da área de biotecnologia, com vistas a identificar eventuais complementaridades que possam levar à celebração de acordos entre belgas e brasileiros.

3. No campo da defesa, explorar oportunidades no setor industrial, em particular tendo em conta a intenção do novo governo belga de ampliar o orçamento do seu setor militar

i. Apoiar institucionalmente a parceria produtiva entre a belga SONACA e a EMBRAER, que possui três subsidiárias no Brasil para fins de integração de produção (Sobraer, Sopçaero, Pesola);

ii. Apoiar a integração de cadeias produtivas entre a FN Herstal, empresa estatal da região belga da Valônia, e a EMBRAER, especialmente no fornecimento de metralhadoras integradas aos sistemas de armas do Super Tucano, considerando que cada operação de exportação das armas para montagem no Brasil está sujeita à autorização prévia do Governo da Valônia, com base na avaliação do usuário final da aeronave brasileira.

4. No campo da cultura, vide Seção IV.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial em telegramas do Posto.
- Avaliação numérica, em porcentagem, da qualidade dos resultados alcançados, conforme registro oficial em telegramas do Posto.

VIII - Cooperação para Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico e Combate às Desigualdades

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar a política de desenvolvimento internacional e ajuda humanitária da Bélgica, considerando a dificuldade de desenvolver cooperação bilateral nessa matéria, uma vez que o apoio belga e luxemburguês privilegia parceiros na África e no Orient Médio;
2. Explorar hipóteses de cooperação trilateral em um dos países priorizados pelos governos belga e luxemburguês.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de telegramas sobre o tema.

IX - Apoio às Comunidades Brasileiras no Exterior

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar atentamente a política migratória da Bélgica e alertar a Secretaria de Estado para medidas que possam colocar a comunidade brasileira em situação sensível

i. Monitorar a tendência de endurecimento da política migratória belga, que deverá se recrudescer com as políticas a serem adotas pelo novo governo empossado em fevereiro de 2025.

2. Apoiar institucional e politicamente o Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas

i. Realizar eventuais gestões junto ao governo belga sobre temas de interesse consular;

ii. Apoiar o Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas, no que couber, na realização das eleições presidenciais.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Teor dos telegramas sobre o assunto.

SF/25831.84158-09

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 7, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SILVIO JOSÉ ALBUQUERQUE E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo*.

Relator: Senador **FERNANDO DUEIRE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Silvio José de Albuquerque e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão

SF/25831.84158-09

diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Para tanto, e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é graduado em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1985) e mestre em Política Internacional pela Universidade Livre de Bruxelas (1995). Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1987, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr).

Foi promovido a Segundo-Secretário em 1994; a Primeiro-Secretário em 2001; a Conselheiro em 2005; a Ministro de Segunda Classe em 2008; e a Ministro de Primeira Classe em 2015. Em 2007, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada "A Conferência Mundial de Durham e a política externa brasileira".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: Primeiro-Secretário e Conselheiro na Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Washington (2002/06); Conselheiro e Ministro de Segunda Classe na Embaixada em Santiago (2006/08); Chefe da Divisão de Temas Sociais (2008/12); Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Vancouver (2017/21); e, desde 2021, Embaixador do Brasil junto ao Quênia e, cumulativamente, Ruanda, Uganda, Burundi e Somália; bem como Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas em Nairóbi.

No serviço público, o indicado atuou como Chefe de Gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Federal (2012/14); Chefe da Assessoria Internacional do Superior Tribunal de Justiça (2014/15); Assessor Especial do Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República (2025/16); e Secretário Especial Adjunto de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania (2016/17).

Importa registrar, ainda, que o indicado foi agraciado com distintas condecorações. Para além disso, possui inúmeras publicações entre artigos e livros.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Bélgica e o Luxemburgo, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

SF/25831.84158-09

O Reino da Bélgica, localizado no noroeste da Europa, ocupa a 12ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O país apresenta, também, elevado índice de industrialização. Importa recordar, ainda, que Bruxelas é tanto a capital política do Reino quanto administrativa da União Europeia (UE), bem como sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

O Norte é a região mais próspera do país e onde vivem comunidades flamengas (Flandres). O Sul, por sua vez, é habitado pelos valões, de língua francesa (Valônia). Há, ainda, pequena parte da população, no Leste, que fala alemão. Esse pluralismo constitui por vezes motivo de tensão entre a população, estimada em 11,8 milhões de habitantes, e ameaça a unidade do Reino.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam à independência, quase concomitante, de ambos os países. Nessa trajetória, vale destacar, do ponto de vista político, a visita do Rei Alberto I ao Brasil em 1920, e, da perspectiva econômica, o papel desempenhado no ramo siderúrgico pela Companhia Belgo-Mineira.

Desde então, verificamos crescente aproximação, tendo em conta a convergência de sentimentos no tocante a temas internacionais importantes (multilateralismo, democracia, direitos humanos, meio ambiente) e a complementariedade das economias.

No que concerne ao comércio bilateral, a Bélgica figura em 20º lugar na tabela de destino das exportações brasileiras (US$ 3,9 bilhões) e em 27º no ranking das importações (US$ 1,8 bilhões), segundo dados de 2024. De um lado, o mercado belga é importante para nossos produtos; de outro, o país é, por conta da sua localização e estrutura de transporte, relevante porta de acesso para outras áreas da Europa.

As trocas comerciais, que somaram US$ 5,7 bilhões no ano passado, seguem superavitárias para o Brasil. Exportamos produto básicos e *commodities* (café torrado, sucos de frutas e tabaco) e importamos produtos de maior valor agregado (medicamentos e produtos farmacêuticos; automóveis de passageiros, prata e platina; inseticidas, fungicidas e herbicidas).

SF/25831.84158-09

Em relação aos assuntos consulares, calcula-se em cerca de 50 mil o número de brasileiros na Bélgica. Para seu atendimento, nossos nacionais contam com o Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas.

Sobre o Grão-Ducado de Luxemburgo, vale destacar que se trata de nação autônoma desde 1815. O país é ardoroso defensor da cooperação entre os Estados europeus. Foi, nesse sentido, um dos seis Estados criadores da então Comunidade Econômica Europeia, em 1957. Nos dias de hoje, a Cidade de Luxemburgo sedia importantes instituições da União Europeia, entre elas os Tribunais de Justiça e de Contas.

Detentor de uma das maiores rendas *per capita* do mundo, o Grão-Ducado compensou o declínio da siderurgia, base da economia até os anos 1970, com sua conversão em importante centro financeiro internacional. Na atualidade, sua praça bancária gerencia cerca de US$ 4 trilhões em investimentos.

Outro aspecto a convidar nossa atenção é a circunstância de o país manter importantes laços com a língua portuguesa. Esse contexto é fruto de forte migração de portugueses para a Bélgica nos anos 1960. Na hora atual, os luso-luxemburgueses representam cerca de 16% da população.

As relações bilaterais foram estabelecidas em 1911. O Grão-Ducado teve papel de destaque na criação da Siderúrgica Belgo-Mineira, que impulsionou a industrialização do Brasil. Cuida-se, nos dias de hoje, da ArcelorMittal, uma companhia indiano-luxemburguesa.

Outro dado digno de menção é o fato de que, desde 2017, Luxemburgo conta com embaixador residente no Brasil. Tendo em vista o

SF/25831.84158-09

reduzido número de missões diplomáticas do Grão-Ducado, esse contexto indica a importância atribuída pelos luxemburgueses ao nosso país.

Em referência à comunidade de brasileiros no país, ela é estimada em 10.000 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

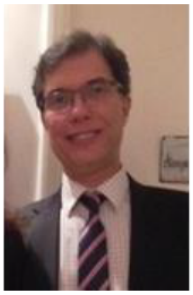
, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

5

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA*
CPF: informações pessoais
ID: 5773/OAB

1959	Filho de informações pessoais e informações pessoais , nasce em informações pessoais em informações pessoais
Dados Acadêmicos:	
1984	Bacharel em Direito, Universidade de Brasília (UnB)
1986	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - CPCD- IRBr
1998	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2003	Mestre em Administração Pública pela JFK School of Government, Universidade de Harvard
2011	Curso de Altos Estudos - IRBR. Tese: "As negociações sobre munições agregadas (cluster munitions) no âmbito das Nações Unidas e a chamada diplomacia paralela (Processo de Oslo): foros complementares ou antagônicos?
Cargos:	
1987	Terceiro-secretário
1994	Segundo-secretário
2000	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2014	Ministro de segunda classe, por merecimento
Funções:	
1988-91	Divisão de Privilégios e Imunidades, assistente
1991-93	Embaixada em Windhoek, terceiro-secretário
1994-97	Missão junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington, segundo-secretário
1997-2000	Embaixada em Assunção, segundo-secretário
2000-01	Gabinete do Secretário-Geral Adjunto, assistente
2001	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assistente
2001-03	Subsecretaria-Geral de Política Bilateral, assistente
2003-05	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, assistente
2005	Departamento de Integração, assistente
2005-07	Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul (DMC), assistente
2007-10	Representação junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra, conselheiro
2010-13	Embaixada em Camberra, conselheiro
2013	Subsecretaria-Geral Política I, assessor técnico
2013-16	Divisão da Organização dos Estados Americanos, chefe

2016-21	Consulado-Geral em Milão, cônsul-geral adjunto
2021-	Consulado-Geral em Vancouver, cônsul-geral adjunto
Condecorações:	
2001	Ordem do Mérito Aeronáutico - Brasil, oficial
2009	Ordem do Mérito Militar - Brasil, oficial
2011	Medalha Mérito Tamandaré - Brasil, oficial
2023	Ordem do Rio Branco - Brasil, grande oficial

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 8, DE 2025

(nº 187/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 187

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de fevereiro de 2025.

EM nº 00040/2025 MRE

Brasília, 14 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Belarus, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 207/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Belarus.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 19/02/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6442526** e o código CRC **25944327** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000991/2025-87 SEI nº 6442526

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Europa e América do Norte (SEAN)
Departamento de Europa (DEU)
Divisão de Europa Central e Oriental (DECEO)

BELARUS





FICHA-PAÍS
Documento Ostensivo
Atualizado em janeiro de 2025

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Belarus
GENTÍLICO	Belarusso
CAPITAL	Minsk
ÁREA	207.600 km^2 (equivalente ao Estado do Paraná)
POPULAÇÃO (2024)	9,1 milhões (Banco Mundial)
IDIOMAS	Belarusso (oficial; 36,7%); Russo (oficial; 62,8%), outros (Polonês e Ucraniano; 0,5%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos Ortodoxos Russos (82%); Católicos (14%); minorias de Protestantes, Judeus e Muçulmanos
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (bicameral)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Aleksandr LUKASHENKO (desde 20.07.1994)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Roman GOLOVCHENKO (desde 04.06.2020)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Maxim RYZHENKOV (desde 27.6.2024)
PIB nominal (2023)	US$ 68,8 bilhões (74ª economia do mundo) (Banco Mundial)
PIB PPP (2023)	US$ 221,1 bilhões (73ª economia do mundo) (Banco Mundial)
PIB *per capita* (2023)	US$ 7.477 (Banco Mundial)
PIB PPP *per capita* (2023)	US$ 22.551 (Banco Mundial)
IDH (2024)	0.801 (69ª posição) (PNUD)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2024)	100%
EXPECTATIVA DE VIDA (2024)	72 anos (Banco Mundial)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	3,6% (Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	Rublo belarrusso (BYN)
EMBAIXADOR NO BRASIL	*cargo vago*
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	20

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões FOB) – Fonte: MDIC)

BRASIL → BELARUS	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**
Intercâmbio	**908,4**	**558,5**	**842,5**	**526,4**	**441,1**	**555,7**	**691,5**	**732,3**	**598,0**	**551,6**	**379,5**	**378,7**	**52,7**
Importações	837,4	545,0	764,5	514,4	430,7	543,2	591,0	594,2	541,8	535,3	372,9	372,4	47,1
Exportações	71,1	13,4	74,0	12,0	10,4	12,4	100,5	138,2	56,2	16,3	6,6	6,4	5,6
Saldo	-766,3	-531,5	-694,5	-502,4	-420,4	-530,8	-490,6	-456	-485,7	-518,5	-366,4	-366,0	-41,5

PERFIS BIOGRÁFICOS

Aleksandr LUKASHENKO
Presidente da Belarus



Nasceu em Kopys, na Belarus, a 30 de agosto de 1954. Formou-se em História pelo Instituto de Pedagogia de Mogilev, em 1975, e em Economia pela Academia de Agricultura da Belarus, em 1985. Depois de servir nos destacamentos de fronteira, entre 1975 e 1977, chefiou um departamento do Comitê Komsomol (a União Comunista da Juventude), em Mogilev, de 1977 até 1978. Entre 1980 e 1982, serviu no Exército Soviético. Nos anos seguintes trabalhou na administração de empresas agrícolas e de construção na região de Mogilev. Começou carreira política em 1990 com a eleição para o Parlamento (Assembleia Nacional). Lukashenko foi o único deputado belarusso que votou contra a dissolução da URSS, em 1991. Como parlamentar, destacou-se na causa do combate à corrupção. Elegeu-se Presidente da República em 1994, na primeira eleição após a independência. Em 1996, convocou referendo que reformou a Constituição, concentrando poderes no Executivo. Reelegeu-se consecutivamente em 2001, 2006, 2010, 2015 e 2020 (em 2004, por meio de novo referendo, aboliu a proibição às reeleições sucessivas). Suas gestões foram caracterizadas pela concentração do poder, mas também pela relativa estabilidade econômica e social (sobretudo em comparação com outros países da antiga URSS). As eleições de 9 de agosto de 2020, no entanto, foram seguidas dos maiores protestos populares desde a chegada de Lukashenko ao poder. É casado, tem três filhos e cinco netos.

Roman GOLOVCHENKO
Primeiro-Ministro da Belarus



Nasceu em 10 de agosto de 1973, em Zhodzina, na Belarus. Em 1996, formou-se no Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou, adjunto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia. De 1997 a 2002, trabalhou como especialista na Secretaria de Estado do Conselho de Segurança da Belarus. Entre 2002 e 2005, foi vice-chefe do Departamento da Procuradoria-Geral da República. Entre 2005 e 2006, foi conselheiro principal no Departamento de Política Externa da Administração do Presidente da Belarus. De 2006 a 2009, foi conselheiro principal do Departamento de Cooperação de Segurança Internacional e do Departamento de Segurança Internacional da Secretaria de Estado, ambos do Conselho de Segurança da Belarus. Em 2009, serviu na Embaixada da Belarus em Varsóvia, na Polônia. Entre 2009 e 2013 foi o primeiro vice-chefe do Comitê Estatal para a Indústria Militar da Belarus. De 2013 a 2018, atuou como embaixador da Belarus em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, sendo responsável cumulativamente pelo Catar, Kuaite e Arábia Saudita. Fala inglês, árabe, alemão e polonês. É casado e tem 3 filhos.

Maskim RYZHENKOV
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Belarus



Nasceu em Minsk, em 19/06/1972 (52 anos). Graduou-se, em 1994, em Direito Internacional na Faculdade de Direito da Universidade Estatal Belarussa (BGU). Em 2003, graduou-se em Administração local e estatal na Academia de "Management" da Presidência da República. Ingressou no serviço exterior belarusso em 1994, sendo lotado no Departamento de Cooperação Bilateral e, posteriormente, no Departamento de Estados Unidos e Canadá. No período de 1996-2000, serviu na Embaixada da Belarus em Tel Aviv, em Israel. Entre 1996-2000, foi também chefe do setor de eventos do Serviço Estatal de Protocolo. Entre 2000 e 2003, atuou como chefe do Departamento da OSCE e do Conselho da Europa. De 2003 a 2005, serviu como ministro-conselheiro na Embaixada da Belarus em Varsóvia, na Polônia. Entre 2005 e 2006, atuou como chefe do Departamento das Américas. No período de 2006 e 2012, foi chefe do Departamento de Política Externa da Presidência da República. De 2012 a 2014, atuou como assessor da Presidência para questões de esportes, educação física e desenvolvimento do turismo. Entre 2015 e 2017, foi o primeiro vice-presidente do Comitê Olímpico Nacional da Belarus. Desde 21/12/2016, ocupava o cargo de primeiro vice-chefe da Presidência da Belarus. Ele também acumulava, desde 2014, a presidência da Federação Belarussa de Basquete e era membro da Federação Belarussa de Xadrez. É o ministro dos Negócios Estrangeiros da Belarus desde 27 de junho de 2024. Fala inglês e polonês. É casado e tem uma filha.

Sergey LUKASHEVICH
Primeiro Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em 1977 (47 anos), em Kuntsevschina, região de Minsk. Graduado pela Faculdade de Relações Internacionais da Universidade Estatal da Belarus em Economia Mundial e Relações Econômicas Internacionais (1999). 2000-2002 – Ministério dos Negócios Estrangeiros (MID), Departamento de Ucrânia e Moldávia. 2002-2006 – Embaixada da Belarus no Uzbequistão. 2006-2008 – Divisão para a América Latina do MID. 2008-2012 – Embaixada da Belarus na Argentina. 2012-2014 – Departamento de Política Global e Cooperação Humanitária do Departamento de Diplomacia Multilateral. 2014-2016 – Embaixada da Belarus no Brasil. 2016-2017 – chefe do Departamento do Corpo Diplomático do Serviço de Protocolo do MID. 2017-2019 – chefe-adjunto do Serviço de Protocolo e chefe do Departamento de Visitas do Protocolo do MID. 2019-2020 – Embaixada da Belarus na Espanha. 2020-2021 – Encarregado de Negócios da Embaixada da Belarus na Espanha. 2021-2024 – Embaixador da Belarus no Brasil e, cumulativamente, no Paraguai e no Uruguai. Em 20 de maio de 2024 assumiu o atual cargo de Primeiro Vice-Ministro

dos Negócios Estrangeiros da Belarus. Fala espanhol, inglês e português. Casado, tem dois filhos.

Evgeny SHESTAKOV
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em 1969, em Volgograd, na Rússia. Graduou-se pela Universidade Pedagógica de Línguas Estrangeiras Estatal de Minsk. Em 1993, ingressou no serviço diplomático como Adido do Departamento de Relações Bilaterais e Cooperação Regional. De 1993 a 1995, serviu na Embaixada da Belarus em Vilnius, na Lituânia. Entre 1995 e 1998, trabalhou na Secretaria de Assuntos Gerais e Jurídicos. De 1998 a 2003, serviu na Embaixada da Belarus em Moscou, na Rússia. Em 2003, foi diretor do Departamento de Trabalho Organizacional e Documentação. Entre 2004 e 2008, foi chefe da Direção Principal de Organização e Controle. De 2008 a 2016, atuou como embaixador da Belarus em Roma, na Itália, sendo também o representante permanente junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Desde março de 2016, é vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. Fala inglês, francês, lituano e italiano. É casado e tem dois filhos.

Dmitriy DEREVINSKIY
Chefe do Departamento de América Latina



Nasceu em 1979, em Minsk, na Belarus. Graduou-se, em 2002, na Faculdade de Espanhol da Universidade Lingüística Estatal de Minsk. De 2016 a 2018, serviu na Embaixada da Belarus em Caracas, na Venezuela. Entre 2018 e 2022, serviu na Embaixada da Belarus em Buenos Aires, na Argentina. Em novembro de 2020, o então embaixador da Belarus na Argentina, Vladimir Astapenko pediu demissão. Após a demissão de Astapenko, por "prática de delito incompatível com o exercício do serviço diplomático", Dmitriy Derevinsky tornou-se o Encarregado de Negócios na Argentina, responsável cumulativamente por Uruguai, Paraguai e Peru. Desde o começo de 2022, é o chefe do Departamento de América Latina. Fala espanhol e inglês. É divorciado e tem dois filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

O Brasil e a Belarus estabeleceram relações diplomáticas em 10 de fevereiro de 1992. Em 2001, a Belarus abriu consulado-geral no Rio de Janeiro e, em 2010, inaugurou embaixada em Brasília. A Embaixada do Brasil em Minsk, por sua vez, foi aberta em junho de 2011. Além do Brasil, os únicos países latino-americanos com embaixadas em Minsk são a Venezuela e Cuba. O Brasil é também o único país de língua portuguesa com representação diplomática na Belarus.

Por ocasião dos 25 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Belarus, comemorados em 10 de fevereiro de 2017, ocorreu troca de cartas entre o então Senhor Ministro de Estado, José Serra, e o então ministro dos Negócios Estrangeiros belarusso, Vladimir Makei. Da mesma forma, foram trocadas cartas entre o então Senhor ME, Carlos França, e Vladimir Makei, em 10 de fevereiro de 2022, por ocasião do 30º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas.

ENCONTROS DE ALTO NÍVEL

Entre os encontros bilaterais de alto nível, destaca-se a visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros belarusso, Sergei Martynov, em outubro de 2004, quando foi assinado acordo bilateral que prevê isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais (vigente desde 25 de novembro de 2016).

O presidente Aleksandr Lukashenko realizou visita ao Brasil em março de 2010, quando se encontrou, no Rio de Janeiro, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, naquela que foi a primeira e única visita de um chefe de Estado da Belarus ao Brasil.

Em junho de 2012, Martynov voltou a visitar o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Em julho de 2015, a presidente Dilma Rousseff e o presidente Aleksandr Lukashenko mantiveram encontro à margem da 7ª Cúpula dos BRICS, em Ufa, na Rússia.

Em 23 setembro de 2022, o então ME, Carlos França, e o então ministro belarusso, Vladimir Makei, realizaram reunião bilateral à margem da 77ª Sessão da Assembleia Geral da ONU.

Atendendo a convite do presidente da Belarus, o embaixador do Brasil em Minsk reuniu-se, em 10 de agosto de 2023, com o presidente Aleksandr Lukashenko, no Palácio Presidencial, quando o presidente belarusso convidou o presidente Lula a visitar o país.

CONSULTAS POLÍTICAS

Em novembro de 2013, o então subsecretário-geral de Assuntos Políticos I, embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, manteve reunião, em Brasília, com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros belarusso, Aleksandr Guryanov. Na ocasião, firmou-se o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, bem como o Acordo de Isenção Parcial de Vistos.

Em outubro de 2015, o então diretor do Departamento de Europa, embaixador Oswaldo Biato, reuniu-se, em Brasília, com o diretor do Departamento das Américas belarusso, Oleg Kravchenko, naquela que seria a segunda reunião de consultas políticas.

Em outubro de 2017, o então diretor do Departamento da Europa, ministro Carlos Perez, visitou Minsk para a terceira reunião de consultas políticas, a primeira a ser realizada na Belarus. Pela parte belarussa, a reunião foi presidida pelo chefe do Departamento das Américas, Pavel Pustovoy.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

Em fevereiro de 2010, o então governador do Estado de Goiás, Alcides Rodrigues Filho, acompanhado de delegação empresarial, visitou Minsk, quando foi assinado um acordo de cooperação entre o Estado de Goiás e a região de Minsk. Na visita de Lukashenko ao Brasil, em março de 2010, este manteve reunião com o então governador de Goiás. Na ocasião, foi assinado um memorando de intenções entre o Governo da Belarus e o Estado de Goiás sobre projetos conjuntos, em especial a possibilidade de criação de uma "joint venture" para a produção de tratores da "Minsk Tractor Zavod" (MTZ) e de caminhões pesados da 'Belarusian Automobile Plant' (BelAZ) naquele Estado.

Em março de 2016, delegação comercial da região de Mogilev, chefiada pelo presidente do Comitê Executivo, Vladimir Domanevsky, visitou Fortaleza, no Ceará. A delegação contou com representantes da filial regional da Câmara de Comércio e Indústria da Belarus e de empresas do país. Em novembro de 2016, delegação comercial do Estado do Ceará, chefiada pelo assessor internacional do Governo do Ceará, deputado Antonio Balhmann, visitou a região de Mogilev e a cidade e a região de Minsk.

Em julho de 2017, visitou o Brasil o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Evgeny Shestakov, que se reuniu com o subsecretário-geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais, embaixador Santiago Mourão, para discutir temas de comércio e cooperação econômica. Naquela ocasião foi assinado o **Memorando de Entendimento para a criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica**.

Em novembro de 2017, delegação oficial belarussa chefiada pelo vice-primeiro-ministro, Anatoly Kalinin, visitou o Brasil. Kalinin manteve reuniões no Itamaraty, Ministério de Minas e Energia, Casa Civil do Distrito Federal e Governo dos Estados de Goiás e São Paulo. Na ocasião, foi realizada, em Brasília, a **primeira reunião da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica**, presidida, do lado brasileiro, pelo embaixador Santiago Mourão, e do lado belarusso, pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Evgeny Shestakov. Além disso, realizou-se, em São Paulo, uma rodada de matchmaking e o primeiro fórum de negócios "Brasil-Belarus".

Entre os dias 27 e 30 de novembro de 2023, visitou o Brasil delegação de alto nível liderada pelos presidentes do Banco Central da Belarus, Pavel Kallaur, do Banco de Desenvolvimento, Aleksandr Egorov, da Associação de Bancos, Mikhail Provorov, e da companhia de fertilizantes Belaruskali (BKK), Aleksey Skraga. Em São Paulo, o grupo reuniu-se com representantes de bancos individuais potencialmente interessados em conduzir negócios recusados pela maior parte do sistema financeiro nacional, em decorrência das sanções impostas ao governo da Belarus. Em Brasília, reuniram-se com o presidente do Banco Central (BACEN), Roberto Campos.

COOPERAÇÃO JURÍDICA

O então ministro da Justiça, Dr. Torquato Jardim, realizou visita a Minsk em junho de 2018. Tratou-se da primeira visita de ministro de Estado do Brasil à Belarus. Foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Memorando de Entendimento entre os ministérios da Justiça do Brasil e da Belarus.

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Em outubro de 2005, ocorreu a primeira visita oficial de delegação parlamentar brasileira à Belarus, liderada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, deputado Aroldo Cedraz.

Em setembro de 2015, foi realizada nova visita de delegação parlamentar brasileira, liderada pelo segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados, deputado Fernando Giacobo.

COOPERAÇÃO EM ORGANISMOS MULTILATERAIS

Com relação à atuação conjunta no quadro dos mecanismos de integração das organizações internacionais, cabe recordar o histórico positivo do relacionamento: a Belarus apoia o pleito brasileiro a um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado, bem como costuma adotar posições próximas às do Brasil na maioria das questões em pauta das Nações Unidas e demais organismos internacionais. Da mesma forma, a Belarus costuma votar nos candidatos brasileiros nas eleições para os organismos internacionais, independentemente de troca de votos.

Em 2023, o governo belarusso apoiou a candidatura brasileira para o mandato o Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas para o mandato de 2024-2026; a candidatura brasileira à reeleição ao Conselho Executivo da Organização Marítima Internacional (IMO), categoria "B", mandato 2024-2025; a candidatura do embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto para o Comitê de Contribuições (CoC) das Nações Unidas; a candidatura do senhor Leontino Rezende Taveira para o cargo de Secretário-Geral Adjunto (SGA) da União para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV); a candidatura do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, à Junta de Auditores das Nações Unidas (BoA), mandato 2024-2030; a candidatura da Secretária Juliana Gaspar Ruas à reeleição no Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), mandato 2024-2026; a candidatura da Doutora Thelma Krug para a presidência do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e a candidatura da senadora Mara Gabrilli ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD), mandato 2025-2028.

Destoa, no entanto, do quadro em geral positivo, o desconforto das autoridades belarussas ante o voto brasileiro no Conselho de Direitos Humanos, no sentido da recondução do "Special Rapporteur" para a Belarus e o apoio brasileiro a declarações em foros internacionais críticas à situação dos direitos humanos no país, particularmente após as eleições presidenciais contestadas de 9 de agosto de 2020 e o aumento da repressão do governo local em relação à oposição.

Em agosto de 2020, o Brasil emitiu nota oficial com o seguinte teor: "The Brazilian government follows with concern the developments in the aftermath of the August 9 presidential election in Belarus, in particular the reports of violence carried out against peaceful demonstrations. (…) Brazil urges the political forces in that country to engage in a broad dialogue and to peacefully settle their differences, with due respect for fundamental rights and the principle of popular sovereignty."

Apesar de, tradicionalmente, o Brasil não se associar a intervenções sobre a situação de outros países nos foros multilaterais de direitos humanos, em vista da grave situação na Belarus após as eleições de 2020, o governo brasileiro julgou oportuno aderir a declarações conjuntas com o objetivo de chamar a atenção para violações de direitos humanos. Nesse contexto, podem ser destacadas a intervenção proferida no âmbito da III Comissão em outubro de 2020, bem como a declaração sobre liberdade de imprensa durante a 47ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, em julho de 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

A Belarus está em processo de acessão à Organização Mundial do Comércio (OMC). As condições políticas, no entanto, retiraram a expectativa dessa acessão no curto prazo. Nesse contexto, o Brasil e a Belarus estão mantendo tratativas para reintrodução do Brasil no Sistema Geral de Preferências (SGP) da União Econômica Euroasiática (UEE).

COMÉRCIO BILATERAL

O Brasil é tradicionalmente o principal parceiro comercial da Belarus na América Latina. O comércio bilateral é tradicionalmente deficitário para o Brasil, devido às importações de grandes quantidades de cloreto de potássio. Segundo o Comex Stat, as importações brasileiras alcançaram US$ 1,48 bilhão (2011), US$ 837 milhões (2012), US$ 545 milhões (2013), US$ 768 milhões (2014), US$ 514 milhões (2015), US$ 431 milhões (2016), US$ 543 milhões (2017), US$ 591 milhões (2018), US$ 594 milhões (2019), US$ 542 milhões (2020), US$ 535 milhões (2021), US$ 373 milhões (2022), US$ 372 milhões (2023) e US$ 47 milhões (2024).

As exportações brasileiras, por sua vez, foram de US$ 71,1 milhões (2012), US$ 13,5 milhões (2013), US$ 74 milhões (2014), US$ 12 milhões (2015), US$ 10,4 milhões (2016), US$ 12,4 milhões (2017), US$ 100 milhões (2018), US$ 138 milhões (2019), US$ 56,2 milhões (2020), US$ 16,3 milhões (2021), US$ 6,6 milhões (2022), US$ 6,36 milhões (2023) e US$ 5,6 milhões (2024). Desde 2020, houve redução sensível no volume das exportações brasileiras, impactadas pelas sanções impostas pelos países ocidentais principalmente sobre acordos bancários e o transporte logístico.

Em 2024, a corrente de comércio entre o Brasil e a Belarus totalizou US$ 52,7 milhões, redução acentuada de 86% em comparação a 2023, novamente por conta das referidas sanções.

Em geral, os principais produtos importados pelo Brasil se constituíram de: Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos); Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes e outros produtos.

Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2024 foram: Amendoins (69% do total); Elementos químicos, inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (5,2% do total); Matérias brutas de animais (5,1%); Café não torrado (4,5% do total); Demais produtos da indústria de transformação (4,2%); e outros produtos com menor participação global.

EMBRAER

A Embraer participou ativamente da renovação da frota de aeronaves da Belavia, que chegou a contar com 17 aviões fabricados pela empresa brasileira (3 do modelo 195E2, 7 do modelo 195 e 7 do modelo 175) - alguns dos quais resultaram de "leasing", logo não necessariamente foram contrapartida no comércio bilateral. Seguindo as sanções dos países ocidentais, a Embraer suspendeu a assistência técnica de seus aviões ainda em operação pela Belavia. Isso motivou queixa belarussa na OACI. Informou-se ao governo belarusso tratar-se de empresa privada sobre a qual o governo brasileiro não tem ingerência. De acordo com as informações disponíveis, restam apenas 5 aeronaves na frota da referida empresa aérea.

PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS

Em abril de 2018, o chefe do escritório da Apex-Brasil para a Eurásia, com sede em Moscou, Almir Américo, visitou Minsk com o objetivo de consolidar canais de diálogo com instituições belarussas, buscar oportunidades para empresas brasileiras e diversificar a pauta comercial bilateral.

Desde fevereiro de 2023, quando foi oficialmente aberto o Setor de Promoção Comercial e Investimentos (SECOM) da Embaixada em Minsk, foram desenvolvidas uma série de atividades de promoção comercial destinadas a aumentar as exportações

brasileiras, reduzindo o déficit comercial estrutural com a Belarus, e a identificar novas oportunidades de comércio e investimentos.

Em 14 de fevereiro de 2023, realizou-se evento de "cupping" de cafés especiais brasileiros organizado pelo cafeólogo Edgard Bressani, reconhecido internacionalmente como sendo uma das mais importantes personalidades do ramo do café.

Entre 21 e 23 de junho de 2023, foi realizada visita à região de Grodno, terceira maior cidade da Belarus. A agenda do embaixador do Brasil teve encontro com o governador, Vladimir Karanik, bem como visitas às empresas "Grodno Tobacco Factory Neman" (cigarros, tabaco), "Grodno Azot" (químicos, fertilizantes), "Grodno Meat Processing Plant" (carnes e embutidos) e "Glassfactory Neman" (vidro, cristal).

Entre 12 e 14 de julho de 2023, foi realizada visita à região de Vitebsk, quarta maior cidade e capital cultural da Belarus, e também à cidade de Orsha. Além de encontro com o governador, Aleksandr Subbotin, o Embaixador participou da abertura do "Slaviansky Bazaar", na presença do Presidente Lukashenko, e visitou as empresas "Vitstroytekhmash" (elevadores), "Polymerconstruction" (purificação de água) e "Orsha Linen Mill" (tecidos e produtos de linho).

COOPERAÇÃO CULTURAL

O festival de arte urbana "Vulica Brasil" foi realizado pelo posto em 5 edições – 2014, 2015, 2016, 2017 e 2019. O evento fez grande sucesso e mudou a personalidade não apenas de uma rua ("vúlitsa" é "rua" em belarusso), mas de um bairro inteiro de Minsk. Ao longo dos anos, tornou-se símbolo da cooperação entre o Brasil e a Belarus e um dos principais projetos da diplomacia cultural brasileira. Em suas várias edições, o projeto teve o apoio da Embaixada do Brasil, da Prefeitura de Minsk e do Ministério da Cultura da Belarus.

Foram pintados mais de 40 grandes murais no centro de Minsk e em áreas próximas à rua Oktyabrskaya (que passou a ser também conhecida como "rua Brasil"). Hoje, a rua abriga cafés, centros culturais, escritórios e galerias, tendo se transformado em uma galeria de arte a céu aberto. Artistas brasileiros de renome internacional como OSGEMEOS, Speto, Ramon Martins e Bruno Big deixaram suas marcas na cidade. O festival alcançou outras áreas de Minsk, com pinturas em fachadas de edifícios, bondes, vagões de metrô e pontes. Até a fachada do prédio da Embaixada ganhou uma enorme pintura de OSGEMEOS. Além da arte de rua, o Vulica Brasil promoveu exibições fotográficas, exposições, instalações e seminários com artistas e arquitetos e urbanistas. Os dias de encerramento do evento se tornaram uma tradicional festa, com arte, música ao vivo e danças brasileiras, atraindo milhares de pessoas.

Em sua última edição, em 2019, o Festival contou com a participação de mais de 400 voluntários, além de artistas que sempre trabalham como entusiastas do projeto. O festival também promoveu visitas aos orfanatos de Uzda, Rudensk, Zhodino e Cherven. Em 2021, o festival ganhou nova vida no Brasil com a criação do "Instituto de Arte e Sustentabilidade Vulica Brasil", em Brasília. Em novembro de 2021, foi feito o lançamento de livro eletrônico sobre a história do festival, ocasião em que, por uma semana, foram realizadas palestras, "workshops" e a exposição de obras e de fotografias do evento.

Em 2023, com o relaxamento das medidas sanitárias relacionadas à pandemia de COVID-19, a Embaixada em Minsk retomou a cooperação cultural por meio da realização de uma série de eventos culturais.

Entre 3 e 13 de março de 2023, foi realizada no "Palácio das Artes", em Minsk, a exposição "Encontro com o Brasil: um olhar distante". O projeto envolveu 16 artistas plásticos locais, convidados a produzir obras inspiradas na imagem que possuem do Brasil. A exposição incluiu a realização no mesmo espaço de eventos variados sobre a cultura brasileira.

Entre 21 e 30 de junho e entre 12 de julho e 27 de agosto de 2023, foram realizadas mostras itinerantes da exposição "Encontro com o Brasil: um olhar distante" nas cidades de Grodno e de Vitebsk, capitais das regiões homônimas. Dada a receptividade das mostras itinerantes, as cidades de Gomel, Brest e Mogilev, capitais das outras três regiões da Belarus, manifestarem interesse em futuramente acolher a exibição.

Entre 29 de novembro e 3 de dezembro de 2023, foi realizado o III Festival de Cinema Brasileiro, no cinema Pioner, em Minsk. Na ocasião, foram exibidos os filmes "Elis e Tom", "Pureza", "Eduardo e Mônica", "Pixinguinha" e "As Verdades", todos com legendas em russo. Ao todo foram realizadas sete projeções para um público estimado de 600 pessoas. Dado o sucesso dessa iniciativa, está previsto para breve o início do funcionamento de cineclube na embaixada, que exibirá, mensalmente, um filme brasileiro com legendas russas.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Em 2015, o Brasil e a Belarus firmaram Acordo de Cooperação em Matéria de Educação (o acordo entrou em vigor a 5 de agosto de 2019).

Em julho de 2023, dois alunos da Universidade Estatal da Belarus (BGU) participaram de curso de verão, com duração de 15 dias, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destinado a promover a língua portuguesa e o ensino da história, geografia, política, cultura e formação da sociedade brasileira.

Em 14 e 15 de setembro de 2023, a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Goulart Almeida, realizou visita a Minsk com o objetivo de aprofundar as relações acadêmicas entre a UFMG e instituições congêneres belarussas. Na ocasião, firmou memorandos de entendimento com a Universidade Estatal da Belarus (BGU), a Universidade Econômica Estatal da Belarus (BGEU) e a Universidade Estatal de Informática e Radiodifusão (BGUIR).

Como resultado da parceria, a UFMG ofereceu 4 bolsas para o curso de verão de 2024, bem como convidou professor de português da BGEU para realizar curso no Brasil, com duração de 6 meses, para aprimorar a formação no ensino de português. Ofereceu também 12 vagas em curso de português online, desenvolvido especialmente para alunos estrangeiros. Além das três universidades antes mencionadas, essas vagas contemplarão estudante da Universidade estatal Yanka Kupala, em Grodno.

ASSUNTOS CONSULARES

O setor Consular da Embaixada foi aberto em junho de 2019. Emite passaportes e documentos, presta assistência à pequena comunidade brasileira no país e a belarussos e estrangeiros interessados em visitar o Brasil, bem como disponibiliza atendimento de plantão para emergências.

A entrada em vigor do Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração, em novembro de 2016, resultou no aumento da presença de brasileiros em visita à Belarus. Em 2018, foi divulgado na imprensa local que durante a Copa do Mundo de Futebol realizada na Rússia transitaram pela Belarus cerca de mil brasileiros. Não foram reportados incidentes de qualquer natureza. Desde 2020, com as restrições impostas pela pandemia de COVID-19 e, posteriormente, com as sanções contra a Belarus, que limitaram o transporte aéreo, houve redução substantiva do número de turistas.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político belarusso é altamente centralizado. O presidente Aleksandr Lukashenko, no poder desde 20.07.1994, concentra quase todo o poder político: detém as prerrogativas de nomear todos os membros do Conselho de Ministros, dissolver a Assembleia Nacional e designar governadores das regiões. O Legislativo atua, sobretudo, como órgão legitimador dos projetos do Executivo.

Em consequência do controle estatal da economia e das restrições a manifestações populares e à atuação de organismos da sociedade civil, os poucos polos alternativos de poder detém pouco espaço. Nesse contexto, a oposição veicula ideias sobretudo por meio da internet, o que limita as possibilidades de surgimento de projetos alternativos viáveis. Ainda que as vitórias eleitorais de Lukashenko pareçam incontestáveis — uma vez que não há, entre os opositores, candidatos com reais chances de vitória —, as cifras oficiais dão ensejo a protestos populares, à prisão de manifestantes e ao recorrente esfriamento das relações com os países ocidentais, a cada ciclo eleitoral.

O presidente Lukashenko elegeu-se presidente da Belarus em 20 de julho de 1994, na primeira eleição após a independência. De acordo com a Constituição de 1994, as eleições presidenciais seguintes deveriam ter sido realizadas em 1999. No entanto, em novembro de 1996, Lukashenko estendeu o seu mandato até 2001, através de referendo. Lukashenko foi reeleito na eleição subsequente, em 9 de setembro de 2001. Em outubro de 2004, o resultado de um referendo pôs fim ao limite de mandatos presidenciais e permitiu ao presidente concorrer e ganhar um terceiro mandato, em 19 de março de 2006, um quarto mandato, em 19 de dezembro de 2010, um quinto mandato, em 11 de outubro de 2015, e um sexto mandato em 9 de agosto de 2020.

ÚLTIMAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

O resultado oficial da eleição presidencial de 9 de agosto de 2020 foi o seguinte: Aleksandr Lukashenko, candidato da situação, reeleito presidente, com 80,1% dos votos; Svetlana Tikhanovskaya, candidata da oposição, 10,1% dos votos; Outros candidatos, 9,8% dos votos. O resultado foi contestado e eclodiram protestos de rua generalizados contra o que a oposição considerou como uma nova fraude eleitoral. Os protestos assemelharam-se à revolução do “Euromaidan” na Ucrânia, no início de 2014. Lukashenko reprimiu os protestos e permanece no poder. A polícia belarussa encarcerou centenas de manifestantes e levou alguns líderes da oposição ao exílio.

ATUAÇÃO DA OPOSIÇÃO NO EXTERIOR

Refugiada na Lituânia, a candidata da oposição na eleição de 2020, Svetlana Tikhanovskaya, defende a imposição de sanções contra o regime da Belarus. Ela afirma que mais de 36 mil belarussos teriam sido presos durante os protestos. Muitos manifestantes deixaram o país.

De acordo com o comitê de investigação do governo belarusso, 4.691 processos criminais foram iniciados desde 9 de agosto de 2020. Segundo a organização local de proteção de direitos humanos "Viasna", haveria atualmente mais de 1.217 prisioneiros políticos na Belarus. O número de detenções teria aumentado após o início da guerra na Ucrânia, em fevereiro de 2022.

SANÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2 de outubro de 2020, o Conselho Europeu impôs medidas restritivas a 44 pessoas identificadas como responsáveis por suposta repressão a manifestantes pacíficos, membros da oposição e jornalistas. Entre as medidas figuram a proibição de viajar à

União Europeia (incluindo trânsito) e o "congelamento" de bens (incluindo fundos de investimentos e contas em bancos).

Em 6 de novembro de 2020, o Conselho Europeu adicionou à lista de sanções 15 membros do governo belarusso, incluindo o presidente Lukashenko e seu filho e assessor de segurança nacional, Viktor Lukashenko.

Em 17 de dezembro de 2020, foram acrescentados à lista outras 36 pessoas e entidades, incluindo empresários e empresas que se beneficiam do governo de Lukashenko e o apoiam.

INTERCEPTAÇÃO DO VOO DA RYANAIR

Em 3 de maio de 2021, o governo belarusso interceptou um voo da Ryanair que sobrevoava o espaço aéreo da Belarus, obrigando-o a pousar em Minsk, para deter o jornalista Roman Protasevich e sua companheira russa Sofia Sapega, que se encontravam em uma lista de procurados, medida que contribuiu para aumentar o isolamento do país.

Em 23 de maio de 2021, em razão do desvio e aterrissagem forçada de voo da Ryanair em Minsk, o Conselho Europeu anunciou o cancelamento de ligações aéreas da Belarus com a Europa ocidental.

Em 4 de junho de 2021, o CE decidiu reforçar as sanções à Belarus e proibiu o acesso de qualquer aeronave belarussa a aeroportos da União Europeia e a seu espaço aéreo, duro golpe para a empresa Belavia.

Em 21 de junho de 2021, o Conselho Europeu anunciou sanções a mais 78 pessoas e 8 entidades belarussas – dessa forma, a lista geral chegou a 166 pessoas e 15 entidades. Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia, além de Islândia, Liechtenstein e Noruega se somaram aos países que tinham adotado sanções contra a Belarus.

Em 24 de junho de 2021, o Conselho Europeu decidiu impor sanções setoriais contra a Belarus. O novo pacote incluiu a proibição do transporte e comércio de certos tipos de fertilizantes à base de potássio, derivados de petróleo, tabaco. Entre as sanções anunciadas também estão o bloqueio de acesso de representantes do governo belarusso e de bancos estatais ao mercado financeiro europeu.

Em 9 de agosto de 2021, para marcar o primeiro aniversário dos protestos contra a reeleição, os belarussos se manifestaram no exterior, especialmente na Polônia e na Ucrânia, destino de exílio de muitos refugiados. Os Estados Unidos, Canadá e Reino Unido anunciaram novas sanções contra pessoas físicas e jurídicas belarussas. As sanções atingiram os setores de defesa e material bélico, segurança, energia, fertilizantes, tabaco, construção civil e transportes, incluindo a empresa estatal "Belaruskali" (potássio) e o Comitê Olímpico Nacional Belarusso.

MIGRANTES NA FRONTEIRA

No contexto de distanciamento do Ocidente e aproximação com a Rússia, a Belarus é acusada de patrocinar, a partir de 2021, guerra híbrida contra seus vizinhos, principalmente a Polônia e a Lituânia, inclusive com a facilitação do trânsito de migrantes provindos sobretudo do Oriente Médio, com destino à Europa.

Em 15 de novembro de 2021, a UE alterou o seu regime de sanções e alargou os critérios de listagem para permitir visar indivíduos e entidades que organizam ou contribuem para atividades que facilitam a passagem ilegal das fronteiras externas da UE.

Em 2 de dezembro de 2021, a UE adotou o quinto pacote de sanções contra as contínuas violações dos direitos humanos e a instrumentalização de migrantes. Foram impostas medidas restritivas a mais 17 indivíduos e 11 entidades, visando membros proeminentes do poder judiciário, meios de comunicação utilizados para propaganda, políticos influentes e empresas que ajudaram a incitar politicamente a passagem ilegal de migrantes pelas fronteiras.

PARTICIPAÇÃO NA INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA

Em 24 de fevereiro de 2022, a Belarus apoiou a invasão da Ucrânia pela Rússia. Apesar de o governo belarusso ter resistido à pressão da Rússia para participar diretamente na guerra, seu território e instalações logísticas foram utilizadas pelas forças russas, no ataque ao flanco nordeste da Ucrânia, no início da guerra.

Em 25 de fevereiro de fevereiro de 2022, a EU sancionou 42 funcionários do Ministério da Defesa, militares e autoridades belarussas em relação à atividades contra a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia.

Em 2 de março de 2022, a UE introduziu novas restrições ao comércio de tabaco, minerais, potássio, madeira, cimento, ferro, aço e borracha. As novas medidas também proibiram a exportação para a Belarus de bens e tecnologia de dupla utilização, que possam contribuir para o desenvolvimento militar, tecnológico, de defesa e de segurança.

Em 9 de março de 2022, a UE adotou novas medidas visando o setor financeiro belarusso, que proibiram uma série de interações e transações financeiras com a Belarus.

Em 8 de abril de 2022, a UE proibiu o transporte rodoviário russo e belarusso de carga dentro da UE, inclusive em trânsito. Até o momento, a UE adotou sanções contra um total de 235 indivíduos e 34 entidades belarussas.

ELEIÇÕES PARLAMENTARES E PRESIDENCIAIS

Em fevereiro de 2022, o governo belarusso emendou a Constituição para que Lukashenko possa concorrer por mais dois mandatos, o que o permitirá permanecer no poder até 2035, quando completaria 81 anos.

Em fevereiro de 2023, Lukashenko alterou a lei sobre os partidos políticos, restringindo o seu número para apenas quatro, leais ao governo.

Em janeiro de 2024, Lukashenko modificou a lei sobre o presidente da República da Belarus, concedendo ao presidente imunidade vitalícia contra processos judiciais e aumentando os requisitos para concorrer à presidência - os candidatos terão que ter vivido na Belarus por pelo menos 20 anos e não poderão ter qualquer vínculo com país estrangeiro, medida que impede a candidatura de Svetlana Tsikhanouskaya, exilada na Lituânia.

Houve eleições parlamentares na Belarus em 25 de fevereiro de 2024 e as próximas eleições presidenciais serão realizadas em 2025.

POLÍTICA EXTERNA

Na esfera regional, a Belarus é membro da “Comunidade dos Estados Independentes” (CEI), da “União de Estados entre Belarus e Rússia”, da “União Econômica Euroasiática” (UEE) e da “Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO).

Desde a independência, a política exterior da Belarus se caracterizava por movimentos pendulares em direção à Rússia e ao Ocidente, alternativamente, de modo a extrair vantagens de um e outro parceiro, sem comprometer a liberdade de ação e o modelo político. À Rússia, o país sinalizava com a eventual integração das estruturas políticas e econômicas construídas por Moscou. À União Europeia, acenava com a abertura política, abandonada tão logo Moscou aceitasse fazer novas concessões econômicas.

O quadro se modificou com os protestos que se seguiram às últimas eleições presidenciais. Isolado politicamente, Lukashenko afastou a Belarus do Ocidente, aproximando-a da Rússia.

RELAÇÕES COM A RÚSSIA

A Rússia é o maior parceiro político, econômico e militar da Belarus. Para a Rússia, o país constitui a fronteira ocidental do que se convencionou chamar "exterior próximo", e tem-se demonstrado um aliado fiel e constante. Para a Belarus, a Rússia é o destino de quase toda sua produção industrial e agrícola, bem como uma "pátria grande" de referência para a maior parte da população.

Apesar disso, o relacionamento bilateral era marcado, até a pouco, por contradições e sutilezas de que não dá conta o estereótipo do "país satélite de Moscou". Os dois países tinham arestas importantes no relacionamento bilateral e divergências em suas políticas externas com relação à Europa e ao espaço ex-soviético.

A partir da crise eleitoral de 2020, os dois países estreitaram as relações e reavivaram um antigo projeto político da década de 1990, a União de Estados entre a Rússia e a Belarus. Em 1997 a Belarus e a Rússia assinaram um tratado de aproximação política e econômica, que previa a formação de uma União de Estados. O tratado - proposto por Lukashenko, que imaginava então superar Boris Yeltsin e presidir ele mesmo a união - ficou adormecido até 2020, quando, diante do que pareceu a Putin excessiva inclinação de Minsk para o Ocidente, o Kremlin o tirou da gaveta e vem desde então promovendo a sua conclusão jurídica e prática.

A cooperação militar no âmbito dos exercícios militares russo-belarussos "Zapad" resultou, em 2021, na presença militar russa permanente no território belarusso. Em fevereiro de 2022, a Rússia atacou a Ucrânia a partir do território belarusso. Há também relatos de que o grupo paramilitar russo Wagner estaria treinando soldados do exército belarrusso.

Em junho de 2023, a Belarus começou a receber armas nucleares tácticas russas, cujas entregas foram oficialmente concluídas em dezembro passado. Após o estacionamento das armas nucleares russas no território da Belarus, o país anunciou, em janeiro de 2024, a revisão de sua doutrina militar, assim como do conceito de segurança nacional, para prever, pela primeira vez, a possibilidade do uso de armas nucleares.

A Rússia é o principal parceiro comercial da Belarus. Em 2021, a Rússia respondeu por 49% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a Rússia US$ 16,4 bilhões e importou 41,8 bilhões.

RELAÇÕES COM A UCRÂNIA, A POLÔNIA E OS PAÍSES BÁLTICOS

A Ucrânia, a Polônia e os países bálticos constituem, ademais da Rússia, as fronteiras que delimitam a vizinhança regional imediata da Belarus no contexto centro-leste europeu. A Belarus mantém com eles agenda multifacetada em que se reproduzem, grosso modo, as linhas de demarcação ideológica, política, militar e econômica entre a Rússia e o chamado "Ocidente". Por esta razão, o relacionamento da Belarus com os vizinhos é inseparável do relacionamento do país com a União Europeia e, em segundo plano, com os Estados Unidos.

Ucrânia: As relações políticas da Belarus com a Ucrânia eram intensas, alimentadas por visitas frequentes de alto nível. Em 2014, a Belarus não reconheceu oficialmente a incorporação da Crimeia à Rússia nem os resultados dos plebiscitos realizados no sudeste da Ucrânia. Em 2015, por iniciativa de Lukashenko, Minsk sediou cúpula entre Ucrânia, Rússia, Alemanha e França para negociações de cessar-fogo no conflito que eclodiu em abril de 2014, entre a Ucrânia e separatistas pro-Rússia. Mais de 100 empresas exportadoras belarussas atuavam no mercado ucraniano e pelo menos 10 empresas binacionais operavam na Ucrânia na montagem de tratores, caminhões e veículos pesados.

Em agosto de 2020, no entanto, o governo ucraniano não reconheceu o resultado das eleições presidenciais na Belarus. Em maio 2021, após o pouso forçado de avião da Ryanair em Minsk, a Ucrânia proibiu a passagem de aviões da Belarus no seu espaço aéreo. O governo ucraniano suspendeu também as importações da eletricidade da Belarus. Em setembro de 2021, Lukashenko acusou a Ucrânia de abrir uma “segunda frente” contra a Belarus e organizar “campos de treinamento” para treinar opositores com apoio dos EUA. Em fevereiro de 2022, a Belarus apoiou a invasão da Ucrânia pela Rússia, colocando o seu território à disposição das forças russas para atacarem a Ucrânia.

Em 2021, a Ucrânia foi o segundo principal parceiro comercial da Belarus. A Ucrânia respondeu por 8,5% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a Ucrânia US$ 5,4 bilhões e importou 1,5 bilhões. Depois da invasão da Ucrânia pela Rússia, houve forte redução do comércio bilateral.

Polônia: Desde as eleições de agosto de 2020, a relação bilateral passa por séria crise, com expulsões mútuas de diplomatas e redução do número de funcionários nas respectivas embaixadas e consulados. Em 2021, o governo polonês viu o fluxo de imigrantes ilegais do Iraque, Síria e países africanos crescer assustadoramente em sua fronteira com a Belarus. Em outubro de 2021, o governo polonês anunciou que iria reforçar suas fronteiras com a Belarus destacando cerca de 10 mil soldados, além de investir US$ 400 milhões na construção de cercas de arame farpado.

Em 2021, a Polônia foi o quinto parceiro comercial da Belarus e respondeu por 4% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a Polônia US$ 2,08 bilhões e importou 1,19 bilhões.

Lituânia: Até a crise política de 2020 e a imposição de sanções contra a Belarus, o porto lituano de Klaipeda, no Mar Báltico, era uma das principais rotas de escoamento das exportações belarussas. O número de migrantes ilegais presos na Lituânia depois de cruzar as fronteiras da Belarus passou de 4 mil pessoas nos primeiros seis meses de 2021, comparados com 81 registros em todo o ano de 2020. A retomada da construção e operacionalização, a partir de 2021, da central nuclear belarussa de Ostrovets, próxima à fronteira com a Lituânia, também é motivo de disputas políticas.

Em 2021, a Lituânia foi o sétimo principal parceiro comercial da Belarus, respondendo por 2% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a Lituânia US$ 1,39 bilhões e importou US$ 610 milhões.

Letônia: Os belarussos são a segunda minoria nacional na Letônia (66 mil pessoas, ou cerca de 3,5% da população do país). Eram comuns visitas bilaterais de alto nível. A Letônia era importante parceiro comercial e fonte de investimentos na Belarus, assim como um importante corredor de trânsito para as exportações belarussas para

terceiros países. Existiam 322 empresas com capital letão operando na Belarus (comércio, serviços, madeira, produtos farmacêuticos, alimentos).

Em 2020, ao lado de países da UE e dos EUA, a Letônia não reconheceu a legitimidade das eleições presidenciais e aderiu aos pacotes de sanções dos Estados Bálticos e do Conselho da EU contra a Belarus. Em março de 2021, o regime de Lukashenko expulsou da Belarus toda a equipe de funcionários diplomáticos da Letônia, incluindo o embaixador, após acusar autoridades do país vizinho de ter usado uma bandeira branca e vermelha, símbolo da oposição belarussa, em um evento de hóquei no gelo. Em maio de 2021, os contatos em todos os níveis foram reduzidos. Relações diplomáticas e consulares foram completamente suspensas. Desde agosto de 2021, permanece em vigor estado de emergência na fronteira com a Belarus devido à crise migratória.

RELAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA

O relacionamento com a União Europeia era bastante complexo e nuançado, com a presença de importante delegação da UE e de grande número de embaixadas europeias em Minsk. Existiam inúmeros projetos de cooperação em curso, no âmbito de diversos programas europeus de desenvolvimento. A presença econômico-comercial, cultural, esportiva, turística europeia também era muito importante. O relacionamento se dava, alternativamente, seja no âmbito comunitário propriamente dito, seja no formato bilateral, com os distintos países membros da UE.

Em agosto de 2020, a União Europeia não reconheceu a legitimidade das eleições presidenciais belarussas. Em outubro de 2020, a UE tomou a decisão de manter a cooperação com a Belarus na Parceria para o Leste em nível não político e de intensificar a cooperação com entidades não-estatais. Em 28 de junho de 2021, as autoridades belarussas se retiraram da Parceria para o Leste.

Alemanha: Em 2021, a Alemanha foi o quarto principal parceiro comercial da Belarus e respondeu por 4,2% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a Alemanha US$ 1,67 bilhões e importou US$ 1,76 bilhões.

Países Baixos: Em 2021, os Países Baixos foram o sexto maior parceiro, respondendo por 3% do comércio exterior belarusso. A Belarus exportou para os Países Baixos US$ 2,18 e importou US$ 304,7 milhões daquele país.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

Desde o fim da URSS a Belarus manteve com os Estados Unidos relacionamento conturbado, que se agravou depois das eleições presidenciais de 2010. Na ocasião, foram retirados os embaixadores das respectivas capitais, bem como reduzido o número do pessoal diplomático permitido em cada embaixada. O relacionamento bilateral era pouco mais que protocolar, não obstante a presença de significativa diáspora belarussa nos EUA.

Entre 2015 e 2020 houve degelo paulatino nas relações entre Washington e Minsk, sem que o relacionamento entre as duas capitais tenha se normalizado completamente. Em paralelo com a aproximação entre a Belarus e a UE, os norte-americanos procuravam gradualmente elevar a importância da Belarus em sua política externa para o Leste Europeu. Várias visitas de alto nível foram realizadas. Em julho de 2017, uma delegação do Congresso dos EUA visitou a Belarus e participou de sessão da assembleia da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE, na sigla em inglês). A Belarus removeu o limite de diplomatas autorizados a trabalhar na embaixada dos EUA em Minsk, incluindo o embaixador. Em 2019, o consultor de Segurança Nacional John Bolton visitou a Belarus e se encontrou com o presidente Lukashenko. Em fevereiro de 2020, o então secretário de estado norte-americano, Mike Pompeo, visitou Minsk, onde se encontrou com o presidente Lukashenko e com o

chanceler Makei. A conversa teria sido sobre temas econômicos e a soberania e independência da Belarus. O presidente belarusso teria reiterado que a Belarus nunca poderia fazer parte de outro país, referência implícita à Rússia.

A partir da crise eleitoral de agosto de 2020, o degelo nas relações foi interrompido, com acusações de Lukashenko de que Washington tentava desestabilizar o país. A nova embaixadora dos EUA designada na Belarus, Julie Fisher, teve que permanecer em Vilnius. Seu agrément foi retirado, mas ela manteve o título de "embaixadora especial para a Belarus". Da capital lituana, coordena-se com a reduzida equipe de diplomatas mantida em Minsk.

Em 2021, os Estados Unidos foram o décimo principal parceiro comercial da Belarus e responderam por 1,2% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para os Estados Unidos US$ 490,8 milhões e importou US$ 529,4 milhões.

RELAÇÕES COM A CHINA

A cooperação com a China difere das anteriores pela ausência de óbices políticos, e é pautada por grande pragmatismo de lado a lado. A troca de visitas, inclusive em nível de chefes de Estado, é frequente. A presença de empresas chinesas no país é marcante, traduzindo-se em mobilidade humana e transferência de tecnologia e em uma percepção favorável à China entre a população local. Segundo o Ministério da Educação, há cerca de 3,6 mil estudantes chineses na Belarus.

As relações com a China são consideradas estratégicas para a política externa belarrussa. A Belarus integra a iniciativa chinesa "Belt and Road", na vertente de ligação entre a Europa e a Ásia. Em 2017 e 2019 o presidente Lukashenko participou dos foros internacionais sobre o tema em Pequim.

A cooperação militar e em matéria de segurança é um aspecto importante das relações bilaterais. Realizam-se exercícios conjuntos e o pessoal militar belarrusso e chinês recebe treinamento em instituições militares de ensino superior nos dois países. Unidades do Exército de Libertação Popular da China participaram várias vezes do desfile militar do Dia da Independência, em 3 de julho, em Minsk.

Em 2021, a China foi o terceiro principal parceiro comercial da Belarus, respondendo por 6% do comércio externo belarusso. A Belarus exportou para a China US$ 867,4 milhões e importou US$ 4,07 bilhões.

Na prática, a China assumiu o posto de segundo maior parceiro comercial da Belarus, depois da Rússia. A corrente de comércio bilateral registra novos recordes históricos a cada ano que passa. Os principais produto belarussos exportados para a China são o potássio (usado para fertilizantes), produtos agrícolas e madeira processada. Há pelo menos 105 produtores agrícolas belarussos credenciados a exportar para a China, em setores como produtos lácteos, carne bovina congelada, carne de frango congelada e produtos de peixe processado. É também crescente o comércio de serviços entre a China e a Belarus, relacionado especialmente aos setores de construção, transporte e serviços tecnológicos e financeiros.

Os investimentos totais da China na Belarus eram estimados, em 2020, em US$ 104,5 milhões, incluindo investimentos diretos de US$ 54,4 milhões. O maior volume de investimento direto chinês é direcionada à indústria, construção, atividades de transporte e logística. Os maiores projetos de investimento são a construção de usinas hidrelétricas em Beshenkovitchi (Região de Vitebsk) e em Neman (Região de Grodno), a construção de um centro de logística na zona de comércio livre Grodnoinvest e o parque industrial-tecnológico "Great Stone" (Região de Minsk).

RELAÇÕES COM A ÁFRICA

A Belarus pretende aumentar o comércio com a África no futuro próximo. O país mira o continente africano na busca da expansão de mercado para seus produtos e aposta

nos laços históricos com a União Soviética, onde muitos chefes de estado africanos estudaram. A Belarus também busca fornecimento de matérias-primas e o país estaria disposto a aceitar pagamentos em recursos minerais dos países que eventualmente tenham dificuldades financeiras.

As empresas estatais belarussas "Minsk Tractor Zavod" (MTZ), de tratores, “Minsk Avtomobilny Zavod” (MAZ), de carros, e Belaruskaly, de fertilizantes, têm na África um importante mercado exportador. Há atualmente cerca de mil estudantes africanos matriculados em universidades belarussas. O governo belarusso estimou o volume de comércio Belarus-África, entre 2019 e 2021, em US$ 1,8 bilhão.

RELAÇÕES COM VENEZUELA E CUBA

As relações bilaterais com esses países sul-americanos são exemplos de relações entre países isolados que buscam apoio recíproco. No caso da Venezuela, a proximidade data do período de Hugo Chávez, que visitou a Belarus inúmeras vezes e era tido por Lukashenko como amigo pessoal, tendo lá aprendido o expediente dos referendos populares para instaurar uma ditadura mediante "a vontade do povo". A identidade ideológica e prática dos dois regimes favoreceu a aproximação, mas não muito mais que isso.

Maduro manteve a tradição iniciada por Chávez e visitou o país em 2017. O discurso foi o de praxe, com declarações de Lukashenko sobre o ritmo insatisfatório na implementação de projetos conjuntos, a lentidão na cooperação e nos laços comerciais, econômicos, industriais e em joint ventures para a fabricação de automóveis e tratores, exploração de petróleo e desenvolvimento de infraestrutura.

ECONOMIA, COMÉRCIO EXTERIOR E INVESTIMENTOS

A composição do Produto Interno Bruto da Belarus é o seguinte: Serviços (51,1%), Indústria (48,8%) e Agricultura (8,1%). A antiga União Soviética concentrou neste país grande parte da indústria pesada e de alta tecnologia, o que o beneficiou na era pós-soviética. Embora a agricultura represente atualmente menos de 10% do PIB (em comparação com cerca de 20% no período soviético), o setor emprega quase 2 milhões de pessoas, mais de 20% da população total. Essa é uma das principais razões porque as empresas agrícolas são fortemente subsidiadas e o setor continua dominado por grandes fazendas estatais, responsáveis por 3/4 da produção agrícola.

A previsão dos analistas é de que Lukashenko não deve realizar reformas econômicas estruturais importantes no curto prazo e que continuará a focar na mitigação dos efeitos negativos das sanções impostas pelos países ocidentais por meio do programa de substituição de importações e do aprofundamento da integração econômica com a Rússia nos termos previstos no Tratado da União de Estados.

PRODUTO INTERNO BRUTO

Em 2020, o choque da pandemia da COVID-19 teve um impacto limitado na economia em razão da ausência de restrições à mobilidade e do apoio de crédito às empresas públicas, resultando em uma queda do PIB da Belarus de apenas 0,9%. Em 2021, o forte crescimento das exportações no período pós-pandemia, impulsionou a recuperação cíclica e o PIB cresceu 1,2%. Em 2022, a guerra na Ucrânia fez o PIB do país despencar 4,7%.

Em 2023, mesmo em um contexto de sanções, a economia se recuperou e o PIB cresceu 3,9%, resultado acima do esperado. Segundo os analistas, o crescimento motivado pelo afrouxamento da política monetária. A produção industrial aumentou 7,7%, enquanto a produção agrícola, no entanto, apresentou retração de 0,2% em decorrência de problemas climáticos. A produção de cereais, que representa 1/5 do total, diminuiu 21,4% e pesou negativamente sobre o bom desempenho de outras culturas, como a batata (+ 9,5%), os lacticínios (+5,6%) e carnes (+3,2%).

A previsão dos analistas é que a economia apresente crescimento em 2024, mas em um percentual menor. Ao mesmo tempo que os gastos fiscais e a assistência financeira russa devem continuar, espera-se que os ganhos decorrentes da evasão das sanções diminuam, limitando, assim, a expansão econômica.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A taxa de inflação, em 2023, foi de 5%, bem abaixo dos 15,2% registrados em 2022. A previsão é que a inflação se mantenha no patamar de 6% em 2024, uma vez que as restrições às importações e a depreciação do rublo devem gerar pressões inflacionárias.

No que se refere à política fiscal, o orçamento para 2024 prevê um déficit de US$ 1,4 bilhões de dólares, equivalente a 1,9% do PIB, e tendo por base um crescimento do PIB de 3,8%. O déficit é, portanto, ligeiramente maior do que os 1,3% previstos em 2023.

Quanto à política monetária, o Banco Nacional da República da Belarus (BNRB, o Banco Central) mantem a taxa básica de juros inalterada em 9,5% desde junho de 2023 e o orçamento de 2024 trabalha com uma taxa de 9-9,5%.

Com relação à taxa de câmbio, o rublo belarusso deve continuar alinhado com o rublo russo, à medida que as duas economias se tornam cada vez mais interligadas. A expectativa é que o rublo continue a se desvalorizar em relação ao dólar para garantir a competitividade e manter o déficit comercial sob controle.

O nível de reservas cambiais é baixo, na casa dos US$ 4,6 bilhões no final de 2023, o equivalente a apenas dois meses de importações. Em caso de um choque interno ou externo, o Banco Central teria poucas ferramentas à sua disposição para evitar uma desvalorização descontrolada da moeda e o governo belarusso teria que recorrer à ajuda da Rússia.

COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior de bens e mercadorias da Belarus totalizou US$ 73.88 bilhões entre janeiro e novembro de 2023. As exportações belarussas alcançaram US$ 36,03 bilhões e as importações US$ 37,86 bilhões, com déficit de US$ 1,83 bilhões. O comércio exterior de serviços alcançou US$ 12,8 bilhões até novembro de 2023. As exportações de serviço foram de US$ 7,68 bilhões e as importações de US$ 5,12 bilhões, com superávit de US$ 2,56 bilhões. Como resultado, a balança de pagamentos registrou um superávit de US$ 730,4 milhões.

Em decorrência das sanções, percebe-se crescimento do comércio exterior belarusso sobretudo com a Rússia, e com países da antiga União Soviética e a China. Conforme dados de 2022, a participação das exportações belarussas para a Rússia teriam aumentado de 41% para 52,2 %, ao passo que as importações se elevaram de 52% para 76%. O comércio exterior belarusso dependeria grandemente de importações baratas de petróleo da Rússia, do refinamento do petróleo e da sua reexportação para aquele país.

INVESTIMENTOS

Segundos o Banco de Desenvolvimento da Euroasiático (BDE), em 2023, a Belarus foi o segundo país da União Econômica Euroasiática (UEE) que mais recebeu investimentos, ficando somente atrás do Cazaquistão. Os 60 projetos de investimentos em andamento no país são de capital russo e atingiram US$ 5,65 bilhões. Já a Belarus mantém 23 projetos na Rússia, avaliados em US$ 514 milhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

c.700-c.900	Povos eslavos se estabelecem no território atual de Belarus
c.1000-c.1300	Principado de Polotsk constitui o principal "Estado" eslavo em Belarus
1240-1655	Hegemonia lituana e, posteriormente, polonesa sobre Belarus
1772-1795	Três sucessivas partilhas da Polônia por Alemanha, Áustria e Rússia levam Belarus à anexação pelo Império czarista russo
1840	Nicolau I proíbe o uso do termo "Belarus" (Rússia branca) e impõe utilização de "Território do Noroeste"
1864	Revolta protonacionalista bielorrussa sufocada por Moscou, que proíbe uso do alfabeto latino e pressiona pela reconversão de católicos à fé ortodoxa
1914-1918	I Guerra Mundial: Alemanha ocupa Belarus e permite o uso de língua bielorrussa, fomenta a abertura de escolas e institutos
1919	Criação da República Socialista Soviética da Bielorrússia; exército Vermelho invade Minsk (janeiro); exército polonês invade Minsk (agosto)
1921	Tratado de Riga põe termo à Guerra Russo-Polonesa; URSS e Polônia dividem Belarus entre si
1941	Alemanha invade URSS; Exército Vermelho evacua 20% da população bielorrussa e destrói todo o suprimento de víveres do país. Alemanha estabelece regime fantoche em Belarus; 9.000 cidades são queimadas e 380.000 pessoas são deportadas para trabalhos forçados
1944	URSS recupera Belarus; país perde ¼ de sua população, em sua maioria poloneses e judeus
1945	Belarus se torna membro-fundador das Nações Unidas
1950	Belarus se torna uma das maiores forças industriais da URSS
1986	Acidente de Chernobyl, próximo à fronteira ucraniano-bielorrussa
1991	Independência de Belarus
1994	Aleskandr Lukashenko eleito presidente
2001	Lukashenko reeleito presidente
2006	Lukashenko reeleito para um terceiro mandato
2010	Eleições presidenciais dão a Lukashenko quarta vitória eleitoral; EUA e UE impõem sanções ao país
2015	Lukachenko reeleito presidente para um quinto mandato
2017	Exercícios militares russo-belarussos "Zapad"
2020	Lukachenko é reeleito presidente para um sexto mandato. Eleições presidenciais de agosto são contestadas; milhares de pessoas protestam; repressão dos manifestantes0
2021	UE, EUA, Reino Unido e Canadá anunciam amplo pacote de sanções políticas e econômicas contra a Belarus.
2022	A Rússia invade a Ucrânia, com o apoio da Belarus.
2023	A Rússia estaciona armas nucleares táticas no território da Belarus.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1991	Brasil reconhece a independência de Belarus
1992	Estabelecimento das relações diplomáticas
1994	Visita do Diretor do Departamento da Europa a Minsk, a primeira entre os dois países
1999	Missão comercial bielorrussa ao Brasil
2004	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros bielorrusso ao Brasil
2010	Criação de Embaixada residente do Brasil em Minsk; troca de visitas de Delegações bielorrussa e do Governo do Estado de Goiás; visita ao Brasil do Presidente Aleksandr Lukashenko
2013	1ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Brasília, 11/11/2013)
2015	2ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Brasília, outubro)
2016	Entrada em vigor do acordo bilateral de Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns.
2016	Visita de delegação belarussa a Fortaleza-CE.
2017	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Belarus, Evgeny Shestakov. Assinatura do "Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica"
2017	3ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Belarus (Minsk, outubro)
2017	Visita oficial ao Brasil do vice-primeiro-ministro da Belarus, Anatóly Kalinin (Brasília, 27-29 de novembro). Realização da primeira edição da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica
2018	Visita a Minsk do ministro da Justiça, Torquato Jardim (17 a 19 de junho). Primeira visita de ministro de estado do Brasil à Belarus. Foram assinados o Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal e o Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Justiça.
2019	Entrada em vigor do acordo bilateral de cooperação educacional.
2020	Pandemia de Covid-19 restringe contatos.
2021	Belarus apoia candidatura brasileira a vaga não-permanente no Conselho de Segurança da ONU (2022-2023). Sergey Lukashevich é nomeado novo embaixador da Belarus no Brasil.
2024	O embaixador da Belarus no Brasil, Sergey Lukashevich, é nomeado primeiro vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e retorna a Minsk. Em abril, Belarus oficializa gestão por sua entrada no BRICS, por meio de carta do MNE Sergey Aleinik.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República de Belarus	18/06/2018	Tramitação MRE
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Belarus para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica	07/07/2017	Em Vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e a República de Belarus, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns	15/06/2016	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional	13/08/2015	Em Vigor
Memorando de Entendimento Entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República de Belarus sobre Consultas Políticas	11/11/2013	Em Vigor
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus Sobre Isenção Parcial de Vistos	11/11/2013	Superado
Acordo entre o Governo da República Federativa de Brasil e o Governo da República de Belarus sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/10/2004	Em Vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA

EMBAIXADA DO BRASIL EM MINSK, NA BELARUS

Embaixador: Júlio Cesar Fontes Laranjeira

PERFIL DO EMBAIXADOR



Embaixador Júlio Cesar Fontes Laranjeira

Nasceu em Belo Horizonte (MG), em 18/11/1959.

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) em 1984.

Mestre em Administração Pública pela Kennedy School of Government, Universidade de Harvard - 2004

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - CPCD- do Instituto Rio Branco (IRBr)- 1986

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas – IRBr - 1998

Curso de Altos Estudos - IIRBR. Tese: "As negociações sobre munições agregadas (“cluster munitions”) no âmbito das Nações Unidas e a chamada diplomacia paralela (Processo de Oslo): foros complementares ou antagônicos?” - 2011

Serviu na Embaixada do Brasil em Windhoek (1991-1994), Representação Permanente junto à Organização dos Estados Americanos (1994-1997), Embaixada em Assunção (1997-2000), Delegação Permanente em Genebra (2007-2010), Embaixada em Camberra (2010-2013), Consulado-Geral em Milão (2016-2022) e está lotado atualmente no Consulado-Geral em Vancouver (2022-2025). O agrément do governo da Belarus foi concedido em 09/01/2025.

Na Secretaria de Estado, trabalhou na Divisão de Privilégios e Imunidades (1988-2000), Secretaria-Geral Adjunta (2000), Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos (2000-2003), Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos (2003-2004), Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (2004-2005), Divisão do Mercado Comum do Sul (2005-2007), Subsecretaria-Geral Política I (2013-2014) e Divisão da Organização dos Estados Americanos (2014-2016).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E BELARUS

I – Relações diplomáticas

- O Brasil e a Belarus estabeleceram relações diplomáticas em 10.02.1992. A Belarus abriu Consulado-Geral no Rio de Janeiro em 2001 e Embaixada em Brasília em 2010. A Embaixada do Brasil em Minsk funciona desde 2011. Além do Brasil, os únicos países latino-americanos com embaixadas em Minsk são Venezuela e Cuba. O Brasil é o único país de língua portuguesa com representação diplomática na Belarus.

II – Relação político-econômica

- O histórico das relações é positivo tanto no plano bilateral como multilateral. No plano bilateral, destaca-se a visita do presidente Aleksandr Lukashenko ao Brasil em março de 2010, quando se encontrou, no Rio de Janeiro, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não houve visita de presidente brasileiro à Belarus até o momento. Em julho de 2015, a então presidente Dilma Rousseff e o presidente Lukashenko mantiveram encontro à margem da 7ª Cúpula dos BRICS, em Ufa, na Rússia.

- O então ministro dos Negócios Estrangeiros belarusso, Sergei Martynov, realizou visitas ao Brasil em outubro de 2004 e em junho de 2012, quando participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Nenhum chanceler brasileiro visitou a Belarus. Em setembro de 2022, o então ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e sua contraparte belarussa, Vladimir Makei, tiveram reunião bilateral em Nova York, nos Estados Unidos, à margem da 77ª Sessão da Assembleia Geral da ONU.

- Delegação oficial belarussa chefiada pelo vice-primeiro-ministro, Anatoly Kalinin, visitou o Brasil em novembro de 2017. Kalinin manteve reuniões no Itamaraty, Ministério de Minas e Energia, Casa Civil do Distrito Federal e Governo dos Estados de Goiás e São Paulo. Nesse estado, realizou-se uma rodada de *matchmaking* e o fórum de negócios "Brasil-Belarus".

- Brasil e Belarus assinaram Memorando de Entendimento para a criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica em julho de 2017 e, em novembro daquele ano, realizaram a primeira reunião, presidida, do lado brasileiro, pelo embaixador Santiago Mourão, e, do lado belarusso, pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Evgeny Shestakov.

- Mais recentemente, delegação belarussa de alto nível liderada pelos presidentes do Banco Central da Belarus, Pavel Kallaur, do Banco de Desenvolvimento, Aleksandr Egorov, da Associação de Bancos, Mikhail Provorov, e da companhia de fertilizantes Belaruskali (BKK), Aleksey Skraga, visitou o Brasil em novembro de 2023, com vistas a encontrar meios alternativos de pagamentos para o comércio bilateral afetados pelas sanções econômicas contra a Belarus.

- Realizou-se, em fevereiro de 2024, missão técnico-diplomática em Minsk, chefiada, do lado brasileiro, pelo diretor do Departamento da Europa, ministro Flavio Celio Goldman, e, do lado belarusso, pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Evgeny Shestakov.

- No plano multilateral, a relação também evolui de forma positiva. A Belarus tem sido um país assíduo no apoio às candidaturas brasileiras, bem como ao pleito brasileiro a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, adotando posições próximas às do País em pautas da organização, como, por exemplo, a reforma da governança global, o fortalecimento da multipolaridade nas relações internacionais e o rechaço ao emprego de sanções unilaterais, sem o aval do Conselho de Segurança.

- Não obstante, manifestou desconforto com o voto brasileiro no Conselho de Direitos Humanos e outros foros críticos à situação vivida pelo país. O Brasil emitiu nota expressando preocupação com os relatos de violência em 2020 e instou as forças políticas a dialogar. Também gerou apreensão posição crítica recentemente adotada pela delegação brasileira no âmbito da OIT em relação à suposta violação do direito de liberdade de associação pela Belarus.

- Em carta de 12 de abril de 2024 ao Ministro Mauro Vieira, o chanceler Sergey Aleinik da Belarus formalizou pedido de adesão plena de seu país ao BRICS – em carta-resposta, o senhor ME esclareceu que a questão deveria ser acordada com os demais membros do grupamento. O pleito foi reforçado por gestões do embaixador de Belarus e somou-se a cerca de 30 solicitações de adesão similares. Nos últimos dias da presidência russa do BRICS (2024), Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e Nigéria foram anunciados como ‘países parceiros’ do grupo, a partir de 1º de janeiro de 2025. A adesão inaugurou essa modalidade, criada durante a Cúpula de Kazan, em outubro de 2024. Haja vista a necessidade de consenso para novas adesões, depreende-se que o Brasil apoiou a parceria do BRICS com a Belarus, no entendimento de que pode dinamizar a cooperação econômica com aquele país, em contexto plurilateral que, em última instância, busca a reforma da governança global, além da articulação entre seus membros em temas diversos para cooperação.

III – Comércio e Investimentos

- O Brasil é o principal parceiro comercial da Belarus na América Latina. O comércio bilateral é tradicionalmente deficitário para o Brasil, devido às importações brasileiras de fertilizantes (potássio).

- De acordo com as estatísticas brasileiras, nos últimos anos, as importações brasileiras alcançaram US$ 1,48 bilhão (2011), US$ 837 milhões (2012), US$ 545 milhões (2013), US$ 768 milhões (2014), US$ 514 milhões (2015), US$ 431 milhões (2016), US$ 543 milhões (2017), US$ 591 milhões (2018), US$ 594 milhões (2019), US$ 542 milhões (2020), US$ 535 milhões (2021), US$ 373 milhões (2022), US$ 372 milhões (2023). As exportações, por sua vez, totalizaram US$ 71,1 milhões (2012), US$ 13,5 milhões (2013), US$ 74 milhões (2014), US$ 12 milhões (2015), US$ 10,4 milhões (2016), US$ 12,4 milhões (2017), US$ 100 milhões (2018), US$ 138 milhões

(2019), US$ 56,2 milhões (2020), US$ 16,3 milhões (2021), US$ 6,6 milhões (2022) e US$ 6,36 milhões (2023).

- A corrente de comércio entre o Brasil e a Belarus em 2024 atingiu US$ 52,7 milhões, 86,1% a menos que os US$ 378,8 milhões registrados em 2023. As importações brasileiras somaram US$ 47,1 milhões e foram 87,4% menores que os US$ 372,4 milhões do ano anterior. As exportações, por sua vez, alcançaram US$ 5,6 milhões, o que representa diminuição de 12,5% em relação aos US$ 6,4 milhões do ano anterior. O saldo negativo para o Brasil foi de US$ 41,5 milhões, ante um déficit de US$ 366 milhões em 2023. Em 2024, a Belarus foi o 93º país de origem das importações brasileiras, responsável por 0,02% da soma das compras internacionais, e o 173º país de destino das exportações do Brasil, respondendo por 0,002% das vendas para outros países.

- Os principais produtos importados pelo Brasil foram: Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (US$ 44,7 milhões - equivalente a 95% do total); Demais produtos - Indústria de Transformação (US$ 1,5 milhão 3,2%) e Ferramentas para uso manual ou em máquinas (US$ 916 mil - 1,9%). Os principais produtos exportados foram: Amendoins (US$ 3,87 milhões equivalente a 69% do total); Elementos químicos, inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (US$ 291 mil - 5,2%); Matérias butas de animais (US$ 286 mil - 5.1%); e Café não torrado (US$ 250 mil - 4,5%).

- Os números, entretanto, não refletem o comércio efetivo entre os países. Além de não serem divulgados em sua integralidade pelo governo belarusso, temeroso de represálias adicionais por parte dos EUA e da UE, não se vêem refletidos nas estatísticas brasileiras, devido aos expedientes utilizados pelo país para que seus bens contornem as sanções que lhe foram impostas. Tudo indica que as empresas locais teriam encontrado alternativas para superar as dificuldades logísticas e financeiras decorrentes das sanções.

- Tendo em conta as dificuldades decorrentes das sanções impostas ao país, o objetivo inicial da Embaixada foi o de encontrar alternativa para superar as dificuldades logísticas decorrentes das restrições ao porto de Klaipeda, de onde as encomendas comerciais tradicionalmente fluíam, bem como as restrições de natureza financeira, referentes ao pagamentos das transações. Essas dificuldades têm sido paulatinamente superadas. A Belarus negociou com a Rússia a utilização de portos em seu território, com ênfase no de São Petersburgo.

- No que diz respeito à questão financeira, a Embaixada buscou identificar instituições no Brasil sem exposição aos mercados norte-americano e europeu com disposição para operar com a Belarus. Após uma série de tentativas, o banco BS2 de São Paulo habilitou-se como instituição operacional para o comércio bilateral, inclusive por meio de operações envolvendo reais e rublos belarussos. Até o momento, a operação do BS2 se daria com três bancos locais: Alpha Bank, TechnoBank e "Reshenie".

- As sanções dos países ocidentais também afetaram a cooperação com a Embraer, que suspendeu a assistência técnica de seus aviões ainda em operação pela Belavia. Isso motivou queixa belarussa na OACI. Em contatos para retomar a cooperação, a Embraer, empresa privada sobre a qual o governo brasileiro não tem ingerência, alegou que, dado o volume de componentes norte-americanos, não poderia mais prestar manutenção por temor a represálias.

- A busca de alternativas para manter e aumentar o comércio foi facilitado pela abertura do Setor de Promoção Comercial e Investimentos (SECOM) da Embaixada em Minsk em fevereiro de 2023. Além de ter participado das gestões para se contornarem os obstáculos financeiros e logísticos, organizou eventos como:

- *cupping* de cafés especiais brasileiros com o barista Edgard Bressani, reconhecido internacionalmente como sendo uma das mais importantes personalidades do ramo do café (fevereiro de 2023);

- I Congresso Brasil-Belarus de Cirurgia Plástica e Cosmetologia "Face to Face", sob a coordenação brasileira do dr. Marcelo Araujo, do Hospital Albert Einstein, de São Paulo, e, bielorrussa, da dra. Diana Petrova. Participaram mais de 180 profissionais da Belarus, Rússia, Turquia, Geórgia, Irã, Turcomenistão e Cazaquistão, entre outros. O evento proporcionou negociações para o comércio de produtos médicos e hospitalares ao País.

IV – Cooperação Educacional

- O Brasil e a Belarus assinaram Acordo de Cooperação em Matéria de Educação em 2015 (o acordo entrou em vigor em agosto de 2019).

- À luz desse acordo, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) estabeleceu, por meio de sua reitora Sandra Goulart Almeida, em setembro de 2023, cooperação com universidades belarussas para o aprofundamento da cooperação acadêmica. Na ocasião foram firmados memorandos de entendimento com a Universidade Estatal da Belarus (BGU), a Universidade Econômica Estatal da Belarus (BGEU), a Universidade Estatal de Informática e Radiodifusão (BGUIR) e a Universidade estatal Yanka Kupala, de Grodno. Como resultado da parceria, estudantes de português belarussos já receberam bolsas da UFMG para curso de verão nos anos de 2023 e 2024. Um professor da BGEU realizou curso na UFMG, com duração de 6 meses, para aprimorar a formação no ensino de português. Além disso, a UFMG ofereceu 12 vagas para estudantes belarussos em curso de português online, desenvolvido especialmente para alunos estrangeiros.

- Em decorrência dessa aproximação, em outubro de 2024, reitores de 16 universidades brasileiras e de 19 universidades belarussas participaram de Fórum dos Reitores em Moscou, na Rússia, para criação da Liga de Universidades da Rússia, Belarus e Brasil. A Liga de Universidades pretende desenvolver a cooperação educacional, científica e tecnológica entre as universidades dos três países.

V – Cooperação Esportiva

- Há também cooperação na área esportiva. A empresa belarussa Blockchain Sports, que desenvolve no Brasil metodologia e equipamentos valendo-se de IA para aprimorar processo de *scouting* e formação de atletas, trouxe time com jovens jogadores brasileiros para uma partida de exibição contra jogadores belarussos no Estádio do Dínamo de Minsk em julho de 2024. O estádio esteve lotado e o evento contou com a presença de jogadores brasileiros famosos como Romário e Edmílson.

VI – Cooperação Cultural

- O símbolo da cooperação cultural entre o Brasil e a Belarus e um dos principais projetos da diplomacia cultural brasileira é o *Vulica Brasil*. O festival de arte urbana foi realizado em 5 edições - 2014, 2015, 2016, 2017 e 2019. O evento fez grande sucesso e mudou a personalidade não apenas de uma rua ("vúlitsa" é "rua" em belarusso), mas de um bairro inteiro de Minsk. Em suas várias edições, o projeto teve o apoio da Embaixada do Brasil, da Prefeitura de Minsk e do Ministério da Cultura da Belarus. Foram pintados mais de 40 grandes murais no centro de Minsk e em áreas próximas à rua Oktyabrskaya (que passou a ser também conhecida como "rua Brasil"). Hoje, a rua abriga cafés, centros culturais, escritórios e galerias, tendo se transformado em uma galeria de arte a céu aberto.

- Em 2021, o festival ganhou vida no Brasil com a criação do Instituto de Arte e Sustentabilidade Vulica Brasil, com sede em Brasília. Em novembro daquele mesmo ano, foi feito o lançamento de livro eletrônico sobre a história do festival. Em 2024 foram iniciadas tratativas para a restauração de alguns dos murais. Planeja-se começar a restauração pela obra "Caleidoscópio da Belarus", de autoria do artista gráfico Ramon Martins, localizada na fábrica de máquinas-ferramentas de Minsk "Revolução de outubro" (MZOR), uma das possíveis patrocinadoras.

- Em março de 2023, foi organizada em Minsk a exposição "Encontro com o Brasil: um olhar distante" no "Palácio das Artes". O projeto envolveu 16 artistas plásticos locais, convidados a produzir obras inspiradas na imagem que possuem do Brasil. Foram realizadas mostras itinerantes da Exposição nas cidades de Grodno, em junho, e de Vitebsk, em agosto.

- Em novembro daquele ano, realizou-se também o III Festival de Cinema Brasileiro no cinema Pioner, em Minsk, em novembro de 2023. Foram exibidos sete filmes brasileiros com legendas na língua russa, para um público estimado de 600 pessoas. Com base no êxito do festival foi possível aproximar produtores brasileiros ao órgão local responsável pela exibição de filmes. A empresa Titanio enviou catálogo e seus filmes devem ser exibidos comercialmente a partir de abril. Ainda na área audiovisual, a Embaixada do Brasil criou um CineClube para a exibição de filmes brasileiros em russo.

- Em maio de 2024, a Embaixada organizou evento na "Casa da Amizade" para celebrar o "Dia da Língua Portuguesa em Minsk". Participaram cerca de 80 alunos de universidades

belarussas que estudam português como língua estrangeira. Na ocasião, foi feita degustação de comidas brasileiras.

VII – Serviço Consular

- A entrada em vigor do Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração, em novembro de 2016, resultou no aumento da presença de brasileiros em visita à Belarus. Em 2018, foi divulgado na imprensa local que durante a Copa do Mundo de Futebol realizada na Rússia transitaram pela Belarus cerca de mil brasileiros. Não foram reportados incidentes de qualquer natureza. Desde 2020, com as restrições impostas pela pandemia de COVID-19 e, posteriormente, com as sanções contra a Belarus, que limitaram o transporte aéreo, houve redução substantiva do número de turistas.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pelo presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, difundir a cultura brasileira e a língua portuguesa falada no Brasil e prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro que vive ou se encontra momentaneamente no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior;
3. Promover a língua portuguesa falada no Brasil;
4. Promover serviços consulares de qualidade;
5. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais e regionais;
6. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;
7. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior;
8. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em fase final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Administrar de forma integrada e com visão global as relações do Brasil com a Belarus, em todos os âmbitos e níveis, e prestar contas ao governo brasileiro, aos entes federados interessados e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações do Brasil com o país, inclusive sobre sua incidência no âmbito regional e internacional, tendo sempre por norte o desenvolvimento nacional e a defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil junto à Belarus.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Cumprimento do dever. Excelência. Integridade. Respeito à hierarquia e aos valores que inspiram a política externa brasileira em dois séculos de história. Atenção aos valores e identidades que caracterizam o povo junto ao qual a embaixada realiza seu trabalho na Belarus.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e aprofundar as relações políticas, econômicas, culturais e educacionais com a Belarus nos âmbitos bilateral e internacional, com foco na prosperidade das sociedades e no desenvolvimento sustentável dos países;
2. Situar e operar essas relações dentro do quadro mais amplo da política externa do Brasil para a Europa, diante do papel da Belarus na antiga União Soviética (em especial no contexto da Comunidade dos Estados Independentes e da União Econômica Eurasiática);
3. Entabular parcerias políticas, econômicas e sociais com a Belarus que permitam a elevação do perfil das relações diplomáticas entre esse país e o Brasil, a partir da identificação de áreas de interesse comum para o benefício mútuo das respectivas sociedades;
4. Promover o adensamento dos laços econômicos com a Belarus e a inserção competitiva do Brasil na antiga União Soviética, incentivando o adensamento e a consolidação das correntes de comércio e investimentos em ambos os sentidos, a partir do mapeamento das complementaridades econômicas, do apoio às empresas brasileiras interessadas em comercializar ou investir, e de esforços para identificação e remoção de eventuais barreiras;
5. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com a Belarus em todas as áreas de interesse comum, como agricultura e segurança alimentar, infraestrutura, energia, ciência, tecnologia e inovação, educação, desenvolvimento industrial, saúde e outras. Articular iniciativas em áreas prioritárias para os países, como ciência e tecnologia e inovação;

6. Compartilhar com a Belarus a experiência brasileira sobre políticas públicas, sobretudo na área de direitos humanos e imigração;
7. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Belarus, em especial mediante a promoção da língua portuguesa;
8. Intensificar a coordenação com a Belarus nos temas da agenda internacional, em particular nas organizações internacionais em que ambos os países atuam, como as Nações Unidas, a OMC, a OMS, a FAO e a UNESCO;
9. Fortalecer, por meio das relações com a Belarus, os laços do Brasil com os países que constituíram a antiga União Soviética, inclusive por meio de eventuais interações com os mecanismos de integração sub-regional e outras organizações de que esse país faz parte, a exemplo da União Econômica Euroasiática;
10. Promover o Brasil como destino turístico e "hub" sul-americano, bem como estimular o maior intercâmbio de pessoas e fomentar o conhecimento mútuo entre o Brasil e a Belarus;
11. Realizar o seguimento ativo de todas as iniciativas em curso ou novas no plano bilateral ou nos planos regional e internacional de que o Brasil e a Belarus sejam partes;
12. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático e consular do posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e capacidade de resposta e a otimizar os benefícios da atividade diplomática e consular do Brasil na Belarus.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO EMBAIXADOR

a) Promover o incremento e a diversificação do comércio bilateral;
b) Buscar manter contatos com entidades empresariais e empresas brasileiras para informá-las a respeito de oportunidades de negócios na Belarus;
c) Trabalhar em parceria com a APEX-Brasil para avaliar mercados a serem explorados e incrementar o comércio bilateral;
d) Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificar potenciais mercados para produtos brasileiros;
e) Entabular diálogo e buscar parcerias com instituições, associações setoriais e outros atores locais capazes de influenciar a tomada de decisão referente a medidas com impacto sobre o comércio;
f) Apoiar técnica e politicamente as exportações brasileiras eventualmente afetadas por medidas restritivas;
g) Acompanhar o desenvolvimento de subsidiárias de empresas brasileiras ou de empresas belarussas de capital brasileiro atuantes na Belarus;
h) Mapear os setores e nichos nos quais há oportunidades para produtos brasileiros, por meio de estudos preliminares desenvolvidos pelo posto e eventualmente aprofundados em trabalhos contratados;
i) Divulgar produtos e serviços brasileiros por meio de eventos especificamente concebidos e organizados pela Embaixada com tal objetivo, bem como em feiras presenciais ou virtuais realizadas na Belarus;
j) Por meio de parcerias com instituições, agências de fomento estaduais e municipais, federações de indústrias e outras associações setoriais, divulgar as oportunidades existentes na Belarus;
k) Promover, na jurisdição do posto, produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros;
l) Promover a imagem do Brasil e dos produtos brasileiros junto à imprensa e em redes sociais, bem como em outros canais e eventos;
m) Fazer o acompanhamento da conjuntura econômica na Belarus, a fim de identificar oportunidades de aprofundamento do relacionamento econômico e comercial com o Brasil;
n) Apresentar o ambiente de negócios brasileiros nos foros pertinentes e para parceiros com potencial interesse investidor.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de relatórios de acompanhamento da economia na Belarus e da balança comercial com o Brasil produzidos pela embaixada;
b) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;

c) Número de reuniões e gestões junto ao governo belarusso referentes aos interesses expressos nas metas;
d) Número de eventos de divulgação, junto ao empresariado brasileiro, das oportunidades de negócios na Belarus.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO EMBAIXADOR

1) Acompanhar, relatar e analisar a política interna e externa na Belarus, sob a perspectiva do interesse brasileiro

a) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política interna da Belarus, com destaque para implementação de reformas políticas e econômicas e evolução do cenário político local;
b) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política externa da Belarus;
c) Acompanhar o relacionamento da Belarus com seus vizinhos, destacadamente com os países que outrora compuseram a União Soviética;
d) Acompanhar assuntos relativos a interesses étnicos, religiosos e regionais relevantes para a análise do comportamento da população belarussa;
e) Elaborar materiais informativos que atendam às solicitações específicas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), em Brasília, e outros órgãos públicos brasileiros.

2) Manter e ampliar os canais bilaterais de diálogo

a) Prosseguir a realização do mecanismo de consultas políticas;
b) Cultivar rede de contatos na Belarus e aprofundar a interlocução com autoridades civis e militares, com vistas a estreitar diálogo bilateral transparente e profícuo para ambos os países;
c) Ampliar contatos com acadêmicos, analistas e jornalistas locais, de forma a subsidiar as análises a serem enviadas à SERE.

3) Apoiar e fortalecer o adensamento das relações bilaterais por meio da promoção de visitas oficiais, reuniões técnicas e encontros entre instituições e atores dos setores público e privado

a) Trabalhar, junto ao Congresso Brasileiro e ao parlamento belarusso, as oportunidades de "diplomacia parlamentar";
b) Apoiar visitas oficiais de autoridades brasileiras na Belarus, assim como missões, reuniões e eventos, virtuais e presenciais, entre órgãos governamentais brasileiros e os do país em questão;
c) Defender a realização de reuniões da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica.

4) Adensar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral.

a) Apoiar negociações de acordos que se façam necessários para fortalecer as relações bilaterais;
b) Identificar temas prioritários em apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;
c) Avançar na negociação de acordo entre o governo belarusso e o Instituto Rio Branco;
d) Elaborar subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de eventuais propostas realizadas pela Belarus.

iii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de expedientes telegráficos produzidos pelo posto sobre política interna e externa e demais temas de interesse da política externa brasileira;
b) Número de visitas oficias realizadas, tanto de autoridades brasileiras à Belarus quanto de autoridades locais ao Brasil;
c) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais, agentes políticos, administrativos, econômicos e legislativos, inclusive com vistas à celebração e implementação de acordos;
d) Número de reuniões de outra natureza, em formato presencial ou virtual, de que a embaixada participe;
e) Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte;
f) Número de projetos de cooperação em andamento ou em discussão;
g) Número de acordos bilaterais e ajustes complementares negociados durante a gestão;
h) Número de acordos assinados durante a gestão.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO EMBAIXADOR

1. Assegurar apoio a candidaturas apresentadas pelo Brasil e a posições brasileiras em fóruns internacionais

Realizar gestões junto ao governo da Belarus em favor de candidaturas e posições brasileiras em organismos internacionais.

2. Contribuir para a concertação bilateral em organismos internacionais.

Elaborar informações e análises sobre a atuação da Belarus no âmbito da Comunidade dos Estados Independentes, União Econômica Euroasiática, Organização para a Cooperação de Xangai, BRICS e em outros mecanismos regionais de integração, bem como em organismos multilaterais, notadamente as Nações Unidas, a OCDE e a OMC.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de gestões junto ao governo da Belarus para obtenção de apoio a pleitos brasileiros em fóruns internacionais;

b) Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre atuação da Belarus em organizações internacionais;
c) Índice de apoio belarusso a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO EMBAIXADOR

1. Promover a imagem do Brasil

Difundir a imagem do Brasil e dos produtos brasileiros junto à imprensa e em redes sociais, bem como em outros canais e eventos disponíveis.

2. Promover a cultura brasileira e a língua portuguesa

a) Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade belarussa e diversificar as referências culturais brasileiras.

3. Promover o Brasil como destino turístico

a) Divulgar o Brasil como destino turístico e "hub" sul-americano, bem como estimular o maior intercâmbio de pessoas e fomentar o conhecimento mútuo entre o Brasil e a Belarus;
b) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público belarusso.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de contatos com agentes formadores de opinião e de postagens em redes sociais, com controle sobre eventuais compartilhamentos de material produzido pelo posto;
b) Número de ações de promoção cultural, tradicionais ou virtuais, aprovadas e realizadas durante a gestão.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO EMBAIXADOR

1. Buscar promover a cooperação com a Belarus, em níveis bilateral e multilateral, em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente.

a) Incentivar a cooperação com o governo belarusso no compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável;
b) Explorar novas áreas para cooperação, com especial enfoque em florestas, aliadas a iniciativas vinculadas aos ministérios de ciência, tecnologia e inovação de ambos os países;

c) Difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, de sua biodiversidade e sustentabilidade de sua produção de alimentos;
d) Acompanhar e monitorar a implementação de políticas locais com o objetivo de proteção do meio ambiente;
e) Auxiliar na promoção de tecnologias limpas produzidas no Brasil, com o objetivo de sua introdução no mercado esloveno;
f) Apoiar eventuais iniciativas de cooperação técnica na geração de energias limpas, particularmente solar e eólica, bem como no gerenciamento de resíduos sólidos;
g) Analisar os impactos ambientais, geopolíticos e econômicos dos efeitos da mudança do clima na Belarus.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de reuniões e iniciativas conduzidas, apoiadas ou acompanhadas pelo posto no âmbito da cooperação bilateral em áreas relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
b) Número de comunicações produzidas ou circuladas pela embaixada sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO EMBAIXADOR

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Belarus

a) Apoiar o diálogo entre os ministérios competentes sobre possibilidades de cooperação técnica e em C,T&I, principalmente em áreas já identificadas como prioritárias, como agricultura, educação, inovação, digitalização e inteligência artificial;
b) Promover iniciativas nas áreas de C,T&I, mobilidade, intercâmbio acadêmico e experiências de gestão, governamentais e privadas.

2. Contribuir para o fortalecimento da "marca Brasil" como país inovador, por meio de iniciativas que visam à promoção de tecnologias desenvolvidas nacionalmente, assim como para a divulgação de instituições do Sistema Nacional de Inovação

a) Organizar eventos em conjunto com atores relevantes dos ecossistemas de inovação de ambos os países;
c) Elaborar estudos e material de inteligência de mercado para guiar as ações brasileiras na área.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DE METAS

a) Número de reuniões e gestões do posto sobre o tema;
b) Número de ações de promoção científica e tecnológica realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões entre Brasil e a Belarus;
c) Número de estudos e informações preparados pelo posto.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

1. **Fomentar a cooperação educacional bilateral e buscar favorecer a mobilidade acadêmica mútua.**

2. **Promover a variante brasileira da língua portuguesa.**

3. **Ampliar o diálogo em temas afetos à cooperação em saúde, com especial ênfase no enfrentamento de pandemias**

a) Monitorar e relatar avanços realizados localmente na área de saúde;
b) Promover a cooperação entre instituições de pesquisa brasileiras e da Belarus.

4. **Fomentar a cooperação bilateral na área de defesa.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de ações realizadas em favor da divulgação da variante brasileira do português;
b) Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito dos avanços realizados localmente nessas áreas;
c) Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências acompanhadas pela Embaixada.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO EMBAIXADOR

1. **Cooperar na área de políticas de inclusão social e de combate às desigualdades de gênero e raça.**
   Produzir informações e facilitar contatos e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais em matéria de políticas de inclusão social de interesse dos dois países.

2. **Ampliar o escopo dos mecanismos de cooperação.**

a) fortalecer os mecanismos brasileiros de cooperação por meio da manutenção de canais diretos entre instituições competentes brasileiras e respectivas congêneres locais;
b) No campo da agricultura, cooperar cientificamente, entabular iniciativas de formação e capacitação de agentes e intercambiar boas práticas agrícolas, amparadas em perspectivas sustentáveis;
c) fortalecer o diálogo entre as instituições locais e brasileiras responsáveis pelo tema.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

a) Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito de experiências locais em matéria de políticas de inclusão social e combate às desigualdades;
b) Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências acompanhados pela Embaixada;
c) Número de projetos e inciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e para o combate às desigualdades.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO EMBAIXADOR

a) Prestar atendimento consular ágil, eficiente e de qualidade;
b) Prestar assistência consular cabível aos brasileiros na Belarus;
c) Familiarizar a comunidade brasileira com os temas consulares e sistemas eletrônicos da Embaixada (principalmente o e-consular); dar conhecimento à comunidade de suas obrigações e direitos como cidadãos brasileiros residentes no exterior (por exemplo, esclarecer sobre necessidade de manter situação militar e eleitoral regulares, de registrar casamento contraído no exterior, etc.).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Agendamento de serviços: disponibilidade para a mesma semana ou, no máximo, para a semana seguinte (inexistência de filas virtuais);
b) Resposta a consultas por e-mail em, no máximo, um dia útil;
c) Validação de solicitações no sistema e-consular em, no máximo, um dia útil;
d) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda;
e) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda;
f) Número de mensagens consulares postadas nas mídias sociais da Embaixada.

SF/25486.47460-63

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 8, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus*.

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Chega ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor JÚLIO CESAR FONTES LARANJEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Sendo assim, e atendendo ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado concluiu o curso de Direito, na Universidade de Brasília, em 1984. No Instituto Rio Branco (IRBr), frequentou o Curso de

SF/25486.47460-63

Preparação para a Carreira Diplomática (1986); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1998); e o Curso de Altos Estudos em 2011, ocasião em que apresentou a tese "As negociações sobre munições agregadas no âmbito das Nações Unidas e a chamada diplomacia paralela (Processo de Oslo): foros complementares ou antagônicos?".

O diplomata tornou-se Terceiro-Secretário em 1987 e Segundo-Secretário em 1994. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário 2000; a Conselheiro 2006; e a Ministro de Segunda Classe em 2014.

O currículo enviado pelo Itamaraty dá notícia de que o Senhor Júlio Laranjeira serviu, entre outros, como Segundo-Secretário na Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (1994-97); como Conselheiro na Representação junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra (2007-10), e na Embaixada em Camberra (2010-13); e como Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Milão (2016-21) e no Consulado-Geral em Vancouver (2021 até o momento).

Ainda em atenção às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República da Belarus. Há informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, suas políticas interna e externa, e economia.

A República da Belarus está localizada na Europa Oriental e faz fronteira com Rússia, Ucrânia, Polônia, Lituânia e Letônia. Conta com população de 9,85 milhões de pessoas. Esse contingente humano compartilha dois idiomas oficiais: o bielorrusso e o russo. O país possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,823 (53ª posição).

Essa ex-república soviética, que não tem saída para o mar, tem aproximadamente 40% do seu território coberto por florestas. Na esfera econômica, sobressaem a agricultura e a indústria manufatureira. Há, ainda, forte presença na produção de insumos para o setor agrícola, com destaque para fertilizantes potássicos.

Em relação ao sistema político bielorrusso, ele é extremamente centralizado, tendo o Presidente a prerrogativa de nomear todos os membros do Conselho de Ministros, bem como de dissolver o Congresso e designar os Governadores das províncias.

SF/25486.47460-63

O Legislativo, por sua vez, caracteriza-se como órgão de legitimação dos projetos do Executivo. Desde 1994, Alexander Lukashenko tem sido seu presidente após sucessivas vitórias eleitorais: foi reeleito em 2001, 2006, 2010, 2015 e 2020.

As relações diplomáticas entre Brasil e Belarus foram estabelecidas em 1992. A Embaixada de Belarus em Brasília, no entanto, só foi aberta em 2010, e a brasileira, em Minsk, apenas no ano seguinte. Entre as visitas bilaterais de alto nível, destaca-se a visita ao Brasil do Presidente Lukashenko, em 2010.

O comércio bilateral apresenta expressivo déficit para o lado brasileiro. Importamos sobretudo grandes quantidades de adubos, fertilizantes químicos e inseticidas, ao passo que exportamos, de modo destacado, amendoins e elementos químicos.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Belarus na América Latina. Ainda no campo do intercâmbio comercial, chama atenção a venda de aeronaves da Embraer para a Belavia, empresa aérea bielorrussa. A empresa brasileira, no entanto, suspendeu o fornecimento de peças, manutenção e suporte técnico aos seus clientes afetados pelas sanções impostas pela comunidade internacional à Rússia, mas também à Belarus, por conta da invasão da Ucrânia.

As informações não noticiam o tamanho da comunidade brasileira no país. De toda maneira, nossos nacionais são atendidos pelo setor consular da Embaixada, aberto em 2019.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

6

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL*
CPF: [redacted]
ID: [redacted]

1969	Nascido em [redacted]. Filho de [redacted].
Dados Acadêmicos:	
1990	Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior, pelo Centro Universitário UNA, Belo Horizonte
1991	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte
1996	CPCD - IRBr
2002	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
2013	Curso de Altos Estudos – IRBr (com louvor: tese: A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil)
Cargos:	
1996	Terceiro-secretário
2001	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário, por merecimento
2010	Conselheiro, por merecimento
2015	Ministro de segunda classe, por merecimento
2024	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1996-97	Divisão de Ásia e Oceania I, assistente
1997-99	Assessoria de Comunicação Social, assessor
1998-2002	Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, assessor
2003-06	Embaixada em Buenos Aires, segundo e primeiro-secretário
2006-09	Missão do Brasil junto à União Europeia, primeiro-secretário
2009-11	Embaixada do Brasil em La Paz, primeiro-secretário e conselheiro
2011-15	Presidência da República, assessor especial
2015-16	Secretário-Geral das Relações Exteriores, assessor
2016-22	Embaixada do Brasil em Berlim, ministro-conselheiro
2022-	Embaixada do Brasil em Minsk, embaixador
Publicações:	
2014	"A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil" - FUNAG “O Brasil e o Processo Decisório na União Europeia". Cadernos de Política Exterior, Ano 1/ Nº 1 – Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, Brasília (pp. 173/193)
Condecorações:	
	Ordem do Rio Branco, Cavaleiro
	Ordem do Rio Branco, Comendador

Ordem do Mérito, Oficial, Portugal
Ordem do Mérito da Defesa, Oficial, Brasil
Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil
Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil
Medalha do Pacificador, Brasil
Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
Medalha do Mérito Alvorada, Brasil
Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 10, DE 2025

(nº 253/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 253

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de fevereiro de 2025.

EM nº 00044/2025 MRE

Brasília, 20 de Fevereiro de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Azerbaijão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 277/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Ribeiro
Primeira-Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/03/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6477762** e o código CRC **7E34DF59** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001108/2025-76 SEI nº 6477762

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

AZERBAIJÃO





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
12 de fevereiro de 2025

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Azerbaijão
GENTÍLICO	Azerbaijano
CAPITAL	Baku
ÁREA	86.600 km2
POPULAÇÃO	10,02 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Azeri (90,3%) Obs: línguas não oficiais: lezgui (2,2%); russo (1,8%); armênio (1,5%).
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Muçulmanos (95%), cristãos ortodoxos russos (2,5%) e armênios (2,3%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, Assembleia Nacional (*Milli Meijlis*)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ilham Aliyev (desde 31/10/2003)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ali Asadov (desde 08/10/2019)
CHANCELER	Jeyhun Bayramov (desde 16/07/2020)
PIB NOMINAL (2024, FMI)	US$ 75,65 bilhões
PIB PPP (2024, FMI)	US$ 253,12 bilhões
PIB "per capita" (2024, FMI.)	US$ 7,38 mil
PIB "per capita" PPP (2024, FMI)	US$ 24,7 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	3,2 (2024); 1,1% (2023); 4,7% (2022); 5,6% (2021); -4,2% (2020); 2,5% (2019); 1,5% (2018); 0,2% (2017); -3,1% (2016);
IDH (2021)	0,745 (91ª posição entre 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	72,86 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	99,8%
TAXA DE DESEMPREGO (2023, Banco Mundial)	5,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Manat azerbaijano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Rashad Novruz (Figuradas em 22/9/2022)
EMBAIXADOR EM BAKU	Manuel Adalberto Carlos Montenegro Lopes da Cruz (desde 20/12/2018)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 80 pessoas

CORRENTE COMERCIAL – US$ milhões				
Brasil - Azerbaijão	**Intercâmbio**	**Exportações**	**Importações**	**Saldo**
2024	Sem dados disponíveis			
2023	28,065	27,7	0,365	27,3
2022	34,53	30,7	3,83	26,9
2021	59,6	11,1	48,5	-37

2020	10,022	9,35	0,672	8,68
2019	12,49	12,1	0,390	11,7
2018	72,388	71,8	0,588	71,2
2017	71,283	71,1	0,183	70,9
2016	11,279	11,1	0,179	10,9
2015	26,112	25,9	0,212	25,7
2014	26,831	26,6	0,231	26,4
2013	151,291	151	0,291	150
2012	34,212	34,04	0,172	33,868
2011	46,733	46,69	0,043	46,647
2010	22,214	22,02	0,194	21,826
2009	17,089	16,98	0,109	16,871
2008	28,674	28,48	0,194	28,286
2007	315,02	36,42	278,60	-242,18
2006	97,87	20,61	77,26	-56,65
2005		16,03	Sem dados	
2004	12,8343	12,83	0,0043	12,8257
2003	6,30	6,20	0,10	6,10

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

APRESENTAÇÃO

Com uma área de 86.600 km², a República do Azerbaijão tem o tamanho aproximado de Portugal e localiza-se na região transcaucasiana da Ásia Ocidental, limitando-se ao Norte com a Rússia, a Noroeste com a Geórgia, a Leste com o Mar Cáspio, ao Sul com o Irã e a Oeste com a Armênia. Pertence também ao Azerbaijão o enclave de Nakhchevan, entre o Irã e a Armênia.

O Azerbaijão conta com amplos recursos energéticos na bacia do mar Cáspio, onde o petróleo vem sendo explorado desde o final do século XIX.

A população é estimada em 10,02 milhões de habitantes. O país detém grande número de refugiados (estimados em 800 mil), tanto internos, em decorrência do conflito na região do Nagorno-Karabakh, quanto os provenientes da comunidade azerbaijana que vivia na Armênia.

A religião predominante é o islamismo. Entre as minorias étnicas – eslava, armênia e georgiana – pratica-se também o cristianismo russo ortodoxo (2,5%) e o armênio ortodoxo (2,3%).

A área ocupada pelo Azerbaijão foi dominada, no século VII a.C. pelos medos (tribo que na Antiguidade ocupou parte do território do Irã), tornando-se posteriormente parte do Império Persa. No século VII, a região foi conquistada pelos árabes, que introduziram a cultura islâmica. Tribos turcas controlaram a região nos séculos XI e XII, mas o domínio persa foi restaurado no século XVI.

Com a Revolução Russa em 1918, o Azerbaijão tornou-se nação independente. Em 1920, com a proclamação da República Socialista Soviética, os atuais estados do Azerbaijão, Geórgia e Armênia uniram-se e formaram a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana. Dissolvida a associação em 1936, o Azerbaijão tornou-se parte constitutiva da União Soviética.

O Azerbaijão permaneceu na União Soviética até 1991, quando declarou independência. Imediatamente após a independência, irrompeu conflito com a Armênia, em razão da região autônoma (durante o regime soviético) de Nagorno-Karabakh, enclave habitado por maioria étnica armênia dentro do território azerbaijano. A Armênia ocupou militarmente Nagorno-Karabakh e outros sete distritos adjacentes, criando extensa zona-tampão com o Azerbaijão.

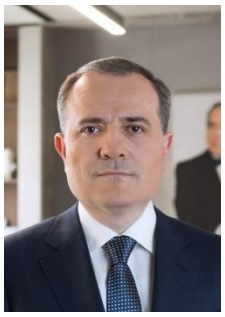
PERFIS BIOGRÁFICOS



Ilham Aliyev, presidente. Nasceu em 24 de dezembro de 1961, em Baku. Filho do ex-presidente Heydar Aliyev, sucedeu-o no poder. Formou-se em Relações Internacionais na Universidade Estatal de Moscou (MGIMO) em 1982. É PhD em História e Ciência Política também pela MGIMO. Entre 1994 e 2003 foi vice-presidente da "State Oil Company of the Republic of Azerbaijan" (SOCAR), estatal que controla a exploração de petróleo no país. Em 1995 foi eleito para o parlamento e, em 1999, nomeado presidente adjunto do Partido do Novo Azerbaijão (PNA). Em 2003, foi nomeado primeiro-ministro e, posteriormente, eleito presidente da República, com 76% dos votos válidos, em eleição realizada após a morte do pai. Reeleito em 2008, 2013, 2018 e 2024.



Ali Asadov, primeiro-ministro. 63 anos. Formado na Plekhanov Russian University of Economics, serviu no exército entre 1978 a 1995. Posteriormente, trabalhou como economista em instituições acadêmicas. Durante as primeiras eleições parlamentares no país, em 1995, foi eleito pelo Partido Novo Azerbaijão (partido do presidente). Foi assessor econômico do presidente de 1998 a 2012. Posteriormente, trabalhou no gabinete presidencial e, em 2017, como assessor do Presidente para assuntos econômicos. Assumiu o cargo de primeiro-ministro em outubro de 2019, após a renúncia de Novruz Mammadov, com 105 votos a zero.



Jeyhun Bayramov, **ministro dos Negócios Estrangeiros**. Nasceu em Baku em 1973 (52 anos). Licenciou-se em Economia na Universidade Estatal de Economia do Azerbaijão e em Direito na Universidade do Azerbaijão. Foi designado ministro dos Negócios Estrangeiros em julho de 2020. Iniciou sua carreira no serviço público no Ministério das Finanças (1996-2000). Posteriormente, ocupou as funções de vice-ministro da Educação (2013-1018) e de ministro da Educação (2018-2020). Como jurista, trabalhou na iniciativa privada (2000-2013).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e o Azerbaijão completaram, em outubro de 2023, 30 anos de relações diplomáticas. As relações políticas bilaterais mantêm excelente nível desde o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1993, e especialmente, desde a criação de embaixadas residentes em Baku e em Brasília, respectivamente em 2009 e em 2012.

Em 1995, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se com o ex-presidente Heydar Aliyev. Em abril de 2006, o chanceler Elmar Mammadyarov visitou o Brasil e reuniu-se com os titulares das pastas das Relações Exteriores, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Minas e Energia. Na ocasião, foram assinados o Acordo sobre Consultas Políticas e o Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

Em fevereiro de 2013, o então ministro Antônio Patriota reuniu-se com Mammadyarov à margem da Cúpula de Segurança de Munique. O então subsecretário-geral, embaixador Hadil da Rocha Vianna, responsável pela área de promoção comercial do MRE, realizou exitosa missão comercial a Baku, em maio de 2013, integrada por representantes de empresas dos setores de alimentação, infraestrutura e defesa. Ainda em 2013, o então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), e o então presidente da Comissão Parlamentar de Amizade Brasil-Azerbaijão, deputado Cláudio Cajado, visitaram Baku por ocasião do II Fórum Internacional de Diálogo Multicultural. Em novembro daquele ano, os Deputados Cláudio Cajado, Rodrigo Maia, Antônio Imbassahy, Leonardo Gadelha e o vereador César Maia participaram

como convidados do III Foro Internacional Humanitário e aproveitaram para realização de encontros com autoridades locais.

O então subsecretário-geral de Política I do Itamaraty, embaixador Carlos Paranhos, recebeu, em novembro de 2013, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Araz Azimov, para a realização da I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Azerbaijão ao abrigo do Protocolo de Consultas Políticas.

Em novembro de 2017, o então ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, realizou visita oficial a Baku, que teve caráter histórico por ser a primeira de um chanceler brasileiro ao país e à região do Cáucaso. Manteve encontros com o presidente Ilham Aliyev, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Elmar Mammadyarov, e com o ministro da Economia, Shahin Mustafayev.

As relações políticas entre o Brasil e o Azerbaijão atravessaram, em 2024, fase particularmente favorável, caracterizada por um nível inédito de contatos de alto nível, entre os quais se destaca a visita a Baku do senhor vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, bem como sessão de consultas políticas em nível de vice-chanceleres. O tradicional apoio brasileiro à integridade territorial do Azerbaijão continua a ser importante ativo no quadro do relacionamento bilateral, em razão da centralidade, para a política interna e externa deste país, do conflito com a Armênia. Em 29 de fevereiro de 2024, foi realizada reunião de consultas políticas em Baku, co-presidida pela secretária-geral do MRE e pelo vice-chanceler Elnur Mammadov, que deram continuidade ao mecanismo, retomado em 2022. No intervalo entre as rodadas de consultas, registrou-se, ainda, a missão a Brasília do embaixador Elchin Amirbayov, enviado especial do presidente Ilham Aliyev que foi recebido pelo ministro das Relações Exteriores e outras autoridades brasileiras.

A participação do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, na 29a Conferência das Partes da UNFCCC (COP29), na qualidade de chefe da delegação oficial do Brasil, propiciou a visita da mais alta autoridade brasileira ao Azerbaijão desde o estabelecimento das relações bilaterais. O vice-presidente avistou-se em Baku, à margem da COP29, com o presidente Ilham Aliyev.

Além das visitas de alto nível mencionadas, ao longo de 2024 registrou-se inédito aumento da intensidade dos contatos políticos como desdobramento positivo, na esfera bilateral, de iniciativas da presidência brasileira do G20 e do processo da preparação da COP29, presidida pelo Azerbaijão. Nesse contexto, cabe destacar a visita ao Brasil, em setembro de 2024, para participar de reunião ministerial do G20, do ministro da Agricultura do Azerbaijão, Majnun Mammadov. O evento setorial propiciou encontro entre Mammadov e o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos

Fávaro, e a assinatura de abrangente Memorando de Entendimento no campo da Agricultura, cuja negociação havia sido há muito concluída e que os ministros acordaram transformar em programa de ações concretas no curto prazo.

A realização da COP29, em Baku, em novembro de 2024, constituiu, para o governo azerbaijano, ponto culminante da sua busca de protagonismo na diplomacia multilateral, na qual identifica instrumento de projeção de imagem, de diversificação de parcerias e de interlocução política. O país desenvolve, nesse contexto, atividade multivetorial que tem componentes geográficos, religiosos, culturais, políticos e econômicos.

O processo de negociações com vistas à COP29 propiciou inédita coordenação entre as equipes de negociadores do Brasil e do Azerbaijão, o que contribuiu para o protagonismo brasileiro no processo de negociações e no resultado final da Conferência. No quadro dos desdobramentos políticos positivos para o relacionamento bilateral advindos dessa colaboração, para além do endosso brasileiro às numerosas iniciativas e declarações promovidas pela presidência azerbaijana da Conferência, cabe destacar a assinatura, no quadro da "Baku to Belém Climate Partnership", de Memorando de Entendimentos entre os dois Governos que projeta, para além do horizonte da COP30, as perspectivas de cooperação no campo da mudança do clima. O referido instrumento prevê, por um período inicial de três anos (renovável) ações conjuntas nos campos do clima e do desenvolvimento sustentável, tanto no quadro dos mandatos da COP29 e da COP30 como em iniciativas que venham a ser acordadas em torno aos resultados da presidência brasileira do G20 em 2024.

A diplomacia parlamentar tem espaço privilegiado no relacionamento bilateral, com a realização de visitas regulares de parlamentares brasileiros, pelas quais o lado azerbaijano manifesta elevado apreço.

Em fevereiro de 2020, pouco antes do fechamento das fronteiras do Azerbaijão em razão da pandemia, o senador Antonio Anastasia e o deputado Claudio Cajado, então presidentes dos grupos parlamentares de amizade Brasil-Azerbaijão no Senado Federal e na Câmara de Deputados, respectivamente, acompanharam, na condição de observadores parlamentares, as eleições para a Assembleia Nacional (" Milli Maclis") azerbaijana.

O então senador Antonio Anastasia fez nova visita ao Azerbaijão, a convite da Assembleia Nacional, no período de 30/10 a 05/11/2021, ocasião em que se encontrou com a atual presidente da Assembleia Nacional, deputada Sahiba

Gafarova, e com os ministros das Relações Exteriores, Jeyhun Bayramov, da Agricultura, Inar Karimov, e do Meio Ambiente, Muxtar Babayev.

No período de 2020 e 2021, os parlamentares dos grupos de amizade bilateral conduziram por videoconferência, com a participação dos embaixadores nas respectivas capitais, duas sessões de trabalho, dedicadas ao tema da luta contra a COVID-19.

No período de 6 a 9 de fevereiro de 2024, os senadores Carlos Viana e Nelsinho Trad, atual presidente do grupo parlamentar de amizade Brasil-Azerbaijão no Senado Federal, realizaram, a convite da "Milli Maclis", missão de observação das eleições presidenciais antecipadas, cuja lisura, transparência e organização elogiaram em declarações à imprensa local. Os parlamentares foram recebidos pelo primeiro vice-presidente da Assembleia, deputado Fazail Ibrahimli, e realizaram sessão de trabalho com membros do Grupo de Trabalho Interparlamentar Azerbaijão-Brasil.

Sinalizando a importância que o governo azerbaijano atribui ao papel da diplomacia parlamentar, os senadores brasileiros foram recebidos, na chancelaria local, pelo vice-chanceler Elnur Mammadov e, na presidência da República, pelo senhor Hikmat Hajiyev, principal assessor diplomático do presidente Aliyev. Em sinal de especial deferência aos parlamentares brasileiros, a parte final da reunião na chancelaria foi conduzida pelo próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Jeyhun Bayramov.

COMÉRCIO BILATERAL

De acordo com os últimos dados disponíveis do Comitê Estatal de Estatísticas do Azerbaijão (AzStat), entre janeiro e outubro de 2024, o comércio bilateral entre o Brasil e o Azerbaijão totalizou USD 171 milhões, indicando uma diminuição de USD 28 milhões, ou aproximadamente 13,97%, em comparação com o mesmo período de 2023, quando o comércio atingiu USD 199 milhões. Esse total inclui exportações do Brasil para o Azerbaijão no valor de USD 158 milhões e USD 13 milhões em importações brasileiras do Azerbaijão. A participação do Brasil nas importações totais do Azerbaijão permanece pequena e recuou dos 1,40% registrados de janeiro a outubro de 2023 para 0,95% no mesmo período de 2024, refletindo falta de dinamismo.

Entre janeiro e outubro de 2024, as exportações brasileiras para o Azerbaijão foram amplamente dominadas por açúcar bruto de cana (84,42%), seguido por carnes congeladas e produtos cárneos (5,75%) e amendoins (2,08%). Outros produtos incluíram tabaco (1,75%), máquinas e equipamentos elétricos (1,81%), frutas frescas, secas e enlatadas (0,73%), café e especiarias (0,79%), sementes para plantio (0,68%), produtos farmacêuticos e equipamentos médicos (0,34%), produtos de cuidados pessoais e cosméticos (0,29%), metais ferrosos (0,29%), suco de laranja (0,14%), vestuário (0,11%) e outros (0,82%). Essa diversidade reflete a ampla gama de produtos brasileiros exportados para o Azerbaijão, apesar da participação reduzida nas importações totais do país.

Entre janeiro e outubro de 2024, o Brasil exportou para o Azerbaijão aproximadamente USD 133 milhões em açúcar bruto de cana, refletindo uma queda de 14,14% em comparação com os USD 155 milhões registrados no mesmo período de 2023. Apesar dessa diminuição, o Brasil continua liderando o mercado de açúcar do Azerbaijão, atendendo à maior parte de sua demanda de importações. A redução nas exportações de açúcar brasileiro foi provavelmente influenciada pela retomada das importações de açúcar de beterraba da Rússia, após o levantamento de uma proibição temporária em agosto de 2023. Nova proibição foi introduzida no início de maio, mas permaneceu novamente só até 31 de agosto de 2024.

Entre janeiro e outubro de 2024, o Brasil exportou USD 9 milhões em carnes congeladas e produtos cárneos para o Azerbaijão, um aumento de 55,44% em comparação com os USD 5,8 milhões registrados no mesmo período de 2023. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelas exportações de carne bovina congelada, que atingiram USD 6 milhões, um aumento significativo em relação aos USD 1,7 milhões no mesmo período de 2023, devido à crescente demanda doméstica por produtos de carne no Azerbaijão, onde a produção local tem sido insuficiente para atender à demanda crescente.

Cabe assinalar, nesse contexto, a competitividade revelada por alguns setores brasileiros de exportação. O Brasil ocupou o segundo lugar nas exportações de carne bovina abatida para o Azerbaijão, atrás da Ucrânia (USD 25 milhões), com a Belarus em terceiro lugar (USD 4,1 milhões). Além disso, o Brasil manteve-se como o principal exportador no mercado de carne suína congelada, com USD 2 milhões - embora a população azerbaijana seja quase integralmente muçulmana, o Estado é rigorosamente laico, o que assegura os direitos de minorias étnicas e religiosas que consomem carne de porco, bem como o consumo de álcool.

Evolução das trocas comerciais 2022-2024

Houve queda do valor das exportações brasileiras para o Azerbaijão e da participação brasileira relativa no mercado azerbaijano em 2024. Em 2023, o fluxo do comércio bilateral totalizou USD 207,63 milhões, com pequena participação das exportações azerbaijanas (que caíram 99% em relação ao ano anterior). O resultado de 2023, representou redução se comparado ao total de 2022 (USD 209,34 milhões). Por outro lado, as importações de produtos brasileiros atingiram USD 207,49 milhões, aumento de 9,42% em relação ao valor de 2022 (USD 189,61 milhões). Em função da drástica redução das exportações azerbaijanas e da virtual manutenção do volume das importações com origem no Brasil, o tradicional saldo comercial em favor do Brasil aumentou 22,05% em 2023, totalizando USD 207,34 milhões ante USD 169,88 milhões, em 2022. Em 2024, porém, o superávit chegou a apenas USD 145 milhões, em razão da queda do valor das exportações brasileiras e da retomada das vendas de fertilizantes azerbaijanos.

POLÍTICA INTERNA

O presidente Heydar Aliyev dominou a vida política azerbaijana nos anos 1970 e 1980 e voltou a dirigir o país após a "débâcle" que se seguiu à guerra do Nagorno-Karabakh. Ao longo de dez anos, construiu um regime verticalizado que não foi alterado, em sua essência, pelo seu filho e atual presidente. Em 2013, foi adotada emenda constitucional pela qual se eliminou o limite no número de mandatos. Em 2016, ocorreu nova reforma constitucional, pela qual o mandato presidencial foi estendido de cinco para sete anos, bem como foi concedido ao presidente o poder de eliminar eleições presidenciais ou legislativas em razão de estado de guerra. Adicionalmente, criou-se o cargo de vice-presidente, que passou a ser ocupado pela primeira-dama, Mehriban Aliyeva.

Em abril de 2018, Ilham Aliyev foi reeleito, com mais de 83% dos votos, para seu quarto mandato, agora de sete anos. Imediatamente após ser reempossado, efetuou importantes mudanças em seu ministério, destacando-se a nomeação de seu antigo assessor de relações internacionais, Novruz Mammadov, para o cargo de primeiro-ministro, em lugar de Artur Rasizade, que vinha exercendo o cargo ininterruptamente

desde novembro de 2003. O número de vice-primeiros-ministros foi reduzido, passando dos anteriormente seis para apenas quatro. Em outubro de 2019, o então PM

Mammadov renunciou, tendo assumido Ali Asadov, economista e parlamentar próximo ao Presidente.

A Assembleia Nacional (*Milli Mejlis*) é constituída de 125 deputados, eleitos por voto direto. A maioria dos assentos é ocupada pelo partido Novo Azerbaijão, do presidente Ilham Aliyev. Seu presidente, desde 2005, é o deputado Ogtay Asadov.

Nas eleições presidenciais antecipadas de fevereiro de 2024, o presidente Aliyev foi reeleito para seu quinto mandato. Em setembro de 2024, seu partido saiu vitorioso, igualmente, das eleições para o Parlamento.

POLÍTICA EXTERNA

A reeleição do presidente Aliyev, em fevereiro passado, para um mandato de sete anos, fortalece, no campo da política externa azerbaijana, o propósito de alcançar o reconhecimento internacional do país como uma "potência média" dotada de relações bilaterais diversificadas e ativa inserção no plano multilateral, alicerçadas numa economia sólida que, nas duas décadas do atual Governo, elevou o PIB per capita de USD 4,6 mil (PPP) para mais de USD 17 mil (PPP - dados do Banco Mundial) e alcançou o 97o. IDH (0,74, em 2021) entre 203 países (dados do PNUD).

Nesse contexto, para além da dimensão central que o conflito com a Armênia ocupa na política externa do Azerbaijão, a diplomacia presidencial do governo Aliyev dedicou esforços, nos últimos anos, para manter e promover aproximação com a União Europeia, países europeus e os Estados Unidos, procurando afirmar-se como parceiro confiável para a segurança energética ocidental, bem como valorizar o papel geoestratégico do seu país, sobretudo após o início da guerra russo-ucraniana. Em relação ao conflito, cabe assinalar, Baku tem procurado evitar atritos com a Rússia, embora declarando apoio à integridade territorial ucraniana, país ao qual tem prestado significativa ajuda humanitária. Além de o bom nível das relações políticas entre Baku e Moscou se manter aparentemente inalterado, o comércio bilateral vem aumentando desde o início das hostilidades na Ucrânia, embora sem registrar os notórios surtos das exportações dos vizinhos da região para a Rússia desde 2022.

Em 2024, a percepção de alinhamento de Bruxelas e Washington com Ierevan provocou forte reação de Baku e a deterioração das relações políticas com europeus e norte-americanos. Reunião entre Nicol Pashinyan, Ursula von der Leyen e Antony Blinken, em abril passado, foi vista por Baku como emblemática de uma virada ocidental pró-Armênia. Cabe assinalar que a visita ao contingente europeu por parte do presidente da Polônia, Andrzej Duda, em novembro passado, foi denunciada pela

chancelaria local como "nova demonstração das políticas anti-azerbaijanas de vários membros da UE e das instituições europeias" e provocou convocação do encarregado de negócios polonês em Baku. Denúncias do parlamento europeu e da comissão parlamentar do Conselho Europeu (PACE) sobre a situação dos direitos humanos e da liberdade de imprensa no Azerbaijão contribuíram para a percepção em Baku, que se acentuou sobretudo com a proximidade da COP29, de que o país se tornara objeto de campanha de difamação orquestrada pela diáspora armênia e seus aliados nos países ocidentais, com vistas a impor-lhe concessões políticas.

As relações com Washington também sofreram deterioração em função de iniciativas congressuais norte-americanas que visaram a retirar da Casa Branca o poder de suspender, a cada ano, à "Seção 907" do "Freedom Support Act", que proíbe toda ajuda concessional ao Azerbaijão, e à imposição de sanções ("targeted sanctions") contra funcionários do Governo azerbaijano, por seu envolvimento no conflito do Karabakh. O Governo Aliyev tentou, sem êxito, revalorizar diante da administração Biden os fundamentos políticos das relações bilaterais, lançados nos anos 1990 no quadro da abertura ao Ocidente dos recursos energéticos do Cáspio e do apoio à luta contra o extremismo islâmico. Comentários elogiosos do presidente Aliyev ao ex-presidente Trump perante jornalistas, quando Biden ainda era candidato à reeleição, deixaram transparecer sua insatisfação com a administração democrata.

A volta do presidente Trump à Casa Branca, por outro lado, foi bem recebida por Aliyev. Em entrevista coletiva concedida à mídia azerbaijana em 7 de janeiro de 2025, o mandatário apontou para a possibilidade de elevar as relações bilaterais a um "patamar estratégico". A expectativa de Baku, segundo formulação do emissário presidencial Elchin Amirbayov, é que Washington "avalie adequadamente o valor do relacionamento com o Azerbaijão" em face do "novo status quo na região". Essa avaliação não deveria ser feita "pelo prisma da Armênia", ou de outros "fatores externos", mas levar em conta que o Azerbaijão "está condenado a ser o Estado fundamental da região".

No que se refere à estratégia regional e de segurança da política externa azerbaijana, para além dos vínculos políticos e militares que o Azerbaijão vem aprofundando desde a década passada com Turquia, Israel e Paquistão, bem como do estabelecimento de "parcerias estratégicas" com alguns países da Europa ocidental, a diplomacia presidencial de Aliyev tem procurado fortalecer vínculos com países dos balcãs e da Ásia central. O fornecimento de energia de fontes fósseis e "verdes", ao amparo de MdE assinado com a UE em 2021, constitui o principal vetor do relacionamento com os primeiros, enquanto que, com os segundos, o objetivo, no

médio prazo, é a articulação de um espaço político e econômico regional, em torno da Organização dos Estados Túrquicos, no qual o Azerbaijão desempenharia papel de articulador e "hub" indispensável de transportes e comunicações entre a China, a Ásia central, a Turquia e a Europa.

O Azerbaijão também tem procurado aprofundar suas relações com países do Golfo, entre os quais se destacam a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos como parceiros na construção de usinas de energia solar e eólica, bem como fonte de outros investimentos e de crescente fluxo de turistas. Na América Latina e no Caribe, o Azerbaijão reconhece a liderança brasileira e tem procurado apresentar projetos de acordo de cooperação bilateral na área econômico-comercial.

Baku também tem procurado desenvolver interlocução com outros países da região, a exemplo dos que compõem a Aliança do Pacífico, cujas exportações vêm aumentando, embora ainda representem pequena parcela do mercado azerbaijano. Cabe assinalar, ainda, a expansão da rede de postos do Azerbaijão no exterior. Nos últimos dois anos, foram abertas embaixadas residentes no Vaticano, em Havana e em Tel Aviv - bem como escritório comercial em Ramalá.

No campo da diplomacia multilateral, onde busca diversificar parcerias e interlocução política, bem como uma maior projeção internacional, o Azerbaijão, membro histórico da Comunidade dos Estados Independentes, participa em vários formatos de outros mecanismos e organismos regionais e inter-regionais, como a Organização dos Estados Túrquicos, da qual é membro fundador, da Organização de Cooperação de Xangai, da qual é "parceiro de diálogo", e mesmo da Aliança do Pacífico, da qual se tornou observador em 2019. Cabe destacar, nesse contexto, que o Azerbaijão participa ativamente de organismos internacionais de corte político e cultural que congregam países islâmicos, dos quais tem tradicionalmente obtido apoio no prolongado conflito com a Armênia.

A eleição de Baku, no final de 2023, para sediar a 29a sessão da Conferência das Partes da UNFCCC (COP29), graças a entendimentos com Ierevan que levaram a Armênia a desistir da própria candidatura a sede do evento, foi apresentada como novo ponto culminante da diplomacia multilateral azerbaijana. O desafio de realizar a Conferência em prazo recorde foi enfocado pelo Governo Aliyev como projeto de Estado que, para além de vultosos investimentos, mobilizou todos os organismos governamentais, empresas e entidades privadas e paraestatais, bem como a sociedade em geral - o evento contou com o trabalho de 10 mil jovens voluntários. Ao longo de 2024, o Brasil prestou significativo apoio à equipe negociadora e, por ocasião da Conferência, o Azerbaijão convidou o Brasil a assumir oficialmente, juntamente com

o Reino Unido, função de apoio formal na construção do pacote final das negociações, em modalidade inédita de contribuição diplomática nas COPs de clima.

Questão de Nagorno-Karabakh

O conflito com a Armênia continua a ser o principal eixo da política externa do Azerbaijão. A região de Nagorno-Karabakh tem cerca de 8.200 km² e uma população de cerca de 140 mil habitantes. Desde o início do século XX, a região, com população majoritariamente armênia, é disputada pela Armênia e por etnias que vieram a compor o moderno Estado do Azerbaijão. Com a eclosão da revolução bolchevique e a posterior consolidação da União Soviética, Josef Stalin decidiu, em 1923, manter o território como parte da República Socialista Soviética (RSS) do Azerbaijão, com o status de região autônoma. Em 1945, 1965 e 1977, houve petições para que Nagorno-Karabakh fosse anexado à RSS da Armênia, sem sucesso. Com o advento da "perestroika", o território de Nagorno-Karabakh transformou-se na primeira região dissidente da União Soviética.

Em dezembro de 1991, após a dissolução da URSS, os armênios de Nagorno-Karabakh aprovaram a criação de um Estado independente. O conflito que se seguiu, que opôs forças azerbaijanas aos armênios de Nagorno-Karabakh, gerou, segundo números do Azerbaijão, cerca de 30 mil mortos dos dois lados e mais de um milhão de refugiados de etnia azerbaijana, deslocados da Armênia e da região de Nagorno-Karabakh. Os armênios étnicos ocupam, além do Karabakh propriamente dito, sete distritos azerbaijanos adjacentes.

Desde 1992, negociações de paz têm sido conduzidas, no âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), pelo Grupo de Minsk, sob a co-presidência dos EUA, da Rússia e da França. A Rússia mediou cessar-fogo, assinado em 1994 pelas partes, que, no entanto, jamais assinaram tratado de paz. Em 2016, reacenderam-se hostilidades na região, resultando em 64 baixas. Em 29 de março de 2019, o presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, e o primeiro-ministro da Armênia, Nikol Pashinyan, reuniram-se em Viena. Tratou-se do primeiro encontro formal entre os dois líderes, sob a mediação do Grupo de Minsk da OSCE. O encontro não teria produzido avanços substantivos.

Em setembro de 2020, iniciou-se nova etapa do conflito, com choques na região internacionalmente reconhecida como azeri, mas sob controle armênio até então. O conflito rapidamente evoluiu para uma guerra entre Azerbaijão e Armênia. Em 9 de novembro desse ano, um acordo de cessar-fogo foi firmado, e o Azerbaijão declarou vitória.

Seguem em curso tratativas entre a Armênia e o Azerbaijão, com vistas a um acordo de paz. No entanto, em função de divergências das partes em diversos aspectos de eventual acordo, os encontros não resultaram, até o momento, em avanços concretos nas tratativas.

Posição do Brasil

O Brasil mantém posição histórica de apoio à integridade territorial do Azerbaijão e à solução pacífica do conflito, além de apoiar a mediação prestada pelo Grupo de Minsk no âmbito da OSCE. Os esforços para solução pacífica do conflito também foram saudados na Declaração da XII Cúpula dos BRICS, de novembro de 2020. Convém ao Brasil acompanhar com atenção os acontecimentos na região, pois, apesar de o conflito parecer relativamente limitado à disputa entre Armênia e Azerbaijão, seus desdobramentos podem afetar a estabilidade regional no Cáucaso, em virtude do envolvimento de Rússia e Turquia na disputa.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Azerbaijão apresenta elevado grau de intervenção do governo, a qual se manifesta, por exemplo, na participação de monopólios estatais na produção industrial e nas exportações. O capitalismo de Estado, assim, pode ser considerado a força motriz da economia. O investimento público, parte da política de investimento nacional, tem impacto direto na geração de renda e emprego, estimulando o mercado interno. A principal fonte de investimento público são as receitas orçamentárias do Estado provenientes do setor de petróleo e gás, constituídas principalmente pelas transferências ao Tesouro do SOFAZ - encarregado de formar as reservas internacionais do país - e pelos impostos pagos pela Companhia Estatal de Petróleo do Azerbaijão (SOCAR) sobre suas operações. Além desses, a SOCAR paga ao Estado significativo volume de impostos de importação, em razão da compra de máquinas e equipamentos necessários ao seu funcionamento.

O Azerbaijão estende tratamento nacional aos investidores estrangeiros, incluindo parceiros em "joint ventures", que são amparados pela Lei de Proteção ao Investimento Estrangeiro, pela Lei de Atividade de Investimento e por garantias contidas em acordos e tratados internacionais.

O comércio exterior exerce papel crucial para a sustentabilidade da atividade econômica e para a política macroeconômica e financeira do Azerbaijão. A balança comercial do país apresenta, historicamente, saldo positivo, o que é explicado pelo

bom desempenho do setor de petróleo, gás e derivados no mercado internacional, especialmente no último quinquênio. A significativa contribuição do comércio exterior para o crescimento econômico distingue a economia azerbaijana daquelas de seus vizinhos da região do Sul do Cáucaso, cuja balança comercial externa nunca apresentou resultado positivo, desde a conquista da independência das ex-repúblicas soviéticas da região, em 1991.

O Banco Central (CBAR) tem a missão de manter a estabilidade macroeconômica, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros e garantir a competitividade do comércio exterior, entre outros objetivos. O principal fator de garantia da estabilidade macroeconômica é a receita das grandes reservas de petróleo e gás do país, em particular das reservas do Fundo Estatal de Petróleo do Azerbaijão (SOFAZ).

As receitas oriundas da venda de petróleo bruto e de gás desempenham papel fundamental na determinação da política cambial do Azerbaijão e contribuem para o aumento da liquidez e da oferta de moeda na economia mediante leilões do CBAR, financiados, a partir de 2015, com recursos do SOFAZ. O fato de o saldo em conta corrente ser tipicamente positivo contribui para a manutenção de câmbio estável (por volta de USD 1=AZN 1,70), fator chave para a estabilidade macroeconômica do Azerbaijão e para a atividade das empresas importadoras que suprem a demanda no mercado doméstico e, em particular, garantem a segurança alimentar do país.

Por outro lado, a forte dependência entre as importações para o suprimento do mercado interno e as receitas oriundas das exportações de petróleo e gás que viabilizam essas compras internacionais implica constante risco à estabilidade macroeconômica do país, experimentada por ocasião da crise de 2016, que levou a uma significativa desvalorização do manat. As receitas de exportação de outros setores ainda estão longe de alcançar patamar que seja suficiente para o custeio das necessidades de importação. Por essa razão, o governo azerbaijano vem declarando que seu principal objetivo macroeconômico é o estímulo às exportações não petrolíferas.

Acordos comerciais multilaterais

Apesar de ainda não ser membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Azerbaijão é parte de diversas convenções comerciais internacionais. Os principais acordos são listados a seguir (entre parênteses, o ano de ratificação pelo Azerbaijão): (i) Convenção Aduaneira sobre a Importação Temporária de Veículos Rodoviários Comerciais de 1956 (2000); (ii) Convenção sobre o Comércio

Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção de 1973 (1998); (iii) Convenção Europeia de Arbitragem Comercial Internacional de 1961 (1996); (iv) Convenção Postal Universal e seu Protocolo Final (2019); (v) Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional de 1999 - Convenção de Montreal e o Protocolo que a modifica (1999); (vi) Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional de 1999 - Convenção de Varsóvia (1999); (vii) Convenção Relativa ao Transporte Ferroviário Internacional - COTIF (2015); (viii) Convenção das Nações Unidas sobre o Uso de Comunicações Eletrônicas em Contratos Internacionais de 2005 (2018).

Acordos comerciais bilaterais

Após a independência, o Azerbaijão assinou acordos de livre comércio (ALCs) com várias ex-repúblicas da União Soviética, a saber: Uzbequistão (1992); Rússia (1992); Moldova (1995); Ucrânia (1995); Geórgia (1996); Turcomenistão (1996); Cazaquistão (1997); República Quirguiz (2004); Belarus (2004); e Tajiquistão (2007).

Apesar de terem muitos artigos semelhantes, como eliminação de tarifas alfandegárias, medidas contra a discriminação, aplicação do tratamento nacional e estabelecimento de cooperação entre as autoridades aduaneiras, os ALCs também compreendem disposições específicas e exclusivas, caso a caso.

Logística e transportes

O papel do setor de transportes é crucial para a economia do Azerbaijão e, mais além, para suas pretensões de projeção política. A localização geográfica posiciona o Azerbaijão como importante ponto de conexão dos corredores de transporte internacional entre a Ásia, o Oriente Médio, a Europa e a região do Mediterrâneo. Nesse contexto, o governo está empenhado na implementação de dois grandes projetos internacionais: o Corredor de Transporte Norte-Sul e o Corredor de Transporte Leste-Oeste Trans-Cáspio ("Middle Corridor" ou Corredor do Meio).

O Governo azerbaijano tem promovido, em numerosos foros internacionais, a importância do chamado "Middle Corridor" entre a Europa e a Ásia, no qual este país desempenha um papel chave como "hub" regional de trânsito de mercadorias, graças a vultosos investimentos em infraestrutura ferroviária, rodoviária, portuária e aeroportuária. Cabe apontar, nesse quadro, que o conflito na Ucrânia tem provocado notável deslocamento dos fluxos de transporte regionais, o que tem beneficiado o

Azerbaijão, único território que permanece livre de sanções unilaterais no eixo leste-oeste de transporte terrestre entre a Ásia, Europa e o Oriente Médio.

O Governo azerbaijano vem desenvolvendo, também, o ambicioso projeto do novo Porto de Comércio Marítimo Internacional de Baku. A primeira etapa do complexo portuário tem capacidade de movimentação de 15 milhões de toneladas de carga por ano, incluindo 100 mil unidades de contêineres de 20 pés. Com a conclusão da segunda etapa da construção do complexo portuário, a capacidade total de movimentação aumentará para 25 milhões de toneladas de carga e até 500 mil unidades de contêineres de 20 pés.

No modal ferroviário, os principais corredores leste-oeste atualmente são as linhas Baku-Tbilisi-Kars e Baku-Horadiz. O modal rodoviário, que conecta a Europa e o Cáucaso com a Ásia Central através do Azerbaijão, parte de Baku e chega aos portos de Poti e Batumi, no Mar Negro (860 km). A declaração trilateral de 10 de novembro de 2020 entre o Azerbaijão, a Rússia e a Armênia, a qual encerrou a "guerra dos 44 dias", incluiu referência à abertura do chamado "Corredor de Zangezur", o qual ligaria as regiões ocidentais do Azerbaijão à República Autônoma de Nakhchivan, seguindo trajeto paralelo à fronteira com o Irã, e se integraria ao Corredor de Transporte Leste-Oeste.

Em agosto de 2022, os governos do Azerbaijão, do Uzbequistão e da Turquia assinaram a Declaração de Tashkent, a qual, entre outros temas, define prioridades para o desenvolvimento do "Middle Corridor" e do "Corredor de Zangezur".

A seu turno, o chamado Corredor de Transporte Norte-Sul é uma rota internacional que poderá facilitar o transporte de mercadorias entre Índia, Irã, Afeganistão, Azerbaijão, Rússia, Ásia Central e Europa. A parte principal do Corredor de Transporte Norte-Sul, com 7.200 km de extensão, é formada pela linha ferroviária Rússia-Azerbaijão-Irã, com 505 km de extensão no território do Azerbaijão. O transporte de carga pelo corredor deverá ser, inicialmente, de 5 milhões de toneladas por ano, sendo o objetivo atingir volume de 10 milhões de toneladas por ano, conforme informações oficiais.

Em setembro de 2022, Azerbaijão, Irã e Rússia assinaram a "Declaração de Baku", que dispõe sobre a cooperação para o desenvolvimento da infraestrutura logística entre os respectivos países, com vistas ao melhor aproveitamento do potencial do Corredor de Transporte Norte-Sul. A cooperação para o desenvolvimento de corredores de transporte internacionais, em particular o Corredor de Transporte Internacional Norte-Sul, consta do artigo 21(4) do tratado de parceria estratégica assinado entre a Rússia e o Irã, em Moscou, no último dia 17 de janeiro.

Desempenho da economia do Azerbaijão em 2024

Conforme os mais recentes dados publicados pelo Comitê Estatal de Estatísticas do Azerbaijão (AzStat), o PIB do Azerbaijão, no período de janeiro a novembro de 2024, alcançou USD 66,44 bilhões, registrando um aumento de 4,1% em comparação com o mesmo período de 2023. O setor de petróleo e gás da economia apresentou um crescimento de 0,4%, enquanto os demais setores não relacionados a petróleo e gás cresceram 6,4%.

De acordo com esses dados, 37,1% da produção derivou da atividade industrial; 10,0% do comércio e manutenção de veículos; 7,1% dos setores de transporte e armazenagem; 6,2% da construção civil; 6,1% da agricultura, silvicultura e pesca; 2,5% dos setores hoteleiro e de serviços de alimentação; 1,8% de atividades de TICs; e 19,2% de outros setores. Os tributos líquidos sobre produtos e importações totalizaram 10,0% do PIB.

Durante o período de janeiro a novembro de 2024, os principais investimentos em capital totalizaram USD 9,3 bilhões, refletindo uma diminuição de 3,8% em comparação com o mesmo período de 2023. O volume de investimentos destinados ao setor de petróleo e gás diminuiu 9,0%, enquanto os investimentos nos demais setores diminuíram 1,1%. 24. De janeiro a novembro de 2024, os dados oficiais situam a inflação em 2%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Durante o período, os preços de alimentos, bebidas e tabaco registraram um aumento de 1%, enquanto os produtos não alimentícios tiveram um aumento de 1,5% e os preços no setor de serviços aumentaram 3,8%.

Comércio exterior do Azerbaijão

De acordo com dados do Comitê Estatal Alfandegário (DGK), o volume de comércio do Azerbaijão, no período de janeiro a novembro de 2024, totalizou USD 43,11 bilhões, uma queda de 8,9% em comparação com o mesmo período de 2023. As exportações alcançaram USD 24,34 bilhões (queda de 22,8%), enquanto as importações totalizaram USD 18,77 bilhões (aumento de 18,7%). O superávit comercial foi de USD 5,57 bilhões, uma diminuição de quase 65% em relação ao ano anterior.

A estrutura das exportações de janeiro a novembro permaneceu dominada pelo setor de petróleo e gás, que representaram 87% do volume total, ressaltando a contínua dependência do Azerbaijão de seus recursos de hidrocarbonetos como principal impulsionador da receita de exportação. Em contraste, a composição das

importações foi mais variada, incluindo setores como máquinas, aparelhos elétricos, equipamentos e peças de reposição (18,57%); veículos e peças de reposição (11,75%); e metais ferrosos e seus produtos (5,76%). O setor de alimentos representou 11,68% das importações.

O Azerbaijão realizou trocas comerciais com 176 países no período de janeiro a novembro de 2024. Os principais mercados de exportação foram, em ordem decrescente, a Itália (40,44%), Turquia (14,45%) e Rússia (4,45%), enquanto que as principais fontes das importações foram a China (18,01%), que pela primeira vez supera a Rússia (17,55%) e a Turquia (11,24%), tradicionais parceiros comerciais do Azerbaijão.

CRONOLOGIA HISTÓRICA
1913 – Por tratado, a Pérsia cede à Rússia a região que hoje é o Azerbaijão.
1918 – Após a Revolução Russa, o Azerbaijão torna-se independente.
1920 – Com a proclamação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Azerbaijão e outros países do Cáucaso formaram a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana.
1936 – O Azerbaijão, como entidade autônoma, torna-se parte constitutiva da União Soviética.
1991 – Com o colapso da União Soviética, o país torna-se independente.
1991 – Guerra com a Armênia pela soberania sobre a região de Nagorno-Karabakh.
1992 – O Azerbaijão ingressa na Organização das Nações Unidas.
1994 – Cessar-fogo com a Armênia, sob mediação russa.
2003 – Assume o presidente Ilham Aliyev, filho do ex-presidente Heydar Aliyev.
2008 – Presidente Ilham Aliev é reeleito
2009 – Referendo elimina limites para a reeleição presidencial.
2011 – O Azerbaijão assume assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o mandato 2012-13.
2013 – Presidente Ilham Aliev é reeleito pela segunda vez.
2016 – Conflagrações em Nagorno-Karabakh mudam fronteira na linha de contato em favor do Azerbaijão.
2018 – Presidente Ilham Aliev é reeleito pela terceira vez.
2024 - Presidente Ilham Aliev é reeleito pela quarta vez.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1993 – Brasil e Azerbaijão estabeleceram relações diplomáticas
1997 – Então presidente do Conselho Supremo do Azerbaijão, Rasul Guliyev visita o Brasil para negociar compra de equipamentos agrícolas, açúcar e frango; formação de "joint-ventures" no setor petroleiro do Cáspio; participação em financiamentos de projetos no Azerbaijão e presença de empresas brasileiras naquele país
2006 – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão Elmar Mammadyarov reúne-se com Ministros brasileiros para a construção de oleodutos e gasodutos no Mar Cáspio
2006 – Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão
2009 – Brasil abre Embaixada residente em Baku
2010 – Acordo, por troca de Notas, sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço
2012 – Azerbaijão abre Embaixada Residente em Brasília
2013 – Visita ao Brasil do Ministro dos Esportes, Azad Rahimov. Missão empresarial a Baku. Comemoração dos vinte anos do estabelecimento de relações diplomáticas. II Reunião de Consultas Políticas
2017 – Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira ao Azerbaijão (Baku, 15 de novembro)
2022 - Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Elnur Mammadov, em junho de 2022 para reunião de Consultas Políticas
2023 – Visita ao Brasil o embaixador Elchin Amirbayov, assessor para assuntos internacionais da Primeira Vice-Presidente do Azerbaijão, na qualidade de emissário especial do Presidente Ilham Aliyev
2024 – Visita da Secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha a Baku para realização de Consultas Políticas
2024 – Encontro entre o Ministro de Estado, embaixador Mauro Vieira, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Jeyhun Bayramov, à margem da Cúpula do BRICS em Kazan, Rússia

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA

EMBAIXADA DO BRASIL EM BAKU, NO AZERBAIJÃO

PERFIL DO EMBAIXADOR



EMBAIXADOR BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL

Nasceu em 20 de setembro de 1969, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Graduou-se em Administração de Empresas, com Habilitação em Comércio Exterior, pelo Centro Universitário UNA, Belo Horizonte (1987-1990); e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (1987-1991).

Graduou-se, em 1996, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

Em 2013, foi aprovado com louvor no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese "A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil".

Exerceu as seguintes funções de assessoria no Itamaraty: assistente na Divisão de Ásia e Oceania I (1996-1997); assessor do chefe da Assessoria de Comunicação Social (1997-1999); assessor do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores (1998-2002); assessor especial da Presidência da República (2011-2015); e assessor do Secretário-Geral das Relações Exteriores (2015).

Atuou na VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, Brasília, 31/5/2010, como coordenador; e na 40ª Cúpula do Mercosul, Foz do Iguaçu, dezembro de 2010, como coordenador-adjunto.

Serviu nas embaixadas em Buenos Aires (2003-2006); Bruxelas (2006-2009); La Paz (2009-2011); e Berlim (2016-2022).

Foi embaixador em Minsk (2022-2025).

Foi agraciado com as seguintes comendas: Ordem do Rio Branco, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito, Oficial, Portugal; Ordem do Mérito da Defesa, Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil; Medalha do Pacificador, Brasil; Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil; Medalha do Mérito Alvorada, Brasil; Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil.

Teve publicadas as seguintes obras: "A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil" - FUNAG, 2014; e “O Brasil e o Processo Decisório na União Europeia"”, Cadernos de Política Exterior, Ano 1/ Nº 1 - Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, Brasília.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E AZERBAIJÃO

Relações diplomáticas

- O Governo brasileiro reconheceu a independência da República do Azerbaijão em 26 de dezembro de 1991 e estabeleceu relações diplomáticas com Baku em 23 de outubro de 1992. A Embaixada do Brasil residente em Baku foi criada em 22 de junho de 2009. A seu turno, o Azerbaijão criou sua Embaixada residente em Brasília em 9 de maio de 2012.
- O apoio brasileiro à integridade territorial do Azerbaijão fundamenta o tradicionalmente excelente relacionamento bilateral. A diplomacia azerbaijana recorda, com satisfação, o papel desempenhado em 1993 pelo Brasil, então membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para a adoção das quatro Resoluções do CSNU (822, 853, 874 e 884) sobre o conflito entre o Azerbaijão e a Armênia. As referidas resoluções foram adotadas na esteira da ocupação militar e do deslocamento de população civil de distritos azerbaijanos, incluindo o chamado "Oblast" de Nagorno-Karabakh, no qual a população majoritária, de etnia armênia, proclamara a "República de Artsakh", bem como o objetivo último de unir-se à República da Armênia. As quatro resoluções do CSNU reafirmaram a soberania e a integridade territorial azerbaijana, a inviolabilidade das fronteiras internacionais e a inadmissibilidade do uso da força para adquirir territórios.

Relações políticas e visitas recentes

- As relações políticas entre o Brasil e o Azerbaijão atravessam fase particularmente favorável, caracterizada por um nível inédito de contatos bilaterais de alto nível, os quais vêm sendo propiciados pela realização sucessiva, em um e outro país, da 29ª e da 30ª Conferências das Partes da UNFCCC, bem como pelo exercício da presidência brasileira do G20. Registra-se, no seio do Governo azerbaijano, a expectativa de crescente colaboração bilateral com o Brasil.
- A participação do Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, na 29a Conferência das Partes da UNFCCC (COP29), na qualidade de chefe da delegação oficial do Brasil, propiciou a visita da mais alta autoridade brasileira ao Azerbaijão desde a do Deputado Rodrigo Maia, então Presidente da Câmara dos Deputados, em 2019. Em reunião bilateral como senhor Vice-Presidente da República, à margem da COP29, o presidente Ilham Aliyev transmitiu o interesse azerbaijano em aprofundar o relacionamento econômico-comercial com o Brasil, além de um renovado convite ao Presidente da República para fazer visita oficial ao Azerbaijão.
- Reativado em 2022, depois de prolongado hiato, o mecanismo de consultas políticas, em vigor desde 2006, tem permitido um diálogo amplo e frutífero.
- Em 29 de fevereiro de 2024, a Secretária-Geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura Rocha, copresidiu em Baku, com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Elnur Mammadov, rodada de consultas políticas bilaterais que deu continuidade às consultas realizadas em Brasília, em 5 de maio de 2022.
- No intervalo entre essas rodadas, diálogo político de alto nível também foi encetado, em março de 2023, por ocasião da missão a Brasília do enviado especial do Presidente Ilham Aliyev, Embaixador Elchin Amirbayov, que foi recebido em

Brasília pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, pelo Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e por outras altas autoridades brasileiras.

- O enviado especial Amirbayov, agora formalmente empossado como Representante Presidencial para Assuntos Especiais, visitou novamente o Brasil em março de 2025, ocasião em que foi recebido pela Secretária-Geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha. Encontrou-se, igualmente, com o Senador Nelsinho Trad, com o Deputado Altineu Cortês, 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, com o Deputado Claudio Cajado, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão, e com o Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República, Embaixador Celso Amorim.
- Em janeiro de 2023, o Vice-Primeiro-Ministro do Azerbaijão, Ali Ahmadov, que representou o Azerbaijão na cerimônia de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi recebido pelo Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que se fez acompanhar pela Secretária-Geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura Rocha. A indicação de Ahmadov sinalizou a disposição de elevar o patamar do diálogo político por parte do Governo azerbaijano, que se fizera representar em posses presidenciais anteriores por seus embaixadores em Brasília.
- Cabe assinalar que visitas dos respectivos chanceleres somente foram realizadas pelo Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes, que esteve em Baku em 15 de novembro de 2017, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Elmar Mammadyarov, que esteve em Brasília em 4 de abril de 2006.
- No campo multilateral, a tradicional coordenação entre os dois países tem-se refletido, nos últimos anos, na bem-sucedida troca de votos para cargos em organismos internacionais, bem como no apoio unilateral do Azerbaijão a várias candidaturas brasileiras.
- No plano mais geral, houve inédita aproximação política entre os dois países em virtude da realização da COP29, cujo desdobramento principal, nesse sentido, foi o lançamento do “Mapa da Rota Baku-Belém para o USD 1,3 Trilhão”. A iniciativa visa a reduzir o hiato entre as necessidades de financiamento ambiental dos países em desenvolvimento e o insuficiente resultado de USD 300 bilhões do "new collective quantified goal" (NCQG) alcançado na COP de Baku. As presidências brasileira e azerbaijana das respectivas COPs também integram, juntamente com a presidência emirati da COP28, a “Troica” criada em Dubai para mobilizar ações para limitar o aquecimento do planeta (“Mapa de Rota da Missão 1,5º C”). Cabe ressaltar, ainda, a adesão do Azerbaijão à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Brasil durante seu mandato presidencial do G20.
- O Azerbaijão deseja se articular com o Brasil, que considera um líder do Sul Global, na busca de fontes para o financiamento ambiental, com ênfase em aportar efetividade ao "new collective quantified goal" (NCQG), o qual considera, juntamente com a regulamentação do artigo 6 do Acordo de Paris, como principal legado da presidência azerbaijana da COP29.

Cooperação interministerial

- A visita ao Brasil do ministro da Agricultura do Azerbaijão, Majnun Mammadov, em setembro de 2024, propiciou a assinatura de abrangente Memorando de Entendimento no campo da Agricultura com o Ministro da Agricultura e Pecuária,

Carlos Fávaro. A visita de Mammadov, cabe assinalar, foi a primeira de um ministro de estado azerbaijano ao Brasil desde 2013.

- Delegação do Ministério da Agricultura e Pecuária chefiada pelo secretário de Comércio Internacional do MAPA, Roberto Perosa, manteve entendimentos, em março de 2023, com o Ministro Majnun Mammadov e com o Primeiro-Vice-Ministro da Economia, Elnur Aliyev, relatados na seção de Relações Econômico-Comerciais.
- Também no mês de setembro de 2024, o presidente da Agência Estatal de Turismo do Azerbaijão, Fuad Naghiyev, assistiu à reunião ministerial de turismo do G20, em Belém. A dinâmica dos entendimentos bilaterais com o ministro do Turismo do Brasil, Celso Sabino, contribuiu, mais adiante, para assegurar o apoio azerbaijano - que se revelou decisivo - para a candidatura brasileira à Presidência do Conselho Executivo da ONU Turismo.
- Em 28 de junho de 2023, a Ministra do Esporte, Ana Moser, assinou em Baku, com o Ministro da Juventude e do Esporte, Farid Gayibov, Carta de Intenções que renova o Memorando de Entendimentos sobre Cooperação Esportiva assinado originalmente em 2014.

Relações interparlamentares

- A diplomacia parlamentar tem papel de grande relevo para o relacionamento bilateral, com a realização de visitas regulares de parlamentares brasileiros, pelas quais o lado azerbaijano manifesta elevado apreço.
- O primeiro grupo de amizade interparlamentar brasileiro-azerbaijano foi criado na Câmara dos Deputados em 4 de setembro de 2013, seguido, em 8 de abril de 2014, pela criação do grupo de amizade brasileiro-azerbaijano no Senado Federal. Em 2012, grupo de trabalho sobre relações interparlamentares azerbaijano-brasileiras foi lançado na Assembleia Nacional (“Milli Majlis”) unicameral. Em 2024, presidiram esses agrupamentos, respectivamente, o deputado Claudio Cajado, o senador Nelsinho Trad e o deputado Mushfig Mammadli.
- No período de 6 a 9 de fevereiro de 2024, os senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana realizaram, a convite da Assembleia Nacional azerbaijana, missão de observação das eleições presidenciais. Os parlamentares foram recebidos pelo primeiro vice-presidente da Assembleia, deputado Fazail Ibrahimli, e realizaram sessão de trabalho com membros do Grupo de Trabalho Interparlamentar Azerbaijão-Brasil. Cabe destacar que os senadores foram recebidos, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Vice-Ministro Elnur Mammadov e, na Presidência da República, por Hikmat Hajiyev, Diretor do Departamento de Política Exterior da Presidência e um dos principais assessores do presidente Ilham Aliyev. Em sinal de especial deferência aos parlamentares brasileiros, a parte final da reunião na chancelaria foi conduzida pelo próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Jeyhun Bayramov.
- Em fevereiro de 2020, pouco antes do fechamento das fronteiras do Azerbaijão em razão da pandemia, o senador Antonio Anastasia e o deputado Claudio Cajado, então presidentes dos grupos parlamentares de amizade no Senado e na Câmara, acompanharam, na condição de observadores parlamentares, as eleições para a Assembleia Nacional ("Milli Majlis") azerbaijana.

- Em 7 de outubro de 2020, durante os combates entre o Azerbaijão e a Armênia, Anastasia e Cajado dirigiram missiva ao deputado Mammadli, na qual lamentam a ocorrência de hostilidades entre os dois países, afirmando defender fortemente a paz, "sem tomar partido de qualquer das partes ou apontar culpados", e apoiando a posição do Brasil em "buscar uma solução pacífica do conflito".
- O então senador Antonio Anastasia fez nova visita ao Azerbaijão, a convite da Assembleia Nacional, no período de 30 de outubro a 5 de novembro de 2021, ocasião em que se avistou com a presidente da Assembleia Nacional, deputada Sahiba Gafarova, e com os ministros das Relações Exteriores, Jeyhun Bayramov, da Agricultura, Inar Karimov, e do Meio Ambiente, Mukhtar Babayev.

  No período de 2020 a 2021, os parlamentares dos grupos de amizade bilateral conduziram, por videoconferência, com a participação dos embaixadores nas respectivas capitais, duas sessões de trabalho, dedicadas ao tema da luta contra a COVID19.

A Política Externa do Azerbaijão e o Conflito com a Armênia

- O tradicional apoio brasileiro à integridade territorial do Azerbaijão continua a ser o mais importante ativo no quadro do relacionamento bilateral, em razão da centralidade do conflito com a Armênia para a política externa do país.
- A sensibilidade do tratamento político da questão guarda considerável potencial de espraiamento para outros aspectos do relacionamento bilateral, inclusive eventuais entendimentos econômico-comerciais, os quais dependem, direta ou indiretamente, de decisões governamentais, em razão do processo decisório extremamente centralizado vigente no Azerbaijão.
- As hostilidades entre o Azerbaijão e a Armênia estão suspensas, desde 2020, por força de um cessar-fogo, mas não existe um acordo definitivo de paz.
- Nessas condições, torna-se indispensável para o Brasil acompanhar atentamente os desdobramentos do processo de negociações de paz e normalização das relações entre o Azerbaijão e a Armênia.
- A diplomacia presidencial do Governo Aliyev dedicou esforços, nos últimos anos, a manter e promover aproximação com a União Europeia, países europeus e os Estados Unidos, procurando afirmar-se como parceiro confiável para a segurança energética ocidental, bem como valorizar o papel geoestratégico do seu país, sobretudo após o início da guerra russo-ucraniana.
- Baku procurou, no entanto, evitar atritos com Moscou, embora declarando apoio à integridade territorial ucraniana, país ao qual tem prestado significativa ajuda humanitária.
- O comércio entre o Azerbaijão e a Rússia vem aumentando desde o início das hostilidades na Ucrânia, embora sem registrar os notórios surtos das exportações dos vizinhos da região para a Rússia desde 2022.
- A situação mudou, no final de 2024, quando a queda de aeronave azerbaijana EMB-190 perto de Aktau, Cazaquistão, aparentemente provocada por fogo antiaéreo russo, provocou profundo mal-estar político com Moscou. A irritação de Baku com a recusa do Kremlin a assumir responsabilidade pela queda do avião encontra eco na controlada mídia local. Desdobramentos recentes criaram outros focos de atrito.

- Centro cultural russo em Baku (Casa da Rússia) foi fechado pelo Governo depois de denúncia da emissora BakuTV sobre envolvimento do mesmo com “atividades de inteligência”. Deputado da Duma foi declarado “persona non grata” e o escritório da agência Sputnik reduzido a apenas um jornalista. Os sites daquela emissora e da Report.az, agência noticiosa oficialista, foram alvo de forte ataque cibernético.
- As relações do Azerbaijão com países ocidentais se deterioraram, especialmente desde 2024, em razão da percepção azerbaijana de uma virada ocidental pró-armênia, da qual considera emblemática reunião de cúpula, em abril de 2024, entre o mandatário armênio Nikol Pashinyan, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula van Leyen, e o então Secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken. A promessa feita então a Pashinyan de usar a "European Peace Facility", com recursos norte-americanos, para transferir a Ierevan equipamento bélico (ainda que não-letal), bem como recente prolongamento da permanência, na Armênia, de missão de observadores da União Europeia que monitora ativamente a linha de fronteira não demarcada (a "diplomacia dos binoculares"), demonstrariam, para Baku, o endosso europeu à narrativa armênia da “iminência de uma invasão” azerbaijana. O ostensivo alinhamento da França com Ierevan congelou as relações bilaterais.
- Adicionalmente, denúncias do parlamento europeu e da comissão parlamentar do Conselho Europeu (PACE) sobre a situação dos direitos humanos e da liberdade de imprensa no Azerbaijão – cuja delegação parlamentar à PACE foi excluída - contribuíram, no ano passado, para a percepção, em Baku, de que o país se tornara objeto de “campanha de difamação” orquestrada pela “diáspora armênia e seus aliados nos países ocidentais”, com vistas a impor-lhe concessões políticas, aproveitando a proximidade da COP29.
- As relações de Baku com a Administração Biden, que já não eram boas, se deterioraram ainda mais em 2024, em parte como reação a iniciativas congressuais norte-americanas. O Senado e a Câmara dos Representantes tentaram – ainda que sem êxito - eliminar o “waiver” concedido rotineiramente à aplicação da "Seção 907" do "Freedom Support Act", que proíbe toda ajuda concessional ao Azerbaijão, bem como impor sanções contra funcionários do Governo azerbaijano ("targeted sanctions") por seu envolvimento no conflito do Karabakh, o qual teria promovido a “limpeza étnica” de armênios do território azerbaijano. Histórico de declarações da então Administradora da USAID que endossaram narrativa armênia sobre “limpeza étnica”, supostamente conduzida pelo Azerbaijão, foi evocado por importante assessor do presidente Aliyev no final de 2023. As atividades da USAID no país foram encerradas em meados de 2024, o que somente foi anunciado oficialmente pela chancelaria alguns meses depois.
- A volta do presidente Trump à Casa Branca gerou em Baku expectativas positivas, que ainda não deram sinal de virem a se concretizar. Em entrevista concedida no início de janeiro de 2025, o mandatário azerbaijano chegou a acenar com a possibilidade de elevar as relações bilaterais a um "patamar estratégico", formulando a expectativa de que Washington “valorize corretamente” os fundamentos políticos das relações bilaterais – o que não teria ocorrido nos “quatro anos perdidos” da Administração Biden. Esses alicerces políticos, como se recorda, foram lançados nos anos 1990 pelo então Presidente Heydar Aliyev, que abriu ao Ocidente os recursos energéticos do Cáspio e apoiou a luta contra o

extremismo islâmico (no Azerbaijão, a laicidade do Estado, inscrita na Constituição, é tratada como questão de segurança nacional).

- A maior parte da irritação do Governo Aliyev com Washington e Bruxelas decorre, porém, das pressões que julga ter recebido, indevidamente, para assinar o acordo de paz em negociação com Ierevan ainda em 2024. Essas pressões não levariam em consideração duas condições prévias que Baku considera indispensáveis, a saber: 1) uma mudança do texto constitucional armênio que elimine referência ao objetivo de "união" entre a Armênia e "Artsakh" inscrito na Declaração de Independência armênia; e 2) um pedido conjunto de Baku e Ierevan para dissolver o Grupo de Minsk à OSCE, que o criou como instância de uma negociação superada, segundo Baku, por fatos supervenientes.
- Nessas condições, 2024 marcou sobretudo o afastamento do Azerbaijão das plataformas ocidentais de mediação no conflito com a Armênia, conhecidas respectivamente como "Plataforma de Bruxelas", lançada sob os auspícios do então Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e "Plataforma de Washington", auspiciada pelo então Secretário de Estado Antony Blinken.
- Para além do desconforto conjuntural com a União Europeia e com os Estados Unidos, é de se prever que o Azerbaijão continue a recusar oferecimentos internacionais de mediação nas negociações de paz e regularização das relações com a Armênia, em virtude da clara preferência de Baku por conduzir as diversas vertentes delas em bases estritamente bilaterais.
- Baku atribui às negociações bilaterais com Ierevan avanços importantes, como os registrados na demarcação e delimitação das fronteiras, processo que se tem desenvolvido satisfatoriamente e que constitui uma das principais vertentes das negociações de paz.
- De maneira similar, a minuta do acordo de paz, outra das principais vertentes das negociações ora em curso, está sendo debatida bilateralmente. Apesar das críticas de parte a parte e das dificuldades naturais do processo, os dois lados admitem que o documento está muito avançado.
- Avanços pontuais, porém ignificativos, também são apresentados por Baku como fruto de entendimentos bilaterais – notadamente a retirada do veto armênio à realização da COP29 em Baku, em troca da libertação de militares armênios detidos em território azerbaijano após o cessar-fogo de 2020.
- Todavia, a perspectiva de uma solução definitiva para o conflito entre o Azerbaijão e a Armênia ainda depende, além da emenda constitucional armênia e da dissolução do Grupo de Minsk, de avanços na questão nevrálgica da retomada dos transportes e das comunicações regionais que se arrasta desde 2020, quando foi inscrita nos termos da Declaração Tripartite que pôs fim às hostilidades.
- Tanto a Armênia como o Irã não aceitam que essa vinculação seja feita, como desejam Azerbaijão e Turquia, através do "Corredor de Zangezur", uma ferrovia cujo traçado seria quase paralelo à fronteira armeno-iraniana.
- O Azerbaijão, em gesto de boa vontade, meses atrás, concordou em retirar menção ao Corredor da minuta do acordo de paz, para facilitar sua aprovação. Porém, em 7 de janeiro passado, o presidente Ilham Aliyev elevou inopinadamente a temperatura da questão, ao declarar em entrevista que o Corredor "deve ser aberto e será aberto" em razão do mandato da Declaração de 2020 que deve ser "acatado" por Ierevan. O Azerbaijão demonstrou "paciência" desde 2020, mas

Ierevan deveria reconhecer que Baku “tem a última palavra”, como maior potência regional num mundo em que "o poder é o principal fator".

- Outra fonte de dificuldades para as negociações é a questão do eventual regresso, ao Azerbaijão, dos aproximadamente cem mil armênios étnicos que se deslocaram em massa para território armênio, em setembro de 2023, bem como a defesa, por parte de Baku, do direito ao regresso, à República da Armênia, dos mais de 200 mil azerbaijanos que foram expulsos de lá nos anos 1990. As duas ordens de reivindicações permitem vislumbrar árduas negociações sobre eventuais compensações e outros aspectos humanitários. É improvável que azerbaijanos desejem ou possam voltar à Armênia quase 40 anos depois de terem sido expulsos de lá. Da mesma forma, os armênios que residiam em Stepanakert (Khankendi, na atual toponímia oficial) dificilmente aceitarão as garantias de segurança de Baku para voltar a morar no país, sob condição de abandonar o passaporte armênio e adotar a cidadania azerbaijana.
- Diferentemente dos cerca de 500 mil “deslocados internos” azerbaijanos produzidos pela ocupação militar armênia dos anos 1990, os azerbaijanos que residiam na Armênia têm, para Baku, a condição de “refugiados”, por terem sido expulsos de um país estrangeiro.
- A temperatura política da questão elevou-se em 2025, quando foi revelado, na Internet, registro em vídeo de discurso do então presidente da Armênia, Levon Ter-Petrosyan, em 1993, segundo quem seu país não poderia ter alcançado a independência se "170 mil pessoas de outras nacionalidades estivessem morando" nele. "Armênia e Nagorno-Karabakh", teriam ficado "completamente livres de outras nacionalidades", o que "foi um problema durante 600 anos". Ter-Petrosyan afirma que, caso essa população tivesse permanecido na Armênia, "hoje não teríamos um Estado", aparentemente admitindo que a expulsão de outras etnias foi um programa político indispensável para a formação do atual Estado armênio.

Elementos da estratégia regional e de segurança

- Cabe apontar, no que se refere à estratégia regional e de segurança da política externa azerbaijana, os vínculos políticos e militares que o Azerbaijão vem aprofundando desde a década passada com Turquia, Israel e Paquistão, bem como o estabelecimento de "parcerias estratégicas" com alguns países da Europa ocidental, e o fortalecimento dos vínculos com países dos balcãs e da Ásia central.
- Cabe assinalar, ainda, a expansão da rede de postos do Azerbaijão no exterior, a qual se aproxima de uma centena. Nos últimos dois anos, foram abertas embaixadas residentes no Vaticano, em Havana e em Tel Aviv, bem como escritório comercial em Ramalá.
- O fornecimento, à Romênia e à Hungria, através da Geórgia e do leito do Mar Negro, de energia de fontes fósseis e "verdes", ao amparo de MdE assinado com a UE em 2021, constitui, juntamente com a oferta de gás à Bulgária, Sérvia e outros países balcânicos, o principal vetor do relacionamento econômico azerbaijano com aquela região. Com a Ásia central, o objetivo, no médio prazo, é a articulação de um espaço político e econômico regional, em torno da Organização dos Estados Túrquicos, no qual o Azerbaijão desempenharia papel de articulador e "hub" preferencial de transportes e comunicações entre a China, a Ásia central, a Turquia e a Europa. Duas cúpulas de chefes de Estado da OET serão realizadas em Baku em 2025.

- O Azerbaijão também tem procurado aprofundar suas relações com países do Golfo, entre os quais se destacam a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos como parceiros na construção de usinas de energia solar e eólica, bem como fonte de outros investimentos e de crescente fluxo de turistas.
- As relações do Azerbaijão com o Irã têm atravessado ciclos de turbulência nos últimos anos. Constituem irritantes, de parte a parte, tanto a estreita parceria estratégica azero-israelense como a aproximação recente entre Teerã e Ierevan. Elementos demográficos e religiosos contribuem para a complexidade do relacionamento bilateral. No Irã moram mais de 25 milhões de azeris étnicos, que têm em comum, com os 9 milhões de azeris do Azerbaijão, língua e costumes, bem como o xiismo islâmico. O Estado azerbaijano, porém, zela pela laicidade constitucionalmente determinada e monitora a pregação do islamismo contra a "infiltração do extremismo islâmico" nas mesquitas, particularmente na região da fronteira, a qual continua fechada, anos depois de superada a pandemia.

Relações com a América Latina

Na América Latina, o Azerbaijão reconhece a liderança brasileira e procura estabelecer parcerias com nosso país. Por outro lado, Baku também tem procurado desenvolver interlocução com outros países da região, à frente os da Aliança do Pacífico, cujas exportações, embora ainda representem pequena parcela do mercado azerbaijano, vêm aumentando e se aproximam, gradativamente, da cifra de negócios do Brasil.

Relações Econômico-Comerciais

- O Brasil detém tradicional condição de principal parceiro de comércio exterior do Azerbaijão na América Latina. No entanto, existe ainda enorme potencial de crescimento da presença brasileira no mercado azerbaijano e, mais além, em mercados da Ásia central para os quais o Azerbaijão é "hub" comercial de crescente importância.
- O momento para a retomada dos entendimentos econômico-comerciais e de investimentos é especialmente propício, à vista do excelente momento político que atravessa o relacionamento bilateral.
- Nesse contexto, a convocação do Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Comércio e Investimentos, prevista desde a assinatura do memorando de entendimentos sobre a matéria de 2016, poderia ter efeito positivo para os interesses empresariais brasileiros.
- Em novembro de 2024, o próprio Presidente Ilham Aliyev reiterou, ao Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, interesse na convocação da primeira reunião do GT, para cuja copresidência azerbaijana indicou o Primeiro-Vice-Ministro da Economia, Elnur Aliyev.
- Em 2024, segundo estatísticas oficiais do Azerbaijão, o fluxo de comércio atingiu USD 193 milhões, dos quais USD 179 milhões em exportações brasileiras. As exportações azerbaijanas, de USD 14 milhões, foram compostas quase unicamente por fertilizantes.

- As estatísticas do MDIC, por outro lado, não refletem o real volume de nossas exportações, discrepando grandemente das contabilizadas pelo Azerbaijão, em

razão de a quase totalidade dos importadores azerbaijanos canalizar suas compras mediante distribuidoras localizadas em terceiros países, como os Emirados Árabes Unidos, ou portos na Turquia e na Geórgia, tendo em conta que o Azerbaijão é país mediterrâneo.

- Para apresentar ao empresariado brasileiro um retrato mais acurado do comércio, a Embaixada em Baku publica análises do comércio bilateral, com base nos dados do Serviço Estatal de Estatísticas do Azerbaijão, no sítio brasilexportacao.com.br, patrocinado pela APEX.
- A Embaixada também produziu, em 2022, a primeira edição do COMO EXPORTAR – AZERBAIJÃO, atualizada e publicada em fevereiro de 2022.
- A ampliação da presença brasileira no mercado azerbaijano, hoje de meros 0,85%, não obstante sua notável competitividade – no fornecimento de carne, só fica atrás da Ucrânia, por exemplo –, está a merecer, também, avanços no quadro das negociações de instrumentos que forneçam ao intercâmbio comercial e à atração de investimentos o indispensável lastro jurídico.
- Do lado brasileiro, no entanto, a Receita Federal do Brasil não deu seguimento à proposta de Acordo sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, ante numerosas outras negociações que julga prioritárias.
- No que respeita à proposta azerbaijana de acordo sobre dupla tributação (ADT), a RFB também aduziu não ter interesse em iniciar a negociação, por considerar existirem outras demandas mais relevantes e urgentes.
- Além disso, o Ministério da Economia não respondeu ao interesse do Comitê Alfandegário Estatal do Azerbaijão em negociar acordo destinado ao cotejamento e intercâmbio de estatísticas oficiais referentes ao fluxo de comércio bilateral.
- O Primeiro-Vice-ministro da Economia, Elnur Aliyev, por ocasião da visita a Baku do secretário de Comércio e Relações Internacionais do MAPA, Roberto Perosa, em março de 2023, respondeu positivamente à proposta de investimentos no programa brasileiro de recuperação de pastagens degradadas, acenando com a possibilidade de utilizar recursos do fundo soberano do Azerbaijão, em troca de garantias de longo prazo de segurança alimentar para o Azerbaijão. A autoridade azerbaijana atribuiu, nesse contexto, prioridade ao seguimento imediato de negociações bilaterais sobre acordo de proteção de investimentos, entre outros, bem como à eliminação do atual comércio “ad hoc”, por intermediários, em favor de “fornecedores seguros” de alimentos.
- O Memorando de Entendimentos Brasil-Azerbaijão no Campo da Agricultura, assinado em setembro de 2024, propicia, nesse contexto, densa pauta substantiva a explorar, a qual abrange desde o interesse na experiência da Embrapa na transferência de tecnologias a pequenos e médios produtores rurais, na agricultura 4.0 e na gestão do agronegócio, passando pela possibilidade de aproveitar os voos semanais Baku-Guarulhos da empresa de carga aérea azerbaijana Silkways para viabilizar a exportação de frutas brasileiras e outros produtos perecíveis ou de alto valor agregado, até a disposição azerbaijana de fornecer ao agronegócio brasileiro fertilizante e óleo diesel.
- O Azerbaijão vê a exportação de fertilizantes como matéria de segurança nacional e não mera decisão de mercado. O Brasil foi, em 2021, o principal importador de ureia azerbaijana, perdendo no ano seguinte essa posição para Israel e Índia, que enviaram delegações ministeriais para negociar o fornecimento de fertilizantes.

- A exploração do potencial de crescimento das exportações de alimentos brasileiros para o Azerbaijão também poderia se beneficiar da presença institucional e de empresas do Brasil em importantes feiras realizadas em Baku, como a Caspian Agro e a Baku InterFood. Para a edição de maio de 2025, estão inscritos 180 expositores de 23 países.
- A importância do Azerbaijão como "hub" de transporte e fornecimento de energia no eixo Europa-Ásia oferece ainda outras oportunidades econômicas para o Brasil.
- A crescente articulação do espaço econômico da Ásia Central com a Europa e o Oriente Médio, através do "hub" aeroportuário de Baku, por exemplo, deverá aumentar a demanda de aviões para rotas que, em muitos casos, já são servidas satisfatoriamente por aeronaves da Embraer.
- Em meados da década passada, a Embraer completou a entrega de frota de oito jatos BEM-190 à Buta Airways, empresa depois absorvida pela Azerbaijan Airlines (AZAL), a qual continua a operar aquelas aeronaves – uma das quais sinistrada em 25 de dezembro de 2024. Depois de notório hiato, que se estendeu até 2023, a empresa realizou três missões ao Azerbaijão, nas quais manteve contatos com a AZAL. Foi informada, então, de que a empresa azerbaijana encomendou estudos que apontam para a conveniência de uniformizar sua frota com aviões da Boeing e da Airbus, em detrimento dos BEM-190. A Embraer, em face desse desdobramento, pretenderia dirigir convite para visitar o Brasil ao Ministro do Desenvolvimento Digital e dos Transportes do Azerbaijão, de quem depende o encaminhamento do assunto no Governo azerbaijano.
- Eventual visita poderia revestir-se de caráter oficial se ensejar a assinatura do acordo bilateral sobre serviços aéreos, cuja mais recente minuta foi transmitida pela Embaixada àquele Ministério, juntamente com pedido de audiência, em janeiro de 2025.
- A Embraer Defesa, a seu turno, realizou sete missões ao Azerbaijão desde 2022. Nelas, manteve contatos de alto nível sobre o KC-390 no Ministério da Defesa e no comando da Força Aérea do Azerbaijão. As autoridades azerbaijanas, embora tenham optado recentemente por comprar duas aeronaves de transporte militar de fabricação italiana, sinalizaram interesse em continuar os contatos técnicos sobre nossa aeronave. Por ocasião dessas missões da Embraer Defesa, também foram feitas visitas à empresa de carga aérea Silkways Airlines para promover o C-390, versão civil do cargueiro da Embraer.
- Cabe destacar a natureza política de eventuais decisões de Baku a respeito do fornecimento de fertilizantes e de colaboração no segmento aeroespacial, com a qual o lado azerbaijano tem acenado por ocasião de contatos de alto nível.
- A realização da COP30 em Belém pode ensejar importante diálogo bilateral no setor de energia.
- O Azerbaijão, além de grande produtor de gás e petróleo, se tem projetado como ator em mercados internacionais de energia, sobretudo na Turquia, na Ucrânia, nos países balcânicos e, recentemente, na prospecção de gás no Mediterrâneo oriental. A SOCAR vem negociando compra de petróleo cru para sua refinaria na Turquia com a Petrobras, empresa que já arrenda petroleiro "Aframax" da *Azerbaijan Caspian Shipping Company*, com a qual a SOCAR mantém "joint ventures".

- Para além do petróleo e do gás, Brasil e Azerbaijão têm em comum o interesse no desenvolvimento das energias renováveis, prioridade necessária para a transição para a economia pós-combustíveis fósseis. O Ministro da Energia, Perviz Shahbazov, manifestou interesse na participação de empresas brasileiras no esforço do Azerbaijão para diversificar sua matriz energética, o qual inclui projetada exportação de energia elétrica "verde" aos países balcânicos através da Geórgia e do leito do Mar Negro.

Comércio bilateral

- O Brasil mantém forte quadro superavitário com o Azerbaijão. De acordo com dados publicados pelo Comitê Estatal de Estatísticas do Azerbaijão (AzStat), em 2024, o comércio bilateral totalizou USD 193 milhões, dos quais USD 179 milhões foram exportações brasileiras. As importações do Azerbaijão para o Brasil somaram USD 14 milhões. Embora represente mais da metade do comércio do Azerbaijão com a América Latina, participação do Brasil nas importações totais do país em 2024 foi de apenas 0,85%.
- Tradicionalmente, o açúcar bruto de cana compõe, de longe, a maioria das exportações brasileiras para o Azerbaijão, com mais de 83% do total em 2024, seguido por carnes, pescados congelados e produtos cárneos (6,28%), máquinas e equipamentos elétricos (2,03%), tabaco e seus produtos (1,99%), amendoins (1,95%), café e especiarias (0,93%); frutas frescas, secas e processadas (0,71%), sementes para plantio (0,63%), produtos farmacêuticos e equipamentos médicos (0,45%), metais ferrosos (0,28%), produtos de higiene pessoal e cosméticos (0,27%), suco de laranja (0,17%), vestuário (0,10%).
- A ampla gama desses produtos, bem como os resultados alcançados deles, sugere potencial de crescimento a ser explorado.
- A demanda de açúcar brasileiro, por exemplo, aumentou 4,5% em 2024, passando das 244.577 toneladas em 2023 para 255.580 toneladas. Todavia, a redução nos preços globais do produto em 2024 resultou em queda de valor de 3,87% - de USD 155 milhões (2023) para USD 149 milhões (2024). O Brasil é, de longe, o líder nas vendas de açúcar importado no Azerbaijão.
- As exportações brasileiras de carnes, pescados congelados e produtos cárneos também se destacam pela qualidade e competitividade. Embora seu valor absoluto ainda seja pequeno, registraram em 2024 aumento de valor de 47,37% - de USD 7,6 milhões (2023) para USD 11,2 milhões (2024). O Brasil respondeu por 16,67% da demanda de carne bovina importada do Azerbaijão em 2024, com USD 8,1 milhões. O volume de exportações de carne bovina congelada foi notável, passando de 1.174 toneladas para 2.615 toneladas. Com isso, o Brasil só ficou atrás da Ucrânia (USD 31 milhões) e à frente de Belarus (USD 5,1 milhões) entre os exportadores de carne bovina. Além disso, o Brasil manteve-se como um dos principais exportadores no mercado de carne suína abatida, com USD 2,1 milhões em exportações, cobrindo 27,58% do total das importações de produtos suínos do Azerbaijão.
- A competitividade de nossas exportações também se manifesta no aumento nas exportações de amendoins para o Azerbaijão, que totalizaram USD 3,5 milhões, fortalecendo nossa posição de principal fornecedor do produto, à frente do vizinho

Uzbequistão, com USD 2,3 milhões. As exportações de café também são reduzidas em valores absolutos, mas aumentaram 20% em valor em 2024. Com USD 1 milhão, ficaram em segundo lugar no mercado local de café, que está em crescimento, atrás apenas da Itália (USD 1,9 milhão) e à frente da Turquia, ambos tradicionais parceiros comerciais do Azerbaijão. A Embaixada apoiou institucionalmente, em fevereiro de 2025, o primeiro "Brazilian Coffee Workshop", organizado pela empresa "Baristica", que importa o produto para sua rede de cafés em Baku.

- Em 2024, as exportações do Brasil de máquinas, equipamentos elétricos e suas partes para o Azerbaijão totalizaram USD 3,6 milhões, registrando um aumento em relação aos USD 2,9 milhões registrados em 2023. As vendas do segmento variam muito de ano para ano. Em 2024, o crescimento foi impulsionado principalmente pela importação de máquinas de transmissão de dados (HS: 851762), que atingiu USD 1 milhão, um aumento significativo em comparação com os USD 9.720 de 2023.
- Finalmente, a demanda azerbaijana de frutas frescas, secas e processadas do Brasil, de USD 1,3 milhão em 2024, superou a cifra de 2023 (USD 912.370). O segmento de frutas frescas se beneficiaria da possibilidade de utilizar os voos da Silkways, empresa de carga que transporta flores da Colômbia e bananas do Equador nos voos de volta da América do Sul, os quais decolariam vazios de Guarulhos depois de fazer entrega de produtos chineses.
- A principal queda nas exportações do Brasil para o Azerbaijão em 2024, em comparação com 2023, foi a interrupção das exportações de óxido de alumínio (HS: 281820), que totalizaram USD 12,73 milhões em 2023, mas não tiveram registros em 2024. A razão principal para essa mudança terá sido a reorientação do Azerbaijão para fornecedores europeus.
- Outra queda significativa ocorreu nas exportações de resíduos da extração de óleo de soja (HS: 230400), que não foram registradas em 2024, ante os USD 6,4 milhões de 2023. A queda nas exportações brasileiras pode ser atribuída ao aumento das importações da Argentina, de USD 46,66 milhões, em 2023, para USD 62,98 milhões, em 2024.
- A última queda significativa ocorreu nas exportações de soja não destinada ao plantio (HS: 120190), que totalizaram USD 3,6 milhões em 2023, mas não tiveram registros em 2024. Enquanto isso, o Azerbaijão aumentou suas importações do produto da Ucrânia (USD 7,3 milhões) e da Romênia (USD 1,8 milhão).

Importações Brasileiras do Azerbaijão

- Em 2024, houve retomada das compras brasileiras de ureia azerbaijana (HS: 310210), que totalizaram USD 13,4 milhões. Isso ocorreu após uma interrupção completa em 2023, depois do pico de USD 71,45 milhões de 2021. A garantia e/ou expansão do fornecimento de fertilizantes ao Brasil poderá vir a ser objeto de entendimentos na esteira da implementação dos termos do Memorando de Entendimento sobre o campo da Agricultura assinado em 2024.

Cooperação e difusão cultural

- As prósperas elites azerbaijanas do primeiro “boom” do petróleo, no século XIX, introduziram no país elementos da alta cultura ocidental que, cultivados no período soviético (1920-1991), legaram a Baku sólida tradição de apreciação musical e artística.
- É contínua a interlocução da Embaixada com instituições, agentes culturais e idealizadores de eventos culturais para otimizar o aproveitamento dos limitados recursos obtidos do Instituto Guimarães Rosa, no empenho de criar ou preservar espaços de destaque para a cultura brasileira na disputada agenda da capital azerbaijana. Para além das manifestações culturais locais, existem em Baku mais de 60 embaixadas residentes, entre as quais são numerosas as que dispõem de importantes recursos institucionais e financeiros para divulgação cultural.
- Nessas condições, a difusão cultural no Azerbaijão procura desenvolver com criatividade uma capilaridade que consolide a marca Brasil junto à sociedade local. Esse esforço abrange desde a participação de artistas brasileiros nos festivais musicais de maior prestígio realizados no país até mostras de cinema, passando pela música de concerto e o desenvolvimento de ensino do português à distância, além de outras manifestações culturais e esportivas, como a capoeira e o jiu-jitsu brasileiro.
- Exemplar desse enfoque é o apoio do IGR à participação consistente de artistas brasileiros no tradicional Baku Jazz Festival (BJF). A tradição do jazz no Azerbaijão – que resistiu a ciclos de repressão ao “cosmopolitanismo” do período soviético – continua a ser cultivada como manifestação de liberdade criativa por novas gerações de músicos. O criador do Festival, Rain Sultanov, célebre por composições de jazz baseadas no “mugham”, gênero musical autóctone, atribui especial destaque à participação brasileira no evento, que se realiza anualmente no outono e atrai a elite intelectual, artística, política e empresarial de Baku.
- Desde 2023, o Baku International Piano Festival (BIPF), que se realiza na primavera, apresenta expoentes de diversos gêneros musicais. O apoio do IGR propiciou magnífica apresentação de Hamilton de Holanda, no BIPF de 2023 e, em 2024, a do grupo Isac Jamba Brazilian Samba Jazz, percussionista brasileiro cujas interpretações de sambas tradicionais em versão jazzística empolgaram o público de Baku, mais familiarizado com os "standards" da Bossa Nova.
- É objetivo do posto apresentar outros gêneros da música brasileira ao público azerbaijano, na medida das possibilidades de apoio do IGR. Cabe destacar, nessa linha, colaboração da Embaixada com o Baku International Mugham Center que, no ano do Bicentenário da Independência, abriu suas portas, excepcionalmente, para recitais do duo Edgar Duvivier-Dami Andres e do quarteto Choronas, o qual apresentou esse tradicional gênero brasileiro ao público azerbaijano pela primeira vez. Além das apresentações referidas, os músicos realizaram “workshops” para estudantes de música no Conservatório Estatal do Azerbaijão.
- Desde 2019, em parceria com a Filarmônica Estatal do Azerbaijão, concertos de música de concerto brasileira, interpretada pelo Quarteto Estatal de Cordas, pelo Trio Estatal do Azerbaijão e pela Orquestra de Câmara Estatal Gara Garayev, apresentam obras de grandes compositores brasileiros ao exigente público de Baku. O ciclo se iniciou, em 2019, com homenagem ao Centenário de Claudio Santoro. Superada a pandemia, foram realizados, em 2022 e 2023, com a curadoria do musicólogo brasileiro Maurício Monteiro, dois festivais de Música Brasileira de Concerto na sala principal da Filarmônica Estatal do Azerbaijão. O I Braziliya Klassik

Musiqi Festivali homenageou o Bicentenário da Independência, apresentando obras das principais correntes musicais desde o século XIX em três concertos. Em 2023, o II Festival de Baku da Música Brasileira de Concerto homenageou os 30 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Azerbaijão com dois concertos que apresentaram obras influenciadas pela cultura popular brasileira ou que dela fazem parte, como Odeon, de Ernesto Nazareth (1910) e Carinhoso, de Pixinguinga (1917). Diante da séria restrição orçamentária do IGR em 2024, procurou-se a parceria das autoridades azerbaijanas para viabilizar a apresentação de dois grandes concertos de música brasileira em 2024, utilizando o tema da "ponte" entre a COP29 de Baku e a COP30 de Belém para preservar o lugar da nossa música no calendário da Filarmônica Estatal. Em outubro, a convite do Ministério da Cultura, o maestro Miguel Campos Neto, regente titular do Theatro da Paz de Belém, apresentou-se à frente da Orquestra e Coro da Ópera do Azerbaijão. E, em 15 de novembro, Dia da República, em plena realização da COP29, o maestro Claudio Cohen, regente titular da Orquestra do Teatro Nacional de Brasília, que veio a Baku com apoio do IGR, apresentou-se à frente da Orquestra Filarmônica do Azerbaijão. A importância de manter presença de destaque para a música brasileira de concerto no disputado calendário da Filarmônica do Azerbaijão deverá fundamentar novo pedido de recursos ao IGR em 2025.

- A realização de dois Festivais do Cinema Brasileiro em Baku, em 2022 e 2023, demonstrou a excelente receptividade do público azerbaijano para a produção cinematográfica nacional, refletindo o interesse local por produtos culturais de boa qualidade e origem diversa, evidente nos segmentos musical, teatral e das artes plásticas, mas que se ressente, no segmento cinematográfico, de oferta comercial restrita a filmes turcos, russos e, ocasionalmente, "blockbusters" norte-americanos. A memória social guarda excelentes lembranças das telenovelas brasileiras, que permitiram pela primeira vez, no período soviético, que os azerbaijanos tivessem contato com o mundo exterior à esfera socialista. Essa peculiaridade representa oportunidade para abertura de mercado à nossa produção audiovisual. Restrições orçamentárias do IGR, todavia, inviabilizaram a realização do III Festival de Baku do Cinema Brasileiro em 2024.
- Como acontece em muitos outros países, o esporte é importante instrumento brasileiro de "soft power" no Azerbaijão, sendo seu principal veículo o futebol. Pelé e Carlos Alberto são recordados pelas gerações mais antigas. Ronaldinho Gaúcho, que por aqui passou, ainda tem devotada fiel legião de fãs. Os clubes da primeira divisão azerbaijana empregam, no período pós-pandemia, cerca de uma dúzia de jogadores brasileiros, cujo talento contribui, na medida do possível, para elevar o padrão da prática do futebol local.
- Por outro lado, é também notável a capilaridade da capoeira, ensinada como matéria extracurricular em diversas escolas de ensino básico e médio, e do jiu-jitsu brasileiro, que goza de grande popularidade nas academias de artes marciais.
- A Embaixada iniciou, em 2019, estreita colaboração com a Federação Azerbaijana de Capoeira (AKF), vinculada ao Ministério da Juventude e do Esporte. Desde então, com recursos do IGR, tem-se conseguido apoiar a vinda de mestres brasileiros para ditar "workshops" avançados em paralelo com as cerimônias de Batizado e Troca de Cordas, das quais participam mais de 200 novos capoeiristas a cada ano. Além de apurado nível técnico da capoeira local, que lhe rende diversas vitórias em nível europeu, a AKF vem aumentando sua visibilidade junto ao Estado

e à sociedade. Em convênio com o ACNUR, por exemplo, executou projeto (2021-2023) voltado para a promoção do bem-estar e da saúde mental de filhos de refugiados, órfãos de guerra e crianças afetadas pelo conflito com a Armênia. O êxito da iniciativa levou a agência estatal de serviços sociais DOST a introduzir, entre seus programas, modalidade de capoeira para deficientes físicos. Em 2025, o ensino da capoeira será oferecido a crianças a partir dos 6 anos de idade nos orfanatos e abrigos para menores abandonados mantidos pelo DOST, no âmbito do programa "Kapoeyra ilə ümid yarat!" ("Crie Esperança com a Capoeira!").

- O jiu-jitsu brasileiro também tem tido notável desenvolvimento no Azerbaijão. Diferentemente da capoeira, ensinada sobretudo em ambiente escolar, o jiu-jitsu brasileiro compete pela atenção dos azerbaijanos com outras modalidades de luta e artes marciais no âmbito das academias especializadas. O desenvolvimento da modalidade é promovido por uma "União Pública" de clubes, a qual deseja transformar-se em uma federação vinculada ao Ministério dos Esportes, semelhante à AKF. Nesse contexto, deseja manter perfil próprio, diverso da modalidade japonesa de jiu-jitsu, a qual já conta com sua própria federação. Em virtude da autossuficiência orçamentária dos clubes, obter a condição de federação não visaria a receber recursos estatais – normalmente reservados para esportes olímpicos -, mas a viabilizar a participação formal de seus lutadores em competições internacionais. A pedido dos dirigentes, a Embaixada tem mantido contatos com o Ministério dos Esportes e da Juventude, que demonstra boa vontade para equacionar a questão. Provisoriamente, a AKF concordou em prestar apoio institucional à "Public Union". A evolução dessa colaboração poderá também beneficiar a AKF, na medida em que as academias de jiu-jitsu brasileiro nos distritos do interior do país poderiam eventualmente apoiar, com suas instalações físicas, a capilarização geográfica da prática da capoeira, hoje restrita à área urbana de Baku.
- No campo da gastronomia, tem sido frutífero o apoio institucional a iniciativas da Azeri Home Chefs, clube de entusiastas da cozinha internacional com mais de 30 mil seguidores no Instagram e que procura se articular com embaixadas locais para produzir as "Food Weeks". O formato da "Brazilian Food Week" nos últimos anos tem concitado o interesse de centenas de pessoas em certames de receitas da cozinha brasileira. Apresentados "online", os pratos, que devem ter apresentação apurada que evoque a cultura brasileira, são selecionados visualmente pelas organizadoras do evento. O festival presencial, realizado normalmente em um final de semana, congrega cerca de cem pessoas entre patrocinadores e entusiastas da gastronomia. Na ocasião, são premiadas as cinco melhores receitas, selecionadas por um painel que inclui conhecidos chefs locais e chefes de Missão convidados pela Embaixada, dentre as 50 mais bem classificadas no segmento virtual.

Cooperação educacional e difusão e ensino da língua portuguesa

- Está pronta para assinatura, desde novembro de 2023, minuta definitiva do acordo-quadro sobre cooperação educacional entre o Brasil e o Azerbaijão.
- A falta desse instrumento limita severamente a possibilidade de aproveitar o programa PEC-PG, de grande potencial para o desenvolvimento da colaboração, em particular, no campo da agricultura e, eventualmente, no da energia, ambas

de importância estratégica para o Azerbaijão e que promoveriam o Brasil como parceiro confiável de ultramar.

- Da mesma forma, resta inviabilizada a possibilidade de oferecimento de leitorado em língua portuguesa, na qual tem particular interesse a Universidade das Línguas, instituição estatal especializada.
- O ensino do português não consta da grade curricular das escolas e universidades azerbaijanas, diferentemente do espanhol, idioma cujo ensino se beneficia do legado das estreitas relações mantidas entre a União Soviética e Cuba, no período anterior à independência azerbaijana.
- Nessas condições, a Embaixada tem procurado identificar instituições brasileiras de ensino superior que utilizem o ensino à distância como ferramenta, a fim de viabilizar, de alguma forma, o ensino da língua portuguesa no Azerbaijão. O período da pandemia, de certa forma, facilitou o esforço, pelas condições excepcionais que criou para superar preconceitos sobre a legitimidade acadêmica do ensino à distância.
- Nesse contexto, conseguiu-se, em 2021, a assinatura de convênio interinstitucional de colaboração educacional Brasil-Azerbaijão, entre a Fundação Regional Universidade de Blumenau (FURB) e a Universidade ADA, entidade de excelência, criada sobre a base da Academia Diplomática do Azerbaijão, que utiliza exclusivamente o inglês em suas faculdades de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Administração de Empresas, Engenharia e TICs, Educação, Direito, Arquitetura e Design (em colaboração com o Instituto Politécnico de Milão) e Agricultura e Ciências da Alimentação (em colaboração com a Universidade de Bolonha). Depois de um semestre de ensino híbrido, que incluiu a vinda a Baku de professora da FURB para o segmento presencial, a ADA comunicou que seus alunos não demandaram nova matrícula. Embora a FURB oferecesse a possibilidade de obter certificado oficial de língua portuguesa, aduziram as autoridades da ADA, o Ministério da Educação do Azerbaijão não permite dar créditos a alunos por cursos realizados à distância, o que teria desmotivado seu alunado. Espera-se que a assinatura do acordo-quadro sobre cooperação educacional possa contribuir para uma maior flexibilidade dos afastamentos de docentes da FURB para ministrar aulas em Baku.
- Gestões junto à Universidade das Línguas do Azerbaijão e à Universidade Federal do Espírito Santo obtiveram melhor resultado. Mediante convênio interinstitucional assinado em 2022, a UFES vem oferecendo cursos à distância de português aos alunos da Universidade das Línguas, a qual, a seu turno, oferece aos alunos da IES brasileira cursos de língua russa. Visita de dois professores da UFES, a convite da parte azerbaijana, propiciou, em outubro de 2024, a realização de "workshop" sobre ensino do português. Professor azerbaijano foi convidado para realizar visita técnica à UFES em março de 2025.
- O Brasil vem sendo divulgado, ainda, atendendo a convites para palestras e participação em atividades e festivais internacionais de universidades e escolas de ensino médio de Baku. Em fevereiro de 2025, foi realizado seminário para alunos de filologia e tradução da Universidade das Línguas sobre "Literatura e Sociedade Brasileira Contemporânea".
- A Embaixada divulgou, em 2024, o Edital da Biblioteca Nacional, junto às editoras locais, com vistas a expandir o número de obras traduzidas para o azerbaijano, do que resultou a manifestação de interesse da editora Qanon, uma das maiores do

país, em publicar “A hora da Estrela”, de Clarice Lispector, e “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior. A tradução direta do português para o azerbaijano se vê relativamente dificultada, de uma parte, pela falta de tradutores azerbaijanos que dominem nosso idioma, uma vez que não há formação de profissionais, mesmo na Universidade das Línguas do Azerbaijão. De outra parte, a demanda comercial por essas traduções enfrenta, no mercado editorial azerbaijano, a disponibilidade de traduções de obras de autores brasileiros nos idiomas russo e turco, acessíveis para a maior parte do público local. Nessas condições, o catálogo em língua azerbaijana de obras de autores brasileiros se limita, atualmente, a Machado de Assis, cujo “Dom Casmurro” foi traduzido com apoio da FBN em 2019, Jorge Amado e Paulo Coelho.

Temas Consulares

- A comunidade brasileira residente na jurisdição azerbaijana é estimada em menos de 80 pessoas. O número é baseado na matrícula consular feita pelo Posto e em contatos junto à comunidade.
- A pequena comunidade brasileira é composta, majoritariamente, por engenheiros e técnicos a serviço de empresas de petróleo e gás, seguidos por jogadores de futebol e as respectivas famílias – que incluem cônjuges de outras nacionalidades -, bem como pelos funcionários do posto.
- O posto tem realizado, dentro dos prazos da Justiça Eleitoral, contatos com a comunidade brasileira para promover a participação nas eleições presidenciais, sem ter recebido qualquer manifestação de interesse dos eleitores brasileiros em potencial. Como resultado, não se atingiu número mínimo de eleitores para formar seção eleitoral na eleição presidencial de 2022.
- Não se observa, no posto, imigração de brasileiras para fins de prostituição, ou aliciamento por máfias transnacionais de tráfico de pessoas.
- Não se registraram pedidos de assistência consular por motivo de violência doméstica.
- No período da pandemia, foi prestada assistência para repatriar casal de estudantes brasileiros.
- Foi prestada assistência consular, em 2024, a jogador de futebol e sua família, inicialmente impedidos de embarcar para o Brasil em razão de ter sido detectado, na bagagem, utensílio de churrasco que a legislação local considera arma branca. Gestões do posto, com apoio da chancelaria local, obtiveram o arquivamento do inquérito do Ministério da Segurança por posse de arma branca – a qual foi confiscada. A família seguiu viagem.
- A demanda de VIVIS por parte de azerbaijanos, normalmente baixa, teve um surto súbito em julho de 2024, o qual se estendeu pelos meses seguintes. Averiguação determinada pela chefia do Posto constatou indícios de esquema de tráfico de pessoas, como inadmissões em terceiros países e saídas do território nacional pela fronteira da Colômbia e outras rotas, em desacordo com o itinerário declarado na solicitação dos respectivos vistos. O posto denunciou ainda, às autoridades locais, casos de falsificações bancárias, bem como fraude praticada por certas agências de viagem que apresentavam reservas manipuladas para emular bilhetes de passagem pagos. Como resultado desses desdobramentos, o

Itamaraty determinou que as solicitações de visto de visita por cidadãos azerbaijanos passassem a ser objeto de consulta prévia.

- O segundo tipo de visto mais solicitado é o Visto de Trabalho (VITEM IV), cuja autorização de concessão é enviada ao posto pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
- Foram emitidos, em 2024, 223 VIVIS e 9 VITEM V.
- Não obstante a ausência de acordo de cooperação jurídica em matéria penal, o Governo azerbaijano concordou, em 2022, sob condição de futura reciprocidade, com a transferência para o Brasil de cidadão brasileiro preso em Baku desde 2019 e sentenciado a 12 anos de reclusão por tráfico internacional de drogas. O DPF enviou dois agentes a Baku para escoltar o preso.
- Embora esse tenha sido o único caso de brasileiro preso no Azerbaijão registrado desde o início das relações diplomáticas, seria conveniente considerar a negociação de acordos bilaterais de cooperação jurídica com autoridades dos respectivos países, em alinhamento com o MJSP e com o Poder Legislativo.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;

2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior;

3. Promover serviços consulares de qualidade;

4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;

5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;

6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior;

7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;

8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em processo final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Promover, no Azerbaijão, os interesses do Brasil e da sociedade brasileira com vistas à geração de benefícios concretos para o desenvolvimento sustentável e para os cidadãos brasileiros, valendo-se de atuação diplomática de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Promover os interesses do Brasil junto ao governo, setor privado e sociedade do Azerbaijão, executar a política externa brasileira para esse país, prestar serviços consulares de qualidade, aprofundar o conhecimento recíproco e promover as diversas vertentes de cooperação.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1.Aprofundar as relações bilaterais políticas e econômicas;

2. Fortalecer relações no âmbito de organismos internacionais, blocos regionais e temáticos, e foros de concertação. Desenvolver parcerias em diversos setores econômicos;

3. Aprofundar mecanismos de cooperação existentes e identificar novas áreas de cooperação;

4. Promover a inserção econômica competitiva do Brasil no Azerbaijão e dos produtos brasileiros no mercado local;

5. Promover investimentos azerbaijanos no Brasil;

6. Promover a imagem e cultura do Brasil no Azerbaijão e aprofundar o conhecimento recíproco;

7. Prestar serviços consulares de qualidade;

8. Aprimorar práticas de gestão;

9. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i. **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

AMPLIAR E DIVERSIFICAR O COMÉRCIO BILATERAL

1 Promover visitas a instituições relevantes no âmbito do comércio bilateral, atual e potencial (de ambos os lados);

2 Atualizar regularmente informações sobre os requisitos para importação do Azerbaijão;

3 Mobilizar associações setoriais brasileiras e azerbaijanas;

4 Incrementar a participação em feiras de lado a lado;

5 Realizar eventos de promoção comercial, inclusive de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas, sempre que possível com o apoio da APEX;

6 Aprofundar o conhecimento do mercado local de carne bovina e do padrão de importação azerbaijano para buscar a inserção da indústria brasileira;

7 Manter contatos regulares com o Ministério de Agricultura do Azerbaijão;

8 Promover a marca Brasil.

ATRAIR INVESTIMENTOS AZERBAIJANOS NO BRASIL E CONTRIBUIR PARA O ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS

1. Divulgar oportunidades de investimento no Brasil, em particular no setor de infraestrutura e no âmbito do PAC-PPI, com o apoio da APEX;

2. Identificar setores de interesse de empresas azerbaijanas, inclusive na área de defesa, energias alternativas, agricultura, pecuária, fertilizantes e produtos petroquímicos.

ELEVAR O PATAMAR DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, COMERCIAL E INDUSTRIAL ENTRE OS PAÍSES, INCLUSIVE COM VISTAS À EXPLORAÇÃO DE TERCEIROS MERCADOS

1. Promover reuniões regulares do Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Comércio e Investimentos;

2. Avaliar a possibilidade de criar câmara de comércio Brasil-Azerbaijão;

3. Seguir buscando a inserção e/ou ampliação da presença da EMBRAER entre os provedores da AZAL, da SILKWAYS e da Força Aérea do Azerbaijão, inclusive com a promoção de equipamentos de uso dual, tais como os aviões KC-390 E C-390;

4. Identificar as perspectivas de cooperação industrial no setor de defesa, especialmente mediante “joint ventures”, junto ao Ministério da Indústria de Defesa do Azerbaijão e às autoridades brasileiras competentes;

5. Promover e acompanhar as perspectivas de reexportação de produtos brasileiros através do novo Porto de Baku e da Zona Franca de Alat.

i **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

a) Número de reuniões do Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Comércio e Investimentos e respectivos relatos;
b) Número de consultas atendidas pela embaixada, provenientes de empresas e outros atores brasileiros e azerbaijanos, privados e de governo (associações setoriais, federações, confederações, Apex-Brasil etc);
c) Número de informações comerciais preparadas;
d) Atualização dos dados do COMO EXPORTAR - AZERBAIJÃO, editado em 2022 e 2025;
e) Número de encontros e reuniões com potenciais compradores e investidores, órgãos de governo e outros agentes envolvidos na promoção comercial e de investimentos;
f) Número de eventos de promoção comercial organizados pela embaixada ou com sua participação ou apoio;
g) Participações em eventos organizados por outras entidades privadas e de governo, brasileiras ou azerbaijanas;
h) Número de entrevistas, artigos e inserções em mídias sociais e publicações especializadas para promoção de produtos e serviços brasileiros, bem como para promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira.

II - Relações políticas bilaterais com o Azerbaijão

i. **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Apoiar e subsidiar a realização regular de encontros dos mecanismos de consultas políticas Brasil-Azerbaijão;

2. No contexto da realização da COP30, acompanhar e informar sobre a participação do Azerbaijão em iniciativas como a “Missão 1,5C” e o “Mapa de Rota para 1,3T”, bem como em outras iniciativas a convite do Brasil;

3. Monitorar possibilidades de convergência de posições e atuação conjunta no ensejo da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) no Brasil, em 2025;

4. Apoiar a negociação de instrumentos e o estabelecimento de parcerias bilaterais com foco em desenvolvimento sustentável, transição energética, ciência e tecnologia, descarbonização da economia, economia circular e bioeconomia;

5. Apoiar as atividades dos Grupos Parlamentares de Amizade Brasil-Azerbaijão e do Grupo de Trabalho Interparlamentar Azerbaijão-Brasil;

6. Realizar gestões para negociação de propostas de instrumentos bilaterais;

7. Estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras ao Azerbaijão, bem como de autoridades azerbaijanas ao Brasil;

8. Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o Ministério de Negócios Estrangeiros e outros atores governamentais;

9. Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional, com a chancelaria azerbaijana e com o Departamento de Política Externa da Presidência do Azerbaijão;

10. Buscar a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio do Azerbaijão a candidaturas brasileiras em foros multilaterais, inclusive mediante troca de votos;

11. Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico do Azerbaijão, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual;

12. Acompanhar, relatar e analisar ações, políticas e eventos relativos ao processo de negociações de paz entre o Azerbaijão e a Armênia em bases bilaterais;

13. Acompanhar, relatar e analisar ações, políticas e eventos relativos ao processo de negociações de paz entre o Azerbaijão e a Armênia que envolvam a União Europeia e os Estados Unidos, bem como Rússia, Irã, Turquia e Geórgia, individualmente e no mecanismo 3+3;

14. Acompanhar, relatar e analisar ações, políticas e eventos relativos à atuação do Azerbaijão no âmbito do Conselho Europeu, em particular da Assembleia Parlamentar (PACE), no tocante a direitos humanos e liberdade de expressão;

15. Acompanhar, relatar e analisar ações, políticas e eventos relativos ao fornecimento de energia por parte do Azerbaijão a países da União Europeia, bem como negociações sobre transição energética, energias verdes e descarbonização;

16. Acompanhar, relatar e analisar os processos de implementação de acordos econômico e comerciais de que o Azerbaijão é parte, bem como suas negociações de acesso à OMC;

17. Elaborar materiais informativos sobre o Azerbaijão para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros.

i. **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

a) Agendamento das reuniões de consultas políticas e escopo da pauta desses encontros;
b) Número e pauta das notas verbais enviadas e recebidas da chancelaria azerbaijana;
c) Contabilização das gestões realizadas pela negociação e conclusão de acordos bilaterais, inclusive notas verbais, encontros presenciais e reuniões virtuais;

d) Gestões em prol de candidaturas brasileiras;
e) Gestões sobre concertação de posições no ambiente multilateral;
f) Número de telegramas sobre temas de política interna e externa e economia do Azerbaijão;
g) Número de reuniões, presenciais e virtuais, dos diplomatas e demais funcionários do Quadro da Embaixada com autoridades locais;
h) Número de visitas de autoridades brasileiras ao Azerbaijão e de autoridades azerbaijanas ao Brasil.

III - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa

i. **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Ampliar a difusão da cultura brasileira e diversificar as referências culturais brasileiras;

2. Promover intercâmbio cultural entre o Brasil o Azerbaijão;

3. Promover a indústria cultural e criativa do Brasil, bem como destinos turísticos brasileiros;

4. Identificar continuamente oportunidades de engajamento e divulgação de artistas brasileiros para atuação no mercado e na agenda cultural azerbaijana;

5. Buscar estabelecer parceria com empresas privadas azerbaijanas que possam copatrocinar eventos culturais brasileiros;

6. Manter relacionamento com organizadores de festivais culturais e importantes estabelecimentos culturais para identificar oportunidade de inserção de artistas brasileiros em sua programação;

7. Manter relacionamento com editores e casas editoriais para estimular o interesse na tradução, para o azerbaijano, de obras de autores brasileiros;

8. Apoiar a continuidade da colaboração interuniversitária para o ensino do português;

9. Promover o aproveitamento do acordo de cooperação em vigor entre a Academia Diplomática do Azerbaijão e o Instituto Rio Branco.

i. **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

a) Número de eventos, escopo e público alcançado na área cultural realizados com participação e apoio do Posto;
b) Número de artigos, na jurisdição do Posto e no Brasil, sobre eventos culturais apoiados ou organizados pela Embaixada ou outra atuação da Embaixada na promoção da cultura brasileira;
c) Número de acessos nas mídias sociais do Posto;
d) Número de reuniões, videoconferências e conferências realizadas com artistas e produtores brasileiros, organizadores de eventos culturais e representantes de estabelecimentos culturais na jurisdição do posto;

e) Número de estudantes matriculados em cursos de ensino de português;

f) Número e tiragem de edições de livros de autores brasileiros em idioma azerbaijano, apoiadas ou não por programas do Governo brasileiro.

IV - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i. **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Apoiar eventual negociação de instrumento para atualizar os mecanismos institucionais da cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação;

2. Identificar novas áreas de possível cooperação bilateral em ciência e tecnologia e potenciais parceiros, no Brasil e no Azerbaijão;

3. Apoiar, estimular e promover a cooperação bilateral no campo da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico;

4. Planejar e executar iniciativas de Diplomacia da Inovação, em parceria com entidades azerbaijanas e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro;

5. Apoiar e realizar iniciativas de promoção tecnológica voltadas a promover a imagem do Brasil como nação inovadora; fomentar conexões entre parceiros brasileiros e do Azerbaijão;

6. Estimular contatos entre universidades, agências governamentais e institutos de pesquisa do Brasil e do Azerbaijão e incrementar a cooperação entre pesquisadores com vistas à expansão de projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento;

7. Apoiar, estimular e promover a cooperação educacional e a mobilidade acadêmica entre universidades do Brasil e do Azerbaijão;

8. Fomentar e apoiar visitas de representantes de instituições científicas e tecnológicas brasileiras, bem como de autoridades do setor de ciência e tecnologia, bem como de representantes e autoridades azerbaijanas desses setores ao Brasil;

9. Promover intercâmbios e possíveis iniciativas de cooperação na área digital, em temas como governo digital, infraestruturas públicas digitais, governança de dados e inteligência artificial.

i. **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

a) Número de encontros e consultas com interlocutores da área de C, T & I;

b) Número de reuniões realizadas com o Azerbaijão e resultados das reuniões;

c) Número de atividades realizadas atinentes à negociação e conclusão de parcerias entre o Brasil e o Azerbaijão, com foco em cooperação em C, T & I;

d) Realização de palestras e atividades de sensibilização de interlocutores do setor de C, T & I sobre oportunidades de cooperação e parceria do Brasil com o Azerbaijão;

e) Número de visitas de representantes de instituições e autoridades no setor de C, T & I, entre o Brasil e o Azerbaijão, apoiadas pela Embaixada.

V – Apoio à comunidade brasileira

i. **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

a) Garantir a prestação de serviço consular de qualidade e eficiente à comunidade brasileira na jurisdição, inclusive por meio do sistema e-Consular e da constante facilitação do acesso a tais serviços;

b) Ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, por meio das redes sociais da Embaixada e do portal consular do Itamaraty;

c) Realizar visitas a brasileiros eventualmente presos no Azerbaijão e prestar-lhes a assistência consular;

d) Mapear regularmente a comunidade brasileira, de modo a conhecer seu perfil e necessidades;

e) Promover o diálogo consular com a chancelaria azerbaijana.

i. **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

a) Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira;

b) Número de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada;

c) Número de visitas a penitenciárias e contatos realizados com autoridades penitenciárias e advogados de defesa de nacionais presos;

d) Número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades locais nas áreas de competência de interesse da comunidade brasileira.

SF/25366.03335-30

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 10, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão*.

Relator: Senador **CARLOS VIANA**

O Presidente da República indicou o nome do **BERNARD JORG LEOPOLD DE GARCÍA KLINGL,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Azerbaijão.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Para tanto, e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Itamaraty elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o resumo que segue.

O indicado é bacharel em Administração de Empresas pelo Centro Universitário UNA, de Minas Gerais, e em Direito pela Universidade

SF/25366.03335-30

Federal de Minas Gerais. Ingressou na carreira diplomática em 1996, tendo sido promovido a Ministro Conselheiro em 2010 e a Ministro de Segunda Classe em 2015, ambas as promoções por merecimento. Ascendeu ao cargo de Ministro de Primeira Classe em 2024, igualmente por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo indicado ao longo de sua carreira, destacam-se a atuação na missão diplomática brasileira junto à União Europeia entre 2006 e 2009, a de Assessor Especial da Presidência da República entre 2011 e 2015, a de Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Berlim entre 2016 e 2022 e, desde 2022, a de Embaixador do Brasil em Minsk, Bielorrússia.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado sobre a República da Azerbaijão, que contém dados básicos do país, informações de suas políticas interna e externa, bem como elementos acerca das relações bilaterais com o Brasil.

O Azerbaijão, uma República presidencialista de 10 milhões de habitantes localizada no Cáucaso, às margens do Mar Cáspio, destaca-se por possuir amplas fontes de recursos energéticos, apresentando bom desempenho no mercado de petróleo, gás e derivados.

Outro aspecto relevante da geografia do país é sua posição estratégica, entre a Ásia Ocidental e Europa Oriental, constituindo fronteiras com países que atualmente experimentam questões sensíveis em relação à segurança, como Rússia, Irã, Armênia e Turquia.

Além disso, a localização geográfica posiciona o Azerbaijão como importante ponto de conexão dos corredores de transporte internacional entre a China, o Oriente Médio e a Europa.

O Azerbaijão também é marcado por tensões étnicas. O conflito étnico-territorial com a Armênia pela região do Naborno-Karabach, território habitado por maioria étnica armênia dentro do território azerbaijano, constitui o principal eixo da política externa do país. Esse conflito, iniciado em 1991 e que hoje se encontra em cessar-fogo, gerou dezenas de milhares de mortos e mais de um milhão de refugiados.

O Brasil mantém posição histórica de apoio à integridade territorial do Azerbaijão e à solução pacífica do conflito; nesse sentido, o Brasil tem apoiado esforços internacionais para mediação do conflito, como a desenvolvida na Europa pelo Grupo de Minsk.

SF/25366.03335-30

No entanto, a política externa do Azerbaijão também se destaca pela busca de relações bilaterais diversificadas e inserção no plano da diplomacia multilateral. Nesse sentido, o país, apesar de manter boas relações com a Rússia, busca se aproximar dos países ocidentais, afirmando-se como um parceiro confiável para a segurança energética da União Europeia.

Na busca pelo multilateralismo, merece destaque o fato de que a capital do Azerbaijão, Baku, sediou em 2024 a 29ª edição da Conferência das Partes (COP 29), reunião no âmbito das Nações Unidas para discutir ações sobre mudanças climáticas.

O Brasil, que sediará a COP 30 em 2025, assumiu relevante papel no evento em Baku, na função de apoiador formal na construção de consensos e no pacote final de negociações, em modalidade inédita de contribuição diplomática nas cúpulas de clima.

No que tange às relações diplomáticas entre o Brasil e o Azerbaijão, que perpassam por mais de três décadas, o tradicional apoio brasileiro à integridade territorial do país continua a ser importante ativo no quadro do relacionamento bilateral, em razão da centralidade, para a política deste país, do conflito com a Armênia.

Essa boa relação foi intensificada em 2024, ocasião da visita a Baku do senhor vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, na qualidade de chefe da delegação do Brasil na COP 29, fato que constituiu a visita da mais alta autoridade brasileira ao Azerbaijão desde o estabelecimento das relações bilaterais.

A diplomacia parlamentar tem, igualmente, lugar excepcional no relacionamento bilateral entre os dois países, com a realização de visitas regulares, desde 2020, de parlamentares brasileiros para acompanhar os eventos políticos do Azerbaijão.

Em fevereiro de 2024, este Relator (Senador Carlos Viana) e o Senador Nelsinho Trad, que preside o grupo parlamentar de amizade Brasil-Azerbaijão no Senado Federal, realizaram, a convite do Parlamento azerbaijano, missão de observação das eleições presidenciais do país, cuja organização e transparência foram por nós atestadas.

O comércio bilateral, apesar de não apresentar grande destaque, é amplamente favorável ao Brasil, que em 2023 registrou 158 milhões de

SF/25366.03335-30

dólares em produtos comercializados. Os produtos exportados ao Azerbaijão compõem-se desde açúcar e carne bovina e suína congelada, até itens de alto valor agregado como metais ferrosos, equipamentos médicos, produtos farmacêuticos e cosméticos. Essa diversidade reflete o amplo espectro de produtos brasileiros exportados para o Azerbaijão, evidenciando o potencial do país do Cáucaso como um mercado consumidor de maior relevância para o Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

7

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *PABLO DUARTE CARDOSO*
CPF.: Informações pessoais
ID.: Informações pessoais

1976	Nasce em Juiz de Fora (MG), filho de Informações pessoais e Informações pessoais
Dados Acadêmicos:	
1998	Formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2001	Aluno de intercâmbio no Instituto del Servicio Exterior de la Nación (Argentina) (viagem prêmio)
2002	PROFA-I (Instituto Rio Branco)
2007	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (Instituto Rio Branco)
Cargos:	
2000	Terceiro-secretário
2005	Segundo-secretário
2007	Primeiro-secretário
2013	Conselheiro
2018	Ministro de segunda classe
Funções:	
2002-05	Divisão da América Meridional-I (DAM-I), assistente
2005-08	Embaixada do Brasil em Buenos Aires
2008-11	Embaixada do Brasil em Washington
2011-13	Divisão da Europa-II (DE-II), chefe substituto
2013-14	Divisão da Europa-II (DE-II), chefe
2014-17	Embaixada do Brasil em Ottawa
2017	Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE), Presidência da República, Diretor de Assuntos Internacionais Estratégicos.
2017-19	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), assessor
2019-22	Embaixada do Brasil em Lisboa, ministro-conselheiro
2022-	Missão Permanente do Brasil junto à CPLP (Lisboa), ministro-conselheiro
Condecorações:	
2003	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva (IRBr), medalha de prata
2003	Prêmio Rio Branco (IRBr), medalha de prata
2016	Medalha do Mérito Santos Dumont (Força Aérea Brasileira)
2018	Medalha Amigo da Marinha
2019	Medalha do Pacificador (Exército Brasileiro)
2021	Medalha Mérito Tamandaré (Marinha do Brasil)

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 12, DE 2025

(nº 339/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PABLO DUARTE CARDOSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 339

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PABLO DUARTE CARDOSO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PABLO DUARTE CARDOSO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de março de 2025.

EM nº 00055/2025 MRE

Brasília, 14 de Março de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PABLO DUARTE CARDOSO**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. A atual ocupante do cargo, **CLAUDIA DE BORBA MACIEL**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PABLO DUARTE CARDOSO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 354/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PABLO DUARTE CARDOSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 28/03/2025, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6531763** e o código CRC **44206856** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.001604/2025-20 SEI nº 6531763

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GUINÉ-BISSAU









Março de 2025

Sumário

PERFIS BIOGRÁFICOS **3**
INFORMAÇÕES GERAIS **5**
RELAÇÕES BILATERAIS **5**
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS **6**
COOPERAÇÃO TÉCNICA **7**
COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA **8**
COOPERAÇÃO EM DEFESA **8**
COOPERAÇÃO EDUCACIONAL **9**
CAPACITAÇÃO DE DIPLOMATAS **10**
ECONOMIA **10**
COMÉRCIO EXTERIOR **11**
POLÍTICA INTERNA **11**
MAPA **13**

PERFIS BIOGRÁFICOS



UMARO SISSOCO EMBALÓ – *Presidente da República.* Nasceu em 1972, de família muçulmana. Possui doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madri. É considerado especialista em questões africanas e de Oriente Médio. É General de Exército. Em 2016 foi nomeado Primeiro-Ministro no governo do então Presidente José Mário Vaz. Pediu demissão em janeiro de 2018, após desentendimentos com o Presidente. Em fevereiro de 2020, tomou posse como Presidente da República, pelo partido Movimento para a Alternância Democrática.



RUI DUARTE DE BARROS – *Primeiro-ministro.* Nasceu em 1960. Formou-se em engenharia em Cuba. Por ter ocupado cargos de gestão econômica no país e na região, é também tido como economista. Membro do Bureau Político do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), foi eleito deputado, em junho de 2023, pela região de Tombali, no Sul do país. Foi ministro da Economia e Finanças em 2002, durante o governo de Kumba Yalá e primeiro-ministro da transição de 2012 a 2014, após o golpe de Estado que afastou do poder o governo do PAIGC. Previamente, exerceu a função de Comissário da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).



CARLOS HENRIQUE DE JESUS PINTO PEREIRA – *Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades.* Nasceu em 1957. Graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1983. Na mesma instituição, em 1995-96 realizou pós-graduação em Direito Internacional. Foi professor da Faculdade de Direito de Bissau entre 1989 e 2009. Além da advocacia privada, exerceu cargos públicos: foi ministro da Administração Pública e do Trabalho (2000-01), ministro da Justiça (2001-02) e conselheiro especial para Assuntos Jurídicos do Primeiro-Ministro (2009-12). Advogado do PAIGC, foi responsável pela defesa de Domingos Simões Pereira nas

instâncias judiciais do país, tornando-se um dos quadros mais ouvidos pelo atual presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau. Assumiu o cargo em 13/08/2023.

M'BALA ALFREDO FERNANDES, – *Embaixador da Guiné-Bissau no Brasil*.



Nasceu em 1975. É licenciado em Sociologia pela Universidade de Évora, Portugal. É mestre em Desenvolvimento Econômico e Social da África pelo Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa, também de Portugal. Foi encarregado de negócios na Embaixada em Lisboa, período durante o qual também foi representante junto à CPLP. Antes de ser designado para Brasília, foi o primeiro embaixador da Guiné-Bissau em Cabo Verde.

INFORMAÇÕES GERAIS

A República da Guiné-Bissau, ex-colônia portuguesa, declarou sua independência em 1973. A situação econômica do país é delicada, com baixa renda *per capita* e baixo IDH. O principal produto da pauta de exportação é a castanha de caju, que corresponde a 90% do total.

Nas últimas décadas, a Guiné-Bissau tem enfrentado forte instabilidade política, com ocorrências de golpes militares e guerra civil, ademais de persistente ameaça às instituições democráticas e do Estado de direito. Também existem desafios relativos à criminalidade transfronteiriça, em particular o crescimento do tráfico de drogas.

Na esfera geopolítica e econômica, a Guiné-Bissau insere-se na porção francófona da África Ocidental. É o único país lusófono a integrar a União Econômica e Monetária do Oeste da África (UEMOA), o que faz do Franco CFA a moeda oficial do país, com paridade fixa com o euro. A Guiné-Bissau também preside a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil abriu sua embaixada na Guiné-Bissau em 1974, mesmo ano da independência daquele país. Por sua vez, a embaixada da Guiné-Bissau em Brasília foi inaugurada em 2011.

A relação bilateral é marcada, sobretudo, pela cooperação técnica, que abrange áreas como saúde, agricultura, educação e formação profissional. A cooperação prestada pelo Brasil à Guiné-Bissau ocorre tanto bilateral quanto multilateralmente, por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Guiné-Bissau já foi beneficiada, ademais, com três projetos financiados pelo Fundo IBAS.

No campo da cooperação educacional, entre 2000 e 2020, 1.426 bissau-guineenses frequentaram cursos de graduação no Brasil, por meio do Programa Estudantes-Convênio (PEC-G). No período, a Guiné-Bissau foi o 2º país com maior número de participantes. Na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) já se formaram mais de 590 bissau-guineenses.

Assim como o Brasil, a Guiné-Bissau é estado membro fundador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organismo internacional no âmbito do qual os dois países mantêm concertação político-diplomática e promovem projetos de cooperação e de difusão da língua portuguesa.

O intercâmbio comercial bilateral foi de US$ 6,6 milhões em 2024, com

exportações brasileiras de US$ 6,5 milhões. Essas exportações são constituídas por óleos combustíveis de petróleo (39%) álcoois e seus derivados halogenados (7,1%) e carnes de aves frescas, congeladas ou refrigeradas (14%). As importações são compostas por frutas e nozes não oleaginosas (99,7%).

Do ponto de vista comercial, a manutenção de diálogo fluido com o país africano favorece a aproximação do Brasil com os demais membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), bloco econômico formado por quinze nações, com população superior a 350 milhões de pessoas e importante mercado consumidor de produtos brasileiros.

O Brasil tem estado comprometido com os esforços de estabilização e é parceiro fundamental na promoção da democracia no país. O Brasil preside a Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas (PBC), estrutura criada em 2007 e responsável por apresentar "briefings" regulares ao Conselho de Segurança sobre a situação no país.

Visitas

O último chefe de Estado brasileiro que visitou a Guiné-Bissau foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2005. O presidente Umaro Sissoco Embaló esteve três vezes no Brasil: em 2023, para a posse do presidente Lula (havia, também, feito ligação, em 31/10/2022, para felicitar o presidente-eleito); assim como, em 2022, para as comemorações do Bicentenário da Independência, e, em 2021, em visita de Estado a Brasília, tendo sido recebido, em ambas essas ocasiões, pelo então presidente Jair Bolsonaro.

Em nível de ministros das Relações Exteriores, o então chanceler Antonio Patriota esteve na Guiné-Bissau em 2011, e o MNE Soares Sambu participou da Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Brasília, em 31 de outubro de 2016. A ex-ministra Suzi Barbosa acompanhou o presidente da República na visita de janeiro de 2023.

Comércio e investimentos

Os produtos do agronegócio respondem pela grande maioria das exportações brasileiras, com destaque para açúcar e confeitaria, bebidas, carnes e pescados. Os principais produtos importados pelo Brasil foram coco e castanhas.

Não há registro de investimentos e negócios de empresas brasileiras na Guiné-Bissau, nem de investimentos da Guiné-Bissau no Brasil.

Cooperação técnica

Bilateral

O Programa de Cooperação Brasil–Guiné-Bissau possui, como marco jurídico, o Acordo Básico de Cooperação Técnica assinado em 18/05/1978 e promulgado em 01/08/1979.

A pauta de cooperação com a Guiné-Bissau é composta pelos seguintes projetos em execução:

1. Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau – Fase III – Consolidação e Transferência de Gestão, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Desde 2006, o Centro de Formação já treinou milhares de pessoas em 10 áreas de capacitação profissional (panificação, carpintaria, serralheria, manutenção de computadores, construção civil, mecânica de automóvel, eletricidade, manutenção hidráulica e de refrigeração, corte e costura).

2. Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais, desenvolvido em parceria com a Embrapa. Tem por objetivo contribuir para a geração de emprego e renda, por meio da diversificação da oferta de produtos oriundos do processamento do caju. O projeto é hoje administrado pela Fundação Guineense para o Desenvolvimento Empresarial Industrial (FUNDEI), sob supervisão da ABC.

Trilateral com Organismos Internacionais

Os seguintes projetos encontram-se em execução:

1. Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau – Fase III, em parceria com a Academia Nacional de Polícia, da Polícia Federal. Na atual etapa, o principal objetivo é a elaboração e implementação de plano de sustentabilidade, de modo a permitir a gradual transferência das responsabilidades técnica e financeira do Centro às autoridades do Governo bissau-guineense, assim como finalizar a adequação da infraestrutura do Centro.

2. Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas, executado em parceria com a UNESCO. Os objetivos do projeto são o fortalecimento de jovens líderes locais, o desenvolvimento comunitário e a promoção de educação integral para a comunidade do bairro de São Paulo, em

Bissau.

No âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desde a criação da CPLP, o Brasil tem sido líder na proposição e implementação de ações de cooperação em prol do desenvolvimento socioeconômico dos Estados membros da Comunidade. A cooperação brasileira tem abarcado expressivo rol de temas, entre os quais sobressaem saúde, recursos hídricos, ensino superior e direitos das pessoas com deficiência.

São os seguintes os projetos:

1. Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP, executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA);

2. Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Cooperação humanitária

No campo da cooperação humanitária, o governo brasileiro doou comprimidos antirretrovirais, "kits" de diagnóstico para HIV/AIDS, vacinas e testes no contexto da Covid-19, assim como medicamentos para hepatites virais e outros.

Cooperação em defesa

Uma das vertentes da colaboração bilateral é o intercâmbio de militares. O Ministério da Defesa contribui para a formação de oficiais bissau-guineenses em academias militares brasileiras, como a Escola Naval (CGEN) e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). A partir de 2009, diversos militares da Guiné-Bissau têm sido capacitados em cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras.

A Armada daquele país tem participado de exercícios, ao lado da Marinha do Brasil (MB), com o propósito de maior controle marítimo, o que inclui exercícios de prevenção e combate à pirataria e ao narcotráfico, em particular no âmbito das operações GUINEX, a convite da Marinha do Brasil.

Cooperação educacional

Essa cooperação bilateral fundamenta-se no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica celebrado em 18/05/1978 e em vigor desde 01/09/1979.

O Instituto Guimarães Rosa (IGR), que funciona em prédio contiguo à Embaixada, é um dos principais espaços culturais da Guiné-Bissau, com realização de concursos literários, espetáculos musicais, palestras acadêmicas, cursos de formação, entre outras atividades. A média de matrículas nos cursos regulares de ensino de português é de 300/400 alunos por período letivo. O IGR apoia a realização do exame CELPE-BRAS e das provas de seleção para ingresso na UNILAB, além de adotar providências relativas aos vários convênios estabelecidos entre instituições de ensino superior locais e brasileiras.

O Brasil é receptor do segundo maior contingente de estudantes bissau-guineenses no exterior, depois de Portugal. Além dos estudantes de ensino superior, é crescente o número de estudantes matriculados em cursos de nível médio distribuídos por todo o território brasileiro.

Programa Estudante-Convênio Graduação (PEC-G)

Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas e particulares, o Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades a cidadãos de países em desenvolvimento de frequentarem instituições de ensino superior brasileiras, entre federais, estaduais e privadas. A Guiné-Bissau ocupa o 2º lugar entre os países com maior número de participantes no PEC-G, atrás de Cabo Verde. A participação no PEC-G alcançou quase 200 estudantes em 2024.

Programa Estudante-Convênio Pós-Graduação (PEC-PG)

Desde 2000, mais de 60 estudantes de Guiné-Bissau participaram do programa. A seleção e o pagamento das bolsas são de competência da CAPES e do CNPq.

Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Vinculada ao Ministério da Educação, com sede em Redenção-CE e unidade em São Francisco do Conde (BA), a UNILAB visa a capacitação das juventudes brasileira e africana. Iniciou atividades em 2011, com oferta dos cursos de Agronomia, Administração Pública, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem e Engenharia

de Energias e Letras. Participam da seleção nacionais dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e do Timor Leste. Mais de 800 estudantes da Guiné-Bissau já se formaram na UNILAB.

Capacitação de diplomatas

Desde 1976, mais de duas dezenas de bissau-guineenses cursaram o programa de capacitação para diplomatas estrangeiros do Instituto Rio Branco (IRBr). Atualmente, uma funcionária do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades da Guiné-Bissau integra a turma do IRBr. A participação de candidatos do continente africano e da CPLP alinha-se com a atual prioridade da política externa brasileira.

ECONOMIA

A economia pouco diversificada, com forte dependência da monocultura exportadora da castanha de caju, torna a Guiné-Bissau extremamente vulnerável a choques exógenos. A agricultura representa 52% do PIB, e seu único produto comercial ocupa 50% das terras aráveis, respondendo por mais de 90% das exportações.

Ao lado de São Tomé e Príncipe e Moçambique, a Guiné-Bissau foi beneficiada pelo perdão do serviço da dívida concedido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a 25 dos Estados mais pobres no contexto da pandemia de Covid-19, em abril de 2020.

Acordo de empréstimo, de US$ 37 milhões, assinado em 2023 com o FMI, para desembolso em 3 anos, introduziu severas medidas de ajuste, em particular sobre o setor público, com redução das escassas subvenções antes concedidas a alguns alimentos. Importador de gêneros alimentícios e de energia, a Guiné-Bissau não dispõe de espaço fiscal para executar políticas sociais mais amplas.

Em compensação, a inflação vem caindo, tendo-se reduzido a cerca de 3%, em média, em 2024, na comparação ao pico de 10% em 2022 (fortes efeitos sazonais pela estação da chuva de monções, de maio a novembro).

A Guiné-Bissau dispõe de abundantes recursos pesqueiros. Há também potencial turístico, em especial no arquipélago de Bijagós. Quanto aos recursos minerais, o país dispõe de reservas de bauxita e fosfato. Há expectativas sobre a exploração de petróleo no país.

Atuação de empresas brasileiras

De acordo com a Embaixada em Bissau, não há empresas brasileiras atuando no

país.

COMÉRCIO EXTERIOR

O processo de comercialização e exportação da castanha de caju representa mais de 90% das exportações da Guiné-Bissau (sobretudo para a Índia e o Vietnã) e contribui com 15% do PIB, empregando grande parte da população ativa. A quebra da safra do caju causada pela pandemia de Covid-19 impactou fortemente a economia, acentuando a informalidade, além de elevar a insegurança alimentar no país.

A suspensão dos subsídios governamentais ao arroz importado, base alimentar dos bissau-guineenses, levou a aumento de até 20% no preço do produto. Outro fator de tensão foram as fortes chuvas que, em setembro de 2024, inundaram 125 mil hectares de campos, afetando quase 6 mil hectares produtivos.

POLÍTICA INTERNA

O sistema de governo da Guiné-Bissau é semipresidencialista e multipartidário. O presidente, eleito por voto direto, é o chefe de Estado. O primeiro-ministro é o chefe de governo, nomeado pelo presidente em consulta com o legislativo. A Assembleia Nacional Popular é o legislativo unicameral. A constituição prevê a eleição dos parlamentares a cada quatro anos. Os dois principais partidos são o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o Movimento para Alternância Democrática (Madem), do atual chefe de Estado, Umaro Sissoco Embaló. Eleito em 2019, Embaló ocupa a presidência da Guiné-Bissau desde 27/02/2020.

Atentado de fevereiro de 2022

O Palácio do Governo da Guiné-Bissau foi atacado por grupo armado na tarde de 01/02/2022, durante reunião extraordinária do Conselho de Ministros, com a presença do Presidente Umaro Sissoco Embaló, do então Primeiro-Ministro, Nuno Nabiam, e de outros membros do gabinete. Pouco se sabe sobre a real motivação do grupo armado e à paisana que invadiu o Palácio de Governo, tendo sido neutralizado após cinco horas, por tropas regulares das Forças Armadas.

Em coletiva de imprensa na mesma noite após o ataque, acompanhado pelo ex-premiê, o Presidente Embaló afirmou que o episódio teria sido “bem preparado e organizado” e poderia estar relacionado a “pessoas envolvidas em tráfico de drogas”, sem fornecer maiores explicações.

Na sequência do ataque também foram registradas operações policiais em

residências particulares, sem amparo de mandados judiciais e sob pretexto de buscar armas, para coibir episódios de violência política.

Dissolução da ANP e desdobramentos recentes

A Assembleia Nacional Popular (ANP) foi dissolvida, por decreto do Presidente Embaló, em 04/12/2023. Eleições parlamentares haviam sido fixadas pelo presidente para o dia 24/11/2024 (quase um ano, portanto, após a dissolução da ANP), mas foram adiadas em 02/11/24, sob o argumento de falta de condições técnicas para cumprimento do cronograma eleitoral.

Em 6/12/2023, o governo brasileiro, em nota à imprensa, expressou acompanhar "com preocupação a corrente situação na Guiné-Bissau, no âmbito da qual foi recentemente dissolvida a Assembleia Nacional Popular, eleita em junho passado. O Brasil insta ao diálogo entre as partes e conclama as autoridades ao respeito aos direitos fundamentais".

No poder desde 2020, Embaló tem mandato de cinco anos e é candidato à reeleição. A duração do mandato, contudo, é objeto de divergência: a oposição argumenta que, segundo a legislação eleitoral e a constituição bissau-guineense, o atual mandato presidencial se encerraria em 27/02/2025, dia em que tomou posse. A partir dessa data, segundo a oposição, haveria vacância na Presidência da República. Já o governo argumenta que o mandato de Embaló se encerraria apenas em 04/09/2025, tomando como início do mandato a divulgação da decisão judicial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o litígio em torno dos resultados eleitorais de 2019.

Em 24/02, o Presidente Embaló anunciou a realização de eleições, tanto legislativas quanto presidenciais, em 23/11/2025. O Presidente também anunciou que a posse do vencedor terá lugar em 27/02/2026. O anúncio ocorre após a decisão judicial do STJ que determinou que o atual mandato presidencial se encerra em 04/09/2025 e que o atual Chefe de Estado deveria manter-se no cargo até a posse do vencedor.

MAPA


SENEGAL
Bignona
Sédhiou
Ziguinchor
Diattacounda
Tenaf
Oussouye
Mpak
São Domingos
Ingoré
Varela
Suzana
Cacheu
Jolmete
São Vicente
Blissora
CACHEU
OIO
Oceano Atlântico
Calequisse
Canchungo
Buba
Binar
Encheia
Mansôa
Cutia
Caió
Quinhámel
BIOMBO
Bissau
BISSAU
Prabis
Enxudé
Tite
Fulacunda
Canal do Géba
QUINARA
Bubo
Bolama
Empada
Quebo
BOLAMA
Arquipélago dos Bijagós
Madina de Baixo
Bubaque
Uno
Eticoga
Catió
Bedanda
Tombali
TOMBALI
Sangonha
Cacine
Campeane
Dobali
Kandiafara
Samal é
Dabalar é
GUINÉ
Kambéra
Féfiné
Bafatá
BAFATÁ
Bambadinca
Galomaro
Xime
Dulombi
Gabú
GABÚ
Pitche
Pirada
Bajocunda
Canquelifá
Sonaco
Canjufa
Contuboel
Mansoa
Gamamudo
Gêba
Uacaba
Cabuca
Foula Mori
Ché Ché
Béli
Koumbia
Vendu Leidi
Bori
Xitole
Kandika
Koumbakara
Wassadou
Saliknné
Cambaju
São Bácar
Carrabmina
Pauica
Canjabá
Pitche
Bururnuma
Jumbembem
Cuntima
Farim
Bigene
Barro
Olossato
Mansab á
Kolda
Koumbana
Capital nacional
Capital regional
Cidade, vila
Aeroporto
Fronteira internacional
Limite regional
Rodovia principal
Rodovia secundária
GUINE-BISSAU

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial	República da Guiné-Bissau
Capital	Bissau
Área	36.125 km² (maior que a Bélgica e os Estados de Alagoas e Sergipe)
População	2,02 milhões
Línguas oficiais	Português, Crioulo da Guiné-Bissau
Principais religiões	Islamismo (46,1%); Religiões Tradicionais (40%); Cristianismo (12,8%).
Sistema político	Semipresidencialismo
Chefe de Estado	Presidente Umaro Sissoco Embaló (desde fevereiro de 2020)
Chefe de Governo	Primeiro-ministro Rui Duarte de Barros (desde 20/12/2023)
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades	Carlos Pinto Pereira (desde 13/08/2023)
PIB nominal (2024, FMI)	US$ 2,36 bilhões (0,10% do PIB do Brasil, de US$ 2,31 trilhões)
PIB PPP (2024, FMI)	US$ 6.58 bilhões (0,13% do PIB do Brasil, de US$ 4,89 trilhões)
PIB per capita (2024, FMI)	US$ 1.170 (10,8% do PIB per capita do Brasil, de US$ 10.820)
PIB PPP per capita (2024, FMI)	US$ 3.260 (14% do PIB per capita do Brasil, de US$ 22.930)
Variação do PIB (FMI)	3,8% (2018); 4,5% (2019); 1,5% (2020); 6,4% (2021); 4,2% (2022); 4,5% (2023); 5% (2024);
IDH (2021, PNUD)	0,483 (177ª posição entre 191 países; Brasil é o 87)
Exportações brasileiras (2024)	US$ 6,5 milhões (+1,5%)
Principais produtos exportados	Óleos combustíveis 39%); carnes de aves (14%); açúcares (8,3%).
Importações brasileiras (2024)	US$ 100 mil (-76,85%)
Principais produtos importados	Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (99,7%).
Investimentos do Brasil no país	Nas tabelas do mais recente relatório do Banco Central (2023 - ano-base 2021), Guiné-Bissau não aparece individualizado, seja como destinatário de investimentos brasileiros seja como origem de investimentos no Brasil.
Investimentos do país no Brasil	
Dívidas soberanas	Guiné-Bissau possui uma dívida de US$ 38.849.734,40, contraída em 1993. O Ministério da Fazenda do Brasil propôs remissão de 95% do total da dívida, com cronograma de amortização dos restantes 5% em 20 parcelas semestrais de US$ 97.124,34, ao longo de 10 anos.
Ano de abertura da embaixada do Brasil no país	1974
Embaixador do Brasil no país	Claudia de Borba Maciel, desde maio de 2022
Embaixador do país no Brasil	M'bála Alfredo Fernandes, desde agosto de 2021

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US$ milhões (fonte: ComexStat)

Brasil → Guiné-Bissau	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025***
Intercâmbio	**21,21**	**4,90**	**3,39**	**3,74**	**5,04**	**2,50**	**2,51**	**6,89**	**6,6**	**1,1 (+175%)**
Exportações	8,81	4,90	2,89	3,74	4,19	2,03	2,15	6,46	6,5	0,7
Importações	12,40	-	0,50	-	0,85	0,47	0,36	0,43	0,1	0,4

Saldo	-3,59	4,90	2,38	3,74	3,34	1,56	1,79	6,03	6,4	0,3

1. Dados até o mês de fevereiro de 2025

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Planejamento Estratégico da Embaixada do Brasil em Bissau

Candidato: Embaixador Pablo Duarte Cardoso

PERFIL DO CANDIDATO



PABLO DUARTE CARDOSO nasceu a 20 de março de 1976, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1998 e ingressou na carreira diplomática em julho de 2000.

Concluídos os estudos no Instituto Rio Branco, cursou um semestre do *Instituto del Servicio Exterior de la Nación* (ISEN), da Argentina, entre agosto e dezembro de 2001, pelo intercâmbio regular mantido pelas duas academias. Na sua etapa de formação, ainda cursou um semestre no Institut d'Études Politiques de Paris (*Sciences Po*) entre fevereiro e junho de 2004.

Em 25 anos de carreira diplomática, esteve em missão, no exterior, nas Embaixadas do Brasil em Buenos Aires (2005-2008), Washington (2008-2011) e Ottawa (2014-2017). Na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, os principais cargos que exerceu foram a chefia da Divisão da Europa Oriental (DE II), entre 2011 e 2012, e da Europa Ocidental, entre 2012 e 2014.

Foi Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Lisboa entre 2019 e 2021, quando, entre outras atribuições, coordenou a repatriação de brasileiros no primeiro ano da pandemia da covid-19, juntamente com os consulados-gerais do Brasil em Lisboa, Porto e Faro. Desde abril de 2022, é o representante alterno do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Dentre outras condecorações, detém as medalhas de prata do prêmio Lafayette de Carvalho e Silva e do prêmio Rio Branco (ambas pelo Instituto Rio Branco) e as medalhas Pacificador (Exército Brasileiro) e Mérito Tamandaré (Marinha do Brasil).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E GUINÉ-BISSAU

I - Relações diplomáticas

A) Dinâmica da relação bilateral

- Os laços diplomáticos entre Brasil e Guiné-Bissau remontam a 18 de julho de 1974, quando o Brasil foi um dos primeiros países fora do então bloco socialista a reconhecer a independência da República da Guiné-Bissau, antes de seu acordo final com Portugal, em setembro do mesmo ano. A embaixada brasileira em Bissau foi estabelecida ainda em 1974, ao passo que a embaixada da Guiné-Bissau em Brasília foi constituída em 2011.
- As relações bilaterais estiveram congeladas após golpe de estado em abril de 2012, mas foram plenamente normalizadas com as eleições gerais de maio de 2014, que marcaram o retorno do país à democracia.
- O Brasil tem apoiado vários processos eleitorais na Guiné-Bissau, com a destinação de recursos financeiros do Fundo Especial da CPLP, envio de técnicos de informática do TRE-MG e participação nas missões de Observação Eleitoral da CPLP. O mais recente apoio ocorreu durante as eleições legislativas de 04 de junho de 2023.

B) Principais temas de interesse da agenda bilateral e visitas recentes de parte a parte

- O apoio da Guiné Bissau às candidaturas brasileiras em organismos internacionais é elemento fundamental das relações bilaterais.
- O país aderiu como membro fundador à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, liderada pelo Brasil no âmbito do G20, em novembro de 2024.
- A cooperação técnica e educacional recebida é o principal interesse da Guiné-Bissau na relação com o Brasil.
- O último chefe de Estado brasileiro a visitar a Guiné-Bissau foi o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2005. Do lado bissau-guineense, o Presidente Umaro Sissoco Embaló esteve no Brasil em agosto de 2021, no Sete de setembro de 2022 e em 1o. de janeiro de 2023, para a posse presidencial.
- Em nível de ministros das Relações Exteriores, o ME Antônio Patriota esteve na Guiné-Bissau em 2011, e o MNE Soares Sambu participou da Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Brasília, em 31 de outubro de 2016. A ex-ministra Suzi Barbosa acompanhou o presidente da República na visita de janeiro de 2023.

II - Relação econômico-comercial

A) intercâmbio comercial:

- A corrente total de comércio bilateral é pouco significativa: alcançou cerca de US$ 4 milhões até 2020, com saldos positivos para o Brasil. Desde a Covid-19, com a persistente deterioração da situação econômica, as exportações brasileiras para a Guiné-Bissau tiveram queda expressiva, assim como as importações do país africano. Nos últimos anos, não há registro de intercâmbio comercial entre Brasil e Guiné-Bissau nos relatórios do BCEAO (Banco Central da África Ocidental).

B) principais itens da pauta exportadora e importadora brasileira:

- No passado, os produtos do agronegócio respondiam por 85% das exportações totais, com destaque para açúcar e confeitaria, bebidas, carnes e pescados. Os principais produtos importados pelo Brasil foram coco e castanhas.

C) não há registro de investimentos e negócios de empresas brasileiras na Guiné-Bissau;

D) não há registro de investimentos da Guiné-Bissau no Brasil;

E) atuação do Setor de Promoção Comercial:

- Embora integre a rede de SECOMs, a Embaixada não tem funcionários disponíveis para efetiva atuação no campo de prospecção comercial e de investimentos.

III - Cooperação técnica (projetos de cooperação técnica e humanitária com a Guiné Bissau)

- A agenda de cooperação tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em 18/05/1978 e promulgado em 01/08/1979.

A) A pauta de cooperação bilateral com a Guiné-Bissau é composta pelos seguintes projetos, coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação:

- Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau - Fase III - Consolidação e Transferência de Gestão, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. Desde 2006, o Centro de Formação já treinou milhares de pessoas em 10 áreas de capacitação profissional(panificação, carpintaria, serralheria, manutenção de computadores, construção civil, mecânica de automóvel, eletricidade, manutenção hidráulica e de refrigeração, corte e costura).
- Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais, desenvolvido em parceria com a Embrapa. Com objetivo de contribuir para a geração de emprego e renda, por meio da diversificação da oferta de produtos oriundos do processamento do caju, o projeto é hoje administrado pela Fundação Guineense para o Desenvolvimento Empresarial Industrial (FUNDEI), sob supervisão da ABC.

B) Os seguintes projetos de cooperação trilateral com organismos internacionais encontram-se em execução:

- Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau - Fase III, em parceria com a Academia Nacional de Polícia, da Polícia Federal. Na atual etapa, o principal objetivo é a elaboração e implementação de plano de sustentabilidade, de modo a permitir a gradual transferência das responsabilidades técnica e financeira do Centro às autoridades do Governo bissau-guineense, bem como finalizar a adequação da infraestrutura do Centro.
- Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas, executado em parceria com a UNESCO. Os objetivos do projeto são o fortalecimento de jovens líderes

locais, o desenvolvimento comunitário e a promoção de educação integral para a comunidade do bairro de São Paulo, em Bissau.

C) São os seguintes os projetos no âmbito da CPLP:

- Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP, executado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA);
- Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), executado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

D) No campo da cooperação humanitária, o governo brasileiro tem doado comprimidos antirretrovirais, "kits" de diagnóstico para HIV/AIDS, vacinas e testes no contexto da Covid-19, assim como medicamentos para hepatites virais e outros.

IV- Cooperação em outras áreas (IRBr, defesa, educação)

- Desde 1976, mais de duas dezenas de bissau-guineenses cursaram o programa de capacitação para diplomatas estrangeiros do Instituto Rio Branco. Atualmente, uma funcionária do ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades da Guiné-Bissau integra a turma do IRBr.
- A partir de 2009, diversos militares do país têm sido capacitados em cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras.
- O Brasil recebe o segundo maior contingente de estudantes bissau-guineenses no exterior, depois de Portugal: mais de 800 nacionais do país já se formaram na UNILAB, e a participação no Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) alcançou quase 200 estudantes em 2024. O Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB) tem igualmente atraído muitos candidatos deste país.
- É crescente o número de estudantes matriculados em cursos de nível médio distribuídos por todo o território brasileiro.

V - Temas culturais (ações de promoção da cultura brasileira e da vertente brasileira da língua portuguesa)

- O Instituto Guimarães Rosa (IGR), que funciona em prédio contiguo à Embaixada, é um dos principais espaços culturais do país, com realização de concursos literários, shows musicais, palestras acadêmicas, cursos de formação, entre outras atividades.
- A média de matrículas nos cursos regulares de ensino de português é de 300/400 alunos por período letivo.
- O IGR apoia a realização do exame CELPE-BRAS e das provas de seleção para ingresso na UNILAB, além de adotar providências relativas aos diversos convênios existentes entre instituições de ensino superior locais e brasileiras.

VI - Temas consulares

A) Assistência à comunidade brasileira:

- O setor consular da Embaixada fornece todo tipo de documentação aos cerca de 400 brasileiros residentes na Guiné-Bissau; realiza eleições presidenciais; atende denúncias de violência de gênero e outras; prestou assistência humanitária a cidadão condenado por tráfico de drogas, o qual, infelizmente, faleceu na prisão.

B) Emissão de vistos para cidadãos bissau-guineenses e de países vizinhos:

- Desde a pandemia da Covid-19, cresceu exponencialmente a demanda de vistos para o Brasil, seja para estudantes de vários níveis, reunião familiar ou turismo. O recurso frequente a documentação falsificada indica tendência preocupante à imigração irregular e risco relacionado à vulnerabilização da comunidade bissau-guineense no Brasil.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)[1]

VISÃO
Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO
Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS
1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está em fase final de aprovação.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO: Gerar benefícios concretos para a população brasileira e para a imagem do Brasil, por meio de atuação diplomática de elevado padrão de excelência, contribuindo para o desenvolvimento nacional e para a afirmação internacional do país.

MISSÃO: Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política exterior brasileira no que respeita às relações com a Guiné-Bissau, em todas as suas vertentes, com atenção aos imperativos do desenvolvimento nacional, da cooperação internacional e da projeção da boa imagem do Brasil; promover as exportações brasileiras de bens e serviços; prestar serviços consulares de excelência aos cidadãos brasileiros no exterior e aos nacionais estrangeiros que deles necessitem.

VALORES: Patriotismo. Profissionalismo. Integridade. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar os laços de amizade e cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau, com foco na promoção do desenvolvimento nacional e na cooperação prestada para o desenvolvimento da Guiné-Bissau;
2. Promover as exportações de bens e serviços brasileiros e a internacionalização de empresas brasileiras, por meio inclusive da promoção de investimentos nacionais na Guiné-Bissau;
3. Prestar serviços consulares de excelência aos cidadãos brasileiros na Guiné-Bissau e aos nacionais estrangeiros que deles necessitem;
4. Intensificar os programas de cooperação mantidos pelo Brasil na Guiné-Bissau;
5. Promover a projeção da cultura brasileira e a difusão da língua portuguesa na Guiné-Bissau, inclusive por meio de parcerias com as demais nações lusófonas e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
6. Estimular o aumento do intercâmbio educacional entre o Brasil e a Guiné-Bissau;
7. Aprimorar práticas de boa governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I. Promoção do comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio bilateral com a Guiné-Bissau

- Realizar *in loco* atividades contínuas de inteligência comercial, de modo a identificar oportunidades não exploradas ou subaproveitadas pelos agentes econômicos brasileiros;
- Manter canais abertos e interlocução frequente com os importadores locais de produtos brasileiros;

- Trabalhar em parceria com a ApexBrasil na avaliação de mercados, mantendo para tanto interlocução constante com o novo escritório da Agência em Lisboa (voltado, entre outros destinos, aos mercados lusófonos);
- Promover e apoiar a realização de missões empresariais nos dois sentidos;
- Realizar eventos de promoção de bens e serviços brasileiros com potencial de exportação para o mercado local;
- Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora dos bens e serviços e setores produtivos do Brasil;
- Atuar junto à comunidade brasileira na Guiné-Bissau, de modo a promover a importação de produtor originários do Brasil, por seu intermédio;
- Acompanhar as iniciativas de ação econômica e empresarial desenvolvidas pela CPLP, estimulando a participação de atores públicos e privados guineenses em atividades de especial relevo para o Brasil;
- Contribuir para a atualização do guia *Como Exportar: Guiné-Bissau*.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de ações de inteligência comercial** prestados pela Embaixada, a serem registradas por expedientes oficiais e pelas plataformas relevantes do MRE;
2) **Número de reuniões** com atores governamentais da Guiné-Bissau relacionadas a temas de comércio e investimentos;
3) **Número de reuniões** com empresas, investidores potenciais, câmaras, associações comerciais e atores análogos, a serem registradas por expedientes oficiais e pelas plataformas relevantes do MRE;
4) **Número de eventos** (seminários, *webinários*, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócios) organizados pela Embaixada ou com a sua participação;
5) **Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, férias e mostras organizados por atores locais;**
6) **Número de respostas a consultas específicas de atores econômicos, brasileiros ou guineenses, relacionadas a promoção comercial, inteligência comercial ou barreiras ao comércio;**
7) **Número de relatórios** sobre barreiras específicas identificadas à exportação de bens e serviços brasileiros;
8) **Número de relatórios de acompanhamento da evolução econômica da Guiné-Bissau;**
9) **Número de relatórios de acompanhamento do perfil do comércio exterior da Guiné-Bissau e da evolução do seu comércio bilateral com o Brasil;**
10) **Número de eventos ou publicações** relacionados a oportunidades de investimento no Brasil;
11) **Número de atendimentos a consultas telefônicas**, por correio eletrônico ou por outros canais relacionados a temas de comércio e investimentos;

12) **Número de cursos de capacitação e treinamento prestados**, diretamente ou por intermédio de instituições brasileiras com apoio da Embaixada, relacionados à promoção do comércio e investimentos bilaterais;

13) **Número de publicações elaboradas** (estudos, boletins, revistas).

II. Relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar e produzir inteligência acerca dos temas políticos relevantes para o interesse nacional brasileiro

- Produzir informes circunstanciados e analíticos acerca da conjuntura política guineense e tendências identificadas, com especial atenção às suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil;

  Com esse objetivo, a Embaixada manterá e aprofundará contatos com atores políticos e institucionais de relevo, com a sociedade civil local, com as demais Embaixadas residentes ou cumulativas (com especial atenção para as de Angola, Cabo Verde e Portugal, pelos laços privilegiados que mantêm com o país, e da França, pela influência relevante exercida por aquele país sobre a Guiné-Bissau) e com representantes de organismos multilaterais e regionais relevantes (dentre os quais a ONU, a União Africana e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental).

- Manter informadas, acerca dos desenvolvimentos e tendências políticas relevantes, as Representações Permanentes do Brasil em organizações multilaterais com atuação relevante na Guiné-Bissau;

  Dentre elas destacam-se as Missões do Brasil junto às Nações Unidas e junto à CPLP. A primeira, sobretudo, pela atuação relevante da Comissão para a Consolidação da Paz, que desde 2007 mantém uma configuração específica, sempre presidida pelo Brasil, voltada para a Guiné-Bissau. Na segunda, o Brasil tem promovido regularmente projetos de cooperação de interesse da Guiné-Bissau (inclusive em áreas sensíveis como a realização de eleições e atividades relacionadas, tais como censos populacionais), e deverá apoiar os esforços do país no exercício da presidência pro tempore *da Comunidade (2025–2027).*

- Manter o MRE (e, por seu intermédio, outras instituições públicas relevantes) informados sobre a evolução dos temas relacionados aos limites e segurança marítimos da Guiné-Bissau.

  A Guiné-Bissau é Estado ribeirinho do Atlântico Sul, portanto com responsabilidades na revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). São, de resto, especialmente relevantes para a segurança dos demais Estados ribeirinhos e/ou com interesses no Atlântico Sul (dentre eles o Brasil) os incidentes de natureza criminal relacionados à segurança da navegação nas áreas marítimas da Guiné-Bissau.

2. Fortalecer o mecanismo de consultas políticas Brasil–Guiné-Bissau.

- Manter coordenação constante com o Governo da Guiné-Bissau com vistas à realização periódica das reuniões do mecanismo de consultas políticas.

Brasil e Guiné-Bissau mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas desde 2007, com o propósito de permitir a troca de impressões sobre temas afetos à agenda internacional e à cooperação bilateral. Para o Brasil, manter a regularidade desse exercício é uma das formas de fortalecer a sua própria relevância como parceiro político privilegiado da Guiné-Bissau, e de garantir que o país tenha presentes os interesses mais relevantes do Brasil.

3. Intensificar o diálogo parlamentar e entre os Grupos Parlamentares de Amizade.

- Fomentar o diálogo e colaboração entre o Congresso Nacional e a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e entre os seus membros.

Ao longo das décadas, os grupos parlamentares de amizade revelaram-se instrumentos relevantes para a promoção do diálogo e cooperação, e da própria boa imagem do Brasil, na esfera própria de atuação dos parlamentares. Há que ter presente, de resto, que Brasil e Guiné-Bissau integram a Assembleia Parlamentar da CPLP, e que parlamentares brasileiros, isoladamente, cumprem papel relevante na defesa e promoção de valores e interesses da sociedade brasileira no contato direto com os seus homólogos de países amigos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 3

1. Número de relatórios e avaliações produzidos sobre a política interna e a política externa da Guiné-Bissau, transmitidos ao MRE por meio dos sistemas internos de comunicação;
2. Número de relatórios e avaliações sobre o estado geral do relacionamento bilateral e sobre temas específicos de interesse do Brasil, transmitidos ao MRE por meio dos sistemas internos de comunicação;
3. Número de reuniões com autoridades de Governo, da Assembleia Nacional Popular, dos órgãos de administração local, do setor privado, dos meios acadêmicos e da sociedade civil, voltados a colher informações e percepções sobre a evolução dos temas políticos de interesse;
4. Número de reuniões do mecanismo de consultas políticas realizadas e das suas instâncias preparatórias.

III. Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

(1) Promover junto ao Governo da Guiné-Bissau conceitos de especial interesse do Brasil em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e a projeção internacional do país, de modo a garantir o seu alinhamento ao Brasil nos fóruns relevantes;

- Realizar gestões com vistas a informar as autoridades locais da percepção brasileira sobre temas relevantes da agenda internacional, com vistas a promover o alinhamento das suas posições às do Brasil, e quando necessário buscar garantir a presença do país nas deliberações relevantes, em organismos internacionais.

(2) Garantir o apoio da Guiné-Bissau a candidaturas do Brasil ou de nacionais brasileiros em organismos internacionais;

- Realizar gestões com vistas a informar as autoridades locais da existência de candidaturas brasileiras em organismos internacionais, com vistas a garantir o apoio daquele país e quando necessário buscar garantir a presença do país nas votações relevantes.

(3) Promover e apoiar a participação de autoridades brasileiras nos fóruns a realizarem-se em Bissau, durante a presidência *pro tempore* da Guiné-Bissau da CPLP (2025–2027);

- Acompanhar criteriosamente a evolução da agenda a ser desenvolvida pela presidência *pro tempore* da Guiné-Bissau da CPLP (2025–2027), em complementação e em sintonia com os esforços da Missão Permanente do Brasil junto à CPLP, e promover a adequada participação de autoridades brasileiras nos fóruns relevantes, nesse contexto.

(4) Contribuir para o fortalecimento do diálogo bilateral em fóruns multilaterais ou em temas a eles afetos, com especial atenção para a ONU e a CPLP;

- Identificar oportunidades de promover reuniões bilaterais à margem dos fóruns multilaterais relevantes, em nível político ou técnico.

(5) Acompanhar e apoiar os trabalhos da configuração para a Guiné-Bissau da Comissão para a Consolidação da Paz da ONU.

- Acompanhar os desenvolvimentos dos trabalhos daquela configuração específica da Comissão para a Consolidação da Paz, suprir a Missão do Brasil junto às Nações Unidas de informações e percepções relevantes, no que respeita aos desenvolvimentos domésticos da Guiné-Bissau, e apoiar, na medida do necessário, a interlocução entre autoridades da Comissão e o Governo da Guiné-Bissau.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 3

1. Número de expedientes telegráficos sobre temas multilaterais;

2. Número de gestões e diligências bilaterais realizados sobre conceitos e candidaturas de interesse do Brasil;
3. Número de delegações oficiais do Brasil presentes em Bissau para reuniões promovidas pela presidência *pro tempore* da Guiné-Bissau da CPLP (2025–2027);
4. Número de reuniões bilaterais realizadas à margem de reuniões multilaterais mais amplas;
5. Cômputo do apoio da Guiné-Bissau a candidaturas do Brasil ou de nacionais brasileiros em instituições multilaterais;
6. Número de missões da Comissão para a Consolidação da Paz realizadas na Guiné-Bissau, com apoio e/ou participação da Embaixada.

IV. Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da Marca Brasil.

METAS PRIORITÁRIAS DO CANDIDATO

1. Promover a difusão da cultura brasileira junto à sociedade guineense e diversificar as referências culturais brasileiras;

- Utilizar-se do Centro Cultural Brasil–Guiné-Bissau —um dos principais espaços culturais da capital, mantido pela Embaixada— para a contínua promoção de diversas vertentes da cultura brasileira;
- Promover obras literárias brasileiro nas livrarias locais;
- Garantir a inclusão de obras literárias brasileiras em programas de leitura adotados pelo Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau;
- Promover eventos de música brasileira e suprir de material adequado os produtores culturais locais (rádio, televisão etc.);
- Fomentar a produção de conteúdo sobre o Brasil em canais diversos (televisão, plataformas eletrônicas, imprensa etc.);
- Manter contatos frequentes com atores relevantes do ambiente cultural guineense propensos a promover a cultura brasileira, em suas distintas vertentes;
- Promover o prestígio da variante brasileira da língua portuguesa junto ao público guineense, por meio das diversas atividades de difusão cultural e educacional.

2. Promover a indústria cultural e criativa brasileira.

- Diversificar ações no campo da economia criativa, pela promoção de produtos e serviços brasileiros e por meio de projetos de cooperação e criação conjunta de conteúdo entre atores dos dois países;
- Incentivar a presença *in loco* de atores culturais relevantes do Brasil;

- Acompanhar a difusão de material digital brasileiro pelos canais locais relevantes (redes sociais etc.) e suprir os tomadores de decisões de dados relevantes a esse respeito.

3. Intensificar a promoção da imagem do país e da Marca Brasil junto ao público local.

- Realizar eventos de promoção da imagem do Brasil no Centro Cultural Brasil–Guiné-Bissau, conjugando-os com a promoção de bens e serviços brasileiros.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 3

1. Cômputo de eventos musicais, de cinema, música e literatura promovidos com o apoio da Embaixada;
2. Cômputo de ações de promoção da indústria cultural e criativa;
3. Número de expedientes de análise sobre a presença do conteúdo digital brasileiro em novas *media*, para apoiar o processo decisório sobre a promoção de tal conteúdo;
4. Número de ações de promoção do turismo no Brasil.

V. Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente.

METAS PRIORITÁRIAS DO CANDIDATO

1. Acompanhar os programas de cooperação bilaterais e multilaterais em andamento;

- Promover o diálogo permanente entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e as autoridades ambientais competentes, de modo a garantir o bom andamento dos programas de cooperação em curso e a adequada participação de técnicos guineenses nesses mesmos programas, a nível bilateral ou multilateral (e.g., por meio do projeto de apoio à gestão de recursos hídricos em curso na CPLP).

2. Identificar possibilidades de desenvolver programas adicionais de cooperação bilateral;

- Manter diálogo frequente com as autoridades relevantes, de modo a identificar demandas concretas de cooperação em temas afetos ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, tais como o manejo florestal, a prevenção de desastres naturais, a proteção da biodiversidade e a promoção da bioeconomia.

3. Apoiar a participação institucional da Guiné-Bissau na COP-30;

- Manter as autoridades competentes a par das informações e desenvolvimentos relevantes relacionados à Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (Belém, a partir de 10 de novembro de 2025), de modo a garantir a tempestiva confirmação da sua presença e participação, prestando-lhe as informações devidas, inclusive, sobre os fóruns de seu interesse em temas como financiamento à transição climática.

4. Acompanhar e informar sobre iniciativas e possibilidades de programas de conversão da dívida em investimentos climáticos;

- Manter as autoridades decisórias, em Brasília, informadas sobre a evolução e eventual receptividade das autoridades guineenses a programas de conversão da dívida em investimentos climáticos, para orientar a eventual tomada de decisão a respeito.

5. Promover e apoiar a participação de autoridades brasileiras nos fóruns ambientais a realizarem-se em Bissau, durante a presidência *pro tempore* da Guiné-Bissau da CPLP (2025–2027);

- Acompanhar criteriosamente a evolução da agenda ambiental a ser desenvolvida pela presidência *pro tempore* da Guiné-Bissau da CPLP (2025–2027), em complementação e em sintonia com os esforços da Missão Permanente do Brasil junto à CPLP, e promover a adequada participação de autoridades brasileiras nos fóruns relevantes, nesse contexto.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 5

(1) Número de gestões e diligências realizadas acerca de temas da agenda ambiental e de desenvolvimento sustentável;

(2) Número de expedientes de registro e análise de iniciativas desenvolvidas pelo Governo da Guiné-Bissau na área ambiental e do desenvolvimento sustentável, ou das expectativas de atores internacionais acerca do engajamento do país com o tema;

(3) Número de gestões e reuniões realizadas, com a participação do posto, em apoio a atividades de cooperação no domínio ambiental e no desenvolvimento sustentável;

(4) Número de reuniões realizadas em Bissau, com apoio e participação do posto, dos fóruns de cooperação ambiental da CPLP.

VI. Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa.

Metas prioritárias

1. Promover a cooperação educacional;

- Promover as atividades de formação diretas, conduzidas pelo Instituto Guimarães Rosa da Embaixada do Brasil em Bissau;

- Contribuir para fortalecer os programas de apoio à mobilidade acadêmica e pesquisa universitária;
- Contribuir para ampliar o número de estudantes guineenses em instituições de graduação e pós-graduação brasileiras, especialmente por meio dos programas PEC-G, PEC-PG e da UNILAB;

  O Brasil é o segundo país dentre os recipientes de estudantes universitários da Guiné-Bissau.

  Desde o reconhecimento da independência do país pelo Brasil, em 1974, mais de 1500 alunos guineenses beneficiaram-se do Programa Estudante Convênio – Graduação (PEC-G), mantido pelo Brasil desde 1965, e graduaram-se por universidades brasileiras. No que respeita ao Programa Estudante Convênio – Pós-Graduação (PEC-PG), os números ascendem a mais de 60. A Embaixada em Bissau apoia o MEC ao aplicar o exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (CELPE-Bras) ou, alternativamente, ao conferir o certificado de conclusão do curso de português de nível intermediário, pela unidade local do Instituto Guimarães Rosa — dois dos pré-requisitos para pleitear-se vaga nos programas.

  Na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, com campi *no Ceará e na Bahia) já se formaram mais de 590 alunos da Guiné-Bissau. A própria pró-reitora de Relações Institucionais e Internacionais da instituição, a Drª Artemisia Odila Candé Monteiro, é nacional guineense, o que tem contribuído para a boa representatividade daquele país no corpo discente.*
- Dar continuidade ao Programa Leitorado Brasileiro, executado em cooperação com a Universidade Lusófona da Guiné, com o objetivo de promover a língua portuguesa na sua variante brasileira.
- Promover a contínua participação de diplomatas guineenses no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, ao diligenciar a tempestiva identificação de candidatos diante da existência de vagas a serem oferecidas ao país.

2. Promover a cooperação em saúde;

- Acompanhar a evolução do projeto em curso intitulado «Apoio na Área de Diagnóstico Laboratorial do HIV e outras doenças infecciosas na Guiné-Bissau»;
- Levar a bom termo a repactuação do projeto «Fortalecimento do Combate ao HIV/AIDS na Guiné-Bissau — fase II»;

  O projeto tem por objetivo fortalecer a capacidade de resposta da Guiné-Bissau no combate à HIV/AIDS. Equipes técnicas do Ministério da Saúde e da Agência Brasileira de Cooperação têm discutido a repactuação do projeto com o Secretariado Nacional de Luta contra a SIDA.
- Acompanhar, com vistas à eventual configuração de projeto concreto, as discussões em curso sobre possível apoio do Brasil à instalação de centro de hemodiálise na Guiné-Bissau.

Em atenção a pedido das autoridades locais, o Brasil mandou missão preliminar a Bissau, em 2022, para analisar as possibilidades de apoio a criação de centro de hemodiálise no Hospital Nacional Simão Mendes. Após laudos técnicos, o lado brasileiro aguarda providências das autoridades locais com vistas a avançar no tema.

3. Promover o diálogo e a cooperação entre as autoridades de Defesa e Segurança do Brasil e da Guiné-Bissau.

- Promover os contatos e o diálogo frequentes entre as autoridades de Defesa e Segurança dos dois países;
- Acompanhar e diligenciar a participação da Marinha do Brasil em exercícios conjuntos com a Armada da Guiné-Bissau em atividades de controle marítimo, prevenção e combate à pirataria e ao narcotráfico;
- Promover, em coordenação com o Ministério da Defesa e as Forças singulares, a formação de militares guineenses nas academias militares do Brasil;

  Historicamente, a Academia Militar das Agulhas Negras e a Escola Naval têm formado oficiais das Forças homólogas da Guiné-Bissau. Tais programas beneficiaram 13 militares daquele país desde 2009.

- Apoiar as atividades do Centro de Formação das Forças de Segurança;

  Trata-se de projeto de cooperação bilateral mantido pela Agência Brasileira de Cooperação, em parceria com a Polícia Federal, para capacitação de policiais guineenses em diversas áreas operacionais. Têm-se beneficiado das atividades de formação funcionários da Polícia Judiciária, da Polícia de Ordem Pública e da Guarda Nacional, entre outras instituições.

- Divulgar junto aos órgãos competentes informações sobre os produtos das indústrias de defesa brasileiras e temas correlatos;
- Contribuir para o fortalecimento do arcabouço legal da cooperação em defesa e segurança (inclusive em temas afetos ao cumprimento de penas).

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 3

1. Número de alunos egressos da unidade do Instituto Guimarães Rosa mantida pela Embaixada do Brasil em Bissau;
2. Número de estudantes beneficiários de programas de apoio à mobilidade acadêmica e universitária;
3. Número de reuniões para fomento de novas parcerias entre instituições educacionais dos dois países;
4. Número de diplomatas guineenses a participarem do Curso de Formação do Instituto Rio Branco;
5. Número de novos projetos de cooperação, ou de projetos revistos, adotados durante a gestão.

6. Número de militares e agentes das forças de segurança beneficiários de programas de formação mantidos ou apoiados pelo Brasil;
7. Número de reuniões entre autoridades de Defesa e segurança dos dois países;
8. Número de exercícios conjuntos conduzidos pelas Forças Armadas dos dois países;
9. Número de novos acordos assinados com vistas a fortalecer a cooperação nas áreas relevantes.

VII. Cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

METAS PRIORITÁRIAS DO CANDIDATO

1. Promover o bom andamento dos programas de cooperação em curso;

- Acompanhar e diligenciar o bom andamento do projeto «Centro de Formação Profissional Brasil–Guiné-Bissau — Fase III — Consolidação e Transferência de Gestão»;

  O projeto foi desenvolvido em parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Desde 2006, já formou mais de 4.200 alunos em dez áreas de capacitação profissional (panificação, carpintaria, serralheria, manutenção de microcomputadores, pedreiro, mecânica de automóveis, eletricista, encanador, manutenção de refrigeração e corte e costura).

- Acompanhar e diligenciar o bom andamento do projeto «Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau»;

  O projeto foi desenvolvido em parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação e a EMBRAPA. Tem por objetivo contribuir para a geração de emprego e renda na Guiné-Bissau, por meio da diversificação da oferta de produtos oriundos do processamento do caju.

2. Identificar possibilidades e, com base nelas, formular novos programas de cooperação bilateral ou trilateral;

- Manter diálogo contínuo com os setores técnicos competentes, com vistas a identificar novas possibilidades de cooperação em áreas como a agricultura e a agroindústria, o apoio ao empreendedorismo e aos pequenos negócios, a formação de recursos humanos e os direitos humanos, entre outros;
- Promover a assistência técnica brasileira em processos eleitorais, em eleições vindouras, em coordenação com o PNUD;

  Desde 2005, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais tem prestado apoio técnico à Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, com vistas à realização de eleições nacionais. O projeto reforça o prestígio do Brasil perante as autoridades locais e a comunidade internacional.

3. **Garantir a adequada visibilidade da cooperação oficial prestada pelo Brasil, destacando as suas singularidades.**

   Os projetos de cooperação brasileiros configuram-se como respostas a demandas da Guiné-Bissau e voltam-se, sobretudo, à adaptação à realidade local de experiências bem-sucedidas no Brasil. A sua implementação dá-se em diálogo permanente com os atores locais, distinguindo-se, portanto, da cooperação "verticalizante" prestada pelos doadores tradicionais.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 3

1. Número de reuniões e gestões relacionadas a temas e projetos de cooperação para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;
2. Número de novos projetos e iniciativas de cooperação construídos e adotados nestes domínios;
3. Cômputo de expedientes oficiais de registro e análise de questões afetas aos desafios do desenvolvimento socioeconômico na Guiné-Bissau, às iniciativas adotadas pelo Governo do país neste domínio e aos projetos de cooperação prestados ou em cogitação por outros atores internacionais relevantes;
4. Número de inserções nos meios de comunicações locais, entre imprensa escrita, televisão, rádio e novos canais de comunicação, sobre a cooperação oficial prestada pelo Brasil.

VIII. Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

METAS PRIORITÁRIAS DO CANDIDATO

1. **Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Guiné-Bissau;**

- Promover o recenseamento consular da comunidade brasileira na Guiné-Bissau, com vistas a habilitar o posto a agir adequadamente em eventuais situações de emergência;
- Avaliar a conveniência de criar Conselho de Cidadãos brasileiros na Guiné-Bissau, de modo a facilitar a interlocução do posto com a comunidade.

2. **Realizar visitas a nacionais brasileiros presos na Guiné-Bissau para prestar a assistência consular cabível;**

3. **Organizar eleições na jurisdição do posto;**

4. **Utilizar redes sociais para garantir comunicação simples e expedita com os usuários dos serviços consulares.**

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 3

(1) Número de atendimentos consulares realizados;

(2) Número de documentos consulares produzidos;

(3) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares;

(4) Tempo de permanência do consulente no guichê de atendimento;

(5) Tempo de permanência do consulente no setor consular;

(6) Número de comunicações de esclarecimentos à comunidade em situações de emergência;

(7) Número de visitas a nacionais brasileiros presos;

(8) Número de seguidores das redes sociais do posto;

(9) Número médio de interações por postagem das redes sociais do posto.

SF/25797.11310-07

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 12, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PABLO DUARTE CARDOSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau*.

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

Esta Casa Legislativa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz sobre o senho PABLO DUARTE CARDOSO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné-Bissau.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) elaborou o currículo do diplomata, nascido em Juiz de Fora/MG, em 1976.

O diplomata em apreço bacharelou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1998. Ingressou na carreira diplomática no ano 2000, tendo feito os cursos necessários à progressão na carreira, com destaque para o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do

SF/25797.11310-07

Instituto Rio Branco (IRBr), concluído em 2007, mesmo ano em que ascendeu a Primeiro-Secretário. Nessa trajetória, em 2013, tornou-se Conselheiro e, em 2018, Ministro de Segunda Classe.

No âmbito da Secretaria de Estado, convém destacar a atuação do indicado como chefe substituto e chefe da Divisão da Europa II, entre 2011 e 2014. Atuou, ainda, como Diretor de Assuntos Internacionais e Estratégicos, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), em 2017, e como assessor no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, entre 2017 e 2019.

No exterior, convém assinalar que o diplomata indicado serviu nas embaixadas em Buenos Aires (2005-2008), Washington (2008-2011), Ottawa (2014-2017), e, já na condição de Ministro-Conselheiro, em Lisboa (2019-2022). É, desde 2022, Ministro-Conselheiro na Missão Permanente do Brasil junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo, elaborado pelo MRE, com dados sobre a Guiné-Bissau e as relações dessa ex-colônia portuguesa com o Brasil.

Destarte, registramos que a nação-irmã, que conquistou sua independência em 1974, vem enfrentando desafios relacionados à estabilidade político-institucional, vivenciando um contexto de transição e polarização política, marcado por dissoluções parlamentares e disputas sobre a duração dos mandatos presidenciais. Nesse cenário, a atuação de nossa Missão Diplomática assume papel relevante na promoção do diálogo, da estabilidade e da defesa dos valores democráticos.

Dessa forma, a presença do Brasil, com representação qualificada, é também fundamental para a continuidade de projetos relevantes para o desenvolvimento local e para a segurança alimentar e energética da Guiné-Bissau. Entendemos que o País não pode se furtar a dar todo o apoio necessário ao progresso e desenvolvimento da nação-irmã. Nesse contexto, projetos de cooperação são de extrema relevância.

De fato, o Brasil vem desenvolvendo estreita cooperação técnica com a Guiné-Bissau em áreas como saúde, agricultura, educação e formação profissional. Essa cooperação ocorre em âmbito bilateral e multilateral, por meio da CPLP. O documento do Itamaraty informa que “a Guiné-Bissau já foi

SF/25797.11310-07

beneficiada, ademais, com três projetos financiados pelo Fundo IBAS", e que, acerca da cooperação educacional, "entre 2000 e 2020, 1.426 bissau-guineenses frequentaram cursos de graduação no Brasil, por meio do Programa Estudantes-Convênio (PEC-G)". No período, registre-se, a Guiné-Bissau foi o 2º país com maior número de participantes. São parcerias no campo da lusofonia, bem conhecida do candidato ora em avaliação.

No que concerne ao comércio bilateral, este foi de US$ 6,6 milhões em 2024. As exportações brasileiras são constituídas por óleos combustíveis de petróleo (39%), álcoois e seus derivados halogenados (7,1%) e carnes de aves frescas, congeladas ou refrigeradas (14%). As importações, por sua vez, compreendem frutas e nozes não oleaginosas (99,7%).

Uma das vertentes da parceria com a Guiné-Bissau é o intercâmbio de militares. O Ministério da Defesa contribui para a formação de oficiais bissau-guineenses em academias militares brasileiras, como a Escola Naval (CGEN) e a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman).

Desde 2009, diversos militares da Guiné-Bissau têm sido capacitados em cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras. A Armada daquele país tem participado de exercícios, ao lado da Marinha do Brasil (MB), com o propósito de maior controle marítimo, o que inclui exercícios de prevenção e combate à pirataria e ao narcotráfico, em particular no âmbito das operações Guinex, a convite da Marinha do Brasil.

Parceria igualmente relevante tem ocorrido por meio da capacitação de diplomatas. Desde 1976, mais de duas dezenas de bissau-guineenses cursaram o programa de capacitação para diplomatas estrangeiros do Instituto Rio Branco (IRBr). Atualmente, uma funcionária do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades da Guiné-Bissau integra a turma do Instituto Rio Branco (IRBr). A participação de candidatos do continente africano e da CPLP alinha-se com a atual prioridade da Política Externa Brasileira.

Muito ainda pode ser desenvolvido em termos de cooperação. Indubitavelmente, reiteramos, a Missão Brasileira em Guiné-Bissau tem um papel de extrema relevância nesse processo.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

SF/25797.11310-07

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

SF/25443.27930-26 (LexEdit)

SENADO FEDERAL
Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a situação das comunidades brasileiras no exterior.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Exmo. Sr. Embaixador Adalnio Senna Ganem, Cônsul Geral do Brasil em Nova York;
- o Exmo. Sr. Embaixador Luís Henrique Sobreira Lopes, Embaixador do Brasil em Lapaz, Bolívia.;
- o Exmo. Sr. Embaixador Octávio Henrique Dias Garcia, Embaixador do Brasil em Tóquio, Japão.;
- representante da comunidade brasileira nos Estados Unidos.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil atuamente conta com cerca de 4,9 milhões de pessoas vivendo no exterior. Em cada país as comunidades de brasileiros e brasileiras têm suas especificidades e enfrentam diversas dificuldades, que podem incluir: a adaptação cultural, a busca por oportunidades de trabalho, a proteção legal, manutenção dos laços com o Brasil e a falta de acesso a serviços essenciais.

A maior comunidade de brasileiros no exterior está nos Estados Unidos, onde em 21 de janeiro de 2025, o novo presidente declarou estado de

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2864816218

SF/25443.27930-26 (LexEdit)

emergência e lançou nova política imigratória através de uma série de ordens executivas visando a dificultar a obtenção de visto e asilo, reforçar a segurança das fronteiras e implementar novas estratégias de detenção e deportação dos não documentados.

Para atender às comunidades brasileiras no exterior, o Brasil conta hoje com uma rede de 186 repartições consulares. A rede consular presta auxílio em diversas situações emergenciais, como desvalimentos, prisões, hospitalizações, falecimentos, disputas de guarda de menores, violência de gênero e tráfico de pessoas.

Somente em 2023, foram produzidos mais de 608 mil serviços consulares - um aumento de quase 50% em relação a 2022 e atendeu cerca de 79 mil casos necessitando de assistência no exterior.

No entanto, apesar do aumento dos serviços e assistência consular, os recursos humanos e materiais permanecem os mesmos e os consulados atuam no limite das suas capacidades. Percebe-se que o aumento na demanda vem ocasionando a extensão de prazos de espera para o agendamento dos serviços consulares, bem como outros desafios que precisam ser debatidos no âmbito dessa Comissão.

Sala da Comissão, 29 de abril de 2025.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)
Presidente da CRE

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2864816218

2ª PARTE - DELIBERATIVA

2

SF/25234.82117-41 (LexEdit)

SENADO FEDERAL
Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a estratégia de comércio exterior do Brasil diante dos atuais desafios das regras do comércio internacional.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• o Exmo. Sr. Geraldo Alkmin, Vice-presidente da República e Ministro do Desenvolvimento, Industria, Comércio e Serviços;

• o Exmo. Sr. Jorge Viana, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos – APEXBrasil;

• o Exmo. Sr. Embaixador Adalnio Senna Ganem, Cônsul Geral do Brasil em Nova York, Estados Unidos;

• o Exmo. Sr. Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), ex-embaixador do Brasil em Londres e em Washington;

• o Exmo. Sr. Embaixador Roberto Azevedo, Ex-diretor da Organização Mundial de Comércio;

• o Senhor Professor Marcos Troyjo, Ex-secretário especial de comércio exterior e assuntos internacionais do Ministério da Economia do Brasil, ex-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, o Banco do BRICS.

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5600802279

SF/25234.82117-41 (LexEdit)

JUSTIFICAÇÃO

Desde a posse do Presidente Donald Trump, em janeiro deste ano, o governo dos Estados Unidos tem aplicado majorações de tarifas de importação a praticamente todos os seus parceiros comerciais, inclusive o Brasil, o que significa uma inflexão importante nas regras de comércio internacional.

As tarifas impostas pelo governo norte-americano têm impactado o comércio exterior brasileiro em todos os setores. O Brasil precisa estar preparado para enfrentar os atuais desafios do sistema de comércio internacional, de modo a resguardar a competitividade de suas cadeias produtivas e os empregos a elas associados.

O Congresso Nacional não deve ser apenas um ratificador de acordos internacionais, mas um interlocutor proativo, assegurando que estratégias adotadas em negociações comerciais sejam esclarecidas para o Brasil, em um cenário internacional cada vez mais volátil e protecionista.

Sala da Comissão, 30 de abril de 2025.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)
Presidente

Assinado eletronicamente, por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5600802279